

**Ministério da Saúde  
Fundação Oswaldo Cruz  
Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca  
Doutorado em Saúde Pública**

**DENISE CHRYSÓSTOMO DE MOURA JUNCÁ**

**MAIS QUE SOBRAS E SOBRANTES:  
TRAJETÓRIAS DE SUJEITOS NO LIXO**

**RIO DE JANEIRO**

**2004**

**DENISE CHRYSÓSTOMO DE MOURA JUNCÁ**

**MAIS QUE SOBRAS E SOBRANTES:  
TRAJETÓRIAS DE SUJEITOS NO LIXO**

**Tese de Doutorado apresentada a Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/FIOCRUZ como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Saúde Pública.**

**ORIENTADOR: PROF. DR. MARCELO FIRPO DE SOUZA PORTO**

**RIO DE JANEIRO**

**2004**

Catálogo na fonte

CENTRO DE INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

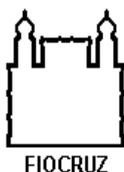
Biblioteca da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

J95m Juncá, Denise Chrysóstomo de Moura  
Mais que sobras e sobrantes: trajetórias de sujeitos no lixo /  
Denise Chrysóstomo de Moura Juncá. Rio de Janeiro : s.n., 2004.  
250p.

Orientador: Porto, Marcelo Firpo de Souza  
Tese de Doutorado apresentada à Escola Nacional de Saúde  
Pública.

1. Catadores 2. Reciclagem (Saúde Ambiental) 3. Coleta de  
Resíduos Sólidos 4. Lixo

CDD - 20.ed. – 628.4458



**Ministério da Saúde  
Fundação Oswaldo Cruz  
Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca  
Doutorado em Saúde Pública**

**DENISE CHRYSÓSTOMO DE MOURA JUNCÁ**

**MAIS QUE SOBRAS E SOBRANTES:  
TRAJETÓRIAS DE SUJEITOS NO LIXO**

**Tese de Doutorado apresentada a Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/FIOCRUZ como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Saúde Pública.**

**Rio de Janeiro, 05 de março de 2004.**

**BANCA EXAMINADORA**

---

**ORIENTADOR: Prof. Dr. Marcelo Firpo de Souza Porto**

---

**1º Examinador: Prof. Dr. Emílio Maciel Eigenheer**

---

**2º Examinador: Profª. Dra. Maria Carmelita Yasbek**

---

**3º Examinador: Profª. Dra. Maria Cecília de Souza Minayo**

---

**4º Examinador: Profª. Dra. Sarah Escorel**

A meus pais Victória e Ronaldo, exemplos de vida, que me prepararam para enfrentar desafios;

A meu marido Fernando, parceiro e cúmplice de todas as horas;

A meus filhos Thaís, Débora e Fernando, minhas melhores obras.

## AGRADECIMENTOS

À CAPES/PICDT pela concessão da bolsa de estudos no decorrer do curso e ao PAPES/FIOCRUZ que propiciou condições para a realização da pesquisa de campo, nos diferentes cenários selecionados;

Ao Professor Dr. Marcelo Firpo de Souza Porto, que foi orientador e amigo, propondo desafios e despertando reflexões, construindo uma relação pautada no respeito e na liberdade;

Ao Professor Dr. Carlos Minayo Gomez, o primeiro a me acolher na FIOCRUZ, estimulando-me a prosseguir nos caminhos que escolhi trilhar;

Aos professores do Curso de Doutorado e, em especial, aos membros da Banca de Qualificação, Professores Doutores Carlos Minayo Gomez, Emílio Maciel Eigenheer, Maria Cecília de Souza Minayo e Sarah Escorel, que muito contribuíram para o aperfeiçoamento desta pesquisa;

A Alice Chacur, Rita Márcia Monteiro Paixão e Ronney Muniz Rosa, amigos especiais, que se dispuseram a ler uma versão preliminar desta tese e me fizeram crescer com suas críticas e sugestões;

A Eliane Teresa Salles e Daniel de Paula Codeço Júnior, companheiros da Universidade Federal Fluminense, que prestaram uma valiosa colaboração, realizando uma revisão técnica no material elaborado;

À minha família que soube respeitar e compreender minha paixão pelo estudo realizado e foi presença de apoio e afeto, ouvindo com interesse as minhas infundáveis descobertas sobre o mundo do lixo;

Às Instituições pesquisadas, em especial, a Valéria Pereira Bastos, Alexandre Camboim, Luiz Henrique da Silva e Maria das Graças Marçal, que me receberam com atenção, disponibilizando informações e propiciando o contato direto com os catadores em seus locais de trabalho;

Aos catadores de material reciclável que compartilharam comigo alguns momentos de seu cotidiano, alguns mantendo o anonimato, outros preferindo ser identificados: Agnaldo Debalduino Soares, Ana Maria de Jesus Gonçalves (Quica), Ângela Terezinha de Souza Velasques, Carlos Antônio de Jesus, Cláudio Renato da Silva Faleiro, Luiz Henrique da Silva, Maria das Graças Marçal (Geraldinha), Marisa Marques Leite, Manoel Barros da Silva (Pernambuco), Sebastião Carlos dos Santos (Tião), Sidônio Francisco Generoso (Conterrâneo), Tânia Maria Cardoso, Vera Lúcia Rodrigues Santos e Waldemar de Oliveira. A todos eles o meu agradecimento especial.

*“Fica decretado que, a partir deste instante, haverá girassóis em todas as janelas, que os girassóis terão direito a abrir-se dentro da sombra; e que as janelas devem permanecer, o dia inteiro, abertas para o verde onde cresce a esperança.”*  
*(Thiago de Mello)*

## RESUMO

Que mecanismos de filiação social podem ser construídos através da experiência com as sobras? Esta é a pergunta central a ser respondida pela presente tese, cujo foco de investigação encontra-se, assim, nas possibilidades de re-invenção do cotidiano a partir do trabalho com o lixo. Parte-se do pressuposto de que o campo do lixo é cercado de ambigüidades, podendo condenar o catador a um processo perverso de filiação. Entretanto, o enfrentamento destas ambigüidades e a criação de formas alternativas de trabalho podem alterar a situação, propiciando a constituição/reconstituição de uma identidade profissional e um modo qualificado de inserção social, centrado na cidadania. O cotidiano é o espaço de referência da investigação, problematizando-se o eixo trabalho, saúde e vida, considerado de fundamental importância para um diálogo com a complexidade do tema. Nesse contexto os catadores de materiais recicláveis são analisados como indivíduos em processo de filiação/desfiliação, enfatizando-se as condições materiais e simbólicas presentes na experiência com as sobras. Trata-se de uma pesquisa exploratória que recorre ao estudo de casos, combinando diferentes instrumentos de coleta de dados e a perspectiva de olhar, descrever, problematizar e compreender, buscando a ultrapassagem da evidência empírica. Através deste percurso o que se identifica é que o lixo pode deixar de ser um lugar de restos e sobras, sendo re-significado e passando a constituir um lugar de trabalho e vida.

Palavras-chave: desfiliação social, catadores de materiais recicláveis, trabalho com o lixo

## **ABSTRACT**

What mechanisms of social affiliation can be created through the experience with leftovers? This is the main question the present thesis intends to answer, having as focus of investigation the possibilities of re-inventing daily routine as we consider garbage work. It is assumed that the field of garbage is encompassed by ambiguities and able to condemn the garbage picker to a perverse process of affiliation. Despite that, facing the ambiguities and creating alternative ways of working can change the situation, providing the constitution/reconstitution of a professional identity and producing a qualified way of social insertion centered on citizenship. The investigation frame of reference is everyday life and the recyclable materials pickers are analyzed through the concept of individuals in process of affiliation/unaffiliation with emphasis on the material and symbolic conditions found in the experience with leftovers. It is an exploration research that employs case studies bringing together different tools for data collection and the possibilities of viewing, describing formulating questions and understanding in order to surpass the empiric evidence. Along this way garbage appears no more as a place of leavings and leftovers, but is re-meant becoming a place of work and life.

Key words: social unaffiliation, recyclable materials pickers, garbage work.

## LISTA DE SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

ASMARE – Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte

CBCISS – Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio em Serviços Sociais

CBO – Classificação Brasileira de Ocupações

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica

CEMIG – Companhia de Energia Elétrica de Minas Gerais

CEMPRE – Compromisso Empresarial para a Reciclagem

CESTEH – Centro de Estudos em Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana

COMLURB – Companhia Municipal de Limpeza Urbana

COOPAMARE – Cooperativa de Catadores de Papel Autônomos – São Paulo

COOPERGRAMACHO – Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Jardim Gramacho

COSPE – Cooperazione per lo Sviluppo dei Paesi Emergenti

CPDS – Comissão de Política de Desenvolvimento Sustentável

DMLU – Departamento Municipal de Limpeza Urbana

EDUFF – Editora da Universidade Federal Fluminense

ENGEVIX – Estudos e Projetos de Engenharia

ENSP – Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca

FARRGS – Federação das Associações de Recicladores do Rio Grande do Sul

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz

FUNDREM – Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária

INPS – Instituto Nacional de Previdência Social

INSEA – Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social

LATASA – Latas de Alumínio S.A.

LEVs – Locais de Entrega Voluntária

NIMBY – Not in my back yard (Não no meu quintal)

ONU – Organização das Nações Unidas

PAPES – Programa de Apoio a Pesquisas Estratégicas

PET – Politereftalato de Etileno

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PNSB – Pesquisa Nacional de Saneamento Básico

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Ambiente

RSU – Resíduo Sólido Urbano

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESI – Serviço Social da Indústria

SINE – Sistema Nacional de Emprego

SLU – Serviço de Limpeza Urbana

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
1 NADA SERÁ COMO ANTES .....	13
2 A PROPOSTA DA PESQUISA: UMA ESCOLHA E MUITAS INQUIETAÇÕES .....	18
<b>1 LIXO: UMA HISTÓRIA PASSADA A LIMPO</b> .....	29
1.1 UM CENÁRIO .....	31
1.2 O AMBIENTE E A SAÚDE .....	39
1.3 UMA QUESTÃO DE CULTURA .....	45
1.4 DO DISCURSO À PRÁTICA POLÍTICA .....	54
<b>2 POBRES E CATADORES: OS VARRIDOS DO MUNDO?</b> .....	62
2.1 QUANDO O QUE SOBRA É O LIXO .....	63
2.2 UM TRABALHADOR E SEU TRABALHO .....	74
2.3 A CAMINHO DE UMA RE-CICLAGEM .....	81
<b>3 TRAVESSIAS FORA DA LINHA: UM BICHO OU UM HOMEM?</b> .....	87
3.1 UM LUGAR E MUITOS SUJEITOS .....	89
3.2 O TRABALHO, A SAÚDE E A VIDA .....	108
3.3 MAIS QUE PERDAS E GANHOS .....	118
<b>4 ENTRANDO NA LINHA: UM BICHO HUMANO ENFRENTANDO BARREIRAS</b> .....	129
4.1 UM LUGAR E MUITOS SUJEITOS .....	130
4.2 O TRABALHO, A SAÚDE E A VIDA .....	142
4.3 MAIS QUE PERDAS E GANHOS .....	149
<b>5 LUZ E SOMBRAS: UM BICHO HUMANO QUE FAZ ESCOLHAS</b> .....	156
5.1 AS ASSOCIAÇÕES DE PORTO ALEGRE .....	159
5.1.1 Um Lugar e Muitos Sujeitos .....	159
5.1.2 O Trabalho, a Saúde e a Vida .....	171
5.1.3 Mais Que Perdas e Ganhos .....	176
5.2 A ASSOCIAÇÃO DE BELO HORIZONTE .....	184
5.2.1 Um Lugar e Muitos Sujeitos .....	184
5.2.2 O Trabalho, a Saúde e a Vida .....	197
5.2.3 Mais Que Perdas e Ganhos .....	203
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	208
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	224

## INTRODUÇÃO

Chegou a hora da elaboração da tese. Tema, objeto, objetivos, marco teórico-conceitual, hipóteses, metodologia – muitas são as escolhas a serem feitas. Há um ritual a ser observado, mas ele não é tudo. Não quero apenas cumprir uma exigência formal para obter um grau acadêmico. Prefiro viver a tese como um desafio, um jogo, uma aposta, uma caça ao tesouro, como destaca Humberto Eco (1996). Um momento de sistematização diretamente relacionado às indagações e experiências que têm feito parte de minha vida. Momento que não traduz um fim de linha, mas sim uma ordenação de algumas idéias e uma busca de algumas respostas, construindo as bases para novos passos a serem dados.

“O importante é fazer as coisas com gosto” é o que ainda salienta Humberto Eco (id., p.169). E esta foi a minha escolha. Escolha que traduz também minha concepção de pesquisa como prática artesanalmente construída (MILLS, 1982), valorizando a constituição de um diálogo permanente com a realidade objetiva e os significados que lhe são atribuídos pelos sujeitos que a vivenciam.

Quero investigar o cenário do lixo, problematizando a atividade da catação como alternativa de viver e resistir à experiência da desfiliação social. Parto do pressuposto de que o trabalho com o lixo pode se configurar como tática de sobrevivência e filiação social, abrindo, assim, uma via de retomada da cidadania e construção de um outro cotidiano.

É minha intenção ouvir alguns trabalhadores do lixo, registrar suas falas e tentar avançar um pouco mais na compreensão das histórias que têm vivido. Transitando por ruas, lixões e aterros, ou mesmo nas associações e cooperativas, quem são estes sujeitos? Que experiências têm vivenciado? Como estas experiências podem deixar de constituir mecanismos perversos de inclusão social e contribuir para uma re-invenção de seu cotidiano?

Para desenvolver o tema enfrento um primeiro desafio: ingressar em um terreno que não me tem sido familiar até então, procurando incorporar a complexidade com a qual deve ser tratada a problemática dos chamados “resíduos sólidos”. Acredito que não poderia deixar de contextualizar a questão, recorrendo, inicialmente, a alguns aspectos mais técnicos, abordando dimensões ambientais, sócio-econômicas, culturais e sanitárias que se movimentam em torno de tal temática. Afinal, considero que aqui se encontram alguns pilares importantes, capazes de darem sustentação à minha discussão central. Meu objetivo não é, porém, priorizar tais dimensões, mas tão somente traçar um suporte para o estudo do objeto que recortei.

Com o mesmo propósito de busca de fundamentos para a análise pretendida, entro no segundo capítulo, capítulo que considero de “transição”. Nele procuro mapear o contexto de filiação/desfiliação onde se inserem os catadores de materiais recicláveis, me aproximando um pouco mais da problematização dos entraves e possíveis alternativas de re-ciclagem humana através do trabalho com o lixo.

A partir daí se deslança, na verdade, minha tese, fazendo-me transitar por trilhas por onde já ando há 10 anos; trilhas que, ainda assim, permanecem repletas de indagações e me lançam na tarefa de construir outras tantas descobertas sobre o mundo das sobras e dos sobrantes, fundamentando-me em experiências selecionadas. São experiências em construção, que me conduzem para um outro aspecto que considero fundamental, ou seja, o compromisso de retorno de minha análise para estes sujeitos, que de forma tão expressiva se dispuseram a colaborar com a pesquisa. É para eles que escrevo, procurando deixar alguma contribuição para a melhoria de sua qualidade de vida.

Feitos estes esclarecimentos acho fundamental começar pelo início, ou seja, trago algumas informações sobre a minha primeira vez no lixo – os motivos, as imagens, os cheiros, as impressões. Foi aí que tudo começou, motivando-me a retornar, posteriormente, e a insistir no tema no Curso de Doutorado.

## 1 NADA SERÁ COMO ANTES

Meu primeiro contato direto com o cenário do lixo foi em 1993, quando recebi um convite para participar de uma visita ao Lixão da cidade onde moro (Campos dos Goytacazes). Um pequeno grupo de professores e alunos de duas instituições federais de ensino, juntamente com funcionários da Secretaria Municipal de Promoção Social tomaram tal iniciativa. Seu objetivo era realizar uma observação inicial e avaliar a possibilidade de implantação de um trabalho conjunto, articulando questões ambientais e sociais.

Na época ocupava o cargo de chefia no Departamento de Serviço Social de Campos (Universidade Federal Fluminense) e juntamente com a coordenadora do curso, considerei o fato de podermos estreitar os laços universidade-comunidade e, assim, ampliar as oportunidades de estágio curricular para nossos alunos, incluindo o Lixão como um campo de pesquisa e extensão universitária.

Ao lado deste interesse devo admitir que havia também uma grande curiosidade. Como seria este lugar conhecido como o “depósito de lixo” da cidade? Até então pouco sabia sobre ele e, mesmo já tendo lido algumas reportagens sobre lixões e aterros, o cenário com o qual me deparei fugia a toda e qualquer expectativa.

Embora afastado cerca de 10 km do centro urbano, o local era de fácil acesso e todos sabiam informar onde ficava a “lixreira” (nome como era conhecido por alguns). Aos poucos íamos chegando a nosso destino. De um lado da estrada estavam os vestígios de um distrito industrial que não chegou a ser propriamente implantado. Do outro, um conjunto habitacional marcado pelo estigma de área de risco, pois, como regularmente noticiavam os meios de comunicação da região, entre os seus moradores se escondiam alguns ladrões, traficantes de drogas e assassinos.

Mais adiante, uma nuvem de poeira produzida pelo intenso tráfego de caminhões começava a camuflar a paisagem. Chegando mais perto, passamos a avistar um movimento de urubus e nosso carro foi invadido por um cheiro forte e desagradável e por um número incontrolável de moscas. Estávamos, sem dúvida, na trilha do lixo.

O asfalto da estrada era agora substituído por um caminho de terra mais estreito e irregular. Por toda a área se espalhavam diferentes objetos. Alguns ainda guardavam suas formas e cores originais, outros estavam misturados e pareciam ter perdido as características que, anteriormente, permitiriam sua rápida identificação. Eram pedaços de pano, papel, plástico, vidros quebrados, latas, restos de alimentos, material de origem hospitalar... Juntando-se a eles estavam cachorros, porcos e bois, que livremente circulavam pelo local. Havia também gente, muita gente.

De longe não pareciam tantos, mas bastava um novo caminhão de lixo apontar na estrada, para que de todos os lugares brotassem homens e mulheres, alguns jovens, outros mais idosos, acompanhados ou não de crianças. Correndo ao lado dos veículos que chegavam eles se juntavam ao lixo que era vazado no local, dando a partida na disputa pelo “melhor material”.

Gente e lixo. Gente que se misturava com o lixo e com ele parecia se confundir. Nesta hora o cheiro ruim, a sujeira, as moscas, tudo ficou um pouco esquecido e minha curiosidade inicial foi sendo substituída por muitas dúvidas e inquietações. Que modo de vida era este? O que podia pensar olhando aquela corrida, a disputa de material com os colegas (e também com os animais que circulavam livremente no local), a avidez com a qual prontamente comiam um pedaço de pão ou de uma fruta ali encontrados?

De um lado parecia estar a tristeza, o desespero, a falta de esperança, a miséria extrema e a fome, a sobrevivência física a qualquer preço. Mas de outro, estranhamente, pude observar também a comemoração de uma roupa ou sapato encontrados, o canto e a dança que nasciam junto ao som proveniente de um rádio recém garimpado do lixo, a alegria com que eram acolhidas as “jóias” que passavam a enfeitar pescoços e braços.

Alguns objetos ganhavam nova vida, outros eram desprezados e voltavam a ser lixo, aguardando o movimento das máquinas que logo viriam para aterrá-los. Neste “pega e larga” de algum modo pareciam alternar choro e riso, alegria e tristeza, dor e comemoração.

Um intrigante cotidiano era desenhado no mundo do lixo, colocando-me frente a um desafio: como construir com aproximação com este mundo? Como abrir um canal de comunicação com estas pessoas?

Através de seus corpos curvados e olhos baixos alguns pareciam querer se esconder, esquivando-se das tentativas de aproximação que fazia. Outros, contudo, permitiam tal aproximação e deixavam escapar algumas breves respostas às perguntas que lhes eram formuladas. Em número bem menor havia também um outro grupo: o que alertava sobre o “perigo” do local, relatando casos de assalto e estupro, aconselhando os “visitantes” a só permanecerem no Lixão até uma determinada hora, “enquanto ainda estivesse dia claro”.

A visita não se prolongou por muito tempo, mas deixou marcas, levando-me, posteriormente, a concluir que não se chega e se sai de um Lixão impunemente. Parece haver um preço a ser pago.

Uma coisa é ler reportagens, ver fotos, ouvir falar. Outra é ver “ao vivo e a cores”. Ver o que foi permitido e ter a certeza de que havia muito mais para ser visto. Fica um impacto, um estranhamento e uma grande vontade de voltar. Voltar para conhecer melhor, para tentar entender que mundo era aquele, para ouvir as histórias que aquelas pessoas tinham para contar e, talvez sob influência de minha formação profissional, voltar também para tentar participar, junto com eles, da construção de algumas alternativas para a melhoria de sua qualidade de vida.

Esta volta demorou alguns meses, uma vez que estava ainda envolvida nas atribuições do cargo administrativo que exercia. O término desta gestão coincidiu, porém, com o surgimento de uma nova possibilidade. Agora se tratava de um trabalho voluntário vinculado ao movimento “Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria, pela Vida”, movimento este idealizado e implantado no país, sob a coordenação do sociólogo Herbert de Souza.

A iniciativa era de alguns funcionários da Escola Técnica Federal de Campos (atual CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica) e ocorreu a partir de seu engajamento na campanha “Natal sem fome”, em dezembro de 1993. A primeira visita destes funcionários ao Lixão também gerou outras, envolvendo, inicialmente, a doação de bolsas de alimentos para os catadores de lixo e o interesse pela realização de um cadastro das famílias, visando o estabelecimento de alguns critérios para a concessão de tais bolsas, já que era impossível

atender a todos. Prontamente houve o engajamento de funcionários da Universidade Federal Fluminense, dentre os quais me inclui.

As visitas agora não eram mais eventuais. Tornaram-se freqüentes e logo deixaram de lado o caráter de ação voluntária para dar origem a um Projeto de Pesquisa e Extensão<sup>1</sup> coordenado pelo Departamento de Serviço Social de Campos, contando, ainda, com a parceria informal de várias instituições locais.

A aproximação com os catadores acontecia de modo mais fácil neste momento. Talvez fosse em decorrência da intermediação das bolsas de alimentos ou talvez se justificasse também pela regularidade da presença da equipe, pelas conversas informais que eram mantidas, pela livre circulação por todos os espaços existentes no Lixão, ouvindo explicações dadas pelos catadores sobre o valor dos materiais que coletavam, sobre os riscos de acidentes que corriam, sobre as trilhas por onde se podia andar no meio do lixo, sobre a balança “viciada” que os prejudicava e favorecia aos “atravessadores”. O fato é que as barreiras iniciais começaram a ser quebradas e muitas histórias puderam ser contadas.

Eram histórias de desemprego e fome, revelando trajetórias de uma pobreza que chegou de surpresa ou foi herdada. Histórias onde o desespero, o desânimo, a descrença eram seus parceiros, mas, obrigatoriamente, acabaram por gerar alguma forma de enfrentamento, tendo em vista a necessidade de garantirem sua sobrevivência imediata.

Com olhos brilhantes e voz firme, pareciam sentir orgulho em revelar momentos que já viveram, algumas lutas que travaram, além das habilidades que desenvolveram e da sabedoria que foram acumulando, na contínua prática do “ter que se virar”.

Como luta não é sempre sinônimo de vitória, suas falas e silêncios revelavam também as muitas “derrotas” que já experimentaram. Nestas ocasiões, demonstravam então o cansaço e a revolta, ficando tentados a “entregar os pontos”. Para muitos, foi nesta hora, onde “não sabiam mais para onde correr”, que o lixo passou a fazer parte de suas vidas.

Por que o lixo? Os motivos pareciam variados: a influência de um colega que já tinha experiência na área; a proximidade com seu local de moradia; a curiosidade; a possibilidade de nunca sair de “mãos abanando”, já que pelo menos podiam encontrar algum alimento. O certo é que o lixo foi introduzido de mansinho, como algo eventual, para suprir uma situação de emergência ou complementar uma renda. Alguns não agüentaram e acabaram voltando para os trabalhos temporários que surgiam, mas a maioria permanecia. Seria uma escolha? Falta de opção? O que, na verdade, os trazia e os mantinha no lixo? Por que não estavam, como tantos outros, fazendo seus “biscates” na lavoura da cana, na construção civil ou nos serviços domésticos?

Estas interrogações se estendiam ao próprio grupo que participava do projeto. Por que o lixo? Por que começamos? Por que continuávamos ali? Dentre tantas outras comunidades chamadas de carentes a serem trabalhadas, por que a escolha recaiu sobre esta? O que fomos catar no lixo?

Responder a tais perguntas não era uma tarefa fácil, mas não era difícil admitir, reforçando minhas impressões iniciais, que aquele lugar exercia uma espécie de sedução. Talvez fossem as descobertas que propiciava. “Que grande prazer este de ‘achar coisas’!” é o que afirma Eigenheer (s/d, p.2). Afinal, como destaca o autor “faz parte de nosso imaginário desde criança: A Ilha do Tesouro, o tesouro enterrado, o caldeirão de ouro no fim do arco-íris... Para os catadores isto é ‘real’ e diário” (id.).

Para a equipe a possibilidade de “achar coisas” também parecia exercer uma forte atração, atração esta direcionada, porém, para a complexidade que cercava o tema, remetendo a um mundo de ambigüidades a serem conhecidas e analisadas. O certo é que a aproximação com o lixo deixava marcas nos catadores, marcas que também nos alcançavam, mesmo que de maneira diferenciada.

De alguma forma passávamos a prestar mais atenção naquilo que consumíamos e jogávamos fora. Começávamos a prestar atenção no mundo do desperdício do qual fazíamos parte e descobríamos que jogar algo no lixo não decretava o seu desaparecimento, mas apenas um distanciamento supostamente seguro. Começávamos a nos preocupar com a forma como colocávamos vidros e outros objetos cortantes no lixo. Afinal, estavam sempre presentes, entre nós, algumas observações feitas pelos catadores:

Quando vocês jogarem um osso de galinha no lixo, bota ele num saco mais grosso, pra não cortar nossas mãos.

Quando tiver que jogar fora uma comida, não mistura com outras coisas, porque, às vezes, dá pra aproveitar.

Rico desperdiça muito. O bom era se o lixo pudesse vir separado, porque assim a gente separava o que ia aproveitar e o que ia vender.<sup>2</sup>

A atividade de “catar lixo”, a princípio tão estranha para quem a observava de fora, ganhava cara de trabalho, “trabalho de gabarito”<sup>3</sup>, que exigia habilidades específicas e, de algum modo, preservava a condição de trabalhador entre os catadores, garantindo a sobrevivência de suas famílias.

Cada momento passado no Lixão gerava novas interrogações, deixando em aberto um campo de infundáveis possibilidades, tanto no âmbito do conhecimento, quanto no da ação solidária ou mesmo das Políticas Públicas.

Trabalhar com algumas destas interrogações é a proposta que, a seguir, apresento. A experiência inicial com os catadores de lixo me levou a pensar a atividade que realizavam como uma ocupação exercida em nome da sobrevivência. Prosseguindo nesta linha de investigação, quero agora conhecer de modo mais aprofundado alguns destes sujeitos e o exercício cotidiano da atividade da catação, buscando encontrar as possíveis condições que apresentam não só para a garantia da sobrevivência imediata, mas sobretudo, para o enfrentamento do processo de filiação/desfiliação social que vivenciam em suas trajetórias de vida.

## 2 A PROPOSTA DA PESQUISA: UMA ESCOLHA E MUITAS INQUIETAÇÕES

“Lixo é um tema relevante para pesquisa? Por que o lixo? Não havia um assunto melhor para sua pesquisa?” Estas foram algumas das muitas perguntas que ouvi, questionando minha escolha, tanto em relação aos projetos desenvolvidos na universidade, quanto no que se refere a minha proposta de investigação no Doutorado.

Não tenho dúvidas a este respeito. Considero o tema importante e tenho interesse em continuar investigando outras tantas dimensões a ele relacionadas. Acredito como Otávio Cruz Neto (1993, p. 64) que

(...) as inquietações que nos levam ao desenvolvimento de uma pesquisa nascem do universo cotidiano. O que atrai na produção do conhecimento é a existência do desconhecido, é o sentido da novidade e o confronto com o que nos é estranho. Essa produção, por sua vez, requer sucessivas aproximações em direção ao que se quer conhecer.

Minha escolha, contudo, não resultou apenas de um interesse pessoal. Quer sob a ótica econômica, política, social, ambiental ou da saúde pública, a problemática dos resíduos sólidos vem despertando um interesse crescente da sociedade brasileira, principalmente nos últimos anos. Novos e velhos lixos, produção que se avoluma e destino final, coleta seletiva, educação ambiental, indústria de reciclagem – vários são os âmbitos das discussões atuais – pondo em destaque, em última análise, uma questão polêmica: a relação da sociedade com suas supostas sobras, sobras materiais e “sobras humanas”.

No meio acadêmico já se evidencia uma diversificada produção sobre a questão dos resíduos, através de dissertações de mestrado, teses de doutorado e pesquisas científicas<sup>4</sup>. Diferentes periódicos<sup>5</sup> têm focado muitos dos problemas cotidianos relacionados ao lixo. Os meios de comunicação<sup>6</sup>, por sua vez, trazem a público o registro de acontecimentos e problemas, muitos dos quais são enfatizados por algumas ONGS, que se mobilizam e procuram envolver a sociedade no debate e na articulação de ações coletivas.

Especificamente no âmbito de interesse da presente pesquisa – o eixo lixo/ processo de (des)filiação – a discussão vem se ampliando em espaços como o Fórum Nacional Lixo e Cidadania<sup>7</sup> (1998), a Campanha “Criança no lixo, nunca mais” (1999), o 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel (1999), o 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (2001) e o I Congresso Latino Americano de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis (2003).

Alguns números fornecem também informações e alertas:

São cerca de 45 mil crianças e adolescentes vivendo e trabalhando nos lixões espalhados pelo país (...) O lixo é sua sala de aula, seu parque de diversões, sua alimentação e sua fonte de renda. Ganham de R\$ 1 a R\$ 6 por dia, mas o trabalho que fazem é fundamental para aumentar a renda de suas famílias.” (ABREU, 2001, p. 13);

Estima-se hoje no Brasil a atuação de cerca de 200 mil catadores de rua responsáveis pela coleta de vários tipos de materiais.” (CEMPRE, 2000, p. 84)

Além disso, há que se reconhecer o inegável trabalho realizado hoje no Brasil por estes catadores, como destaca Teia Magalhães (2000). De um lado eles encontram no lixo uma fonte de receita para a sua sobrevivência. De outro, estão presentes nos programas de coleta seletiva desenvolvidos por várias prefeituras, colocando à disposição das mesmas, seus conhecimentos, experiências e habilidades para encontrar, coletar, separar e vender materiais recicláveis. Eles fazem parte da indústria da reciclagem, constituindo um elo de uma cadeia produtiva em inegável expansão e, como completa a autora: “de forma silenciosa, eles lentamente se organizam em associações, cooperativas e buscam ter seus direitos reconhecidos ...” (id., p. 18).

Estamos, assim, diante de uma “nova”<sup>8</sup> categoria de trabalhadores?

Com tais considerações o que quero enfatizar é que a temática do lixo traz à tona questões de reconhecida relevância, algumas das quais ainda pouco exploradas, como é o caso, por exemplo, do cotidiano dos catadores. São questões que têm despertado meu interesse a partir da experiência vivida no Lixão do Município de Campos dos Goytacazes e que foram ainda mais acentuadas quando conheci o Aterro Metropolitano Jardim Gramacho, em função de minha inserção no projeto “Resíduos, Degradação Ambiental e Saúde”.<sup>9</sup>

Tais experiências me colocaram diante do desafio de construir uma maior aproximação com alguns dos sujeitos que vivem do lixo, procurando conhecer quem são, que características os aproximam e os diferenciam, como se movimentam em sua trajetória pelo

mundo da pobreza e, principalmente, quais são as estratégias a que têm recorrido e quais poderiam mobilizar, tendo em vista a constituição de um outro cotidiano.

Olhando “de fora”, o lixo pode ser visto apenas como resto, da mesma forma que os chamados “catadores” podem ser homogeneizados e reduzidos à condição de indivíduos desocupados, inúteis e perigosos. Mas será realmente assim?

Problematizando os diferenciados significados que o lixo e os catadores têm assumido em nossa sociedade, o que pretendo investigar são **as táticas de viver e resistir, ou seja, as possibilidades de re-invenção do cotidiano a partir do trabalho com o lixo**, tendo a seguinte interrogação central: **que mecanismos de filiação social podem ser construídos através da experiência com as sobras?**

Para nortear o processo investigativo tomo por base os seguintes pressupostos:

- o terreno de ambigüidades que cerca o lixo se estende ao cotidiano dos catadores, podendo condená-lo a um processo perverso de filiação;
- as possibilidades de enfrentamento destas ambigüidades e a construção de um outro modo de vida encontram-se diretamente relacionadas à criação de formas alternativas de trabalho com o lixo através de movimentos de organização dos catadores, caminhando na direção da constituição/reconstituição de uma identidade profissional.

Considero, portanto, que o trabalho com o lixo é uma alternativa de viver e resistir podendo propiciar uma forma de inserção social centrada na cidadania.

Em encontros e debates que abordam a temática do lixo tenho observado que, dentre os aspectos polêmicos, um se destaca: a existência de catadores e a necessidade de retirá-los dos lixões e aterros. Voltarei a esta questão no decorrer da tese, mas, por hora, quero esclarecer que esta não é minha perspectiva de estudo. O que defendo é que o problema maior pode não se encontrar no trabalho com o lixo em si, mas sim nos estigmas que o cercam e nas condições em que ele é exercido, engendrando armadilhas, mantendo os catadores na condição de não-trabalhadores e transformando-os em reféns da inutilidade.

Com tal perspectiva quero buscar respostas para as seguintes questões:

- quem são os catadores de lixo? Como é composta esta categoria de trabalhadores?
- como se configura o processo de trabalho com o lixo? Em que condições se realiza? Que especificidades o caracterizam? Como os catadores vivenciam e percebem tais especificidades?

- que modo de vida os catadores podem construir a partir do trabalho com o lixo? Há realmente uma recomposição de vínculos sociais ou eles são condenados a uma falsa inserção, movimentando-se em uma “zona de sombras”?
- que condições se apresentam como fundamentais para que os catadores possam constituir um outro modo de vida a partir do trabalho com o lixo?

Trata-se de uma proposta que busca ampliar o foco de análise sobre a problemática do lixo, privilegiando um diálogo com a versão de alguns trabalhadores em torno de seu cotidiano. Neste sentido tenho os seguintes objetivos:

- traçar elementos de distinção entre catadores de aterros, cooperativas e associações, buscando compor um perfil de tais trabalhadores;
- investigar em que consiste e em que condições é exercida sua ocupação atual, bem como o significado que ela tem assumido em suas vidas;
- identificar elementos que poderão fornecer subsídios para alternativas de reinvenção de seu cotidiano.

Nesta perspectiva, o espaço de referência da presente investigação é a vida cotidiana e os catadores de lixo serão analisados, a partir da concepção de indivíduos em processo de filiação/desfiliação, ou seja, aqueles cujas trajetórias tem sido feitas “de uma série de rupturas em relação a estados de equilíbrio anteriores, mais ou menos estáveis, ou instáveis” (CASTEL, 1997, p.22). Minha análise se fundamenta também nas reflexões sobre exclusão social desenvolvidas por Sarah Escorel (1999), que enfatiza os eixos sócio-familiar e econômico-ocupacional trabalhados por Castel, mas a eles incorpora as dimensões da política (cidadania), a questão cultural (valores simbólicos) e o âmbito da própria vida.

Quero pensar a experiência com as sobras, através de condições materiais e campo simbólico, cercando-me inclusive das representações sociais que têm sido construídas em torno do próprio lixo. Neste sentido, recorro principalmente a José Carlos Rodrigues (1993, 1995 e 1999), destacando a dimensão metafórica que cerca o lixo e que, a meu ver alcança também o catador, fazendo com que este último povoe não só uma zona de vulnerabilidade social (CASTEL, 1998), mas, sobretudo, uma “zona de sombras”.

Isto significa dizer que no contexto da coesão social os catadores vivenciam “a precariedade do trabalho e a fragilidade dos suportes de proximidade” (id., p. 24), tendo seu cotidiano agravado ainda mais pelas marcas oriundas do universo do lixo. Esta é uma concepção que pretendo aprofundar, explorando o campo de ambigüidades onde estão inseridos os catadores, configurando um “lugar” que mistura certezas e dúvidas, silêncios e

provocações, rupturas e continuidades, finitudes e recomeços, escuridão e luz. A questão que se coloca é então: que condições são necessárias para a ultrapassagem desta “zona de sombras”?

Recorro também às construções de Goffmann (1988) sobre estigma, lembrando que tal termo remete à noção de atributo que marca, inabilita para a aceitação social plena, constituindo-se, sobretudo, como fruto das relações sociais. O que um indivíduo é, e o que “deveria ser”: uma identidade social virtual e uma identidade social real – este é um ponto a ser explorado, considerando ainda o agravante de que uma “imperfeição original” pode gerar outras tantas, fazendo também com que entre em cena um processo de incorporação do “defeito”. Não será isso que acontece entre os catadores e dificulta a constituição de uma nova rota em suas vidas?

Olhar, descrever, problematizar, compreender – esta é a minha proposta, tentando investir no universo onde circulam significados, aspirações, crenças, valores e atitudes. Desta forma minha pesquisa é essencialmente exploratória e minha opção recai na realização de um estudo de casos, considerando-o como uma importante via de acesso a um campo repleto de questões particulares, ou seja, o campo do trabalho com o lixo.

Como Maria Laura Barbosa Franco (s/d, p.6-7) considero que o caso constitui uma

instância deflagradora do estudo de mediações que concentram a possibilidade de explicar a realidade concreta (...) Diferentes interpretações, que diferentes indivíduos ou grupos desenvolvem acerca de uma mesma situação, é o que permite recuperar a dinâmica da situação estudada. Dinâmica que se expressa no processo vivenciado pelos indivíduos envolvidos e no relato das representações e interpretações dos informantes. Representações e interpretações que, por sua vez, serão reinterpretadas e reelaboradas pelo pesquisador e, posteriormente, pelo leitor.

Quando se quer estudar algo singular, que tenha um valor em si mesmo, devemos escolher o estudo de caso, é o que assinalam Lüdke e André (1986), enfatizando, contudo, a importância da interpretação em contexto, focalizando as múltiplas dimensões de um determinado problema ou situação, considerado como um todo. Para tanto o que se coloca também é a possibilidade de recorrer a uma variedade de informações, oriundas de diversas fontes.

Com base nestas observações e contando com recursos do projeto do CESTE/ENSP, minha pesquisa de campo envolveu a escuta de sujeitos selecionados em três distintos cenários: um Aterro Metropolitano (Duque de Caxias/RJ), uma Cooperativa (Coopergramacho - Duque de Caxias/RJ) e cinco Associações de Catadores (Porto Alegre/RS e Belo Horizonte/MG). Tais cenários foram escolhidos em decorrência da importância que

estas experiências têm representado no contexto brasileiro, cabendo esclarecer que não pretendo entrar em uma discussão comparativa sobre os modelos associativistas e cooperativistas. Este não é o objeto da tese. O que me interessa é explorar o movimento de organização dos trabalhadores, contrapondo-se à atividade de catação que é desenvolvida de forma isolada, trazendo tal análise para o contexto da filiação/desfiliação social que vivenciam.

As entrevistas ocorreram em um clima de informalidade constituindo, essencialmente, uma “conversa a dois com propósitos bem definidos” (CRUZ NETO, 1993 p. 57). Sua realização tomou por base um roteiro flexível de perguntas, tendo como eixo norteador o exercício do trabalho com o lixo, seu significado e suas implicações no cotidiano dos catadores, considerando não só o âmbito da sobrevivência, mas também a própria vida em sociedade. Dados de identificação dos catadores foram, assim, articulados a questões sobre moradia, vida em família, vínculos sociais, acesso a benefícios e serviços sociais. A existência de sonhos foi também considerada, bem como o ingresso na atividade da catação e a história que com ela construíram até os dias atuais, pondo em destaque a possibilidade de investigar a existência de diferenças em suas vidas, considerando um antes e um depois do lixo.

Com alguns catadores só foi possível realizar um encontro. Em média, porém, ocorreram de 2 a 3 contatos com cada sujeito e seus depoimentos foram quase sempre gravados, havendo em todos os casos, uma prévia concordância dos entrevistados.

Muitas foram as fitas a serem, posteriormente, ouvidas e transcritas. Minha opção foi assumir pessoalmente tal tarefa, considerando não apenas a necessidade de preservar integralmente a riqueza de informações que as mesmas continham, mas também a possibilidade de reviver distintos momentos da pesquisa, buscando compreender as falas nos contextos em que ocorreram, com as emoções que suscitaram, as pausas, as interrupções, os risos, as interrogações, as expressões verbais tão familiares em seu cotidiano e, às vezes, tão estranhas para mim.

Não houve uma escolha prévia dos sujeitos pesquisados, tanto em termos numéricos, quanto em relação ao perfil que apresentavam. Sua seleção foi ocorrendo aos poucos, à medida em que a pesquisa ia sendo realizada e seguindo prerrogativas da ética para a pesquisa apontadas pela FIOCRUZ. Em geral uns iam indicando os outros. Tempo de trabalho com o lixo ou vivências diversificadas nesta área (catação em lixões, aterros e associações), algum tipo de liderança exercida junto ao grupo ou o fato de “saber falar bem”, foram os critérios que emergiam entre os próprios trabalhadores e foram por mim respeitados.

Realizei também abordagens com alguns técnicos atuantes nos cenários pesquisados. Além de prestarem esclarecimentos e fornecerem informações, eles também indicaram catadores a serem entrevistados.

Junto às associações foram realizadas entrevistas com 14 catadores. Em Porto Alegre abordei 3 homens e 4 mulheres. O mais velho tinha 68 anos e os demais variavam entre 30 e 40 anos. Alguns pertenciam à diretoria das associações e outros trabalhavam diretamente na catação. Em Belo Horizonte foram entrevistados 4 homens e 3 mulheres, com idade variando entre 24 e 52 anos. Entre eles estavam incluídos trabalhadores dos galpões, membros da diretoria da ASMARE e uma catadora que participou de sua implantação.

Já em relação ao Aterro Sanitário e à Coopergramacho, a coleta de dados incluiu, respectivamente, entrevistas com o catador considerado como um dos mais antigos no trabalho com o lixo, bem como com 7 cooperados. Entre estes últimos 4 eram mulheres e 3 homens, com idade variando entre 22 e 76 anos, alguns atuando nos módulos de produção e outros pertencendo à diretoria da cooperativa. A tais dados foi acrescentada a análise dos resultados obtidos com a aplicação de um questionário junto à 218 catadores (190 da rampa<sup>10</sup> e 28 da Cooperativa), por ocasião de minha vinculação, durante o ano de 2001, à pesquisa já citada (Resíduos, Degradação Ambiental e Saúde). Nestes casos, os entrevistados representaram 20% da população total envolvida na catação, observando-se critérios de proporcionalidade existente em termos de sexo, idade, local de trabalho e tipo de vínculo. Mesmo com objetivos distintos, havia sintonia entre as duas pesquisas e considerei pertinente lançar mão de alguns dados que poderiam enriquecer meu estudo atual.

Vale registrar que meu ingresso em cada cenário se deu de forma diferenciada. No Aterro e na Cooperativa recorri, formalmente, via FIOCRUZ, à COMLURB, através de um de seus gerentes e à equipe do Serviço Social da Construtora Queiroz Galvão (empresa gerenciadora do Aterro à época da pesquisa), sendo esta última a responsável por me colocar em contato com os demais setores e com os catadores tanto da rampa, quanto da cooperativa.

No que se refere às associações a relação foi iniciada de modo mais informal. Conheci um membro da Federação das Associações de Recicladores do Rio Grande do Sul em um seminário promovido pelo projeto já citado CESTE/ENSP, onde ambos éramos palestrantes. Conversando sobre meu interesse em investigar melhor o assunto, através, inclusive, de experiências de outros estados, pude programar, através também do referido projeto, uma visita às associações de Porto Alegre e, posteriormente, de Belo Horizonte, sendo encaminhada a contatos com vários de seus membros.

Em nenhum dos locais encontrei algum motivo que impedisse a realização da pesquisa. É certo que houve uma reserva inicial, uma cautela na abordagem de alguns assuntos, um receio em estar “falando demais”. Entretanto, acredito que a confiança no sigilo das informações e a postura que mantive, de valorização e respeito aos relatos, diluíram estas barreiras iniciais e propiciaram longas e ricas conversas sobre o cotidiano do trabalho com o lixo.

Acredito também que as fotografias (a princípio pensadas essencialmente como material ilustrativo), constituíram um elemento fundamental de entrosamento entre os diferentes sujeitos envolvidos na pesquisa. No início, a simples presença da máquina fotográfica parecia intimidar, levando alguns a se esconderem, discretamente, atrás dos outros. Entretanto, logo foi ficando claro que as fotos só seriam tiradas com o consentimento prévio de cada um. Tal postura fez com que os catadores discutissem os locais e situações que deveriam ser registrados, se queriam ser fotografados sozinhos ou com alguns companheiros, os melhores ângulos ou os horários mais indicados do dia, tendo em vista a possibilidade de se obter uma iluminação mais adequada.

Aventais e luvas eram ajeitados, cabelos eram penteados, algumas bocas se coloriam de vermelho, corpos se mantinham eretos ou se curvavam simulando movimentos rotineiros no trabalho. Com eles compartilhei uma espécie de ritual de preparação para o momento das fotos.

Posteriormente, o contato dos catadores com tais fotos propiciaram a construção de diferentes falas; falas que expressavam não apenas suas opiniões sobre a qualidade das mesmas, mas também geravam comentários e discussões sobre o que tinham registrado. A possibilidade de poderem ficar com algumas cópias pareceu derrubar de vez as resistências iniciais, propiciando o estreitamento da comunicação que estava sendo construída.

Observações diretas nos próprios locais de trabalho e consulta a documentos, tais como pesquisas anteriores, atas de reuniões, relatórios anuais, estatutos e regimentos, foram instrumentos complementares de coleta de dados.

O Diário de Campo constituiu também um valioso instrumento de pesquisa. Nele pude registrar o que observava em situações de rotina: a dinâmica do trabalho, o acontecimento de algum acidente, as conversas nos intervalos para o lanche, a entrada e a saída dos turnos, a substituição de um colega ausente. Documentei também eventos não tão rotineiros que pude presenciar, como o caso de uma paralisação das máquinas tendo em vista a falta de pagamento de uma quinzena na cooperativa; a renovação de um cadastro de catadores do aterro e alguns conflitos decorrentes do impedimento da entrada daqueles que se encontravam

em situação irregular; a relação, às vezes, conflituosa entre os catadores e o setor de segurança do aterro; as queixas contra uma espécie de “domínio familiar” em algumas associações, bem como em relação à quantidade e a qualidade do lixo disponível, tendo em vista um provável aumento da “concorrência” na catação<sup>11</sup>; e ainda, algumas reuniões preparatórias para manifestações públicas a serem realizadas pelos catadores.

O diário foi o lugar onde pude também realizar muitas anotações do que nem sempre era dito através de palavras nas entrevistas. Afinal, como salientam Lüdke e André (1986, p.36):

Há toda uma gama de gestos, expressões, entonações, sinais não-verbais, hesitações, alterações de ritmo, enfim, toda uma comunicação não verbal cuja captação é muito importante para a compreensão e validação do que foi efetivamente dito. Não é possível aceitar plena e simplesmente o discurso verbalizado como expressão da verdade ou mesmo do que pensa ou sente o entrevistado. É preciso analisar e interpretar esse discurso à luz de toda aquela linguagem mais geral e depois confrontá-la com outras informações da pesquisa e dados sobre o informante.

Entrevistas, observações e análises de documentos foram assim, as vias que escolhi para construir uma maior aproximação com meu objeto de estudo, percorrendo contínuos movimentos de registro, questionamento e interpretação, agrupando o material obtido em dois recortes fundamentais: processo de trabalho e modo de vida.

Ouvir, transcrever, rever, analisar as informações, construindo um sistema de classificações, buscar seus prováveis significados – este foi o trabalho que se seguiu, na direção de ultrapassar o imediatismo da evidência empírica. Os passos construídos observaram a proposta elaborada por Minayo (1998, p. 236 ) permitindo caminhar da ordenação e classificação dos dados, até sua análise final, num “movimento incessante que se eleva do empírico para o teórico e vice-versa, que dança entre o concreto e o abstrato, entre o particular e o geral .”

O tema é complexo e multifacetado, e certamente não trago aqui uma análise conclusiva. O que procuro é conhecer e analisar um pouco mais sobre a vida e o trabalho dos catadores de lixo, o que me remete também a “seus sentimentos, valores, crenças, costumes e práticas sociais cotidianas” (MARTINELLI, 1994, p. 13). Se perversas marcas vêm compondo seu cotidiano, se o estigma do lixo se estendeu também aos indivíduos que com ele trabalham, isto não é tudo. A “busca de melhorias” e a construção de alternativas de enfrentamento dos problemas também ganham espaço e o canal para tanto parece se desenhar, sobretudo, na trilha da constituição/reconstituição da condição de trabalhador.

As análises elaboradas são a seguir apresentadas, tomando como ponto de partida, no primeiro capítulo, uma breve contextualização da questão dos resíduos sólidos no Brasil, a complexidade e as múltiplas dimensões que o tema comporta, procurando focalizar não só o debate sobre sua produção e destino final no país, mas também algumas implicações sociais, sanitárias, econômicas, ambientais e políticas, bem como o campo das mentalidades e sensibilidades, considerando como José Carlos Rodrigues (1999, p. 87), que o lixo é antes de tudo uma questão de cultura, “existe fundamentalmente como realidade simbólica.”

Com tais considerações busco traçar o pano de fundo para a discussão central desta pesquisa, ou seja, o trabalho com o lixo e suas implicações no cotidiano dos catadores. Para fins desta análise, separo algumas das muitas dimensões que o tema comporta, embora na prática cotidiana elas se interpenetrem de forma dinâmica.

A seguir, no segundo capítulo, o foco se encontra na questão da pobreza e da exclusão social. Aqui procuro realizar uma aproximação com o cotidiano daqueles que são considerados como alguns dos “restos” de nosso tempo, cotidiano este que os conduz para o mundo do lixo e os transforma em badameiros, bagulhadores, trapeiros, xepeiros, papeleiros, recicladores, carrinheiros, gaioteiros<sup>12</sup> ou, simplesmente, catadores de materiais recicláveis. Apresentando tais sujeitos, retomo o processo de trabalho que desenvolvem, bem como o significado que assume, constituindo travessias para se recuperar a condição de trabalhador.

Já a partir do terceiro capítulo começo a explorar o trabalho com o lixo em cenários específicos. Inicialmente focalizo a realidade do aterro pesquisado para, em seguida, abordar a Cooperativa e, por último, as Associações. Em cada um deles trabalho com os seguintes eixos: um lugar e muitos sujeitos; o trabalho, a saúde e a vida; mais que perdas e ganhos.

São histórias de Sidônio, Tião, Pernambuco, Waldemar, Tânia, Cláudio, Ângela, Vera, Marisa, Quica, Geralda, Agnaldo, Carlos e Luiz Henrique que fizeram questão de se identificar, e de outros tantos que preferiram manter o anonimato. Histórias onde procuro trazer à tona os bastidores do mundo do lixo. Histórias de gente que parece só acumular pobreza e não ter mais nada a perder. Gente que se confunde com o lixo e que com sua presença incômoda, reafirma, a cada momento, o que a sociedade brasileira gostaria de negar.

Entretanto, é essa mesma gente que enfrentando o modo de vida excluído, recusa identidades atribuídas e se apropria do cenário do lixo, re-significando-o e construindo, assim, as bases para recuperar sua condição de sujeito-trabalhador. O lixo deixa de ser um lugar de restos e sobras e passa a ser um lugar de trabalho, lugar de se poder re-inventar um cotidiano.

## Notas e Referências

- <sup>1</sup> Trata-se do projeto “A mão que obra no lixo”, cujo relatório recebeu o Prêmio CBCISS 50 anos, em 1996, e em 2000 foi editado, em parceria EDUFF-CBCISS, em livro que recebeu o mesmo nome.
- <sup>2</sup> Anotações do Diário de Campo – 1994.
- <sup>3</sup> Expressão utilizada por alguns catadores ao se referirem à atividade que exerciam.
- <sup>4</sup> Ver, por exemplo, o documento "A produção bibliográfica da USP na área de resíduos sólidos" (1999), disponível em <http://cecae.usp.br/recicla/SOBREOLIXO.HTM>, bem como o acervo da biblioteca do CEMPRE e do Centro de Informações Técnicas da COMLURB.
- <sup>5</sup> Ver, por exemplo, Resíduos – Revista Técnica; Bio - Revista Brasileira de Saneamento e Meio Ambiente; Revista Limpeza Pública; Revista Saneamento Ambiental; Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical, Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, Revista de Engenharia Sanitária e Cadernos de Saúde Pública.
- <sup>6</sup> A Rede Brasil produziu vários programas envolvendo a questão do Lixo. Chamo a atenção para o documentário “O desafio do lixo” produzido pelo jornalista Washington Novaes e exibido em 5 episódios durante os meses de maio e junho de 2001. Jornais e revistas também têm abordado o tema, como pode ser constatado na bibliografia relacionada ao final da tese.
- <sup>7</sup> Fórum implantado em junho de 1998, por iniciativa do Unicef, sendo composto por 49 instituições governamentais e não governamentais. Sua proposta envolve a promoção de discussões e ações para o enfrentamento da problemática do lixo no Brasil, como será abordado no item 1.4 desta tese.
- <sup>8</sup> A existência de catadores remonta, no Brasil, ao início do século XX, através da figura do velho garrafeiro. Recorro, contudo, ao adjetivo “nova” para enfatizar o movimento de reconhecimento oficial de tal atividade, que só ganhou maior força no início do presente milênio.
- <sup>9</sup> Projeto desenvolvido pelo CESTE/ENSP/FIOCRUZ, em conjunto com a Universidade Popular da Baixada, sob a coordenação do professor Marcelo Firpo de Souza Porto. Sua proposta era desenvolver uma metodologia integrada de pesquisa em saúde, trabalho e ambiente, dentro de um enfoque interdisciplinar, intersetorial e participativo. Através dos resultados de sua investigação pretendia ainda subsidiar a construção de políticas públicas e ações de vigilância ambiental e em saúde do trabalhador. Na época em que me inseri possuía duas vertentes: uma relacionada ao desenvolvimento de uma experiência piloto sobre promoção de saúde em escolas e comunidades do município de Duque de Caxias e outra envolvendo a realização de uma investigação sobre condições de vida, trabalho e saúde dos catadores do Aterro Metropolitano Jardim Gramacho.
- <sup>10</sup> Nome como é conhecido o local onde é vazado o lixo que chega no Aterro.
- <sup>11</sup> Tal “concorrência” dizia respeito não só ao aumento numérico de trabalhadores, mas também à existência de catadores de ruas e dos próprios lixeiros, que executavam uma coleta prévia, antecipando-se à coleta oficial.
- <sup>12</sup> Estas são expressões que indicam como os catadores são denominados em diferentes Estados do Brasil. São nomenclaturas que por vezes se misturam, em decorrência do tipo da localidade e função exercida. Entretanto é possível se dizer que nos estados do Norte/Nordeste predominam expressões como badameiros, bagulhadores e trapeiros, enquanto que no Sul/Sudeste, encontram-se os gaioteiros, carrinheiros, papeleiros, xepeiros e recicladores, estes últimos, em geral, vinculados à estruturas de triagem. Vale, porém, ressaltar que todos eles têm sido, mais recentemente, reconhecidos como catadores de materiais recicláveis, a partir de sua inclusão na CBO – Classificação Brasileira de Ocupações - de 2002, como será visto posteriormente.



Área externa de um galpão de Porto Alegre (2001)

*“(...) Desculpe minha indiscrição, mas tenho visto o seu lixo...  
(...) Reparei que nunca é muito. Sua família deve ser pequena...  
(...) Tenho visto alguns restos de comida em seu lixo. Champignons,  
coisas assim.*

*É que eu gosto muito de cozinhar. Fazer pratos diferentes.  
Mas como moro sozinha, às vezes sobra.*

*(...) tenho visto uns vidrinhos de comprimidos no seu lixo...  
Tranqüilizantes. Foi uma fase. Já passou.*

*(...) Você brigou com o namorado, certo?*

*Isso você também descobriu no lixo?*

*Primeiro o buquê de flores, com o cartãozinho, jogado fora.*

*Depois, muito lenço de papel.*

*(...) Vejo muita revista de palavras cruzadas no seu lixo.*

*É. Sim. Bem. Eu fico muito em casa. Não saio muito.*

*(...) Não posso negar que o seu lixo me interessou. (...)”*

*(Luis Fernando Veríssimo)*

## 1 LIXO: UMA HISTÓRIA PASSADA A LIMPO

“Um bebê = 25 toneladas de lixo: do nascimento à morte, essa é a quantidade de detritos que cada brasileiro vai produzir.” (Veja, 17/03/1999)

“Lixões podem estar poluindo rios do interior.” (O Globo, 28/04/2002)

“Lixo: marca incômoda da modernidade.” (Ecologia e Desenvolvimento, 2001)

“Congresso discute lei para tratamento de lixo.” (O Globo, 12/08/2001)

“Lixo revela carioca empobrecido.” (O Globo, 23/04/2000)

“A sociologia que veio do lixo: detritos recolhidos em vários bairros revelam hábitos de consumo, diferenças culturais e padrão de vida do carioca.” (Jornal do Brasil, 18/07/1999)

“Juliana, 12, ganha a vida em lixão de Olinda.” (Folha de São Paulo, 28/03/2002)

“Em MG, catador de lixo sai da marginalidade.” (Folha de São Paulo, 09/12/2001)

Uma simples leitura destas manchetes de jornais e revistas já remete a uma importante questão: quando o assunto é lixo, inúmeros são os aspectos que se entrelaçam e devem ser considerados. Não basta discutir, por exemplo, uma perspectiva técnica relacionada ao manejo e disposição final do lixo, deixando de lado sua produção, seja no âmbito urbano ou industrial. Da mesma forma não é suficiente enfatizar uma preocupação ambiental e sanitária, desconsiderando sua relação com aspectos sociais, econômicos e culturais de cada sociedade através dos tempos.

Com tais colocações o que quero destacar é que falar de lixo significa reconhecer suas múltiplas dimensões, impondo-se um enfoque abrangente e interdisciplinar, capaz também de sinalizar possíveis desdobramentos no âmbito das práticas sociais e políticas públicas.

Admitindo a complexidade do tema, reconheço que antes de focalizar especificamente o cotidiano dos trabalhadores do lixo é preciso situar o contexto onde estão inseridos. Por tal motivo, inicio meu estudo procurando desenvolver um breve percurso através das dimensões ambientais, sanitárias, sócio-econômicas, políticas e culturais presentes na temática, tentando superar os limites enfrentados neste momento, tendo em vista o fato de a tese constituir uma produção individual e não interprofissional.

Meu objetivo não é aprofundar tal discussão, mas tão somente, compor um mosaico para a questão do lixo, juntando as peças que possam me auxiliar na compreensão do cotidiano de alguns dos sujeitos que vivem do trabalho com o lixo, ou seja, os catadores de materiais recicláveis.

## 1.1 UM CENÁRIO

Nem sempre a questão dos resíduos constituiu um problema. Já houve época em que o lixo era quase totalmente degradável, sendo reabsorvido pela natureza. Os problemas começaram a se delinear a partir do momento em que os homens passaram a abandonar o estilo de vida nômade, tornando-se sedentários e formando os aglomerados urbanos.

Como nômades eles colhiam da natureza os elementos de que necessitavam, mudando para outras regiões quando estes se tornavam escassos. Seu lixo era facilmente decomposto e absorvido pela natureza. Tal perspectiva se matinha, até mesmo no período em que eles passaram a se fixar em determinados espaços, constituindo centros populosos e começando a interferir no ambiente natural através do cultivo do solo e da criação de animais. Com uma quantidade praticamente incipiente, constituindo-se predominantemente de material orgânico e biodegradável e, além disso, podendo ser disperso em uma vasta extensão de terra, o lixo ainda não acarretava agravos para o ambiente.

Entretanto o que a história nos mostra é que em nome de um estilo de vida e de um tipo de desenvolvimento, diversas mudanças foram sendo introduzidas na relação homem-natureza, em âmbito mundial. Com o surgimento e desenvolvimento das cidades, além de um acelerado crescimento populacional, novos produtos e materiais foram gerados sem que houvesse uma maior preocupação com sua reintegração ao meio ambiente. Lado a lado caminharam o crescimento da oferta de bens de consumo descartáveis e a ausência de uma política de gestão de tais produtos por parte do poder público.

Junto ao processo de urbanização e industrialização, a um contexto de avanços tecnológicos e novos padrões de consumo, não só a quantidade do lixo aumentou como também sua composição sofreu alterações. Hoje o lixo contém grande quantidade de materiais não degradáveis, sendo crescente a presença de substâncias químicas tóxicas e havendo cada vez menos áreas disponíveis para sua destinação, já que

a clássica e secular tradição de ‘jogar fora o lixo’, empurrando-o para algum canto da casa, do quintal, ou da cidade, para rios que o levem para longe, ficou hoje extremamente dificultada (...) Em uma sociedade de consumo acelerado, se de um lado crescem as exigências de saneamento, aumenta também a resistência à criação de locais para receber a incômoda e constante

produção de resíduos. Entre nós, é notável como a necessidade de delimitar áreas adequadas para tal fim (cemitérios de nossa produção) é negligenciada ou escamoteada pelo planejamento urbano”. (EIGENHEER, 1993, p. 26)

Em quantidade e diversidade produz-se cada vez mais lixo, reduzindo-se, segundo Eigenheer, os espaços para sua destinação e elevando-se os custos para seu tratamento. Como consequência,

uma das mais sérias contradições do nosso estilo de vida moderno está em não sermos capazes de resolver a questão do destino a ser dado àquilo que ‘criamos’ ou ‘transformamos’, a partir do que a natureza nos oferece (água, terra, ar, minerais). Talvez se fale tanto em lixo na atualidade pela própria impossibilidade de continuar a escondê-lo e ignorá-lo. O orgulhoso criador tornado refém de sua obra...” (id., p.27)

Na trajetória que vai da extração da matéria-prima ao processo de geração de diferentes produtos, bem como de seu lançamento no mercado consumidor ao posterior descarte, instala-se uma cadeia geradora de lixo, cadeia esta diretamente relacionada aos modelos de desenvolvimento e organização social que caracterizam as sociedades contemporâneas. Isto significa dizer que falar de lixo remete à própria dinâmica da sociedade, aos valores que nela imperam, devendo se entrelaçar abordagens técnicas e sociais, bem como processos educativos e participativos direcionados para a definição de políticas públicas que tratem a questão de modo mais efetivo. Como salienta Porto (PORTO et.al., 1998, p. 95),

aspectos técnicos específicos, como o volume da produção industrial e consumo, bem como o estado da arte das técnicas de tratamento e disposição de resíduos existentes em um país ou região, interagem com características sócio-políticas, sócio-econômicas e institucionais que conformam os modelos de regulação e controle, podendo vulnerabilizar as populações mais expostas, frente às características de inequidade e exclusão social do modelo de desenvolvimento.

E ainda:

as próprias definições de resíduo e lixo em geral, bem como de suas políticas de regulação e responsabilidades, podem ser apreendidos como decorrentes de processos tácitos de negociação entre os diferentes atores sociais e interesses envolvidos, que acabam por definir modelos e práticas específicas de regulamentação em torno dos ciclos de vida dos resíduos nos espaços de produção, do consumo e do seu descarte.” (id., p. 97)

No Brasil, a preocupação com questões relacionadas ao meio ambiente já aparece na própria Constituição, que em seu artigo 225 declara:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Entretanto se o direito é reconhecido, sua prática ainda é bastante questionável. Um padrão de desenvolvimento insustentável é o que vigora no país, caracterizado pela excessiva e contínua exploração dos recursos naturais, pela geração maciça de resíduos, pela crescente exclusão social. Isto é o que afirmam Elisabeth Grimberg e Patrícia Blauth (1998, p.6), estendendo tal parecer para o âmbito mundial e acrescentando ainda que o que se constata é “a existência de uma crise na relação entre meio ambiente e desenvolvimento, ao não se estabelecerem patamares sustentáveis de produção e consumo e ao não se enfrentar o dilema da desigualdade de acesso a condições básicas de vida.”

Atividades predatórias, degradação ambiental, poluição do ar e da água, queima de matas nativas, esgotamento dos recursos naturais, ou seja, agressões à natureza e desperdícios configuram o cenário em que vivemos, comprometendo a qualidade de vida tanto da geração atual quanto daquelas que ainda estão por vir.

O atual modo de vida urbano-industrial associado a um forte *marketing* tem gerado a necessidade de um consumo em grande escala. A cada dia, a produção e o lançamento de novos produtos e/ou acessórios tornam os modelos anteriores obsoletos. Como consequência, se descarta o que anteriormente era utilizado, processando-se sua imediata substituição por aquilo que é mais moderno e representa uma inovação. Nesta dinâmica entra em cena um forte impacto na natureza, uma vez que a extração de matéria-prima tem sido feita de modo contínuo e sem critérios.

Se pensarmos em termos de estimativa de produção de lixo, o Brasil já tem alcançado 228.413 toneladas/dia (PNSB, 2000)<sup>1</sup>, identificando-se um maior volume *per capita* nas cidades com mais de 200 mil habitantes e uma composição onde os restos orgânicos biodegradáveis ou compostáveis atingem de 65% a 70% do total, enquanto materiais recicláveis como papel, metal, vidro e plástico compõem em torno de 25% a 30% e apenas cerca de 5% se caracteriza como rejeito (ABREU, 2001).

A quase totalidade dos municípios brasileiros possui áreas próprias para a disposição final de seus resíduos e alguns deles chegam a contar com mais de um local para tal finalidade. Coerente com a perspectiva de que lixo é algo a ser mantido afastado, tais áreas encontram-se, prioritariamente, fora do perímetro urbano, aproximando-se de regiões onde são desenvolvidas atividades agropecuárias. A perspectiva que parece prevalecer é aquela que os norte-americanos denominam de *NIMBY (not in my back yard)*, ou seja, não no meu quintal, não querendo admitir lixões e aterros na proximidade de suas casas (FERREIRA, 2000).

Destino final – este é um aspecto bastante questionado, já que ainda se identifica no país uma predominância dos lixões<sup>2</sup>: 71,5% dos 8.381 distritos pesquisados através da PNSB 2000 ainda recorrem a vazadouros a céu aberto.

No âmbito mundial evidenciam-se discussões sobre o tratamento e destinação final do lixo, apontando soluções através de sistemas tecnicamente projetados, a partir de três formas principais (FERREIRA, id.): no solo, via aterros sanitários<sup>3</sup>; em incineradores<sup>4</sup>; em usinas de compostagem e reciclagem<sup>5</sup>. Entretanto nos países considerados em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, os lixões ainda prevalecem, sendo substituídos na melhor das hipóteses por aterros controlados, sob a justificativa de que os custos referentes à sua implantação e operação são mais compatíveis com os orçamentos da esfera municipal, a quem compete o gerenciamento da questão dos resíduos sólidos.

Qualquer que seja, porém, a alternativa selecionada para a destinação final e tratamento do lixo, diversos são os fatores a serem considerados, incluindo a análise da dinâmica existente no processo de coleta e disposição final, bem como nas estruturas de tratamento e possibilidades de reciclagem e comercialização do material, ou ainda as pressões sociais e as restrições legais existentes.

Há que se destacar que nas sociedades onde o lixo, em termos econômicos e de responsabilidade pelo seu controle, ainda representa o fim da linha dos ciclos de produção e consumo, a possibilidade de se investir em sua reciclagem ainda é algo questionável, podendo ser considerada como uma situação inviável sob o ponto de vista tecnológico e desinteressante sob o ponto de vista econômico (PORTO, 1998). Como será abordado no item 1.3, o resíduo pode ser visto como lixo, com sua conotação de resto inútil e sem valor, acarretando uma prática de desresponsabilização dos diferentes agentes envolvidos em sua geração, repassando-se as conseqüências de tal prática para a própria sociedade. Falo aqui do processo de externalização característico dos modelos hegemônicos de desenvolvimento industrial até os anos 70.

Entretanto a política chamada “regulamentadora de fim de linha” – voltada principalmente para a disposição final e simplificada dos resíduos – passou a sofrer alterações a partir dos anos 70, sob influência crescente de interesses e pressões no âmbito ambientalista e da saúde pública.

Principalmente nos países mais industrializados tal situação passou a ser enfrentada, gerando avanços tecnológicos e a adoção de políticas voltadas para o âmbito do controle da produção e tratamento adequado dos resíduos. Com isso começaram a se desenvolver

melhorias no processo que vai da produção ao destino final dos resíduos, aumentando inclusive possibilidades e formas do processamento de reciclabilidade dos mesmos.

Sem dúvida, tais melhorias estão também relacionadas à própria lógica que vigora no modo de produção capitalista, com o reconhecimento de que com a crise ambiental e a escassez de recursos cria-se um grande desafio para o próprio sistema industrial existente, como ressalta Porto (PORTO et al., 1998, p.98), ou seja:

o de reincorporar ao seu metabolismo, através da reciclagem, todo esse lixo produzido por sua produção e consumo, face à potencial escassez de recursos naturais ou por pressões decorrentes do perigo ecológico conseqüente deste lixo. Esta nova tendência de gerenciar os riscos e resíduos produzidos demonstra o limite de uma era dominada pelo pensamento liberal pautada na abundância e na perspectiva de suplantação da escassez.

Mais que meras soluções técnicas e investimentos, o problema dos resíduos na atualidade envolve, portanto, ações coordenadas que contemplem também o âmbito educacional, cultural e político, bem como a interligação das questões relacionadas ao eixo produção-consumo-descarte.

Em países como o Brasil o caminho a se percorrer ainda é longo, sendo necessário se levar em conta, de um lado, as condições sociais, econômicas e institucionais que o caracterizam e acabam propiciando, inclusive, o surgimento de lixões clandestinos, que se fixam e se ampliam em determinadas comunidades com baixo poder de mobilização e reivindicação. De outro, há que se lembrar a capacitação técnico-administrativa, os aspectos legais e interesses políticos, bem como os custos operacionais referentes à implantação e operação dos sistemas a serem adotados.

Se inúmeras são as dificuldades enfrentadas pelo país alguns avanços também não podem deixar de ser apontados. Segundo a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (2000), já se observa uma melhoria em seu gerenciamento no Brasil, melhoria esta creditada a fatores tais como: uma maior conscientização da população; a atuação do Ministério Público para que as prefeituras assinem e cumpram os Termos de Ajuste de Conduta para recuperação dos lixões; o apelo popular do programa Lixo e Cidadania<sup>6</sup> em todo o território nacional, além do apoio de alguns governos estaduais e dos recursos oriundos do governo federal para o setor, através do Fundo Nacional de Meio Ambiente.

Comparando dados da PNAD 1992-1999, o documento “Indicadores de Desenvolvimento Sustentável Brasil 2002” (IBGE, 2002) refere-se também a algumas melhorias no setor, recorrendo, por exemplo, ao percentual de moradores em domicílios particulares permanentes, com coleta de lixo, em relação à população total. Na área urbana

houve um crescimento deste indicador que vai de 79,7%, em 1992, para 92,9%, em 1999. Já na área rural foi encontrado o índice de 6,7% em 1992 e 18,8% em 1999.

Trata-se, contudo, de informações a serem analisadas com cautela, pois como a própria PNSB assinala, o campo da limpeza e coleta de lixo apresenta uma certa fragilidade, exigindo o pleno e contínuo engajamento da administração municipal, de modo a garantir um permanente fluxo de recursos para sua realização. Isto porque

um aterro sanitário pode se transformar em um lixão em questão de dias, bastando que os equipamentos ali colocados não estejam mais disponíveis. A redução ou o colapso do fluxo de recursos para o sistema de coleta de lixo, por exemplo, poderá prejudicar a situação de salubridade de uma cidade de um momento para outro.” (PNSB, 2002, p. 50)

Com ou sem dificuldades, opções exequíveis precisam ser encontradas, pois não há como fugir das implicações que a produção de resíduos e seu gerenciamento inadequado vem acarretando para o meio ambiente e para a vida do homem. A meu ver, torna-se também imprescindível a valorização da dimensão cultural no cenário do lixo, cabendo ressaltar inclusive que, na hierarquia dos 3 Rs (reduzir, reaproveitar e reciclar),

considera-se que reduzir ou evitar a geração do lixo nas fontes geradoras causa menos impacto do que reciclar os materiais após o seu descarte. Entretanto, implantar o primeiro R é um grande desafio, porque significa interferir na sensação de liberdade e de felicidade das pessoas, ou mesmo, de poder pessoal que advém com o direito de consumir quanto quiser. O conceito de pessoa confunde-se com o de consumidor que, a cada momento cria novas necessidades de consumo, provocando grande desperdício de matéria-prima e de energia, além da geração de resíduos. Assim, os programas de redução de lixo devem ter um caráter cultural, investindo nas mudanças de hábito e de consumo da população.” (ABREU, 2001, p. 27)

Neste contexto convém ainda lembrar como Paulino Coelho (COELHO, 1989, p. 43), que

o cidadão brasileiro reage de acordo com o ambiente que o cerca. Portanto, enquanto as irresponsabilidades administrativas não forem sanadas e o próprio cidadão não deixar de ser tratado como ‘lixo’ ele não vai e não tem porque se conscientizar da importância desse aspecto na vida dele.

Assim, é fundamental que se intensifique na sociedade o debate sobre o tema. Caso contrário haverá sempre o risco de se levantar bandeiras de 3, 4 ou muitos Rs; bandeiras estas que, na prática, podem gerar resultados não esperados ou desejados.

O campo da reciclagem ilustra esta afirmação. Não há como negar que ele assume uma dimensão bastante significativa em relação ao problema do lixo e, particularmente, em relação ao tema em estudo na presente tese. Mas não há como negar também que a operacionalização

de propostas de reciclagem envolve necessariamente a própria sociedade, as diferentes esferas governamentais e a iniciativa privada e deve considerar tanto os possíveis benefícios que poderá gerar, quanto as reais condições de processamento e escoamento do material reciclado.

A reciclagem não constitui, assim, uma solução automática para a questão do lixo, inclusive por ser capaz de desencadear respostas inversas das esperadas. De um lado não se pode esquecer que se trata de um processo que também gera resíduos. De outro, é importante lembrar que se ela se tornar o centro das atenções, um aspecto básico que é o padrão de produção e consumo, pode ser deixado de lado. Além disso, a justificativa de se tratar de um produto reciclável pode incentivar o consumo e aumentar sua circulação, não havendo, na verdade, uma garantia de que tal produto seja transformado em matéria-prima, sendo colocado novamente em movimento no circuito produtivo.

“Basta um pouco de visão para ver que o lixo guarda um volume impressionante de negócios, com excelente potencial de lucratividade” – é o que afirma Bergamasco (2003, p. 10). Segundo a autora a solução para o problema da destinação do lixo passa pela questão econômica, sendo possível se associar preservação ambiental e crescimento econômico. Citando dados oriundos do CEMPRE – Compromisso Empresarial para a Reciclagem – acrescenta ainda que R\$ 3 bilhões/ano é o valor movimentado atualmente na atividade de reciclagem de produtos pós-consumo, considerando apenas os cinco grandes grupos de materiais recicláveis ou seja, plástico, papelão/papel, vidro, alumínio e borracha. A estimativa, contudo, é a de que tal montante pode se multiplicar várias vezes, ao se incluir o mercado potencial de produção e comercialização de artigos confeccionados recorrendo às matérias-primas recicladas.

Neste ponto há que se ressaltar a receptividade crescente do mercado aos materiais recicláveis, ainda que movido por atitudes “politicamente corretas”, em resposta ao aumento da consciência ambiental na sociedade, associada às estratégias de *marketing* às quais muitas empresas recorrem, considerando a economia que é feita, tanto em termos da matéria-prima utilizada quanto no que se refere a um certo controle das conseqüências negativas da produção do lixo, revertendo-se seus custos para a cadeia produtiva que se forma em torno da reciclagem.

Trata-se de um campo que parece ter muito a crescer. Bergamasco (id., p. 22) faz, porém, uma ressalva: “é preciso inovação. Se não tiver valores agregados e atender às necessidades do mercado, nenhum produto sobreviverá.”

Semelhante é a posição de Sérgio Henrique Forini, membro do Programa Permanente de Resíduos Sólidos da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Em entrevista à

publicação Pequenas Empresas & Grandes Negócios (2003, p.23) ele enfatiza a necessidade de se pensar em uma empresa integrada, ou seja, aquela que faça coleta, triagem, enfardamento e venda.

Há uma lógica de mercado a ser considerada, bem como as características da cadeia produtiva da reciclagem, configurando um complexo circuito que comporta a presença de uma parcela significativa da população dos países chamados de terceiro mundo.

O lixo é também fonte de recurso para muitos, apontando tanto para o extrativismo de subsistência imediata, quanto para o extrativismo para o mercado (BURSZTYN, 2000), o que caracteriza um inegável processo de expropriação dos trabalhadores. Estão aí os catadores de rua, aterros e lixões, bem como as iniciativas crescentes de organização destes trabalhadores, através de cooperativas e associações.

Se no topo da cadeia produtiva da reciclagem encontram-se as indústrias, em sua base estão os catadores, como será analisado no próximo capítulo. Ocupando pólos distantes tais sujeitos são vistos também de forma diferenciada pela sociedade. No topo, o que prevalecem são as questões relacionadas a uma suposta preocupação com a preservação da natureza, além do lado “legal” e viável, com reconhecido valor social e ambiental, ao qual se alia a anunciada atratividade econômica do negócio, notadamente a partir dos anos 70.

Já no que se refere aos catadores, as imagens que em geral se formam são outras, não só no interior da sociedade, mas também em documentos oficiais. Um exemplo desta afirmação encontra-se no estudo Avaliação técnico-econômica e social de sistemas de coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos existentes no Brasil (BRASIL, Secretaria de Desenvolvimento Urbano, 1999, p. 2), ao salientar que um dos grandes problemas da questão dos resíduos encontra-se na

marginalização do ser humano conhecido como ‘catador’ (...) Geralmente eles são doentes mentais, bêbados, viciados, ladrões, prostitutas, operários desempregados, empregadores falidos, que vivem marginalizados, convivendo com cães, ratos, moscas, bactérias e vírus nas condições mais deprimentes.

Eles são, assim, aqueles que se encontram nas franjas do sistema. Constituem um exército de excluídos e caminham passo a passo com a marginalidade e com a ilegalidade, com os estigmas que depreciam os sujeitos considerados como supérfluos, uma força de trabalho desvalorizada e desprotegida social, econômica e politicamente, perdendo inclusive seu valor de reserva. (SOUZA, 1995).

Configurando uma modalidade de trabalho informal e precário, o que a catação na verdade expressa é a manutenção da supremacia do capital a degradação do trabalhador como

também destaca Araújo, (2000), afirmando que entre o lixo e o material reciclável há uma lacuna de miséria, depreciação social, humilhação, um contingente populacional considerado como inferior e destinado a atividade de vasculhar lixeiras.

Não é possível ignorar, contudo, que tais trabalhadores são produto do próprio sistema onde vivem e compõem a base do circuito econômico que gira em torno da reciclagem, como será analisado posteriormente, constituindo como também destaca Souza (id., p.10) o “eixo fundamental para a movimentação das indústrias recicladoras”, indústrias estas cujo pilar central de sustentação ainda está, portanto, fincado na informalidade.

Desta forma é importante destacar que, se a atividade de catar lixo já foi associada à mendicância, restringindo-se o material coletado ao uso pessoal, hoje a situação é outra. Altos índices de desemprego parecem se combinar com o desenvolvimento da cultura do reaproveitamento e com as promessas de negócios vantajosos a partir da reciclagem, não sendo exagero dizer que o lixo vai se tornando cada vez mais uma opção econômica e de trabalho, ou seja, a partir dos escombros da sociedade, um novo setor econômico é criado, permitindo a sobrevivência de milhares de pessoas (Souza, 1995). Neste contexto vale lembrar como Bursztyń (2000, p. 21), que o

imbricamento entre os rejeitos físicos (lixo) e humanos (excluídos) da sociedade revela uma dimensão perversa da modernidade: o aumento da produção de bens como componentes cada vez mais descartáveis, paralelamente ao aumento da produção de desempregados, dois elementos dialeticamente conexos.

O autor ainda continua:

A vida no e do lixo é o corolário, nesse sentido, de um processo econômico que valoriza a reciclagem de materiais para um florescente negócio industrial, ao mesmo tempo em que desvaloriza o trabalho das populações que são jogadas no meio da rua. (id.)

## 1.2 O AMBIENTE E A SAÚDE

Restos de alimentos, cosméticos, pilhas e baterias, produtos de limpeza, lenços de papel, seringas, vidro, plástico, diferentes metais, madeira e até mesmo material inerte como poeira e terra – tudo se mistura, tornando-se algo “semi-identificado (...) partes destacadas daquilo que já foi (...) pedaços em decomposição (...) restos do que foi útil.” (RODRIGUES, 1995, p. 104). Restos que no Brasil ainda são depositados, prioritariamente, em vazadouros a céu aberto, constituindo uma das principais fontes de agressão e contaminação ambiental. E a questão não diz respeito apenas à quantidade de resíduo que vem sendo gerada, mas também à

variabilidade em sua composição, podendo conter tanto substâncias químicas tóxicas quanto agentes biológicos patogênicos.

“Os impactos ambientais de lixo administrado sem critério têm forma, cor e cheiro” – é o que afirma Miranda (1995, p.23), destacando:

O ar, a água e o solo são poluídos. No ar pairam gases da decomposição do lixo; o odor é desagradável, doce e ácido; a fumaça constante. O chorume penetra no solo e chega às águas subterrâneas, contaminando-as. Mesmo as águas superficiais, dos rios, podem ser e são atingidas. O solo não serve mais para plantar. Um monte de lixo mal disposto cria ambientes ideais para moscas, mosquitos, ratos e baratas, expondo o homem a uma série de doenças (...) (id.).

Ainda segundo a autora, funcionando como abrigo e local propício à proliferação de tais animais, o lixo pode se configurar como uma importante via de transmissão de doenças como peste bubônica, tifo, leptospirose, salmonelose, febre amarela, malária, dengue, leishmaniose. Isto significa dizer que ao ser depositado de modo indiscriminado em qualquer lugar e de qualquer forma, a relação lixo-doença pode se acentuar. Ao contrário, quando o lixo é destinado para locais adequados e recebe o devido tratamento, tal relação pode ser minimizada.

Animais que se alimentam do lixo, por sua vez, também podem se constituir em agentes transmissores de doenças. É o caso, por exemplo, da cisticercose ou da toxoplasmose que podem ser transmitidas através da ingestão de carne de porco infectada, quando utilizada crua ou mal cozida.

Significativos são, assim, os riscos de intoxicação humana através da cadeia alimentar, cadeia esta que inclui ainda diferentes vegetais e animais – aquáticos e terrestres – que tenham sido contaminados por resíduos químicos também passíveis de serem bioacumulados (SISINNO, 2000).

Não há como ignorar a existência dos resíduos considerados como perigosos, envolvendo substâncias tóxicas e ecotóxicas, “muitas vezes persistentes no meio ambiente e causadoras de efeitos crônicos e agudos, podendo afetar não somente populações presentemente expostas, como também as gerações futuras.” (PORTO et al., 1998, p. 96)

Desta forma, a problemática do lixo remete a uma discussão sobre saúde coletiva, discussão que considera a estimativa de que, no âmbito mundial, aproximadamente 5,2 milhões de indivíduos – incluindo 4 milhões de crianças – morrem anualmente em decorrência de doenças relacionadas ao lixo (AGENDA 21, 1992).

Particularmente afetados são considerados os indivíduos que residem nas proximidades dos locais onde o lixo é depositado, bem como os que vivem da economia do lixo e muitos são os estudos que já têm abordado tal tema<sup>7</sup>. Entre os primeiros, é significativa a presença de problemas respiratórios, dermatológicos, renais, hepáticos e hematológicos, bem como o comprometimento do sistema nervoso e do aparelho reprodutor, podendo ainda se identificar com certa frequência doenças congênitas e câncer.

Já quando se trata dos trabalhadores do lixo a situação inclui outros elementos. Quando tais trabalhadores são os garis, abre-se um quadro onde se identificam nove grandes grupos de problemas (SANTOS, 1997), ou seja, problemas de pele; problemas respiratórios e pulmonares; problemas no trato urinário; problemas auditivos; nervosismo ou preocupação; problemas musculares; leptospirose; tétano e aids e outros, onde se enquadram os riscos de mordidas de cachorros, quedas do caminhão e atropelamentos.

Um aspecto em particular ainda deve ser destacado. A tendência crescente à terceirização dos serviços de limpeza urbana vem provocando implicações negativas nas condições de trabalho. Grande rotatividade da mão-de-obra, queda do padrão salarial e pouco investimento em programas de treinamento são algumas destas implicações, trazendo como consequência,

um custo social que, em geral, não é considerado na contabilidade dos sistemas terceirizados de limpeza urbana: a piora na qualidade da saúde do trabalhador e de sua família. Tudo isto, por sua vez, tem efeitos diretos nos sistemas públicos de saúde, com aumento da demanda e os custos distribuídos pela sociedade (menores salários = menos comida = menos saúde; ausência de treinamento + menos saúde = aumento de acidentes de trabalho). (FERREIRA, 2000, p. 25-26)

Expropriados pelo capital, os trabalhadores são inseridos em um contexto onde o que prevalece é uma associação perversa: condições precárias no trabalho e na vida, associação que se estende também aos catadores de materiais recicláveis. Nas ruas, lixões e aterros eles se misturam com o lixo, mantendo com o mesmo um contato direto e contínuo, expondo-se, em especial através da inalação, do contato dérmico, por via oral, através dos alimentos, ou ainda dos riscos de acidentes.

Também em suas casas a precariedade os ronda, já que muitos residem em áreas periféricas, por vezes não atendidas pelos serviços de infra-estrutura ambiental, o que contribui para se gerar um acúmulo de resíduos nas ruas, quintais e terrenos baldios. Além disso, seus rendimentos instáveis e com valores variados não lhes permitem, por vezes, suprir as necessidades consideradas básicas. Forma-se assim um círculo vicioso onde trabalho, habitação, alimentação, saúde e outros tantos direitos ficam circunscritos em um espaço de

precariedades, tornando-os particularmente vulneráveis ao aparecimento de doenças e ao seu não tratamento ou tratamento inadequado.

Por outro lado, os problemas de saúde podem ser agravados quando considerarmos que se trata de uma população, em geral, com baixo nível cultural e educacional. Como conseqüência o que se evidencia é que a falta de informações e esclarecimentos sobre medidas preventivas pode acabar provocando atitudes opostas, ora de indiferença, ora de alarmismo, ambas com desdobramentos desfavoráveis no campo dos cuidados com a saúde.

Entre os trabalhadores que sobrevivem do trabalho da catação de lixo os problemas mais identificados têm sido: hepatites, distúrbios intestinais e doenças dermatológicas, respiratórias e osteoarticulares. O alcoolismo, já registrado entre os garis (VELLOSO, 1995), também está presente nos lixões e aterros (BASTOS; ARAÚJO, 1998), contribuindo, muitas vezes, para o aumento no número de acidentes.

Nem sempre, porém, a realidade encontrada é aquela esperada, como ilustra a análise feita por Leite (LEITE et al., 1990, p.50):

As condições ambientais em que vivem os catadores do lixão da Terra Dura são extremamente adversas. O intenso mau cheiro e os gases exalados pelo lixo; a fumaça tóxica permanente, proveniente da combustão espontânea dos gases; a presença de incontáveis insetos (moscas domésticas, varejeiras, baratas), roedores, urubus e animais mortos em decomposição; a grande quantidade de lixo hospitalar misturado ao domiciliar, além do lixo industrial; as pequenas e miseráveis moradias que habitam; fincadas no meio do lixão, em plástico; a utilização e consumo de águas colhidas em fontes contaminadas; a ingestão de restos de alimentos deteriorados, retirados ao lixo; o uso indiscriminado e imoderado de bebidas alcoólicas; a não utilização de equipamentos de proteção individual como luvas, botas e máscaras contra gases – todo esse panorama miserável e tenebroso, cheio de insalubridade, conduziu-nos, antecipadamente, a um péssimo diagnóstico sobre a saúde dos catadores.

Apesar disso, continuam os autores:

A realização dos exames clínicos e laboratoriais levou-nos a inferir que o perfil mórbido da população catadora apresenta um quadro menos grave do que supúnhamos, no que se refere ao seu estado nutricional e anêmico. Entretanto, no que tange às infecções por parasitas intestinais, a situação encontrada confirmou as expectativas negativas que tínhamos. (id.)

Entre os catadores, aos riscos de doenças se junta também a possibilidade de ferimentos através de materiais perfurocortantes e os problemas que podem surgir face à exposição às intempéries climáticas, ao cansaço diário e ao desgaste físico acumulado. Nos lixões e aterros há ainda um ambiente propício a quedas, atropelamentos e acidentes diversos ocasionados tanto pelos variados instrumentos que improvisam na atividade da catação,

quanto pelo não uso de equipamentos de segurança ou mesmo pela contínua movimentação dos veículos coletores e das diferentes máquinas utilizadas no processo de espalhamento, compactação e cobertura dos resíduos, assim como na ampliação da área de vazamento, através da retirada do solo.

Entretanto a associação lixo-doença nem sempre é admitida entre os catadores. Sua opinião é outra, ora negando, ora relativizando os riscos e, a meu ver, não podemos dizer simplesmente que se trata de uma percepção equivocada.

Trata-se sim de considerar como Wynne (WYNNE apud PORTO et al., 1998, p. 97), que

os conceitos de resíduos, risco e perigo são bastante complexos e socialmente construídos, existindo uma ampla margem de incertezas, ambigüidades e variações, por exemplo, acerca de onde terminam os produtos e começam os resíduos, da delimitação de responsabilidades de empresas, instituições e consumidores, bem como das informações sobre os efeitos sobre o meio ambiente e a saúde humana.

Há que se destacar que falar de risco significa falar de um processo social, algo que extrapola a pura racionalidade científica, ou seja,

os estudos sobre percepção demonstram que as questões relacionadas aos riscos não podem ser restringidas somente aos processos físicos, químicos e biológicos. O mundo em que se situam – seres humanos em suas relações sociais – é constituído por outros aspectos, como os estilos de vida e as relações interpessoais, as interações simbólicas e os movimentos sociais, as questões de poder e de distribuição de riscos, controle social e instituições sociais. Estes aspectos conformarão não somente o modo como indivíduos e especialistas percebem os riscos, mas também o próprio modo como este risco ocorre. ( FLYNN et. al. apud FREITAS, 2000, p. 127)

Nesta relação lixo-saúde cabe assim uma ressalva. Mesmo se reconhecendo os diversos fatores abordados, trata-se de um campo polêmico, sendo que os estudos epidemiológicos realizados em áreas de disposição de resíduos encontram grandes dificuldades, em decorrência da “baixa eficiência estatística associada ao tamanho das populações expostas, escassas medidas de exposição e falta de efeitos (marcos) bem definidos.” (SISINNO, 2000, p. 50)

Recorrendo a Heath, Sisino ainda destaca que tais estudos devem apresentar três fases fundamentais, ou seja: a avaliação da natureza dos materiais tóxicos presentes na área de despejo; o conhecimento de como a exposição humana a estas substâncias tóxicas pode ocorrer; e ainda, a avaliação dos efeitos biológicos potenciais. Assim a associação lixo-doença deve passar obrigatoriamente por uma análise que considere a natureza e a quantidade do material vazado; as vias de exposição e as formas de contato com o mesmo, de modo direto

ou indireto (neste último caso como ocorre, por exemplo, através da água e do ar); bem como as possíveis associações a serem construídas entre exposições e efeitos potenciais, definindo-se, desta forma, as relações de causa-efeito.

Mesmo assim trata-se de uma análise complexa e difícil de ser concretizada, o que provavelmente faz com que autores como Uriel Zanon (1993) polemizem a questão, chegando a por em dúvida os muitos problemas que o lixo pode causar à saúde do homem.

Emílio Eigenheer compartilhando de tal posição, chega a defender a possibilidade da presença de catadores em bons aterros sanitários:

Por que não construir bons aterros sanitários, mas com catadores? Que não se venha com a ‘ladainha’ sobre sua saúde... Os catadores não são mais nem menos doentes que outras pessoas do mesmo nível social – ao contrário, pra agüentar o trabalho árduo sob sol e chuva, é preciso saúde! (s/d. p.2)

Não me cabe entrar neste debate, já que extrapola o âmbito desta tese. Entretanto não posso deixar de lembrar algumas indagações que poderiam também circular neste campo: não seria possível pensar que os trabalhadores que abandonaram a atividade da catação tiveram, entre seus motivos, algum problema de saúde? E os que ficaram, não foram justamente os que resistiram e desenvolveram uma espécie de processo adaptativo ao meio, ou melhor, desenvolveram “modos de andar a vida”, expressando sua capacidade de responder com plasticidade às condições em que vivem? (TAMBELLINI apud BRITO, 1999) Influências culturais e percepções dos catadores não teriam também um papel a desempenhar neste campo? Entre os catadores o lixo não acaba sendo traduzido, sobretudo, como sinônimo de saúde, já que lhes garante a sobrevivência pessoal e familiar?

Acredito que a relação lixo-saúde é um aspecto importante a merecer discussões futuras, problematizando-se seus múltiplos aspectos. Por ora, o que pretendo é entender a saúde de forma abrangente, como um processo dinâmico que admite também dimensões sociais, culturais e políticas, extrapolando o campo dos sintomas e identificação de doenças. A questão é assim construir uma aproximação com tal campo procurando entender como é concebido e que implicações acarreta no cotidiano dos catadores, levando em conta as vivências e percepções dos indivíduos que têm sido excluídos da condição de sujeitos de sua própria saúde, associando tal entendimento à existência de ambientes saudáveis e à implementação de Políticas Públicas nesta área.

Considero assim que

a saúde não é um estado, nem um bem que se consome, nem um capital, nem a ausência ou a soma de riscos ou doenças; é um processo dinâmico que inscreve o corpo, a pessoa, as marcas do trabalho, as condições de vida, o

prazer e o sofrimento; tudo isso constituindo uma história individual na sua singularidade, mas também nos seus aspectos coletivos ligados a lógicas múltiplas, dentro das quais ela se insere. (HUEZ et al. apud BRITO, 1999, p. 22)

### 1.3 UMA QUESTÃO DE CULTURA

“Um novo estilo de vida, com mudanças nos padrões de consumo e, portanto, nos padrões de produção e de geração de resíduos, se impõe para a humanidade. Sem isto, o futuro se projeta como uma grande interrogação (ou uma terrível certeza)”. Esta é uma afirmação de João Alberto Ferreira (2000, p.19), apontando para os riscos existentes em relação à vida na Terra, face à problemática do lixo, considerando tanto aspectos técnicos quanto a necessidade do estabelecimento de novos padrões comportamentais.

Eigenheer (1999, p.2), por sua vez, enfatiza que “não tem sido tranqüila a história da relação do homem com seus resíduos, nem mesmo significativa sua reflexão sobre o tema”, afirmando que a tendência é o lixo permanecer em uma “zona de sombra onde, aceito e rejeitado, gera um campo de medos e receios.”

Neste contexto chamo a atenção para o fato de que a problemática do lixo comporta mais que uma realidade objetiva e material, recheada de conhecimentos técnicos. Há ainda uma dimensão que deve ser obrigatoriamente focalizada dentro de tal temática. Falo aqui da dimensão cultural, do campo das mentalidades e sensibilidades, considerando como Rodrigues (1995) que o lixo é um invento social, configurando-se, essencialmente, como um objeto simbólico, repleto de mensagens cifradas. Aproximar-me de tais mensagens é o que agora pretendo fazer, construindo um recorte direcionado para duas dimensões em particular, ou seja: o lixo como “fim de linha” (o que não presta mais) e sinal de recomeço (o que pode se tornar matéria-prima).

Cabe ressaltar que não considero que tais dimensões configurem pólos opostos e incomunicáveis. Ao contrário, entendo que ambas se comunicam dialeticamente, compondo uma realidade dinâmica e historicamente produzida, fornecendo os elementos necessários para a construção de um entendimento do que denomino como “zona de sombras”, isto é, uma zona de ambigüidades que se forma em torno do lixo e se estende, obrigatoriamente, ao cotidiano dos catadores, podendo influir para que eles caiam nas armadilhas de uma perversa inclusão ou para que consigam re-inventar sua experiência social, reciclando sua condição de trabalhador.

Pretendo me deter um pouco nesta relação lixo-catador no próximo capítulo. Por enquanto acho importante traçar algumas bases para tal análise, olhando um pouco para trás e

tentando entender alguns elementos da história que atribuiu a algo o nome de lixo, focalizando as dimensões que se modificaram ou acabaram sendo sedimentadas ao longo dos tempos.

Não é possível esquecer que o lixo tem uma história, história que varia entre uma cultura e outra. Segundo Peter Burke (2001) os variados objetos que são considerados como lixo, através dos tempos, oferecem valiosos indícios das mudanças de uma cultura. Na China tradicional, por exemplo, um pedaço de papel com algo escrito era considerado valioso e não deveria ser jogado fora, podendo apenas ser queimado com ritual e respeito. Já na Grã-Bretanha objetos domésticos utilizados nas décadas de 1920 e 1930, foram desprezados e chamados de “porcarias” nos anos 50, tendo, porém, seu valor resgatado posteriormente, na década de 80, quando passaram a ser considerados “antiguidades”.

Burke ainda destaca que a história do lixo pode também ser analisada através do exame dos procedimentos que têm sido utilizados para o seu descarte. Se atualmente esta é uma questão preocupante, nem sempre foi assim, e mesmo com o surgimento gradual de regulamentações municipais, estas foram, de certa forma, desprezadas até o final do século XIX.

O usual era atirar lixo nas ruas, deixando-o ser acumulado até que algum evento incomum exigisse que alguma ação fosse tomada. Como exemplifica o autor, “em diversas cidades européias, de Edimburgo a Faenza, os moradores tinham permissão para esvaziar baldes de água suja na rua, desde que antes gritassem pela janela para dar aos passantes uma oportunidade de se abrigar.” (id., p.15)

Com o crescimento das cidades e com o aumento da densidade populacional, os regulamentos se tornaram mais severos e, “as pessoas que praticavam ofícios ‘sujos’, como açougueiros e peixeiros, eram empurradas para as bordas da cidade, juntamente com os negócios ruidosos (ferreiros, por exemplo) e malcheirosos (fabricantes de velas).” (id., p. 15)

No final da Idade Média outras práticas eram utilizadas e entre elas, na Itália encontrava-se a que consistia em se recorrer a porcos para manter uma certa limpeza nas ruas. No entanto era difícil se controlar o volume produzido, principalmente nas cidades maiores. Em Bordeaux, na França, tal volume era tão grande que as pilhas de refugos existentes nas proximidades dos portões que circulavam a cidade, chegaram a se constituir em perigo não só em termos de saúde, mas também de segurança, uma vez que através de tais pilhas era possível se escalar suas muralhas.

Citando Lewis Mumford, Peter Burke destaca que na Idade Média eram relativamente altos os padrões de higiene nas cidades, aí incluindo a coleta de lixo. Depois de 1500,

contudo, houve um declínio, declínio este que se acentuou mais ainda após 1800, com a ascensão das primeiras cidades industriais. O capitalismo desregulado e a necessidade de lucro a qualquer preço, não deixavam que as atenções se voltassem para preocupações com os dejetos humanos ou industriais produzidos. Entretanto, logo se percebeu que o lixo também poderia gerar lucro. Isto ocorria na Roma do século 18, onde “os proprietários de lojas pagavam pelo serviço de limpeza das ruas, e o empresário recebia dos camponeses para os quais vendia dejetos humanos e animais como adubo.” (id., p. 15) Semelhante situação ocorria em Paris, no século 19 e, em meados do século 20 as fábricas de carro de Detroit recolhiam o papel oriundo dos sanduíches de seus funcionários, passando a vendê-los para reciclagem.

Alguns dados da história do lixo nos remetem para o campo das mentalidades e sensibilidades, de acordo com a análise feita por José Carlos Rodrigues (1999). Neste ponto cabe um esclarecimento: mentalidades e idéias não coincidem necessariamente com sensibilidades, ou seja, não há uma sintonia automática entre o que os homens pensam e sentem. E o autor exemplifica:

se fizermos uma enquete sobre o que as pessoas pensam a respeito do racismo, chegaremos a um determinado resultado (nos meios liberais ou de esquerda, possivelmente repúdio ao mesmo). Chegaríamos ao mesmo resultado se, nestes mesmos meios, o objeto da pesquisa fosse o que as pessoas efetivamente sentem em relação ao contato corporal entre raças, sobre a alimentação em comum, etc? Questão análoga poderia ser levantada sobre a relação entre os sexos, as regras de higiene, a tolerância com os deficientes físicos, o tratamento a filhos adotivos, a doação de órgãos, e assim por diante. (id., p. 16-17)

Ainda segundo José Carlos Rodrigues não é possível se trabalhar com sensibilidades, sem considerar as mentalidades ou mesmo os macroprocessos econômicos e políticos. Tais considerações me fazem retomar algumas questões. Que mentalidades e sensibilidades se movimentam em torno do lixo? Não poderíamos identificar mentalidades e sensibilidade de certo modo contrastantes da população em geral e dos catadores de materiais recicláveis em relação ao lixo? Se esta suposição é correta, por que ocorre? Com a população em geral não estaria havendo um choque entre as mentalidades e sensibilidades em relação aos resíduos, enquanto que entre os catadores haveria uma sintonia entre elas, ou seja, não estaria havendo uma correspondência entre o que sentem e pensam, entre o que falam e fazem?

Na verdade, “a categoria lixo nem sempre existiu na história ocidental.” (RODRIGUES, id., p.87) e o que hoje é denominado como lixo difere bastante da realidade encontrada em outros tempos. Retomando o contexto simbólico medieval<sup>8</sup> e o cotidiano

contemporâneo, o autor destaca contrastes entre os mesmos, sendo que a mente medieval negava a oposição entre vida e morte, afirmando a vida, “vida nova, vida velha, mas somente vida”. O descartável ou o inútil não era cogitado e, portanto, aquilo que hoje chamamos de lixo não constituía algo a ser banido, expulso ou jogado fora.

Sob o ponto de vista da sensibilidade contemporânea, as condições da vida cotidiana medieval configuravam, em geral, uma espécie de “mistura de insuportáveis, um “corpo indecente”. Muitos dos resíduos que hoje causam nojo e temor, causavam “riso, familiaridade, intimidade, à sensibilidade de nossos antepassados” (id., p. 87).

Antes predominava uma visão de mundo onde tudo se ligava, tudo se misturava e se fundia, refletindo uma “integridade do universo medieval”, bem como a idéia de movimento, já que o corpo estava sempre se desfazendo, refazendo e fazendo outro corpo. Depois, os sentidos atribuídos ao mundo passaram a se fundamentar em outra lógica. Trata-se da lógica da fragmentação, das contraposições e dicotomias, traçando-se divisões entre mundo natural e sobrenatural, subjetivo e objetivo, realidade e imaginação, verdadeiro e falso, sociedade e indivíduo, natureza e cultura, salubre e insalubre. Assim,

é essa lógica de segregações que doravante atribuirá sentido ao mundo, ditará os princípios que vão presidir as mentalidades e sensibilidades posteriores e que deverão resultar na nossa ciência, na nossa etiqueta, nosso meio ambiente, nossa resistência, nossa postura corporal... (RODRIGUES, id., p.63).

Ainda segundo Rodrigues, foi bem lentamente que ocorreram modificações nas práticas medievais relacionadas ao “lixo”<sup>9</sup>, modificações estas que não se processaram de forma espontânea. Ao contrário, foi necessário se adotar medidas ditas educacionais e estratégias de poder para se disciplinar e mudar comportamentos, sensibilizando as pessoas e conseguindo sua colaboração.

Já na cultura industrial passou a prevalecer a utilidade funcional e com ela surgia a questão de algo que sobra e que portanto deve ser separado, isolado e classificado. O lixo torna-se um problema de civilização, constituindo-se como a outra face da moeda da produção, provocando atitudes padronizadas e repetitivas de angústia face a sua presença. Como assinala Rodrigues (id., p. 90), “a civilização industrial é por excelência a civilização dos dejetos que ela detesta e, por conseguinte, da angústia do lixo.”

As preocupações da sociedade com o lixo são assim relativamente recentes, apontando para a seguinte realidade: “quanto mais sociedade industrial, mais lixo” (RODRIGUES, id., p. 90). O que acontece, contudo, é que na cultura centrada na acumulação de riquezas, o lixo transforma-se naquilo que é insuportável e absurdo, “um estoque de restos e decaídos, um

imenso amontoado de inutilidades, um berrante descompasso entre essência e existência.” (p.90)

Na sociedade onde vigora a lógica do produzir-consumir-descartar, o lixo tem sido visto, sobretudo, como algo inútil e indesejado, material imprestável e “mal amado” (CALDERONI, 1998), presença que “enseja uma desejada ausência” (EIGENHEER, 1993). No cenário do pragmatismo, da funcionalidade, da exatidão e esplendor, o lixo é o outro que foi inventado, mas precisa ser dizimado, precisa ser banido. Afinal, simbolicamente, ele representa ameaças de degenerescência e morte, ele simboliza aquilo que a sociedade pode até ser, mas não quer admitir.

Toda sociedade é um ‘dentro’, regido pelas suas normas, mas simultaneamente também um ‘fora’, que não é senão objeto parcial e ilusoriamente, uma vez que não passa do correlativo binário daquele dentro e das normas que o definem como fora. Embora às margens, este fora nunca é, por conseguinte, inteiramente marginalizado, nunca é totalmente exterior. Em uma lógica de significação, o excluído pode perfeitamente estar no âmago, exatamente para cumprir uma função significacional no interior. Esta função é quase sempre a de testemunhar para a sociedade aquilo que ela não quer ser. (RODRIGUES, id., p. 92)

O fora e o dentro, a aproximação e o afastamento fazem parte de um mesmo contexto e, no contexto do lixo, ao se distanciar dele, a sociedade o coloca perto de alguém, como é o caso dos catadores de materiais recicláveis.

Admitir tal perspectiva significa também ressaltar que algo pode ter se transformado em dejetos para uns, enquanto que para outros, este mesmo “algo” ainda mantenha um valor de uso e ou de troca, ou seja, “aquilo que cada indivíduo em particular rejeita e joga na lixeira apenas inicia, neste ponto, uma nova fase de seu itinerário de circulação social.”(RODRIGUES, id., p.92)

Neste cenário está presente a questão do poder e sua hierarquização, estabelecendo de forma clara a relação entre pureza e poluição, centro e periferia, sendo que a uma parcela da população parece restar o consumo daquilo que se tornou refugio de outros.

Temos aqui uma importante questão: “o que chamamos de dejetos na verdade são valores” (RODRIGUES, id., p.93), transformando-se assim o lixo em instrumento de diferenciação de classes sociais. Mais que isso, os chamados “inferiores” são culpabilizados pela “sujeira” que os cerca, consistindo também em risco para os demais membros da sociedade. Como conseqüência, eles devem ser reprimidos, esclarecidos e educados, quando, na verdade, ao invés de estarmos atribuindo “a essas populações um ‘menos’, seria interessante relativizar nossas próprias idéias de poluição, nossas hierarquias e nossos

valores.” (id., p.96). Os restos de nossos dias constituem em “um lixo que é vida sem morte, que não retorna às origens, que se acumula incessantemente sem se destruir, avançando contra todas as formas de vida.” (id., p.91)

Metais, papéis, alimentos, vidros, roupas, livros, brinquedos, um imenso rol de produtos gerados pelo homem tem o fim de seu ciclo de vida decretado, ao supostamente perderem seu valor de uso e/ou de troca. Finda sua utilidade e/ou sua atratividade econômica, o que se anuncia é um contato a ser evitado e, conseqüentemente, o ato de descarte.

Tal ato, entretanto, não faz com que o lixo desapareça. Ele apenas muda de lugar, indo, em geral, para espaços localizados longe de quem o gerou<sup>10</sup>. Este longe, por sua vez, pode se referir aos locais conhecidos como lixões e aterros. Mas pode ser também um longe não tão distante da população em geral, ou seja, as oficinas de reciclagem, os museus, os *shoppings*, os espaços de cultura e arte, os acervos dos colecionadores. Neles latinhas de cerveja e refrigerante, jornais e papelão são usados em decorações de Natal. Velhos pedaços de plástico se transformam em peças de vestuário, bem como arames e condutores de plástico passam a compor cenários teatrais. Até o Carnaval se aproxima dos resíduos, criando fantasias e diversos adereços com os quais se desfila pelas ruas das cidades, enquanto que os museus atraem público ao exporem, em seu acervo, antigos gramofones, rádios e armas, relógios de parede, livros e discos raros, ferros de passar roupa a brasa, talheres de prata, vestidos de noiva e primeira comunhão, instrumentos musicais.<sup>11</sup>

O que se constata, assim, é que junto à concepções do lixo como resto, enfatizando-se seu sentido terminal, há também uma realidade onde ele parece recuperar um valor que foi esquecido ou se encontrava, até então, escondido. Intermediando tal processo o que se evidencia são investimentos e busca de novas tecnologias, mas também um movimento de realinhamento dos valores de uma sociedade.

Neste ponto um esclarecimento se faz necessário: lixo ou resíduo, a qual categoria se refere meu estudo? Muitas vezes tais terminologias se confundem, sendo possível se dizer, que lixo e resíduo são a mesma coisa (CEMPRE, 2000), ou ainda que o lixo se transforma em “resíduo sólido” no jargão técnico. (EIGENHEER; SERTÃ, s/d)

Recorrendo, contudo, a Dicionários da Língua Portuguesa é possível se identificar algumas diferenças.

Lixo:

- Aquilo que se varre da casa, do jardim, da rua, e se joga fora; entulho. Tudo o que não presta e se joga fora. Sujidade, sujeira, imundície. Coisa ou coisas inúteis, velhas, sem valor. (Aurélio Buarque de Holanda Ferreira).

- Tudo o que é varrido de uma casa, rua, jardim, etc. Qualquer coisa imprestável. (Luiz Antonio Sacconi)
- O que se varre da casa e em geral tudo o que não presta e se joga fora; cisco. Sujeira, imundície, {fig.}escória. (Silveira Bueno)
- Tudo o que é varrido de uma casa e se deita para a estrumeira ou para o reservatório portátil conhecido pela designação de barril (Port.) ou lata de (Bras.) lixo. (...) (Fig) Escória; ralé. (Caldas Aulete)

Já o resíduo é apresentado como:

- Aquilo que resta de qualquer substância; resto. (Aurélio Buarque de Holanda Ferreira).
- Resto de alguma coisa depois de ser aproveitada a parte principal. (Luiz Antonio Sacconi)
- Resto; sobra. (Silveira Bueno)
- Que resta, restante (...) matéria que fica depois das operações químicas, das transformações por que passam certas misturas, certas manipulações industriais, etc; cinzas ou partículas que ficam do objeto calcinado ou queimado; sedimento. (Caldas Aulete)

“O que não presta mais” se contrapondo à noção “daquilo que sobra”<sup>12</sup> – este parece ser o primeiro aspecto a ser considerado, lembrando, porém, que a idéia usualmente associada a lixo é aquela referente aos restos inúteis, relacionando-se à “agregação aleatória de elementos bem definidos que, quando agrupados, se transformam em uma massa sem valor comercial e com um potencial de agressão ambiental variável segundo a sua composição.” (FIGUEIREDO, 1995, p.49)

Já a perspectiva dos resíduos diz respeito ao surgimento de “restos”, fruto da sobrevivência e do desenvolvimento. Os resíduos transcendem a capacidade de adaptação do meio ambiente que passa, como afirma o autor, a não mais incorporar estes elementos em seus ciclos originais.

Trata-se assim de uma discussão que envolve o paradigma de crescimento econômico e modernidade centrado no consumismo, consumismo este que pouca atenção reserva às implicações ambientais que possa provocar.

Se de um lado está o progresso, o avanço tecnológico, as coisas úteis que funcionam e nos permitem economizar esforço, energia muscular, tempo e trabalho (SEVA FILHO apud FIGUEIREDO, 1995, p. 7), de outro estão

os restos, os refugos, a sucata que já não serve ou saiu de moda, os resíduos, os efluentes, a poeira e os gases que saem das chaminés, das minas, das

fazendas; estão os cavacos, as embalagens e os papéis usados, o entulho das obras e das demolições, os vasilhames, os recipientes, as cascas, fibras e ramos dos vegetais ... tudo aquilo que, por comodidade, chamamos de lixo.

O que parece se estabelecer é um pensamento e uma prática onde o que vigora é uma certa incompatibilidade entre o desenvolvimento e a preservação do meio ambiente no cotidiano em que vivemos. Como consequência muitos materiais têm vida curta e logo se transformam em objetos descartáveis, sem utilidade aparente ou valor comercial, sendo “deitados fora”. Não resta dúvida, porém, que uma parte deste material ainda pode preservar uma atratividade econômica, podendo ser reaproveitado e reinserido em uma cadeia produtiva.

Nesta mesma linha de discussão encontram-se as colocações de Alcides Lopes Leão (1997) ao chamar a atenção para o fato de que o lixo seria algo inservível, necessitando apenas ser disposto de uma maneira atóxica e não poluente, não sendo notado, se possível, tanto pela atual, quanto pelas futuras gerações. Isto significa dizer que ao falar de lixo estaríamos apontando para aquilo que perdeu sua função, tornou-se inútil e indesejado, devendo, portanto, ser descartado e mantido longe. Mais que um resíduo, o lixo seria um rejeito.

O resíduo, por sua vez, traduziria um resto ainda a ser reaproveitado. Eventualmente, ele não estaria sendo usado, mas sua utilização potencial estaria preservada.

Embora fazendo tais considerações, a concepção assumida pelo autor acaba por destacar o lixo como

um resíduo sólido urbano, apesar de que pode ser gerado em áreas rurais, com enorme potencial de uso, passível de retornar, em boa parte, aos processos produtivos que lhe deram origem, ou gerar subprodutos outros como fertilizantes, gás, energia elétrica, etc. (LEÃO, id., p.213)

Leão ainda acrescenta: “sempre que haja a atividade humana teremos RSU e quanto mais desenvolvida a sociedade humana, mais complexas se tornam as soluções para o gerenciamento desse problema (...)” (id., p.213)

Já segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas (NBR-10.004) o lixo volta a ser identificado com resíduos, sendo definido como:

resíduos nos estados sólido e semi-sólido, que resultam de atividades da comunidade, de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição. Ficam incluídos nesta definição os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou corpos d’água, ou exijam para isto soluções técnica e

economicamente inviáveis em face à melhor tecnologia disponível. (ABNT, 1987, p.1)

Neste contexto cabe ressaltar como Rocha (1993) que o lixo, no atual sentido de resíduo, só aparece a partir dos anos 60 do século XX e que: “nem todo resíduo sólido é considerado lixo. Restos de determinadas atividades podem ser considerados matérias-primas para outras. Cabe mesmo perguntar quando um resíduo se torna lixo.” (EIGENHEER, 1999, p. 2)

Trata-se de uma questão a ser considerada no âmbito da própria vida em sociedade, tendo em vista que

a idéia que o sujeito faz do lixo está eivada pelas concepções de mundo e natureza como resultante das determinações históricas objetivas das relações sociais de produção, às quais esse sujeito está submetido e das mediações do universo cultural específico de seu cotidiano pelos quais os homens se vêm no mundo (SILVA, 1993, p. 72)

E ainda: “(...) o lixo instaura nas representações dos sujeitos valores diferentes segundo o lugar em que se encontram e segundo o movimento da história (...) (id., p.74)

Analisando os significados que têm sido atribuídos ao termo lixo, Eigenheer (1999) salienta sua associação à imundície, perigo, contaminação e morte, bem como o estigma da degenerescência que carrega e que, no correr dos séculos, vem se conservando mais forte do que o valor da utilidade dos dejetos:

Até hoje, apesar da ampla disseminação da reciclagem, muitas indústrias escondem o fato de trabalharem com embalagens de papel reciclado, temendo ter depreciada sua marca, em particular quando se trata de alimento. (EIGENHEER, id., p. 135)

Ao abordar tal discussão o que quero destacar é que a expressão resíduo, ao enfatizar uma conotação mais técnica, parece provocar uma certa higienização do termo. Já o lixo, circulando no âmbito mais popular, mexe diretamente com aspectos simbólicos, apontando para acepções negativas, considerando ainda como Calderoni (1998, p. 50) que ele passa por um processo de exclusão: “ele é ‘posto para fora de casa’, deve cumprir ritos de passagem, respeitando regras próprias.”

Em última análise o que se destaca é a ambigüidade do problema e é com tal perspectiva que pretendo também pensar o caso dos catadores, priorizando algumas indagações: o que catam os catadores? Catam lixo? Resíduos? Material a ser reciclado e reutilizado? Catam o que não presta, é sujo e traz riscos? Ou catam a chance de sua sobrevivência, recolhendo objetos descartados, que vão recuperar seu valor através da reciclagem?

Levanto tais questões para ressaltar minha opção em torno do termo “lixo” no sentido de enfatizar os aspectos sociais e culturais que a ele se associam, pondo em destaque os estigmas que transitam no cotidiano do trabalho com o lixo. Concordo com o dito popular de que “o que é lixo para uns é luxo para outros”, ou seja, admito que o conceito de lixo é, sobretudo, subjetivo sendo circunscrito a um determinado tempo e espaço. Desta forma ele pode abarcar noções de restos inúteis ou se confundir com a perspectiva de resíduos (sobras a serem reaproveitadas), dependendo do lugar de onde se fala, ressaltando-se neste último caso o caráter provisório da inutilidade.

Na verdade, entre muitos dos sujeitos pesquisados a terminologia utilizada é “material reciclável”, sendo ressaltada a identificação do lixo como “matéria-prima” que traz de volta sua condição de trabalhador e garante seu sustento pessoal e familiar, como tão bem expressa um dos catadores entrevistados: “Lixo?! Eu vou buscar é o meu material. Num é lixo não, é material mesmo, aquilo que me dá meu ganha-pão.” (Belo Horizonte, Diário de Campo, julho de 2002)

Isto não significa dizer que estou deixando de lado a concepção técnica de resíduo, mas sim que quero enfatizar a dinâmica que transforma o resíduo em lixo e como este último pode recuperar um valor do ponto de vista econômico, social e cultural.

Resíduo que vira lixo. Lixo que se transforma em material reciclável – é neste movimento que procuro caminhar, priorizando um trânsito através de um mundo carregado de sentidos social e historicamente construídos.

#### 1.4 DO DISCURSO À PRÁTICA POLÍTICA

Degradação ambiental e comprometimento das condições de vida – é neste contexto que também se inserem o debate e as iniciativas direcionadas para a construção de um novo padrão civilizatório, padrão este ancorado na ampliação da cultura de sustentabilidade.

Já são pelo menos 30 anos de discussões e avaliações mais sistemáticas, através de conferências ambientais promovidas pela ONU. Primeiro foi, em 1972, com a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, realizada em Estocolmo e tendo como resultado a criação do Pnuma – Programa das Nações Unidas para o Ambiente. Depois, foi a vez da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento ou Cúpula da Terra (Eco-92), realizada em 1992, no Rio de Janeiro e tendo como resultado a construção da Agenda 21.

Formulando críticas aos modelos de desenvolvimento que têm gerado profundos desequilíbrios, tanto na ótica ambiental, quanto social, sua proposta fundamentava-se na

perspectiva de um desenvolvimento sustentável<sup>13</sup>, com objetivos definidos e programas a serem implementados, considerando a importância de se “pensar globalmente e agir localmente”.

No Brasil tal discussão vem sendo ampliada através de iniciativas como, por exemplo, a CPDS – Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável (1997) e da Agenda 21 Nacional, desencadeando a análise da situação no país, levantando-se as bases para a construção de um plano de desenvolvimento, observando as diretrizes aprovadas na Conferência Internacional.

Na Agenda Global o manejo ambientalmente saudável dos resíduos sólidos foi referido, principalmente, no capítulo 21, onde se enfatizava não só a deposição final ou o reaproveitamento dos resíduos, mas também sua própria geração, numa perspectiva de mudança de padrões de produção e consumo.

No âmbito nacional esta tem sido também uma questão bastante debatida, dentro de uma proposta de gestão integrada dos resíduos sólidos, focalizando aspectos tais como: possibilidade de minimizar sua geração; incentivo à reutilização e reciclagem; implantação de experiências de coleta seletiva; universalização dos serviços de coleta e limpeza urbana; promoção do depósito e tratamento ambientalmente saudáveis dos rejeitos; participação integrada governo/iniciativa privada/sociedade civil na discussão e implantação de ações; responsabilização do produtor; disseminação de informações; capacitação de recursos humanos, além de questões de ordem legal, técnica e financeira no sentido de sustentabilidade do setor.

Em agosto de 2002 estas e outras questões foram retomadas em âmbito internacional. Mais dez anos se passaram e a implementação dos compromissos firmados na Agenda 21 tornou-se objeto de discussão em nova conferência promovida pela ONU – A Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável ou Cúpula da Terra 2 (Rio + 10) – realizada desta vez em Johannesburgo, na África do Sul.

Conciliar o combate à pobreza com a defesa do meio ambiente foi o grande eixo de suas discussões, procurando realizar um balanço da década e traçar novos rumos na direção do desenvolvimento sustentável. O término do encontro revelou, porém, avaliações bastante divergentes. De um lado, a ONU e os diversos governos participantes sinalizaram que sua expectativa era maior, mas mesmo assim algumas conquistas parciais foram alcançadas, levando-os a considerar que saíam satisfeitos da Rio+10. De outro lado, contudo, várias *ONGs* originárias de diferentes países realizaram severas críticas, críticas essas semelhantes ao parecer elaborado por Soffiati (2002, p.2) ao destacar que:

os indicadores da destruição ambiental só não foram maiores, entre a Conferências do Rio de Janeiro, em 1992, e a de Johannesburgo, porque – afirmam especialistas – a economia convencional não cresceu conforme as expectativas nestes dez anos. Esta conclusão corresponde a reconhecer que o desenvolvimento econômico é o principal responsável pelo agravamento da crise ambiental. Ele funciona como a cobra que devora a sua cauda: para se alimentar, ela se auto-destrói.

“A Cúpula foi um fracasso (...) um fracasso anunciado.” Esta foi a avaliação de Boaventura de Sousa Santos (2002, p.2). Isto porque a Cúpula da Terra, acontecida há 10 anos, foi a dos “bons propósitos”, propósitos estes, em geral, não observados pelas nações neste período. Desta forma, a expectativa atual era a de que agora fossem firmados compromissos, objetivos concretos e definidos os prazos para o cumprimento das promessas feitas. Mas, “em vez disso, a reunião foi dominada pela aversão a prazos e objetivos e pela preferência por compromissos voluntariamente assumidos.” (id.)

Além disso, Boaventura de Sousa Santos ainda analisa fatores tais como o retrocesso alcançado, via mensagem transmitida através das multinacionais participantes do evento, enfatizando que é o mercado a única solução para os problemas do desenvolvimento sustentável. Segundo o autor,

em 10 anos as empresas multinacionais cooptaram o discurso ambiental da participação e da sustentabilidade, aprofundaram as alianças com os Estados dos países ricos e com a própria ONU e reduziram as soluções possíveis. Em suma, seqüestraram os objetivos do desenvolvimento sustentável. (id.)

Neste contexto ainda salienta o fortalecimento alcançado até então pela globalização neoliberal, bem como a postura dos Estados, que reformularam seu papel no desenvolvimento, diminuíram sua intervenção direta e se colocaram aparentemente como árbitros entre as empresas multinacionais e a sociedade civil organizada, quando, na verdade, o que têm realizado é uma arbitragem “estruturalmente enviesada a favor das empresas multinacionais.” (id.)

Avaliação semelhante também foi realizada por Eva Charkiewicz (2002, p. 1) que afirmou: “o que na verdade estamos vendo é que o desenvolvimento sustentável foi redefinido como comércio livre sustentável. A Agenda de Joannesburgo promove uma globalização desencadeada e desigual.”

Com tais avaliações o que se identifica é o comprometimento da expectativa de um entendimento global no sentido de se implementar um outro paradigma de desenvolvimento, tão discutido na Agenda 21, deixando prevalecer a tendência a medidas voluntárias, sem

estabelecimento de metas e desonerando os governos no que se refere à implementação de políticas públicas.

Como consequência crescem os desafios a serem então enfrentados daqui para frente, impondo-se uma forte mobilização da sociedade civil, em termos mundiais, como destaca Rubens Born (2002) objetivando o resgate de propostas e articulações voltadas para a criação de um mundo solidário, justo e sustentável.

Particularizando o cenário brasileiro há ainda que se considerar a realidade da miséria instalada no país, miséria esta que se aproxima do campo dos resíduos e o transforma em fonte de sobrevivência, como já foi citado, absorvendo um número crescente de trabalhadores, principalmente em função das elevadas taxas de desemprego no país.

A questão do lixo traz assim desafios particulares que não podem ser ignorados e já vêm sendo enfrentados de forma sistemática há alguns anos, com destaque para as ações geradas a partir do Fórum Nacional Lixo e Cidadania, implantado em 1998, por iniciativa do Unicef.

Desde a criação deste Fórum, órgãos governamentais, *ONGs* e diversas entidades representativas da sociedade civil têm discutido mais sistematicamente a gestão do lixo urbano no país, buscando soluções para o problema. Aos 3 rs – reduzir, reutilizar e reciclar – os debates promovidos acrescentaram mais dois: responsabilidade e respeito, ressaltando a importância de se superar uma visão imediatista e uma análise isolada do problema. O enfoque principal tem se encontrado em questionamentos em torno da própria estrutura produtiva e dos padrões de consumo, valorizando-se o investimento em pesquisas para se reverter métodos de produção, observando-se a lógica de se atacar os problemas em sua origem, buscando-se, por exemplo, as possibilidades para se obter mais serviços e bens, mediante uma quantidade menor de matéria-prima. Paralelamente, evidencia-se a preocupação tanto com o prolongamento da durabilidade dos produtos, otimizando-se sua utilização, quanto com o uso crescente de embalagens descartáveis e com a revisão do conceito de “ciclo de vida”. Trata-se aqui, de se enfatizar a responsabilização das empresas, tanto em relação àquilo que elas produzem, quanto no que diz respeito aos resíduos que geram, resíduos estes presentes tanto no processo de produção-consumo-descarte, quanto na própria reciclagem.

Entretanto, não só a estrutura industrial deve sofrer transformações. Torna-se imprescindível a geração de alterações no próprio sistema de organização social. É necessário haver mudanças no campo técnico e mudanças no campo dos hábitos, atitudes e valores. Esta

é uma questão fundamental, apontando para o fato de que talvez o maior desafio seja o cultural, como foi abordado anteriormente.

Estas são dimensões não esquecidas pelo Fórum Nacional Lixo e Cidadania, estendendo-se também aos Fóruns Estaduais que, em 2002, já atingiam mais de um terço dos estados brasileiros. Cada um deles tem apresentado características próprias, bem como é variável o estágio de desenvolvimento que vêm alcançando. Entretanto, a unidade se preserva em termos do eixo central de atuação. O grande interesse encontra-se na realização de um diagnóstico sobre a situação dos resíduos, diagnóstico este capaz de fundamentar a elaboração de propostas de gestão do lixo em cada estado.

Sua atenção tem se voltado também para algumas dimensões sociais presentes na questão, gerando iniciativas que abrangem o cadastramento das famílias envolvidas com o trabalho com o lixo, tanto nas ruas quanto em vazadouros a céu aberto; a implantação de cursos de capacitação de equipes municipais atuantes principalmente no campo do trabalho infantil no lixo; o apoio a organizações sociais dos catadores; a criação de programas de educação ambiental.

Também a Política Nacional de Resíduos Sólidos<sup>14</sup>, em elaboração, é objeto de críticas e sugestões dos participantes dos Fóruns, reforçando a importância de se analisar a questão do lixo em seus múltiplos aspectos, atribuindo-se responsabilidades e competências em diferentes níveis, bem como enfrentando o desafio de reconhecer oficialmente a inserção dos catadores em toda a cadeia produtiva do setor, resgatando sua condição de trabalhador.

Esta tem sido também uma das preocupações dos próprios catadores, que vêm intensificando sua mobilização, tanto no cenário municipal, quanto estadual e mesmo nacional. Grande marco desta mobilização foi o 1º Congresso Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, realizado em junho de 2001, em Brasília. Fruto de discussões e encontros anteriores, tal evento contou com uma representação de 17 estados brasileiros, reunindo 1600 participantes, entre catadores, técnicos e agentes sociais.

Ter seus direitos garantidos em lei e regulamentar a profissão de catador de materiais recicláveis, rompendo com a identidade negativa de trabalhador da catação foram alguns de seus objetivos. No documento Carta de Brasília (2001, p. 1) os catadores assim se expressaram:

Conscientes da nossa cidadania e da importância do trabalho que desenvolvemos e das tecnologias por nós elaboradas, já qualificadas em mais de cinco décadas de atuação cotidiana, tomamos a iniciativa de apresentar ao Congresso Nacional um ante-projeto de lei que regulamenta a profissão catador de materiais recicláveis e determina que o processo de

industrialização (reciclagem) seja desenvolvido, em todo o país, prioritariamente, por empresas sociais de catadores de materiais recicláveis.

Sua proposta apontou para a necessidade de políticas de financiamentos e subsídios no campo da reciclagem, considerando a prioridade para projetos apresentados por empresas sociais de catadores, garantindo sua presença ativa na cadeia produtiva do lixo, como estratégia de inclusão social e geração de trabalho e renda.

A preocupação e a mobilização dos trabalhadores focalizou ainda outras questões:

- Inclusão dos Catadores de Materiais Recicláveis no Plano Nacional de Qualificação Profissional, priorizando sua preparação técnica nas áreas de gestão de empreendimentos sociais, educação ambiental, coleta seletiva e recursos tecnológicos de destinação final.
- Adoção de políticas de subsídios que permitam aos Catadores de Materiais recicláveis avançar no processo de reciclagem de resíduos sólidos, possibilitando o aperfeiçoamento tecnológico dos empreendimentos com a compra de máquinas e equipamentos, como balança, prensas, etc.
- Definição e implantação, em nível nacional, de uma política de coleta seletiva que priorize o modelo de gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos, colocando os mesmos sob a gestão dos empreendimentos dos Catadores de Materiais Recicláveis.
- Garantia de que a política de saneamento tenha, em todo o país, o caráter de política pública, assegurando sua dimensão de bem público. Para isso sua gestão deve ser responsabilidade do Estado, em seus diversos níveis de governo, em parceria com a sociedade civil.
- Priorização da erradicação dos lixões, em todo o país, assegurando recursos públicos para a transferência das famílias que vivem neles e financiamento para que possam ser implantados projetos de geração de renda a partir da coleta seletiva. E que haja destinação de recursos do programa de Combate à Pobreza para as ações emergenciais. (id., p.2)

Discussões semelhantes ocorreram em janeiro de 2003, em Caxias do Sul, por ocasião do I Congresso Latino-Americano de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis. Reunindo 800 participantes do Brasil, Uruguai e Argentina os debates realizados enfatizaram a luta que já vem sendo construída há muitos anos, bem como os avanços conseguidos através, principalmente, da organização de associações e cooperativas.

Referindo-se às suas trajetórias de vida os catadores presentes reconheceram fazer parte de uma sociedade “em que valem mais as mercadorias do que as pessoas e a natureza. Só se dá valor às coisas que se pode vender para aumentar os lucros. Tudo que sobra – até mesmo as pessoas – é jogado fora”. (Carta de Caxias do Sul, 2003, p.2). Ao mesmo tempo, porém, salientaram a descoberta do valor e do significado do trabalho que realizam, como

“agentes ambientais”, bem como a possibilidade de sua participação na construção de um novo modelo de desenvolvimento na sociedade. Para tanto, “basta dar valor a tudo e reciclar tudo o que for possível, reciclando a própria vida” (id.)

Nos diferentes eventos promovidos, o que se tem debatido é o papel social e ambiental dos catadores, catadores estes que de forma crescente vêm se organizando e se mobilizando para deixar clara a sua disposição de enfrentar o desafio de não ficar apenas na frágil base da catação, passando a entender e assumir um outro papel na cadeia produtiva do lixo.

## Notas e Referências

<sup>1</sup>Vários índices apresentados por esta pesquisa foram questionados pelo Fórum Lixo & Cidadania e pelo Comitê de Resíduos Sólidos da ABES (Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental). Entretanto, até o momento da elaboração desta tese, continuaram prevalecendo os dados oficiais fornecidos pelo IBGE, motivo pelo qual recorro aos mesmos.

<sup>2</sup> Lixões são vazadouros a céu aberto, comportando uma simples descarga dos resíduos sobre o solo, não incluindo nenhum controle sobre o tipo de material recebido, nem observando nenhuma medida de proteção ao meio ambiente ou à saúde pública (CEMPRE, 2000)

<sup>3</sup> Os aterros são divididos entre controlados e sanitários. O primeiro consiste em uma “técnica de disposição de resíduos sólidos municipais no solo, sem causar danos ou riscos à saúde pública e à sua segurança, minimizando os impactos ambientais. Esse método utiliza alguns princípios de engenharia para confinar os resíduos sólidos cobrindo-os com uma camada de material inerte na conclusão de cada jornada de trabalho (...) geralmente, não dispõe de impermeabilização de base (comprometendo a qualidade das águas subterrâneas), nem de sistemas de tratamento do percolato (termo empregado para caracterizar a mistura entre o chorume, produzido pela decomposição do lixo, e a água de chuva que percola o aterro) ou do biogás gerado.” (CEMPRE, 2000, p. 251) Já o aterro sanitário “é um processo utilizado para a disposição de resíduos sólidos no solo, particularmente lixo domiciliar que, fundamentado em critérios de engenharia e normas operacionais específicas, permite um confinamento seguro em termos de controle de poluição ambiental e proteção à saúde pública” (p.252) Isto significa dizer que sua implantação deve ocorrer em locais distantes da área urbana e de corpos d’água, havendo o devido preparo da área através, principalmente, de camadas impermeabilizantes e sistemas de drenagem de gás e água de superfície.

<sup>4</sup> A incineração é um processo que aproveita o poder calorífico do lixo, submetendo-o à queimas em altas temperaturas e transformando-o em cinzas. O volume do lixo é reduzido à cerca de 5% a 15% do que foi introduzido no forno, mas, devido aos custos referentes à sua implantação e operação, bem como à sofisticação dos equipamentos de controle ambiental necessários, trata-se de uma alternativa menos utilizada do que as demais. (Eigenheer: Sertã, s/d)

<sup>5</sup> “As usinas formam um complexo industrial de tratamento que visa basicamente à recuperação de materiais para a reciclagem (...) Operam distintamente na separação de materiais para reciclagem e na decomposição da matéria orgânica, para ser usada como condicionador do solo (um tipo de adubo).” (Eigenheer; Sertã, s/d)

<sup>6</sup> Este programa será focalizado no item 1.4.

<sup>7</sup> Com os coletores de rua (garis) há pesquisas feitas, por exemplo, por Robazzi (1985 e 1992), Ilário (1989), Vieira (1995), Velloso (1995) e Santos (1996 e 1997). Já com os catadores de rua, lixões e/ou aterros encontramos contribuições significativas em Costa (1986), Moura e Gonçalves (1989), Leite et al (1990), Escurra (1994 e 1995), Acevedo e Peralta (1996), Nogueira (1996), Portilho (1997), Araújo (1997), Azeredo (1997 e 1999) e Gossi (1999).

<sup>8</sup> A escolha de tal recorte é justificada pelo autor da seguinte forma: “Em primeiro lugar, porque as mentalidades e sensibilidades medievais são aquilo contra o que a cultura capitalista e, mais adiante, a cultura industrial – territórios próprios da questão do lixo – se definiram (...) Em segundo lugar (...) há muito de cultura medieval nisso que habitualmente se chama de cultura brasileira (...) Trata-se de uma espécie de resistência (...)”

- <sup>9</sup> O termo lixo é colocado entre aspas pelo próprio autor e indica que se trata de uma denominação atual que não retrata a forma como os dejetos eram considerados nos tempos medievais.
- <sup>10</sup> Após descarte, se observa a existência de um tempo variável para a decomposição dos produtos. A título de exemplo, temos os pneus, vidros, louças e cerâmicas, que levam um tempo indeterminado, o alumínio que varia entre 200 a 500 anos, as embalagens plásticas que chegam a 450 anos, as cordas de nylon 30 anos e mesmo materiais como chicletes e filtros de cigarros que resistem em torno de 5 anos.
- <sup>11</sup> Exemplo destas colocações são o Museu do Lixo de Juiz de Fora, o Empório de Curiosidades de Assis, as decorações natalinas realizadas pelo Shopping Center SP Market, em 1995, a Escola de Samba “Estação Primeira dos Catadores de Papel de Belo Horizonte, e ainda “O poema do lixo”, um Teatro de Bonecos, com argumento de Daisy Nery e roteiro de Carlos Mecení.
- <sup>12</sup> Roberto Kant de Lima distingue as categorias de restos e sobras enfatizando que “no Brasil, onde não é de bom tom comer restos, sentem-se honrados pela intimidade os convidados a voltar no dia seguinte para comer as sobras de uma feijoada, ou das festas de Natal e Ano-Novo – o chamado ‘enterro dos ossos’. Nestas ocasiões festivas e tradicionais – consome-se com prazer ‘comida requentada’, que em outras ocasiões seria destinada, certamente, às latas de lixo, como resto.” (Lima in: Eigenheer, 1993, p. 88)
- <sup>13</sup> Esta expressão tem sido objeto de muitas definições. Recorremos aqui à concepção adotada pela II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, concepção esta comentada no documento Agenda 21 Brasileira: Bases para discussão: “desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades”. Segundo o referido documento, tal definição deve “significar desenvolvimento social e econômico estável, equilibrado, com mecanismos de distribuição justa de riquezas geradas, bem como ser capaz de levar em consideração a fragilidade, a interdependência e as escalas de tempo próprias e específicas dos elementos naturais.”
- <sup>14</sup> Encontra-se em discussão um substitutivo ao Projeto Lei 203 de 1991, tendo como relator o Deputado Emerson Kapaz.

*Catadoras de um galpão de Porto Alegre (2001)*



*Criança que acompanha o trabalho dos pais em Belo Horizonte (2002)*



*Um dos catadores mais antigos da Coopergramacho (2001)*



*Catadora realizando triagem de material na Coopergramacho (2001)*



*Catador da Coopergramacho (2001)*



*"(...) É preciso avançar  
Prosseguir na lida  
Reciclando coisas  
E reciclando a vida. (...)  
Trilhar novos caminhos  
Vencer os preconceitos  
Romper com as fronteiras  
Buscar nossos direitos"(...)  
(Antônio Gringo, Hino dos Catadores)*

## 2 POBRES E CATADORES: OS VARRIDOS DO MUNDO?

No início do século XX a figura do “velho garrafeiro” constituiu o marco inicial do trabalho dos catadores no Brasil. Já a partir dos anos 50, com o desenvolvimento da sociedade industrial, outros materiais além do vidro passaram a despertar interesse e ao conhecido garrafeiro começaram a se juntar novos personagens: o papeleiro, o lateiro, o comprador de “ferro-velho”... Aos pouco foi surgindo a figura do catador de rua, lixões e aterros e, posteriormente, os catadores vinculados à associações e cooperativas.

Atualmente, quer nas ruas, lixões e aterros, quer nas associações e cooperativas, a presença dos catadores de materiais recicláveis vem crescendo, quantitativa e qualitativamente, chamando a atenção para a atividade que executam cotidianamente. Através da própria catação de lixo ou das manifestações públicas que realizam passaram a ganhar uma maior visibilidade na paisagem urbana, visibilidade esta que remete a algumas indagações: quem são estes catadores? De onde surgiram? Como vivem? O que catam os catadores? Que futuro os aguarda?

Estas são as questões que pretendo abordar neste capítulo, procurando mapear um referencial para as análises a serem realizadas posteriormente, quando focalizarei especificamente o cotidiano do aterro, cooperativa e associações pesquisadas.

Recorro inicialmente a uma breve contextualização da produção e reprodução da pobreza no Brasil, localizando suas implicações junto àquela parcela da população que, como os catadores, vem sendo usualmente denominada de “excluída”. Em seguida realizo uma apresentação dos profissionais do lixo e do processo de trabalho que executam e, por último focalizo a questão da reciclagem. Reciclagem que, em geral, é entendida como reaproveitamento de materiais desprezados, reinserindo-os nos ciclos produtivos. Meu foco se volta, contudo, para a re-ciclagem de indivíduos que querem recompor sua condição de sujeito através da possibilidade de re-invenção de seu cotidiano.

### 2.1 QUANDO O QUE SOBRA É O LIXO

Modelo de desenvolvimento onde o econômico e o social estão fora de sintonia; modelo que distancia uma grande parcela populacional não só dos frutos, mas também da própria produção de riquezas do país; modelo caracterizado por uma distribuição não equitativa, não só de renda, mas também de benefícios sociais, culturais e políticos; modelo que gera e dissemina privações; modelo cujo avanço econômico nega-se na perversidade das

exclusões que provoca, abrindo também aí o abismo de sua própria crise (MARTINS, 2002) – este é um breve perfil da realidade que, historicamente, vem sendo construída no Brasil e chega aos dias atuais, produzindo o cenário capitalista em que vivemos.

Cenário onde extremos de progresso e bem-estar-social convivem com extremos de pobreza e mal-estar-social, sendo os ganhos privatizados e as perdas e crises socializadas, configurando uma dinâmica onde, segundo MARTINS (id., p. 11), “os pobres teimam em fazer parte daquilo que não os quer senão como vítimas e beneficiários residuais de suas possibilidades.”

“Sertanejo, analfabeto, barrigudo de vermes, com falta de proteínas e sobra de filhos” (BRUM, 2002, p. 92), assim tem sido apresentado o pobre brasileiro, um personagem clássico “imutável como a realidade que o gerou”, movendo-se apenas “pelos pés do êxodo em busca da terra prometida.”

A ele, porém, têm se juntado os chamados “novos pobres”, ou seja, aqueles que nasceram no asfalto e moram nas periferias de centros urbanos. Alguns até estudaram, tiveram menos filhos e conseguiram alcançar uma profissão, mesmo que pela via da experiência. O problema é que, com o tempo, perderam sua condição de trabalhador.

Alguns, na verdade, nunca tiveram tal condição consolidada. Passando de uma ocupação para outra, conseguiam garantir apenas sua sobrevivência; outros, já puderam se apresentar como trabalhadores, mesmo alternando momentos de emprego com períodos de desemprego.

A “carteira assinada”, entretanto, foi ficando no passado, tornando cada vez maior a fileira dos desesperados em busca de um trabalho. É o “pobre do desemprego” (POCHMANN apud BRUM, 2000), que constitui a marca da última década e atinge praticamente todas as regiões do país.

No início do terceiro milênio mudanças visíveis têm sido intensificadas na tradicional empresa industrial capitalista, no próprio trabalhador assalariado, no mercado onde se compra e vende a força de trabalho e na ética do trabalho, ou seja, nos princípios básicos sobre os quais se ergue a sociedade do trabalho (SILVA, 1995).

Um novo paradigma de produção industrial se apresenta, impregnado de profundas transformações nos diversos setores da economia, trazendo como consequência uma grande fragilização de vínculos laborais. Com o atual processo de reestruturação produtiva, mais do que nunca entra em cena a precarização do trabalho, evidenciando o aumento do desemprego de massa e de longa duração, o crescimento do setor informal, bem como de perversos padrões de terceirização e subcontratação.

“O Brasil nunca conviveu com um desemprego tão elevado” – assim se expressa Mattoso (2000, p. 9) ao analisar a atual situação enfrentada pelo país, salientando ainda que a questão não se reduz à falta de empregos. Ela engloba também a deterioração das condições de trabalho, com o vertiginoso crescimento da ocupação temporária, sem renda fixa e em tempo parcial, configurando um cenário aonde a presença dos “bicos” só vem aumentando.

A Pesquisa Datafolha realizada em novembro de 2001 (O país dos direitos de papel, Folha de São Paulo, 24 março 2002) ilustra tal realidade: o desemprego triplicou nos últimos 5 anos; 16% dos trabalhadores têm vivido de “bicos”; 46% nunca trabalharam com registro em carteira profissional; 12,7 milhões ficaram sem ter ocupação; já chegam a 7% (8 milhões) os que ganham meio salário mínimo e estão na linha da miséria, ou seja, não dispõem de recursos suficientes sequer para se alimentarem.

Se, ao longo do século XX e principalmente no período posterior à Segunda Guerra Mundial, o país revelava um crescimento em sua economia urbano-industrial e uma expressiva capacidade de geração de empregos formais, os anos 80 começaram a sinalizar mudanças na dinâmica do mercado de trabalho. É nesta época que tem início um maior crescimento do desemprego urbano, bem como a deterioração das condições de trabalho, abrindo espaço para a ampliação do setor informal.

Até então, tratava-se de um fenômeno que ora crescia, ora diminuía, em estreita vinculação com os movimentos do cenário econômico, estando ainda preservadas as estruturas industrial e produtiva, como afirma Pochmann. Segundo o autor podemos observar dois períodos muito distintos em relação à evolução do mercado de trabalho brasileiro. Primeiro houve

um movimento de estruturação do mercado de trabalho que ocorreu simultaneamente ao processo de industrialização e institucionalização das relações e condições de trabalho (1940/1980), marcado pela expansão do emprego assalariado, principalmente com registro, e das ocupações nos segmentos organizados da economia (tipicamente capitalista). (POCHMANN, 1999, p.78)

O período pós-1980, entretanto,

foi de reversão na trajetória geral das ocupações, com fortes sinais de uma progressiva desestruturação do mercado de trabalho. O desassalariamento de parcela crescente da PEA e a expansão das ocupações nos segmentos não-organizados e do desemprego têm ocorrido paralelamente ao abandono do projeto de industrialização nacional e a adoção de políticas macroeconômicas de reinserção internacional e enfraquecimento do estatuto do trabalho. (id., p.78-79)

A entrada dos anos 90 chega, assim, marcada por um “processo de retração das atividades produtivas acompanhado do desmonte das estruturas preexistentes, sem que se tenha colocado no lugar outras capazes de substituí-las.” (MATTOSO, 2000, p. 14).

Sobem as taxas de desemprego, afetando, em média, um em cada cinco trabalhadores das grandes cidades brasileiras. É clara a precarização das condições e relações do trabalho, como também são claros alguns dos efeitos que acarreta, comprometendo ainda mais as condições de vida de uma grande parcela da população brasileira. O cenário é o de desassossegos e incertezas, provocando desestruturação pessoal, familiar e social, uma vez que “precarização econômica e regressão social convergem com a omissão do Estado em funções fundamentais no âmbito do trabalho e da proteção social.” (GOMEZ; THEDIM-COSTA, 1999, p. 413)

Na realidade o que se vê é que o excesso da mão-de-obra disponível empurra o trabalhador para a informalidade; a possibilidade de ficar sem trabalho é o que mais dá medo a quase um terço da população pesquisada (Pesquisa Datafolha, 2001) e assim, os que ainda dispõem de algum vínculo preferem abrir mão de direitos a ficar sem sua ocupação. Desta forma acumulam funções que poderiam gerar outros postos de trabalho, contribuindo para a manutenção de uma das dinâmicas que realimenta o desemprego num mercado que traz a marca da recessão, fechando-se a novas oportunidades de geração de emprego e renda.

Com a redução da capacidade de geração de empregos formais, instala-se o desassalariamento e, como agravante da situação o que se verifica é que este quadro acaba também por excluir ou criar limites aos direitos trabalhistas e sociais, justamente àqueles trabalhadores que mais estariam necessitando deles.

Onze gerações separam o fim da escravidão e o atual exercício do trabalho no âmbito do capitalismo brasileiro. Nesse tempo, o balanço evolucionista do trabalho não parece animador, mesmo considerando que o país deixou de ser uma grande fazenda geradora de produtos primários voltados à exportação para se localizar, neste início de terceiro milênio, entre as dez principais economias do mundo. (POCHMANN, 2002, p.8)

Assim Pochmann analisa a questão, salientando a persistência dos sinais de mal-estar no interior das classes que vivem do próprio trabalho. Para o autor existem pelo menos 4 grandes questões não resolvidas em relação ao mercado de trabalho no Brasil, quais sejam, a incompatibilidade entre a insuficiência da remuneração obtida no trabalho e a diversidade oferecida pelo padrão de consumo; a cultura excessiva das jornadas longas de trabalho; a discriminação no e do trabalho; e por último, a intranquilidade existente no exercício do trabalho assalariado no Brasil.

Submetidos a uma realidade de não trabalho ou mesmo de estratégias ocupacionais eventuais e transitórias, o trabalhador brasileiro é também incluído na categoria dos sem-renda, ampliando a abrangência de uma pobreza que acompanha nossa história “tal qual uma sombra ( ...) compondo o elenco de problemas, impasses e também virtualidades de um país que fez e ainda faz do progresso (...) um projeto nacional.” (TELLES, 1996, p. 6)

Como tanto outros países conhecidos como subdesenvolvidos ou em processo de desenvolvimento, o Brasil também tem mergulhado em uma onda de pobreza difícil de ser superada. Pobreza que, segundo Milton Santos (2001, p. 69-74), pode ser classificada em pelo menos 3 formas. A primeira é a “pobreza incluída”, caracterizando-se, sobretudo, pelo fato de ser acidental, residual ou sazonal, uma pobreza intersticial e menos discriminatória, podendo ser atendida através de soluções privadas, assistencialistas e locais.

A segunda é a “marginalidade”, ou seja, a pobreza “reconhecida e estudada como doença da civilização”, fruto do próprio processo econômico. Trata-se de um problema grave, mas não insolúvel, sendo possível promover sua correção através de ações dos governos.

Já a última é a “pobreza estrutural”, uma pobreza de “novo tipo”: ela é “pervasiva, generalizada, permanente, global”, “resultante de um sistema de ação deliberada” pois, como ressalta Santos,

examinando o processo pelo qual o desemprego é gerado e a remuneração do emprego se torna cada vez pior, ao mesmo tempo em que o poder público se retira das tarefas de proteção social, é lícito considerar que a atual divisão ‘administrativa’ do trabalho e a ausência deliberada do Estado de sua missão social de regulação estejam contribuindo para uma produção científica, globalizada e voluntária da pobreza.(id., p.72)

O autor ainda acrescenta:

A pobreza atual resulta da convergência de causas que se dão em diversos níveis, existindo como vasos comunicantes e como algo racional, um resultado necessário do presente processo, um fenômeno inevitável, considerado até mesmo um fato natural. (...) Nessa última fase, os pobres não são incluídos nem marginais, eles são excluídos. (id., p.72)

Os excluídos são assim fruto de uma racionalidade que vigora em nosso tempo, onde soluções funcionais são pensadas para amenizar algumas das manifestações do fenômeno, deixando-se de lado, contudo, a questão central, isto é, a dimensão estrutural. Não se pode afirmar que esta é uma realidade recente no cenário brasileiro, mas é possível considerar que vivemos um certo renascimento da exclusão social, ou seja, estamos diante de um velho problema, que ganha novos atributos, principalmente nas duas últimas décadas. Não se trata, porém, de um novo dualismo, focalizando as falsas alternativas de excluídos ou incluídos.

Como salienta Martins (2002, p. 11), “a sociedade que exclui é a mesma sociedade que inclui e integra, que cria fórmulas também desumanas de participação, na medida em que delas faz condição de privilégios e não de direitos.”

Destacando que a concepção de exclusão é antidialética, já que nega o princípio da contradição, a história e a historicidade das ações humanas, o autor ainda afirma que este é um conceito ideologicamente útil à classe média e a seu afã conformista de mudar para manter.

Desta forma, o uso indiscriminado do termo exclusão social consiste em uma forma de disfarçar ou mesmo ocultar o verdadeiro problema, ou seja,

as formas perversas de inclusão social que decorrem de um modelo de reprodução ampliada do capital, que, no limite, produz escravidão, desenraizamentos, pobreza e também ilusões de inserção social. Não há propriamente exclusão, e sim formas anômalas e injustas de inclusão. (MARTINS apud SOARES, 2002, p. 3)

Ao invés de se recorrer indiscriminadamente ao termo é preciso, portanto, definir do que se fala, construindo reflexões sobre as dimensões presentes na rota de exclusão/inclusão, não deixando de se recorrer também a uma perspectiva histórica.

Atualmente, o cenário da pobreza e destas perversas formas de inclusão mantém atributos antigos, mas também incorporam outros que o diferenciam da realidade até então tão familiar no país. De indigente a marginal, de preguiçoso a sofredor, de esperto a bandido em potencial, de desajustado a elemento que ameaça a ordem e o progresso, os pobres de hoje transitam em um campo minado aonde vão perdendo as referências de uma identidade social oriunda do exercício de uma profissão. Sem-trabalho e sem-renda se vêem diante de uma perversa trajetória de rompimento de laços, correndo riscos de serem desconectados das possibilidades de vida em sociedade.

Transitando pelo campo da indefinição e não reconhecimento (SPOSATTI, 1995, p. 138) alguns destes pobres chegam a ser identificados como uma população “desnecessária” e, como destaca Nascimento (1994, p. 64) “da destituição material que caracteriza o pobre, pode-se estar caminhando para a ‘destituição radical’, que significa negar o direito ao outros de existir simplesmente.”

Falo assim da exclusão social entendendo que ela remete a um número crescente de indivíduos que são considerados incômodos politicamente, ameaçantes socialmente e desnecessários sob o ponto de vista econômico (NASCIMENTO, 1995). Com tal perspectiva, seria o conceito de exclusão realmente significativo para se problematizar o cotidiano dos catadores de matérias recicláveis? Até que ponto tais sujeitos podem ser considerados

excluídos? Mesmo se admitindo que eles possam até simbolizar incômodos e ameaças, é possível ignorar que eles fazem parte da complexa cadeia produtiva da reciclagem? Os catadores seriam assim, os excluídos “úteis”? Sendo “úteis”, não deixam de ser excluídos? Deste modo, o que está em jogo não é muito mais a forma perversa em que eles estão integrados à economia do lixo?

Para melhor analisar tais indagações recorro a Castel (1994), considerando que a questão central se encontra em um modo particular de dissociação de vínculo social, por ele chamado de desfiliação. Segundo o autor a pobreza pode ser lida como um estado caracterizado por “faltas” – falta de ganhos, alojamento, cuidados, instrução ... Sua perspectiva, porém, é considerar as situações de privação como um efeito, onde se conjugam dois vetores fundamentais: um eixo de integração/não integração pelo trabalho e um eixo de inserção/não inserção em uma sociedade sócio-familiar.

Precariedade econômica e fragilidade relacional se combinariam assim para produzir um contexto de isolamento, de ruptura com o vínculo social. Não se trata, porém, de se pensar em pólos opostos de integração ou rompimento no campo sócio-familiar ou da produção. Castel remete a um leque de posições possíveis, afirmando que os eixos referidos circunscrevem zonas diferentes do espaço social, de acordo com o grau de coesão que elas asseguram. Seu esquema de análise comporta então quatro zonas fundamentais, ou seja, diferentes modalidades de “existência social segundo uma degradação que vai de um pólo de autonomia a um pólo de dependência, ou ainda de um pólo de estabilidade a um pólo de turbulência máxima” (CASTEL, 1994, p. 31). Estas zonas são: zona de integração, zona de vulnerabilidade, zona de desfiliação e zona de assistência, tomando sempre por referência o campo do trabalho e o sócio-relacional, que se configuram distintamente em cada uma delas. A primeira zona é o espaço dos suportes sólidos, enquanto que a segunda já aponta para precariedades e fragilidades e a terceira constitui o isolamento. Já a zona de assistência se caracteriza pela “dependência segurada e integrada”.

Embora este seja um desenho que toma por referência a realidade da França, é possível tentar aproximá-lo do contexto brasileiro, principalmente no que concerne à perspectiva de estado e processo da exclusão, enfatizando-se as rotas de vulnerabilidades, agravadas em nosso caso pelas fragilidades que historicamente têm sido identificadas nos suportes oriundos do sistema de proteção social.

No cotidiano das pessoas os eixos sócio-relacional e o econômico-ocupacional podem ser materializados de diferentes maneiras. No primeiro, pensar em integração significa pensar em vínculos sólidos e estáveis englobando a família, a vizinhança, os amigos, as relações de

amizade e coleguismo presentes tanto no seio familiar, quanto em eventos comunitários, em grupos religiosos, no time de futebol, ou em diferentes situações de lazer. Isolamento e solidão constituem a conseqüência da precariedade de tais relações, apontando para percursos de distanciamento de valores e relações que sustentam o cotidiano, ao mesmo tempo em que refletem trajetórias de dificuldades para se buscar apoio para o enfrentamento dos problemas vividos.

Já no que se refere ao mundo do trabalho, a integração traduz uma situação estável e regular, fruto da conjugação do assalariamento e proteção social. A não inserção, por sua vez, diz respeito não só ao fato de se ocupar uma posição marginalizada no processo de produção e acumulação capitalista. Ela remete à condição de ser supérfluo e desnecessário, cabendo ressaltar que entre uma posição e outra existem diferentes possibilidades de vulnerabilidades e precarizações.

Na análise do autor não há fronteiras rígidas entre as zonas citadas e a desfiliação, na verdade, se nutre através da turbulência peculiar da zona da vulnerabilidade, configurando não apenas um estado, mas, sobretudo, processos em andamento nos “circuitos vivos das trocas sociais” (CASTEL, 1997, p. 20). Na maior parte dos casos, continua a autor, a exclusão “nomeia situações que traduzem uma degradação relacionada a um posicionamento anterior” e os excluídos “povoam a zona mais periférica, caracterizada pela perda do trabalho e pelo isolamento social.” Sua trajetória traz assim a marca de rupturas que vão ocorrendo em suas vidas, face a possíveis estados de equilíbrio anteriores, podendo-se deste modo afirmar que “o excluído é de fato um desfiliado.”

Um processo e um estado, assim poderíamos então pensar a temática da desfiliação, considerando a exigência de uma trajetória de vulnerabilidades e precariedades, bem como o resultado objetivo de tal trajetória.

Recorrendo a Castel e a Arendt, Sarah Escorel também analisa a exclusão social, considerando-a

como um processo no qual – no limite – os indivíduos são reduzidos à condição de animal laborans, cuja única atividade é a sua preservação biológica, e na qual estão impossibilitados do exercício pleno das potencialidades da condição humana (ESCOREL in: BURSZTYN, org., 2000, p. 140).

Aos eixos família e trabalho elaborados por Castel a autora incorpora os da política, cultura e da vida, pondo assim em evidência a cidadania e os valores simbólicos, tendo como pano de fundo a dimensão da própria vida. Sua concepção enfatiza, portanto, a exclusão social como um “um processo que envolve trajetórias de vulnerabilidade, fragilidade ou

precariedade e até ruptura dos vínculos em cinco dimensões da existência humana em sociedade.” (SCOREL et al., 2000, p.112)

No âmbito do trabalho encontra-se o quadro de vulnerabilidades em relação aos vínculos laborais, onde os indivíduos transitam por ocupações instáveis e irregulares, constituindo contingentes populacionais economicamente desnecessários, supérfluos e incômodos.

No campo sócio-familiar a questão se volta para as relações que se dão no seio da família, vizinhança e comunidade, relações estas que exprimem um sinal de pertencimento, a possibilidade de se compartilhar um lugar social.

Já no âmbito político ou esfera da cidadania, Escorel aponta para a conquista e o acesso aos direitos, considerando como Telles (TELLES apud SCOREL, 1999, p. 78) que “a fragilização dos vínculos de cidadania acentua a privatização da experiência social.”

No Brasil, como bem lembra a autora, o processo de ampliação dos direitos vem ocorrendo desde a transição democrática, mas, junto com ele está uma “cidadanização seletiva”, uma vez que aprisionados no reino das necessidades, os indivíduos encontram inúmeros obstáculos para figurarem na cena política como sujeitos portadores de interesses e direitos legítimos.

Neste contexto é importante considerar que se a exclusão comporta elementos econômicos e vínculos sociais e políticos, não há como se deixar de lado também a questão cultural, os hábitos e costumes, as interações sociais, o eixo de trocas de valores simbólicos, o campo das representações sociais, através do qual pode se construir um caminho “de não-reconhecimento, de indiferença, de negação da identidade ou de identidade negativa, de estigmatização e de criminalização da diferença.” (SCOREL et al., 2000, p. 113)

Como ainda acrescenta a autora: “nos processos de exclusão social, a escala da estranheza atinge o limite de retirar o caráter de humano ao outro” (id.), evidenciando-se uma cultura de naturalização da pobreza e seus corolários, ou seja, banalização, indiferença, fatalidade e conformismo.

Trajetórias de desvinculação podem conduzir à experiência de não encontrar nenhum estatuto e nenhum reconhecimento nas representações sociais, ou só encontrá-los em negativo.” – é o que destaca Escorel (SCOREL in: BURSZTYN, org., 2000, p. 144), considerando também que ancorados em todos estes processos está a dimensão da própria vida, configurando um mundo onde “a exclusão pode atingir o seu limite, o limiar da existência humana”. Os chamados excluídos são expulsos da idéia de humanidade, restando-lhes apenas sobreviver.

Desta forma a análise de Escorel se refere à existência de uma privação material no processo de exclusão social, ressaltando, contudo, o fato de que esta privação desqualifica seu portador, retirando-lhe a qualidade de cidadão, de sujeito e de ser humano. Segundo a autora,

a exclusão social significa, então, o não encontrar nenhum lugar social, o não pertencimento a nenhum topos social, uma existência limitada à sobrevivência singular e diária. Mas, e ao mesmo tempo, o indivíduo mantém-se prisioneiro do próprio corpo. Não há mais um lugar social para ele, mas deve encontrar formas de suprir suas necessidades vitais e sobreviver sem suportes estáveis materiais e simbólicos. (ESCOREL et al., 2000, p.113)

Neste sentido um importante ponto a considerar é também a sobreposição de situações de exclusão, atingindo a um mesmo grupo social. Aqui se somam atributos de discriminação e estigmatização social.

A meu ver, o trabalho com materiais recicláveis pode ser inserido em tal perspectiva, constituindo um elemento a mais nesta trajetória de desfiliações e desqualificações, tendo em vista as representações socialmente construídas ao redor do que se considera como lixo.

Transitando por ocupações instáveis e acumulando situações de um não-ter, o trabalhador sem-trabalho acaba encontrando no lixo uma alternativa de sobrevivência. O que sobrou para ele foi o lixo.

Entretanto, o ambiente do lixo não é considerado, propriamente, como lugar de trabalho pela sociedade. Ali é o espaço das sobras e restos, do que é inútil e até mesmo perigoso. Deste modo, assumindo o cenário do lixo como lugar de trabalho e fazendo da catação a sua atividade profissional, o catador parece ingressar em uma condição liminar, uma “zona de sombras”.

Tentando sair da zona de desfiliação o catador entra em uma zona “embaçada”, definida por imprecisões e ambigüidades, onde estranhamente parecem se combinar sobrevivência e fome, trabalho e não-trabalho, pertencimento social e isolamento, vida e morte. Justifico tal colocação retomando algumas percepções predominantes sobre o lixo, na sociedade em que vivemos.

Lixo é resto, é o que não presta é o que perdeu sua utilidade, já não serve para mais nada e se tornou um incômodo e perigoso refugio. Mesmo produzido pela própria sociedade, de alguma forma é negado, é ignorado e a alternativa mais imediata para fazer frente a tal problema encontra-se no ato do descarte, mantendo-o a uma distância segura.

E com o catador, não é isto que também acontece? Juntando-se ao lixo, aparentemente a ele se iguala. Vivendo de sobras, se mistura aos animais na disputa de algum alimento para

matar sua fome. Num primeiro momento, o reino da necessidade parece falar mais alto. É a fome de alimento que precisa ser amortecida.

Logo, porém, se desenha também a dimensão do trabalho. Mas o lixo pode ser reconhecido como espaço de trabalho? Neste sentido o indivíduo é um trabalhador ou foi varrido do mundo, permanecendo na condição de indolente, preguiçoso e marginal, uma figura inútil e ameaçante para a sociedade?

E em relação a sua vida, a sua cidadania? Existem realmente possibilidades para se promover uma re-invenção de seu cotidiano? Que tipo de experiência social tem sido propiciada através do cotidiano da desfiliação vivenciado por catadores de lixo?

Se a privação material é clara e inquestionável, da mesma forma podemos situar suas implicações no cotidiano dos sujeitos. Como salienta Telles (TELLES apud BAPTISTA, 1998, p. 247), “a experiência da pobreza é algo mais do que as dificuldades objetivas de sobrevivência cotidiana. É também a experiência de uma sociedade que os coloca na condição de párias sociais.”

Como se não bastasse ter afetada sua condição de trabalhador e com ela o papel de provedor das famílias, homens e mulheres transitam por cenários repletos de vulnerabilidades e se vêem diante de atributos que se transformam em impedimentos para sua vida em sociedade. Como consequência, introjetam culpas e vergonhas por sua suposta improdutividade na sociedade da produção, tendo uma auto-imagem circunscrita ao campo não só do não-ter, mas também do não-ser.

Expulsos do mercado formal de trabalho, dispendo de um rendimento instável e mantendo frágeis vínculos com a vida em sociedade, “carente de direitos, possibilidades e esperanças” (MARTINS, 1993, p.15) – assim talvez possa ser configurado o modo de vida de muitos catadores, bem como a zona de sombras por onde circulam, articulando condições materiais e campo simbólico, contando com a forte presença do estigma que cerca o lixo. Estigma que, segundo Goffman (1988, p.20) é um meio de categorizar as pessoas que compartilham de um ambiente social, sendo, porém, que “as pessoas com atributo diferencial vergonhoso podem romper com aquilo que é chamado realidade e tentar obstinadamente empregar uma interpretação não convencional do caráter da sua identidade social.”

O termo estigma remete a um atributo depreciativo, uma característica diferente da “prevista”, mas o que é preciso destacar na realidade é seu foco em “uma linguagem de relações e não de atributos.” (GOFFMAN, id., p. 13). No intercâmbio social cotidiano é importante se ter um *feedback* saudável. Caso contrário há a tendência da pessoa isolar-se,

tornar-se desconfiada, hostil, deprimida, movimentando-se em um cotidiano marcado por uma contradição básica, ou seja, uma “interação angustiada”.

O que está em jogo é o fato de que a sociedade lhe diz que ele é um ser humano normal, ou seja, faz parte de um grupo mais amplo, mas, até certo ponto ele é também diferente: “o indivíduo estigmatizado se define como não-diferente de qualquer outro ser humano, embora ao mesmo tempo ele e as pessoas próximas o definam como uma pessoa marginalizada.” (GOFFMAN, id., p. 119)

Com tais reflexões quero ressaltar que minha intenção é pensar o catador de materiais recicláveis enquanto um sujeito em trânsito permanente através de zonas que propiciam movimentos que oscilam entre a filiação e a desfiliação social, quer se considere o trabalho, o campo sócio-relacional, a dimensão da cidadania, as representações sociais e a própria vida. Para distingui-los de outros tantos desfiliaados há ainda a marca do lixo que os acompanha, há a identidade negativa, uma “identidade deteriorada” (GOFFMANN, 1988) que lhe é imposta, em decorrência do itinerário que vem percorrendo. Isto significa dizer que na materialidade do processo de exclusão social identifique um forte peso do eixo da cultura, remetendo os catadores a uma “zona de sombras”, zona esta em que sua vida continua sendo escrita em negativo, dificultando o rompimento com os estigmas que os desqualificam para a vida em sociedade.

## 2.2 UM TRABALHADOR E SEU TRABALHO

Ocupação? Trabalho? Como podemos entender a atividade exercida pelos catadores de materiais recicláveis?

Emprego, modo de vida, ofício, serviço, profissão, trabalho, afazeres. Ato ou efeito de se ocupar, se apoderar de alguma coisa – assim alguns dicionários da língua portuguesa definem, em geral, a palavra ocupação.

O termo “trabalho”, por sua vez, parece ser mais exigente: “exercício material ou intelectual para fazer ou conseguir alguma coisa. Esforço, labutação, lida, luta.” (Encyclopaedia Britannica do Brasil)

Do latim *tripalium* – um instrumento de tortura composto de três paus – o trabalho passou da idéia de sofrer à de esforçar-se, lutar e por último, trabalhar, consistindo em uma “atividade humana aplicada à produção, à criação, ao entretenimento (...) atividade profissional regular e remunerada.” (Larousse Cultural)

Paul Singer (2000, p.14), contudo, chama a atenção para o fato de que ocupação não é sinônimo de emprego: “ocupação compreende toda atividade que proporciona sustento a

quem a exerce”, enquanto que o emprego implica em assalariamento, em relação de compra e venda de uma força de trabalho. Segundo o autor, a falta de ocupação é normalmente chamada de desemprego, pressupondo-se implicitamente “que a única maneira de alguém ganhar a vida é vender sua capacidade de produção ao capital.” Entretanto, ressalta que o emprego é um tipo de ocupação nos países capitalistas, mas não o único. Existem múltiplas formas de atividades autônomas que vêm crescendo no mundo inteiro, inclusive no Brasil, atividades estas cuja existência e expansão se encontra relacionada à ação do capital que “contém seu ritmo de acumulação e tendencialmente reduz o volume da força de trabalho que emprega.” (id.)

Singer ainda acrescenta que é melhor falar em exército industrial de reserva do que em desempregados, compreendendo que em tal classificação se refere tanto às vítimas do desemprego aberto, quanto aos pobres, “os socialmente excluídos, que se sustentam por meio de ocupações precárias. Estes pobres são candidatos potenciais a emprego no setor formal da economia, tão logo este expanda suas compras de capacidade de produzir.” (id., p.14)

Tais considerações apontam, num primeiro momento, para o enquadramento da catação de lixo na categoria “ocupação”: uma alternativa de sustento, uma atividade considerada “provisória”, face às dificuldades que os trabalhadores enfrentam para alcançarem um emprego, ou seja, uma situação de assalariamento.

Entretanto se o motivo inicial é o atendimento às necessidades imediatas, outras questões parecem emergir através da atividade da catação, envolvendo diferentes dimensões da relação homem-mundo. Assim minha opção é classificar tal atividade como trabalho, entendendo como Marx (1983, p. 149) que “antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza (...)” e que “ao atuar (...) sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza.”

Trata-se de um processo consciente e proposital, que constitui uma condição da existência humana e resulta em um determinado tipo de produto, produto este que é valor de uso,

uma matéria natural adaptada às necessidades humanas mediante transformação da forma. O trabalho se uniu com seu objetivo. O trabalho está objetivado e o objeto trabalhado. O que do lado do trabalhador aparecia na forma de mobilidade aparece agora como propriedade imóvel do ser, do lado do produto. Ele fiou e o produto é um fio. (id., p. 151)

Desta forma, o trabalho comporta uma interação entre o homem e o mundo natural, sendo que os elementos deste último são modificados, com base em um propósito, configurando um processo composto por três dimensões, ou seja, a atividade orientada a um

fim, ou o trabalho mesmo; o(s) objeto(s) sobre os quais ele é realizado; e os meios que o viabilizam.

Falo aqui da produção como uma atividade social, ressaltando os vínculos e relações estabelecidas pelos homens ao realizarem uma ação transformadora da natureza, ou seja, ao realizarem a produção, num contexto onde capital e trabalho se expressam um no outro, como uma unidade de diversos.

Trazendo tais considerações para o campo dos resíduos vale ressaltar que os únicos rigorosamente excluídos seriam os chamados “catadores de podrão”, os que se dedicam ao extrativismo para a sobrevivência imediata (BURSZTYN, 2000), ou seja, aqueles que reviram o lixo em busca apenas de alimentos. Estes sim, como destaca Oliveira (1997), não se encontram inseridos em nenhuma cadeia econômica, não participam do extrativismo para o mercado, não fazendo parte, portanto, de nenhum processo de produção de mais valia.

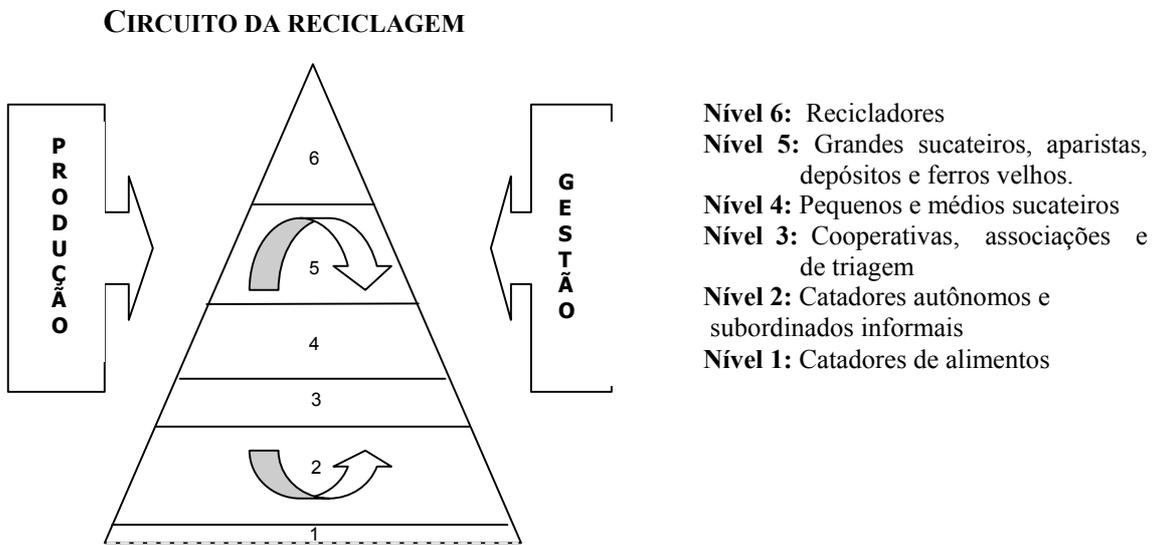
Já os demais catadores, indiscutivelmente, podem ser considerados um “agente econômico”, uma “categoria profissional”, com uma existência associada ao nascimento da indústria, é o que afirma Carvalhaes (1999, p. 7). O autor ainda acrescenta que o catador “interfere em processos produtivos e na prestação de serviços públicos. Produz bens e serviços, a um só tempo, com sua atuação diária, o que se constitui em característica ímpar na área do trabalho.”

Catando lixo, vendendo lixo, vivendo do lixo, os catadores redescobrem um valor em algo que já tinha sido deixado de lado, e “ainda o transformam em mercadoria, incorporando-lhe valor, mediante sua apropriação pelo trabalho”, como salienta Grossi (1999, p. 68). E acrescenta a autora:

Recorrendo à conceituação marxista, a atividade de reciclagem e reaproveitamento do lixo poderia ser lida como aplicação de trabalho humano incorporado à matéria bruta (o lixo), desprovida de valor de troca, que manteria um valor material residual, o qual o capacitaria para ser, assim, transformada em mercadoria, ou seja, aproveitada por seu valor de troca e, desta forma, retornar ao mercado, ou para ser aproveitada por seu valor de uso, sendo consumida.” (id.)

Vidro, papel, plástico, alumínio e outros tantos materiais constituem a matéria-prima de um trabalho que não se desenvolve sob o olhar direto do capitalista, mas com certeza com ele para ele converge, na cadeia produtiva que se forma em torno do lixo; cadeia esta, onde no topo está a valorizada indústria da reciclagem e no extremo oposto, ou seja, na base, encontram-se os catadores, profissionais desvalorizados porque são os que fazem o trabalho

considerado como “sujo”. Destaco aqui o circuito da reciclagem que pode ser esquematizado através da figura que se segue.



Fonte: Adaptação do esquema “Estrutura do Comércio de Sucata” (Cempre, 2000)

Tomo por base o esquema proposto pelo CEMPRE mas, neste circuito introduzo os movimentos de produção e gerenciamento do lixo, que o perpassam, bem como os catadores de alimentos. Tais catadores não se encontram inseridos na cadeia da reciclagem em um primeiro momento. Entretanto, o que a experiência tem mostrado é que este pode ser um primeiro passo para o ingresso no mercado do lixo, ou seja, logo os catadores percebem que do lixo podem tirar mais que alimentos, assumindo a catação também como trabalho. Eles poderiam ser assim considerados como “pré-trabalhadores”.

É importante também destacar que se trata de uma estrutura onde a noção de movimento não pode estar ausente. Isto significa dizer, por exemplo, que um catador autônomo pode se tornar um cooperado e mesmo uma cooperativa pode assumir diferentes faces, de acordo com sua organização interna, com a rede de relações que se propõe a construir e ainda, com os valores que consegue agregar ao material com o qual trabalha. Da mesma forma, trata-se de um circuito que pode sofrer grandes alterações, com a adoção de medidas, como por exemplo, a coleta seletiva, coleta esta que pode se configurar como vantagem ou desvantagem para os catadores. Estas são questões que serão retomadas na análise das experiências de campo, mas que já sinalizo neste ponto, com o intuito de reforçar a complexidade do tema.

No circuito apresentado os catadores, como trabalhadores, encontram-se prioritariamente nos níveis 2 e 3, constituindo a base de uma complexa rede que envolve

catação, comercialização, beneficiamento e reciclagem, reinserindo no mercado produtos antes descartados. Mesmo sob uma igual denominação – catadores de materiais recicláveis – diferenciam-se, a meu ver, principalmente em função de dois critérios básicos: o local utilizado como fonte da coleta do material e sua forma de vinculação/inserção neste local. São critérios que permitem a elaboração de uma proposta de classificação dos catadores; proposta esta nascida de discussões ocorridas com a equipe do projeto desenvolvido pelo CESTEHE.

Ao recorrer a tal classificação meu objetivo não é traçar categorias fechadas, mas tão somente pensar em características fundamentais dos catadores, sem esquecer a ressalva de que sempre é possível ocorrer mudanças em termos da fonte de coleta, além do fato de o trabalhador poder exercer uma duplicidade de funções em uma mesma época de sua vida. São categorias que, em última análise, apontam para maiores ou menores vulnerabilidades e, conseqüentemente, contribuem para a compreensão da forma como os catadores se movimentam ou podem vir a se movimentar em termos do processo de filiação/desfiliação presente em suas trajetórias de vida.

Como principais **fontes de coleta** de lixo destaquei a rua, os lixões e aterros, bem como as unidades de triagem, englobando nestas últimas os diferentes espaços onde tem predominado uma perspectiva de organização coletiva, como é o caso, por exemplo, das cooperativas e associações, além dos chamados centros de triagem e compostagem ou usinas de lixo.

Já em termos de **forma de inserção** existem os catadores que coletam apenas alimentos para seu consumo próprio e/ou familiar, como já foi dito e, portanto, não se enquadram no circuito da reciclagem, embora possam ser considerados como “pré-trabalhadores”. Aqui os que se destacam são: os autônomos; os subordinados informais, ou seja, aqueles que não possuem vínculos empregatícios, mas trabalham para terceiros, em geral os donos de depósitos de sucata; os associados; os cooperados e, por últimos os assalariados, isto é os que na maioria das vezes atuam como contratados em usinas de lixo.

Na combinação destes dois critérios teríamos assim 9 principais tipos de catadores:

- os catadores de rua autônomos, associados ou cooperados;
- os catadores de lixões/aterros autônomos ou subordinados informais;
- os catadores de unidades de triagem subordinados informais, associados, cooperados ou assalariados.

Diversificados são assim os profissionais que dão sustentação ao campo da reciclagem, campo este que vem se ampliando, como já foi citado<sup>3</sup>, transformando-se em

alternativa de trabalho para milhares de brasileiros e obtendo o reconhecimento oficial em 2002, através da CBO<sup>4</sup> – Classificação Brasileira de Ocupações.

Com o código 5192 a CBO institui a família “catadores de materiais recicláveis”, compreendendo a ocupação “catador de material reciclável” – código 5192-05, que por sua vez engloba: o catador de ferro-velho, o catador de papel e papelão, o catador de sucata e o catador de vasilhame, além do separador de sucata, o triador de sucata e o enfardador de sucata, estes três últimos vinculados ao trabalho desenvolvido em cooperativas.

Na descrição da ocupação eles são apresentados como aqueles que “catam, selecionam e vendem materiais recicláveis como papel, papelão e vidro, bem como materiais ferrosos e não ferrosos e outros materiais reaproveitáveis.”

Já as “as condições gerais de exercício” de seu trabalho, são descritas da seguinte forma:

O trabalho é exercido por profissionais que se organizam de forma autônoma ou em cooperativas. Trabalham para venda de materiais a empresas ou cooperativas de reciclagem. O trabalho é exercido a céu aberto, em horários variados. O trabalhador é exposto a variações climáticas, a riscos de acidente na manipulação do material, a acidentes de trânsito e, muitas vezes, à violência urbana. Nas cooperativas surgem especializações do trabalho que tendem a aumentar o número de postos, como os de separador, triador e enfardador de sucatas.

A formação e experiência profissional também são focalizadas:

O acesso ao trabalho é livre, sem exigência de escolaridade ou formação profissional. As cooperativas de trabalhadores ministram vários tipos de treinamento a seus cooperados, tais como cursos de segurança no trabalho, meio ambiente, dentre outros.

A área de atividades, por sua vez, comporta a rotina do trabalho, da coleta à preparação do material para comercialização, enumerando os passos a serem dados, formalizando o que já se observa na prática. Estamos, pois, diante do reconhecimento formal da atividade da catação, configurando, provavelmente, um importante passo na luta por melhores condições de vida e trabalho destes profissionais.

Além dos catadores, o circuito da reciclagem do lixo também comporta os chamados sucateiros. Conhecidos como “atravessadores”, “atacadistas de lixo reciclável”, “donos de depósitos”, “aparistas” ou ainda “reis do lixo”, eles podem ser qualificados como pequenos ou grandes empresários. Por vezes sua função recebe críticas e uma conotação pejorativa no cenário da catação, tendo em vista a relação que desenvolvem com os catadores. Entretanto, não é possível ignorar que eles atuam como intermediários, constituindo o elo de ligação entre os catadores e a indústria da reciclagem.

Não raras vezes começaram a trabalhar com o lixo na própria atividade da catação e são apontados como os catadores “bem sucedidos”. Além disso, esta “progressão funcional” e a cadeia de negócios que agilizam estão diretamente relacionadas à sua capacidade de negociação, podendo obter elevados lucros tendo em vista a diferença entre os valores que pagam aos catadores e os que recebem de seus compradores nas indústrias. A seu favor está também a disponibilidade de local para armazenamento de material, bem como a posse de uma balança e de um veículo, considerando-se, no caso deste último, que “os carroceiros vendem para atravessadores que têm perua. Estes revendem para outros que têm camionetes e estes, para os depósitos.” (ESTANISLAU, 1998, p. 3)

Na verdade, ao disporem dos meios de produção necessários à realização do comércio do lixo, bem como de um capital de giro para agilizarem as transações comerciais cotidianas com os catadores, os sucateiros retêm parte dos lucros desta cadeia produtiva<sup>1</sup> e mantêm o controle de uma relação onde a liberdade é só aparente.

Isto porque, mesmo não tendo patrão e não vendendo diretamente sua força de trabalho, já que não têm vínculo empregatício nem salário, aos catadores resta a submissão às relações de domínio e subordinação impostas pelos sucateiros. Caso contrário, o que poderiam fazer com o material que selecionam? Que destino dar ao lixo que catam se não têm como pesar, prensar, organizar os fardos, transportar? A quem vender, se não dispõem de condições objetivas, nem de informações sobre as demais fases do processo de reciclagem ou mesmo em relação à localização das indústrias que compram seu produto?

Neste contexto vale ainda lembrar que se o catador pode escolher a quem vender seu material, tal opção fica comprometida uma vez que, entre os sucateiros vigora a prática do igual preço, dificultando ou mesmo impedindo a possibilidade de negociação.

Não raras vezes ocorrem divergências em relação à classificação e ao peso do material ou ainda discussões sobre o preço ou as condições em que eles são entregues (sujos ou molhados, o que poderia provocar um aumento no peso). Entretanto, dificilmente se observa um conflito maior na relação catador-sucateiro. Ao contrário, o contato cotidiano, a rede de favores que se cria, os adiantamentos que recebem, acabam criando um tipo de laço entre eles, não permitindo que as divergências existentes ganhem maior consistência, ou seja, fazendo com que as possíveis reclamações não ultrapassem o âmbito de episódios isolados e sem maiores conseqüências.

Este quadro, contudo, tende a ser alterado quando os catadores passam a se vincular a associações e/ou cooperativas. Nestes casos, o grito antes abafado ou solitário parece ser substituído pela força do grupo, alterando significativamente o sistema de negociação. É a vez

então do intermediário rever suas exigências e rediscutir seus pesos e preços. Afinal, ele também precisa do material para “encher o caminhão” e fazer “valer a pena” a viagem com destino às indústrias de reciclagem.

Vivendo no meio do lixo e marginalizado pelos rótulos que lhes são impostos pela sociedade, o processo de trabalho desenvolvido pelos catadores não pode ser negado e, como destaca Grossi (1999, p. 80-81) a atividade de catação encontra-se completamente integrada e funcional ao modo de produção capitalista, ao qual se subordina. E acrescenta a autora:

É este sistema que, a cada etapa, define os preços dos materiais vendidos, assim como a quantidade e qualidade do que é despejado no Lixão, além do tipo de relação instaurada entre os badameiros e os balanceiros, num primeiro momento, e entre estes e as indústrias de reciclagem, posteriormente. É neste último nível de hierarquia social que situam-se os lucros maiores, permitindo a concentração e a acumulação de capital, construído e extraído através de um processo, constante e mascarado, de exploração do trabalho socialmente discriminado dos badameiros. Seguindo a lógica brutal e paradoxal do sistema capitalista, os badameiros são marginalizados porque integrados, ou melhor, integrados somente enquanto marginalizados, sendo a marginalização condição fundamental para o próprio sistema e seu funcionamento.” (id.)

Ocupando o topo da pirâmide na cadeia produtiva do lixo encontra-se a indústria da reciclagem, indústria em expansão em decorrência, inclusive, dos contínuos estudos que buscam novos usos para os materiais descartados, agregando-lhe novos valores. Segundo dados do CEMPRE (2001) o mercado de reciclagem no Brasil, onde se destaca o alumínio, tem apresentado um dinamismo crescente nos últimos anos, evidenciando-se o fortalecimento de empresas já existentes e a abertura de novos empreendimentos nas diversas regiões do país<sup>2</sup>.

Além destes sujeitos nos lixões e aterros se observa ainda a presença de outros tantos, que de forma direta ou indireta fazem parte do mundo do lixo. É o caso, por exemplo, dos carregadores de caminhão e dos vigilantes noturnos, além dos vendedores ambulantes que comercializam alimentos, água, café, cigarros, e até mesmo bebidas alcoólicas.

### 2.3 A CAMINHO DE UMA RE-CICLAGEM

Lixões e aterros – lugar de lixo, de miséria e fome, de mendigos e vagabundos. Ambiente degradante e sem perspectivas. Foco de doenças. Fim de linha.

Se esta é uma maneira para se pensar a questão, ela não é a única. Entre os catadores de materiais recicláveis uma outra versão tem sido construída. Como será analisado posteriormente, os lixões e aterros, as cooperativas e associações são apontados, acima de

tudo, como lugares de sobrevivência e trabalho, lugares onde se recupera perdas, se reata vínculos e se re-inventa a vida. Simbólica e politicamente, um movimento de passagem está em andamento na sociedade brasileira, fruto de uma conjugação de fatores, dentre os quais se destaca a própria capacidade de organização e mobilização dos catadores e de outros tantos parceiros que têm se colocado a seu lado.

É certo que esta passagem de “vagabundo” ou “mendigo” a “trabalhador” não é tão facilmente admitida pela sociedade, nem imediatamente vivida pelos próprios catadores. Isto porque, como já foi analisado, além da pobreza e da exclusão social, os catadores carregam a marca do lixo, incorporando o estigma que lhe tem sido atribuído e introjetando uma “identidade deteriorada” (GOFFMAN, 1988)

Acevedo e Peralta (1996, p. 51), ilustram tal colocação quando destacam que “la mirada que el ciruja recibe de la sociedad, y es la mirada que introyecta sobre si mesmo (...) se recibe e introyecta la cara de bosta con la que se es mirado por la sociedad.” Os autores ainda acrescentam:

... en una sociedad donde la basura sigue siendo sinônimo de desecho, el ciruja que trabaja con ella también los es. En una sociedade donde la basura sea sinônimo de recuperacion, de reciclaje, de reutilizar, el ciruja puede ser mirado como un trabajador con utilidad social. (id.)

Destaco aqui o contraditório jogo entre o nomear e o ser nomeado, reconhecer-se e ser reconhecido, ingressando também no campo da constituição de uma identidade profissional ainda instável e indefinida. Neste sentido, o cotidiano dos catadores de materiais recicláveis tem sido, predominantemente, apontado como o espaço da indolência e da malandragem, do inútil e desagradável, do risco e da ameaça, configurando uma identidade negativa em torno do trabalhador da catação.

Entretanto, quando a tal concepção se contrapõe a perspectiva da reciclagem como “valor cultural positivo” (BETO, 2001), delinea-se um espaço que também pode ser vivido como uma alternativa de trabalho, o que faz com que os catadores reajam às imagens e aos rótulos que lhes têm sido atribuídos.

“Nós não somos abutres” – assim se expressa uma trabalhadora que atua na área da catação há quase 20 anos, no Lixão de São Gonçalo (RJ). Como tantas outras, ela tem presenciando a luta de várias gerações pela sobrevivência diária, não acredita que os governos estejam atentos aos problemas que enfrentam e desistiu de esperar por medidas de proteção social que poderiam ser implantadas no país, em correspondência a suas necessidades e direitos sociais. Prefere acreditar “na união dos catadores em defesa dessa degradante

condição de vida, mas onde está a única alternativa de sustento de inúmeras famílias.” (Nós não somos abutres, Bio, 1999, p. 20)

Com tal perspectiva e lembrando também do estigma de morte que cerca o lixo, quero aqui enfatizar o seu contraponto, ou seja, a possibilidade de ressurreição que pode estar contida no cotidiano do lixo, considerando que a própria sociedade vem se modificando e, como destaca Eigenheer (1993, p. 39) :

num processo similar ao de certas religiões (nas quais a morte é vencida pela transformação, pela conquista de uma nova vida) e da própria natureza (onde a morte é fonte de vida), o que era visto como sujo, desprezível, podre agora é energia, matéria-prima, natureza embutida. O lixo é reciclável, algo que pode renascer. Vida em abundância ...

É neste contexto que busco referências para dialogar com o mundo dos catadores de materiais recicláveis, ou seja, considero que a exemplo do que acontece com o lixo, no dia-a-dia dos catadores também há espaço para a sua própria re-ciclagem, a partir de um repensar do cotidiano atual e da projeção de um outro cotidiano possível de ser construído.

Minha opção é assim retomar a concepção de cotidiano como instância de resistência, um lugar de ambigüidades e contradições (SADER, 1988), lugar de renovação e re-significações, decorrentes da movimentação dos sujeitos que nele transitam, considerando como Lefebvre (1991, p. 38), que “é na vida cotidiana que se situa o núcleo racional, o centro real da práxis.”

Com a intenção de conhecer os catadores de materiais recicláveis busco, assim, uma aproximação com “a vida de todo homem”, “a vida do homem inteiro” (HELLER, 1989), a vida do indivíduo como ser particular e genérico. Vida carregada de alternativas e escolhas, onde

“o homem participa com todos os aspectos da sua individualidade, de sua personalidade. Nela colocam-se ‘em funcionamento’ todos os seus sentimentos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, suas idéias, paixões, ideologias.” (id., p. 17)

Na família, no trabalho, no lazer, nas relações em sociedade os homens constroem formas de viver e resistir, colocando em andamento seus projetos de vida, apropriando-se da realidade e imprimindo-lhe sua marca pessoal. Não só a pobreza e a miséria, a fome e o desemprego, a violência e as muitas desesperanças se desenham em seu dia a dia. Há lugar também para criatividade e descobertas, expectativas e sonhos.

Estamos diante de um dinâmico cotidiano e nele quero destacar a experiência dos sujeitos, considerando, como Edward Thompson (1981, p. 15) que esta é a “categoria que

compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento.”

Isto significa dizer que a experiência está em toda a parte, constituindo coisas de maneira ativa nas ações cotidianas dos indivíduos e grupos, sendo o resultado do diálogo entre o ser social e a consciência social. Neste sentido a experiência humana “expressa o que há de mais vivo na história. É presença de homens e mulheres retomando como sujeitos, construtores do devir e do presente. Não são as estruturas que constroem a história. São as pessoas carregadas de experiência.” (BEZERRA, 1981, p. 125)

Falo aqui de circunstâncias e condições de vida, associadas a sentimentos, valores, crenças, costumes e práticas sociais, ou seja, o que pretendo enfatizar é o modo de vida dos catadores, suas vivências e os significados que lhes são atribuídos.

Mais que uma luta pela sobrevivência, o dia a dia dos catadores pode ser pensado como um espaço dinâmico onde convivem limites e possibilidades, fragilidades e forças, acomodação e capacidade de improvisação, conformismo e resistência, desenhando um modo de vida repleto de perspectivas para assumir novas feições. Destaco assim a miséria e a grandeza contidas na vida cotidiana, os sinais de opressão e possibilidades de sua ultrapassagem, considerando que é na prática real dos homens que ocorrem não só as formas concretas de vida, mas também as possibilidades de se formular críticas às mesmas. Como afirma Lefebvre (1991, p. 204),

A cotidianidade inteira deve ser questionada. O homo sapiens, o homo faber, o homo ludens se transformam em homo quotidianus, e nisso perdem até sua qualidade de homo. Será o quotidianus ainda um homem? Ele é virtualmente um autômato. Para que reencontre a qualidade e as propriedades do ser humano, é preciso que supere o cotidiano, dentro do cotidiano, a partir da cotidianidade!

Admitir que um outro cotidiano é possível traduz a compreensão de uma dialética existente no campo da pobreza, permitindo que se pense em contradições e movimentos capazes de gerarem mecanismos de resistência e emancipação para a retomada de um lugar perdido (ou talvez ainda não experimentado), ou seja, o lugar de cidadão.

Acredito como Milton Santos (2001, p. 132), que

a pobreza é uma situação de carência, mas também de luta, um estado vivo, de vida ativa, em que a tomada de consciência é possível. Miseráveis são os que se confessam derrotados. Mas os pobres não se entregam. Eles descobrem cada dia formas inéditas de trabalho e de luta.

O autor ainda se refere à “política dos de baixo”, constituída a partir das suas visões de mundo e dos lugares, tomando por base o cotidiano vivido por todos, pobres e não pobres, sendo alimentada pela simples necessidade de continuar existindo.

O mundo onde se vive é, contudo, complexo e seu entendimento pode escapar aos pobres. Ele parece

nebuloso, constituído por causas próximas e remotas, por motivações concretas e abstratas, pela confusão ente os discursos e as situações, entre a explicação das coisas e a sua propaganda. Mas também há a desilusão das demandas não satisfeitas, o exemplo do vizinho que prospera, o cotidiano contraditório. Talvez por aí chegue o despertar. Num primeiro momento, este é, apenas, o encontro de uns poucos fragmentos, de algumas peças do puzzle, mas também a dificuldade para entrar no labirinto: falta-lhes o próprio sistema do mundo, do país, do lugar. Mas a semente do entendimento já está plantada e o passo seguinte é o seu florescimento em atitudes de inconformidade e, talvez, rebeldia. (id., p.133)

Inconformidade, entendimento da situação e ações correspondentes constituem momentos de um lento processo, abrindo lugar para o nascimento de movimentos estruturados. Nunca é demais lembrar, porém, que tais movimentos “devem imitar o cotidiano das pessoas, cuja flexibilidade e adaptabilidade lhe asseguram um autêntico pragmatismo existencial e constituem a sua riqueza e fonte principal de veracidade.” (SANTOS, id., p.134)

Interesses imediatos e ainda desarticulados podem ser substituídos pela “tomada de consciência trazida pelo seu enraizamento no meio e, sobretudo, pela sua experiência da escassez”, fazendo emergir um projeto comum, “cuja viabilidade provém do fato de que a nação chamada passiva é formada pela maior parte da população, além de ser dotada de um dinamismo próprio, autêntico, fundado em sua própria existência. Daí sua veracidade e riqueza.” (id., p.158)

Falar em projeto comum significa apontar para ações a serem empreendidas, as “manhas das artes de fazer” (CERTEAU, 1994), ou seja, as possibilidades de se desviar das opressões da sociedade moderna, traçando a partir delas cenários e itinerários particulares.

Um primeiro ponto a considerar me parece encontrar-se no âmbito dos estigmas e preconceitos presentes no mundo do lixo. Paralelamente há que se analisar os mecanismos presentes no próprio cotidiano dos catadores, sua criatividade, solidariedade, formas de mobilização e organização, constituindo as chamadas “táticas dos mais fracos” (CERTEAU, 1994).

Estas constituem as questões a serem exploradas nos capítulos que se seguem, procurando analisar o significado do trabalho com o lixo e o cotidiano de (des)filiação. De acordo com a classificação construída, no terceiro capítulo os sujeitos focalizados serão os

catadores de aterro autônomos e subordinados informais. No quarto será a vez de uma situação singular no país: os cooperados que estão vinculados a um aterro, enquanto que no quinto será analisada a realidade dos catadores de dois distintos tipos de associação.

### Notas e referências

- <sup>1</sup> Estima-se que o lucro alcançado pelos intermediários situa-se entre 40 a 100%. O lucro maior, entretanto, ainda é o obtido pelas indústrias, como exemplifica Neves (1995, p. 85): “Da primeira à última fase do processo, o papel branco sofre 900% de variação de preço.” Evidencia-se assim uma trajetória de valorização do lixo e desvalorização de quem o coleta.
- <sup>2</sup> Em escala industrial e comercial são exemplos de produtos reciclados que já têm sido oferecidos ao mercado (CEMPRE, 2001): alumínio, em banheiros, através do Ecobox; fibras vegetais e resíduos particulados: retalhos de tecelagem, Pet reciclado e fibras de coco têm produzindo capachos para a entrada de residências e estabelecimentos comerciais; blocos cerâmicos para revestimento e fechamento de paredes, confeccionados com argila e resíduos de papel; embalagens longa vida, que dão origem a mantas isolantes para telhados, sendo produtos que não propagam fogo; materiais escolares: produção de cadernos em papel reciclado pós-consumo, tendo sua capa confeccionada com o bagaço de cana-de-açúcar; plástico: pedaços de garrafas de PET dão origem a produtos como camisetas, colchas, mantas, toalhas, cortinas; pneus, que com suas borrachas recicladas, se transformam em assoalhos para áreas externas e solados de tênis; vidros, reutilizados através de objetos de decoração.
- <sup>3</sup> Trata-se de uma ampliação que vem ocorrendo em função da influência do crescimento da consciência ecológica no país e do interesse de diferentes áreas industriais, diante da possibilidade de reduzirem custos em sua produção. Inegavelmente, porém, o crescimento da reciclagem ocorre também na proporção direta do aumento do desemprego e subemprego no país.
- <sup>4</sup> A CBO é o documento que reconhece, nomeia e codifica os títulos e descreve características das ocupações do mercado de trabalho brasileiro. Sua atualização e modernização se devem às profundas mudanças ocorridas no cenário cultural, econômico e social do País nos últimos anos, implicando alterações estruturais no mercado de trabalho.” (<http://novacbo.mtecbo.gov.br>)

*Momento de disputa pelo "melhor" material no Aterro de gramacho (2001)*



*Vazamento do lixo na rampa (2001)*



*Atividade de catação na rampa (2001)*



*“ Vi ontem um bicho  
na imundice do pátio  
catando comida entre os detritos.  
Quando achava alguma coisa  
Não examinava nem cheirava  
Engolia com voracidade.  
O Bicho não era um cão,  
Não era um gato,  
Não era um rato.  
O Bicho, meu Deus, era um Homem!”  
(Manoel Bandeira)*

### 3 TRAVESSIAS FORA DA LINHA: UM BICHO OU UM HOMEM?

O homem se humilha, se castra o seu sonho  
o sonho é sua vida e vida é trabalho  
e sem o seu trabalho o homem não tem honra  
e sem a sua honra se morre, se mata  
não dá pra ser feliz, não dá pra ser feliz ... (GONZAGUINHA)

Este é, provavelmente, o sentimento que impera em uma grande parcela da população brasileira. Sobrevivendo como pode ou “como Deus quer”, ela vai traçando travessias consideradas “fora da linha”, sendo obrigada a distanciar-se dos padrões de vida e trabalho aceitos como “normais” pela sociedade da produção.

Homens e mulheres vivendo uma

miséria horrível, composta de dias de fome, noites insones e sem luz, lar sem fogo, semanas sem trabalho, futuro sem esperanças, cotovelos rotos, insolência do porteiro, zombaria dos vizinhos, humilhações, dignidade ofendida, desgostos, amargura, e por fim, o esmorecimento. (VICTOR HUGO)

Deste mundo fazem parte alguns catadores de materiais recicláveis – indivíduos que se misturam ao lixo e por vezes são confundidos com bichos.

Deixando de lado tais catadores como uma categoria genérica, quero agora construir uma aproximação com alguns sujeitos e lugares específicos. Começo com um aterro sanitário que, em termos de extensão e volume de resíduos, é considerado o maior da América Latina e é conhecido como o Aterro de Gramacho (Duque de Caxias - RJ). Mais que isto, trata-se de um caso singular em função das características que apresenta. Nele têm convivido o poder público municipal, empresas terceirizadas, uma cooperativa e muitos catadores, trazendo à tona diferentes interesses em relação não só à sua presença no local, mas também em relação à questão dos resíduos. De um lado se encontra a sobrevivência imediata e o trabalho precário e rudimentar dos catadores. De outro, está a cooperativa apontando para uma espécie de “passo adiante”, procurando legalizar o que não se conseguiu extinguir, ou seja, a presença e o trabalho dos catadores no aterro.

Paralelamente estão ainda a COMLURB e a Queiroz Galvão (empresa gerenciadora à época da realização da pesquisa) que, com distintas funções dividem a administração do aterro, deixando prevalecer o discurso em defesa do meio ambiente, os profissionais formalmente qualificados e os aparatos técnicos aos quais recorrem para sua ação.

Neste contexto os sujeitos a serem, por mim, privilegiados são os catadores “de rampa”, ou seja, aqueles que contrariando o paradigma da engenharia sanitária, impõem sua

presença no aterro, trabalhando diretamente no local onde é vazado o lixo recolhido nos municípios do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, São João de Meriti, Nilópolis e Nova Iguaçu.

Trata-se de uma aproximação construída a partir de três momentos interligados de coleta de dados, ou seja, a análise de algumas informações contidas nos 190 questionários aplicados aos catadores da rampa, por ocasião do Projeto Resíduos, Degradação Ambiental e Saúde: uma pesquisa na Baixada Fluminense<sup>1</sup>; consultas a pesquisas e relatórios que continham referências sobre a realidade pesquisada e ainda a realização de observações diretas no campo e entrevistas com técnicos atuantes na área e com o catador Sidônio Francisco Generoso<sup>2</sup>, mais conhecido como “Seu Conterrâneo”, apelido que lhe foi dado há 45 anos por um companheiro de trabalho que achava que seu nome era “difícil de se falar”.

Com 72 anos de idade e mais de 30 anos de experiência no trabalho com o lixo, ele chegou para a primeira entrevista atendendo a um recado que lhe transmitia meu convite para a nossa conversa. Falando pausadamente e de forma bem humorada, ele demonstrou orgulho em contar alguns momentos de sua vida. Lembrou que é um dos mais antigos na catação de lixo na região e que está acostumado a ser procurado para falar sobre a história do aterro, sendo que poucos eram os que ainda poderiam ser abordados, pois, “desde aquela época, se estão vivos, não tem mais que 5 ou 10. Não tem mais vivente”.

### 3.1 UM LUGAR E MUITOS SUJEITOS

Aterro Sanitário Metropolitano de Jardim Gramacho – este é o nome do aterro implantado em novembro de 1976, no município de Duque de Caxias, como resultado de um convênio firmado entre a COMLURB (Companhia Municipal de Limpeza Urbana), a FUNDREM (Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana) e o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

Vários foram os fatores que influíram em tal criação, como enfatiza Souza (1995). O destino final dos resíduos sólidos era uma preocupação crescente da região e os vazadouros existentes funcionavam sem o necessário controle técnico-sanitário. Além disso, a até então principal praça de recebimento de resíduos, localizada na Rodovia Rio-Petrópolis vinha ocasionando pelo menos dois graves problemas. Um era a crescente poluição da Baía da Guanabara. O outro decorria de sua proximidade ao Aeroporto Internacional Antônio Carlos Jobim (Galeão), pondo em risco a segurança das aeronaves que trafegavam no local, devido a grande concentração de urubus que sobrevoavam a área, atraídos pelo lixo<sup>3</sup>.

Na verdade, a partir dos anos de 1970, diferentes situações se combinaram para provocar mudanças no trato da questão ambiental no país e mais particularmente na região do Aterro de Gramacho.

Na era do desenvolvimentismo, do chamado milagre econômico brasileiro e com aceleradas mudanças de hábitos de consumo da população evidenciava-se também um crescimento da produção de lixo. A tais características veio se somar um acontecimento, ou seja, a fusão do Estado da Guanabara com o antigo Estado do Rio de Janeiro provocando reformulações na legislação estadual e municipal, tendo como uma de suas conseqüências a criação da FUNDREM e da COMLURB, em 1975, revelando não só que a limpeza urbana despontava como um setor a receber maior atenção, mas também que deveriam ser implantadas formas mais eficazes de geri-lo.

A questão era racionalizar e dinamizar o sistema de limpeza urbana em resposta, tanto aos problemas identificados neste campo, quanto à pressão dos movimentos sociais que ganhavam força e lutavam por melhorias na área dos serviços coletivos.

Dentre as metas do programa de desenvolvimento criado encontrava-se a transferência da estação de destinação final do lixo dos municípios da Região Metropolitana para uma nova área (CERQUEIRA, 2003). Tratava-se de um projeto que envolvia principalmente os resíduos gerados pelas cidades do Rio de Janeiro, Nilópolis, Duque de Caxias e São João de Meriti que, na época, totalizavam um volume de 5.000 toneladas/dia.

A COMLURB ficou responsável por investigar uma área disponível para receber tal instalação, recaindo sua escolha em um aterro localizado nas proximidades da Baía da Guanabara e do rio Sarapuí, que abrigava um extenso manguezal. Como tal área era propriedade pública coube ao INCRA oficializar sua doação e à FUNDREM agilizar os recursos necessários para custear as operações iniciais não só em relação ao aterro, mas também no que se refere às três estações de transferência localizadas em Nova Iguaçu, Nilópolis e São João do Meriti.

Por ser considerada a única instituição tecnicamente capacitada para operar uma instalação do porte previsto, coube a COMLURB a coordenação do processo (MONTEIRO, 2003), estabelecendo um acordo, onde os municípios conveniados deveriam realizar o pagamento de um valor por tonelada de lixo vazada no local, de modo a garantir os recursos necessários para que as operações ocorressem de forma sanitária e ambientalmente adequadas. Isto, porém, não aconteceu na prática, assim como a FUNDREM não correspondeu aos objetivos a que se propunha, sendo logo desativada. Por alguns anos o

aterro foi, então, operado de forma deficiente, transformando-se em um depósito de lixo a céu aberto, com alta carga poluidora tanto para a atmosfera, como para a Baía de Guanabara.

Sem recursos, o aterro funcionava com apenas alguns tratores; a cobertura do lixo deixou de ser feita, assim como o controle dos incêndios, gases e chorume. Em tão pouco tempo, tornou-se semelhante a um lixão, com centenas de catadores na frente de trabalho; o chorume percolando para a baía e o manguezal vizinho; e o lixo sendo vazado nas próprias vias de acesso. Uma coisa pavorosa, recorda Monteiro. (CERQUEIRA, 2003, p. 2)

Autuações de funcionamento irregular logo começaram a ser feitas por agentes da Feema, mas a situação ainda se manteve até meados dos anos 80. Nesta época começou a ganhar força, em todo o país, o movimento ambientalista, voltando sua atenção também para o que lá acontecia e passando a se mobilizar para que providências concretas fossem tomadas.

Neste mesmo período, há que se registrar que o município de Duque de Caxias, situado na periferia do Rio de Janeiro e sendo o local onde se instalara a Refinaria de Petróleo, funcionava até então como uma área de segurança nacional. Entretanto, com o restabelecimento do processo de democratização, passou a vivenciar mudanças político-administrativas, deixando claro sua contrariedade com o fato de receber o lixo produzido em localidades vizinhas, tendo que arcar com inúmeros prejuízos que tal situação ocasionava.

Paralelamente, no município do Rio de Janeiro, uma nova diretoria assumia a Secretaria do Meio Ambiente, chegando a cogitar a interdição do aterro. Entretanto, sob influência de técnicos da COMLURB tal idéia foi afastada, sendo iniciado, em conjunto com eles, a elaboração de um projeto para recuperação emergencial da área. Posteriormente a decisão foi a de se realizar uma licitação pública para que a operação fosse terceirizada.

Neste contexto não havia como se ignorar também a existência de um número expressivo de catadores na área, bem como as dificuldades para retirá-los de um cenário em que pelas normas técnicas da engenharia sanitária, não deveriam ser mais aceitos.

Em meados dos anos 90 entra então em cena a empresa Queiroz Galvão obrigada por contrato a realizar um trabalho que deveria não só manter a operação regular do aterro, mas também incluir os seguintes pontos:

- a) Construção de novas instalações para escritórios administrativos e oficinas;
- b) Construção de um Centro de Educação Ambiental;
- c) Construção de uma Central de Triagem para absorção dos catadores, com capacidade de 40 t/hora;
- d) Instalação de nova balança rodoviária de duas plataformas, com parque de manobras;
- e) Construção de estrada perimetral (cerca de 5 km) com acessos à área operacional e paisagismo no seu entorno;

- f) Construção de barreira de contenção de chorume ao longo de toda a periferia do aterro, de modo a evitar o escoamento deste líquido para a baía de Guanabara;
- g) Construção de uma Estação de Tratamento de chorume;
- h) Conformação dos taludes e cobertura de todo o lixo, evitando-se focos de fogo e presença de aves;
- i) Instalação de células especiais para recebimento de resíduos de unidades de trato de saúde;
- j) Pavimentação e recuperação total da drenagem da rua Frei Caneca e Av. Monte Castelo (vias de acesso ao aterro);
- k) Instalação de poços de captação de biogás, da rede de captação e do sistema de sucção e queima, através de “flare”.(MONTEIRO, 1993, p. 8)

Medidas técnicas se associavam à preocupação de se criar alternativas de trabalho para os catadores que, a esta altura, já se viam ameaçados de serem retirados do local. De acordo com Souza (1995, p.98) tais catadores não eram vistos “com bons olhos pela companhia; sua atividade era inteiramente marginalizada e, por este motivo, eram tratados como bandidos”. Para se impedir a atividade da catação foram inclusive implantadas medidas que proibiam tanto o ingresso de catadores no aterro, quanto a comercialização de material reciclável em suas imediações, recorrendo-se, quando necessário à força policial.

Entretanto, o grande contingente de catadores oriundos de outros vazadouros desativados, bem como manifestações posteriores organizadas pelos próprios trabalhadores deixaram evidente que nem mesmo a polícia militar conseguiria bani-los do aterro, como salienta Souza (id., p. 99): “muito pelo contrário, aos poucos, a própria COMLURB foi se habituando com a presença desses profissionais do lixo, embora seu regulamento proibisse tal atividade”.

Eram manifestações que envolviam tanto os catadores, quanto os moradores do Jardim Gramacho, lutando por seus interesses, nem sempre comuns. Em agosto de 1997, por exemplo, o jornal O Globo, destacava em um de seus artigos: “Catadores de lixo brigam pelo direito de trabalhar à noite”. Reagindo contra o acordo feito com a COMLURB, no sentido de encerrarem o trabalho noturno, os catadores interditaram a avenida que dá acesso ao aterro (Avenida Monte Castelo), formando uma barricada com dezenas de metros cúbicos de lixo, impedindo assim a passagem dos caminhões que vinham descarregar o lixo. Segundo enfatiza a reportagem,

o fim do impasse foi anunciado pelo prefeito de Caxias, José Camilo Zito, que intermediou parte das negociações e foi aclamado pelos catadores. A COMLURB prometeu absorver a mão de obra noturna – 200 catadores – até o fim do ano, para trabalhar na cooperativa das 5h às 17 horas.

Já em janeiro de 1999 foi a vez da população residente no Jardim Gramacho que, com faixas e cartazes fechou, durante 28 horas, uma das entradas do aterro (o km 6 da rodovia Washington Luís), em protesto contra a prefeitura do Rio. O problema agora era o atraso nas obras de sua reurbanização, não sendo ainda concretizadas as promessas de construção de creches, postos de saúde e uma estrada alternativa para o trânsito dos caminhões de lixo que sujavam as ruas do bairro e provocavam depoimentos tais como “Não somos contra o lixo, mas não suportamos mais viver dentro dele” (MAIA, 1999).

Da época de sua criação até os dias atuais, inúmeras mudanças foram introduzidas não só no próprio aterro, mas também na região que o cerca, podendo-se afirmar que sua presença influenciou de forma decisiva na paisagem local e na vida do bairro.

O que antes era uma área pouco habitada transformou-se, gradativamente, em um núcleo habitacional, passando também a comportar escolas e pequenos estabelecimentos comerciais. Não é exagero dizer que a economia do lixo acabou por gerar um bairro.

Antes da chegada da COMLURB o local já era utilizado para despejo de lixo. Entretanto, a construção de uma via de acesso pavimentada e a instalação do aterro impulsionou um processo de improvisação de moradias ao seu redor, moradias estas que abrigavam os catadores que começavam a chegar de outros vazadouros desativados. Aos poucos tais moradias foram sendo numericamente ampliadas e algumas até receberam melhorias. Simultaneamente o bairro foi dando lugar também à instalação dos depósitos dos sucateiros e pequenas indústrias de beneficiamento do material reciclável.

Com isso, a chegada ao Aterro é atualmente precedida por uma extensa avenida, que mais se assemelha a um corredor de lixo. Os sucateiros e seus depósitos se distribuem lado a lado, transformando o bairro em uma imensa área cercada de lixo. Para onde quer que se olhe o que se vê é o trabalho de separação, armazenamento e comercialização de resíduos, sendo possível se identificar os materiais preferidos pelos compradores. Ora são montanhas coloridas por objetos de plástico, ora o brilho persistente de variadas peças de metal, ora a transparência dos vidros, contrastando com o papelão e o “arquivo”<sup>4</sup> que, empoeirados, ainda estão sendo empilhados. Além disso, mesmo estando a uma certa distância do Aterro, sua presença já é anunciada através de homens e mulheres que logo são vistos caminhando em sua direção. Há também a poeira, os urubus, o forte cheiro dos restos orgânicos que foram jogados fora, os rústicos casebres habitados, ainda hoje, por alguns catadores.

Trata-se de uma avenida sem saída. O aterro é a última parada. Localizado em uma região de manguezal ele se estende por aproximadamente 46 hectares, por onde circulam diariamente 1800 caminhões, vazando em torno de 6 mil toneladas de detritos.

Previsto inicialmente para funcionar por um período de 30 anos (OLIVEIRA et al., 1982), a montanha de lixo existente até o momento já ultrapassou a altura de 35m acima do nível do mar, gerando um debate sobre um possível esgotamento da área. Isto significa dizer que, provavelmente, o aterro está operando em seu limite, podendo acontecer deslizamentos e, conseqüentemente, um vazamento para as águas da Baía de Guanabara, de parte das quase 40 milhões de toneladas de resíduos, recebidos até então.

Embora de certa forma minimizados, permanecem alguns dos problemas que justificaram a transformação do lixão em um aterro sanitário, ou seja, a questão da poluição da Baía da Guanabara e os riscos para o aeroporto, em função da presença dos urubus. Ações públicas já têm solicitado a proibição do despejo de lixo no local, enquanto que relatórios técnicos elaborados pela própria COMLURB afirmam que a área pode continuar a receber lixo até o ano de 2004 (BRISOLLA, 2001).

Enquanto não se decide o rumo de tal situação a dinâmica de seu funcionamento vem sendo mantida, dando prosseguimento a uma história construída ao longo dos anos, misturando fatos e prováveis “mitos” sobre o cotidiano do trabalho com o lixo. Diferentes relatos existentes sobre a vida no aterro são repassados a cada dia. Dinheiro e objetos de valor supostamente encontrados por alguns catadores se juntam a histórias de agressões físicas e mortes, por exemplo, supostamente juntando fatos e fantasias, criando um certo “mistério” em torno do mundo do lixo. O que parece estar em destaque é a perspectiva do “inesperado”, algo que sempre pode acontecer e, de preferência, lhes traga algum benefício ou ressalte as “vantagens” do local, abafando os problemas que existem, mas nem sempre gostam de admitir.

Os trabalhadores mais antigos ainda se lembram da época em que o Aterro era dividido em rampas com características muito específicas. Havia a principal, coletiva, de livre acesso para qualquer um. Era conhecida como “Maracanã”, tendo em vista sua grande extensão, sendo capaz de permitir o trânsito de até 80 caminhões ao mesmo tempo. Mas havia também as rampas “particulares”. Bem menores que a praça principal e conhecidas como “rampinhas”, elas eram dominadas por catadores que comandavam pequenos grupos compostos por seus familiares ou por “colegas” que se tornavam seus “empregados”. Em geral, estes “donos de rampinha” eram os trabalhadores que “se deram bem no lixo”, tornando-o um negócio mais lucrativo. Não só catavam lixo, mas principalmente, dispunham de uma equipe sob seu comando, equipe esta que recebia uma remuneração fixa ou um percentual referente ao material comercializado, em ambos os casos, dificilmente ultrapassando a valores correspondentes a um salário mínimo. Acumulando um maior volume

de material, pagando baixo valor por ele e negociando um melhor preço de venda, os donos de rampinhas tinham como resultado um rendimento individual bem superior aos demais colegas.

Perseguições policiais, assassinatos e tráfico de drogas também compõem a história inicial do Aterro de Gramacho, mantendo-se também nos dias atuais, embora sendo citados superficialmente por alguns catadores, através de relatos que deixaram escapar a existência de um “muro de execução” e o domínio explícito ou não, exercido por aqueles que eram tidos como os “marginais da área”, subdividido-se entre “máfia do lixo” e “máfia das drogas”<sup>5</sup>.

Passado e presente se misturam, embora abrindo espaço para a implantação de algumas mudanças na rotina do aterro, principalmente no que se refere ao acesso às rampas para a coleta de lixo. A permissão antes “concedida” pelos marginais que controlavam a área ou pelos “líderes” das rampinhas passou a ser dividida com alguns membros da Guarda Municipal que começaram a exercer serviços de segurança no local. A diferença é que, com estes últimos, a permissão para ingresso passou a ser negociada monetariamente, conforme constatou Souza (1995, p. 125), através da fala de um catador: “os guardas sempre cobraram pedágio. Quando o xepeiro não tinha dinheiro ou eles batiam ou não deixavam entrar para catação”.

Segundo a análise de Souza (id.) tais guardas parecem ter esquecido sua função de promover a segurança no Aterro, já que,

ao longo dos anos, mesmo estando sob responsabilidade da COMLURB, estes profissionais infernizaram a vida dos catadores com a cobrança de uma espécie de pedágio. O acesso ao lixo passava pela sua permissão. Eram eles quem organizavam o número de catadores em cada rampa, facilitando assim, por meio de regras e normas o controle na cobrança e a dominação dos catadores. Esta taxa era paga diariamente e, na falta de dinheiro, o catador ficava exposto a todo o tipo de humilhação (...) em julho de 1993, o valor cobrado diariamente estava em torno de um dólar.

Nem mesmo as crianças escapavam de tal rotina, mas, mesmo assim não se observava nenhuma reação dos catadores. O que falava mais alto era o receio de serem prejudicados, ficando proibidos de entrarem no Aterro.

Um contraditório cotidiano se evidenciava caracterizando-se de um lado pela combinação do medo, humilhações e silêncio entre os catadores. De outro, estava o abuso do poder da instância policial, amparada em sua suposta autoridade legal, embora fazendo valer suas “leis” pessoais através do uso de armas e coação física. Além disso, havia a omissão da COMLURB, conforme também ressalta Souza (1995) que, por algum tempo, ignorou as arbitrariedades cometidas, dando aos policiais um poder quase absoluto.

Redistribuindo seus quadros e transferindo antigos guardas, chegou o momento em que a COMLURB interveio nesta situação, procurando detê-la. Entretanto, mais uma vez, o controle do acesso ao Aterro apenas mudou de mãos. Agora ele voltava a ser exercido pelos “donos da área”.

Por algum tempo esta realidade não era comentada. “Somente após o pedágio ter sido extinto é que o silêncio o foi” (id., p. 127) e, nos dias atuais novas normas pareciam conviver de modo menos conflituoso, algumas mais explícitas, outras ainda camufladas, refletindo as mudanças que gradativamente têm sido implantadas na área, quer em termos de estrutura física, quer em aspectos técnicos ou político-administrativos.

Alguns sujeitos se foram, outros vieram, compondo um cenário aonde alguns personagens vêm exercendo papel de destaque, formal ou informalmente. Aos catadores se juntaram os sucateiros, bem como os funcionários da COMLURB e da Queiroz Galvão.

Logo na entrada do aterro encontra-se, hoje, a portaria onde funciona o Serviço de Segurança, bem como as instalações com os setores técnico-administrativos de tais empresas. É o lugar da coordenação, da supervisão, da vigilância, da execução de diferentes serviços técnicos, configurando uma rotina onde parecem conviver momentos de entrosamento e conflito<sup>6</sup>.

Administrado pela COMLURB, desde a sua criação (1976) muitas foram as dificuldades enfrentadas no aterro e muitas foram também as mudanças implantadas a partir da terceirização dos serviços, contribuindo para a formação de um cenário que, atualmente, atrai visitantes que querem conhecer a experiência desenvolvida, sendo recebidos pelos profissionais da COMLURB e da Queiroz Galvão. Nestas ocasiões, maquetes, fotos, cartazes, vasto é o material ilustrativo referente a sua proposta de trabalho, ao funcionamento das instalações existentes e as etapas que ainda estão por vir. Dúvidas são levantadas e prontamente respondidas. Respostas técnicas para questões técnicas. O recebimento e o tratamento dos resíduos, as diferentes unidades do aterro, a recuperação do mangue... Assim ocorreu também o meu primeiro contato com o aterro.

E os catadores? Destes se falou o mínimo possível. Apesar de “aceitos”, eles pareciam ainda constituir um tema incômodo. Mais que um tema incômodo pareciam também constituir uma situação difícil de ser trabalhada, sendo proibidos de circularem por diversos setores do Aterro. Caso se juntassem em pequenos grupos, próximos às balanças de pesagem dos veículos na entrada do Aterro, eram logo dispersos por funcionários da Segurança. Sua rota devia se limitar ao acesso à rampa ou ao setor do Serviço Social.

“O lixo vicia”, “há uma febre em torno da questão do lixo” – estas foram algumas das frases que ouvi de funcionários da COMLURB, seguidas de análises que associavam aos catadores vários dos problemas enfrentados no local, a começar pelo elevado número de trabalhadores existente na época (mais de 900 só na rampa), fato este atribuído à falta de alternativas de emprego na região. As principais questões eram: como reduzir tal número? Como conter o ingresso de outros, novatos ou catadores antigos que tinham se afastado do lixo por um tempo e queriam retornar? Como controlar a presença de crianças e adolescentes que burlavam a vigilância e entravam à noite ou através do mangue, indo parar nas rampas de vazamento de material? Como impulsionar a proposta da Cooperativa se a maioria dos catadores insistia em permanecer na rampa?

Diante deste quadro a questão era “não dar mole aos catadores da rampa”, questão esta que na época da realização da pesquisa impediu, inclusive, a possibilidade de se propiciar um ambiente mais agradável para a aplicação dos questionários, oferecendo-se um pequeno lanche aos catadores.

Menos incômoda parecia ser a situação da Cooperativa – a Coopergramacho – , localizada logo na entrada do Aterro, como um “cartão de visitas”. A impressão inicial era a de que estes catadores, agora chamados de “recicladores”, tinham um tratamento diferenciado e eram reconhecidos como trabalhadores. Esta, porém, é uma análise a ser feita no próximo capítulo.

Por ora, volto a questão dos catadores “comuns”, com sua presença constante no Aterro, igualando-se no rótulo recebido, mas podendo apresentar objetivos ora semelhantes, ora distintos, em razão direta do cotidiano que vivenciavam.

No trabalho de campo foi possível observar os chamados catadores de “podrão” e os catadores eventuais, cuja presença era teoricamente proibida no aterro. Na prática, contudo, eles se misturavam aos catadores considerados como autônomos e aos vinculados aos sucateiros, deixando claro que quatro principais grupos poderiam ser identificados no local:

- catadores de “podrão”
- catadores eventuais
- catadores “autônomos”
- catadores vinculados aos sucateiros (subordinados informais)

Os catadores de podrão eram aqueles que freqüentavam o Aterro com o objetivo exclusivo de coletarem os alimentos que vinham no lixo, alimentos estes que, em geral, ainda estavam em suas embalagens originais, embora fora dos prazos de validade determinados por

seus fabricantes. Um novo prazo de validade era, porém, decretado pelos catadores que os examinavam e, em geral, viam três possibilidades para seu aproveitamento: alimentação dos porcos que criavam, consumo próprio e venda a terceiros.

Embora criticado por alguns, tal procedimento era uma realidade e contava com uma certa cumplicidade de quem os trazia, já que muitas vezes os próprios motoristas dos veículos que o transportavam eram aqueles que avisavam aos catadores sobre a procedência e estado de conservação dos produtos.

A frequência de tais catadores acompanhava os dias que sua experiência já indicava como os mais apropriados: “Sou catadora de podrão. Só venho nas terças-feiras porque é dia bom de podrão.” Prontamente justificavam também suas atitudes:

O podrão não é lixo não. É alimento de quem tem coragem de viver sem depender dos outros. De quem resiste ao desemprego e ao preconceito.

Comer podrão num é bom. O melhor seria não acostumar com isso. Mas é melhor do que pedir, se humilhar.

Eu num aproveito alimento daqui, mas respeito quem precisa fazer isso, porque entendo o que acontece com ele.

Mesmo denominados de catadores de podrão, por vezes eles se transformavam em catadores eventuais, ou seja, aqueles que freqüentavam o lixo de forma ainda esporádica, não tendo uma periodicidade mais definida. Dedicavam-se à atividade da catação, mas apenas em alguns finais de semana, em diferentes períodos noturnos ou em situações emergenciais:

Tem semana quando estou precisando de dinheiro, fico lá em cima direto. Chego na segunda e só vou embora na outra segunda pela manhã. Também, consigo logo R\$ 300,00 e já dá pra pagar as contas. Mas, trabalho direto, de manhã, de tarde e de noite. Às vezes almoço, às vezes não, porque se almoçar gasto o dinheiro. Quando não dá mais, paro um pouco e deito em cima das lonas mesmo.

Começando no podrão ou sendo catadores eventuais, muitos eram os que acabavam ficando, tornando-se “autônomos” ou dependentes dos sucateiros, grupos estes que, na verdade, traduziam as duas principais possibilidades de trabalho no Aterro.

Os que compunham a categoria que denomino de “autônoma”, dedicavam-se com regularidade à catação de lixo, trabalhando “por conta própria” individualmente ou em pequenos grupos formados por seus familiares ou colegas. Os demais se encontravam informalmente vinculados a alguns depósitos de sucata, depósitos estes que faziam a intermediação no comércio do lixo e se localizavam, muitas vezes, nos arredores do aterro.

Eram catadores que, em geral, dividiam seu tempo entre o Aterro e o Depósito, sendo o produto de seu trabalho entregue aos sucateiros.

A forma autônoma ou dependente em relação aos sucateiros era determinada por uma série de fatores dentre os quais destaco o desejo de “trabalhar por conta própria” e “não ter patrão”. Entretanto, nem sempre isto era possível. Isto porque não bastava executar a atividade da catação. Como será analisado no próximo item, havia uma rotina a ser cumprida e instrumentos de trabalho que eram necessários a sua execução. Além disso, o armazenamento, transporte e comercialização eram etapas fundamentais de uma cadeia produtiva onde o catador constituía apenas um dos elos. Diante deste quadro, alguns podiam trabalhar “se virando” com seus próprios recursos, enquanto que outros dependiam dos sucateiros até mesmo para disporem dos instrumentos necessários à separação e coleta do lixo.

Por vezes esta dependência decorria também de uma suposta “proteção” exercida sobre os catadores, realizando, por exemplo, empréstimos em dinheiro, em troca do material que ainda iriam coletar. Entretanto, como salientam Bastos e Araújo (1998) tal material era comprado a preços muito baixos e o valor dos empréstimos acabava por crescer como uma “bola de neve”, fazendo com que não conseguissem quitá-lo.

Autônomos ou não, por serem cadastrados, os catadores conseguiam ter garantido mais um dia de trabalho, repetindo uma dinâmica já conhecida. Em geral observando os horários estabelecidos – 8, 13 e 17 horas, ou, por vezes, conseguindo burlá-los – eles se apresentavam na guarita localizada na entrada do aterro, identificando-se junto ao Setor de Segurança, através de uma carteira com seu número de cadastro ou recorrendo a autorizações individuais fornecidas pelo Serviço Social.<sup>7</sup> Em sua maioria estes últimos casos abrangiam os que por algum motivo não estavam com sua identificação no momento.

Através de uma Planilha de Frequência tentava-se realizar um controle da assiduidade dos catadores. O objetivo principal era manter o cadastro ou cancelá-lo. Afinal, a lógica dominante apontava, de um lado, para a necessidade de se reduzir o número de catadores da rampa, estimulando-se apenas a existência e o fortalecimento da cooperativa. De outro, partia-se do princípio que catador era aquele indivíduo que precisava do lixo para a sobrevivência diária, ou seja, aquele que não dispunha de outros rendimentos para sua manutenção pessoal e/ou familiar. Desta forma só deveriam permanecer cadastrados aqueles que apresentassem uma frequência regular ao trabalho. Faltas constantes poderiam significar que aquela ocupação não era fundamental para eles ou que estavam exercendo alguma outra atividade

fora do Aterro. Assim, as “ausências ao trabalho” só eram admitidas quando devidamente justificadas (em geral por problemas de saúde).

Se a entrada no aterro obedecia a novas normas, não se podia afirmar que estas eram as únicas formas de acesso ao trabalho. Sempre havia um modo de se acionar o conhecido “jeitinho brasileiro”, seja movido pela solidariedade face, por exemplo, a situações de doença na família (quando um membro tentava substituir seu parente cadastrado), seja por negociações camufladas, envolvendo troca de favores, em função do relacionamento travado entre catadores e os motoristas dos caminhões ou alguns funcionários do setor de segurança (que em períodos anteriores e/ou atualmente atuavam também no comércio do lixo). A questão era “chegar antes do horário” ou ter paciência e aguardar, já que “os guardas acabam liberando a entrada mesmo de quem não é cadastrado”. Mas havia também a opção de entrarem através do mangue que contorna uma parte do Aterro, de se esconderem nos veículos dos Depósitos ou ainda de recorrerem ao sistema de “empréstimo” da carteira, quando os que não vinham trabalhar cediam suas identificações para terceiros.

Interessados em manterem suas equipes trabalhando, os aproximadamente 40 sucateiros existentes à época da pesquisa, também circulavam em tal cenário. Informavam-se sobre os critérios para manterem seus catadores cadastrados e procuravam negociar substituições temporárias ou trocas de nomes, quando necessário. Para eles o que importava era o pleno funcionamento de seu negócio e, para tanto, dependiam do trabalho realizado pelos catadores. Os catadores, por sua vez, dependiam mais ainda dos sucateiros, já que se seus nomes não constassem nas listas dos depósitos eram impedidos de ingressarem no Aterro (pelo menos pela via formal).

O horário de acesso ao trabalho era, sem dúvida, um momento de grande tensão, principalmente nos períodos em que a vigilância estava maior ou quando se introduzia alguma alteração em sua dinâmica. Estas eram as ocasiões em que ficava clara a rede de relações estabelecidas no local, onde os sucateiros e os funcionários da Segurança exerciam um papel de destaque, arranjando uma forma de colocar em funcionamento tanto as regras formais, quanto as suas próprias. Por tais motivos, para os catadores eram momentos onde se viam ameaçados de não poderem mais contar com a única alternativa de sobrevivência que lhes restava. Para alguns, a situação se resumia na seguinte ameaça: “Se eu não puder trabalhar mais aqui volto para o tráfico”.

Vencida a etapa de entrada no aterro o próximo passo era chegar à rampa principal por onde circulavam as carretas maiores e oriundas, sobretudo, do município do Rio de Janeiro, sendo por isso o local preferido pela maioria dos catadores. A ainda existente rampinha,

mantinha-se como uma praça bem menor. Localizada alguns níveis abaixo da principal era a praça dos caminhões compactadores, ou seja, o local por onde circulavam os veículos com capacidade inferior de carga, trazendo resíduos provenientes, principalmente, do municípios de Duque de Caxias e Nilópolis.

Em ambas, uma realidade era comum: todos os acontecimentos eram acompanhados pelo olhar discreto, mas também atento, de funcionários da segurança, munidos de aparelhos que lhes permitiam uma rápida comunicação com sua chefia e colegas que permaneciam na entrada do aterro, caso fosse necessário.

O acesso a tais rampas se dava através de um trajeto, em aclive, de aproximadamente 3 km. Muitos eram os catadores que faziam tal percurso a pé. Mas vários eram também os que “pegavam uma carona” nos caminhões dos depósitos.

Diferentes no tamanho, no volume de resíduos recebido e número de catadores, a rampa e a rampinha se assemelhavam, porém, na rotina existente envolvendo a dinâmica de chegada e saída dos caminhões, as rápidas manobras que faziam, o vazamento do lixo, o trabalho de catação, o processo de compactação que logo era iniciado, os sinais sonoros oriundos dos tratores quando engrenavam a marcha-ré, as conversas e gritos de alerta ou comando dos trabalhadores que imprimiam uma grande movimentação no local.

Na verdade, em especial na rampa principal, os espaços existentes eram organizados e ocupados ou não pelos catadores, em função do tráfego intenso destes veículos. Era necessário que não só a estrada de acesso à rampa, mas também o local de vazamento do lixo ficassem livres para recebê-los, para que fizessem suas manobras e executassem sua rotina de serviço. Entretanto, este mesmo espaço era disputado pelos catadores que acompanhavam a chegada dos caminhões e logo iniciavam a atividade da catação.

À parte, mas bem próximo, ficavam as áreas onde separavam, armazenavam e comercializavam o material coletado, desenhando-se uma rotina onde, de acordo com as normas de convivência existentes, cada um sabia o que lhe pertencia e respeitava o que era do outro. Bem perto ficavam ainda algumas barracas improvisadas onde faziam refeições, conversavam e descansavam. Ali também havia uma barraquinha de lanches, local onde bebiam água, café e suco ou faziam pequenas refeições e, em troca, davam, em geral, algum material coletado no próprio lixo.

Em qualquer dos espaços a palavra de ordem era “ficar esperto” e “trabalhar com cuidado, sem dar bobeira”. Afinal, dali saía a sobrevivência de muitas famílias. Famílias que, por várias gerações, já vinham se dedicando ao trabalho da catação.

Muitas características aproximavam tais sujeitos, sujeitos que cresciam numericamente, em proporção direta às dificuldades que encontravam para exercerem alguma outra ocupação fora do Aterro.

De acordo com a pesquisa realizada por Oliveira (OLIVEIRA et al., 1982) há vinte anos atrás eles totalizavam 618 trabalhadores, sendo 69,4% pertencentes ao sexo masculino e com uma faixa etária que abrangia pessoas de 09 a 81 anos. Brancos e pretos, solteiros e casados, analfabetos ou com baixo nível de escolaridade, eram naturais principalmente do próprio Estado do Rio de Janeiro e residiam em áreas de invasão no município de Duque de Caxias.

Uma grande maioria – 65% – não identificava sua profissão e 82% revelavam ter boa saúde, não apresentando, no momento, nenhuma patologia, apesar do ritmo e do tipo de ocupação que exerciam. Trabalhando junto com os familiares ou em turmas, muitos eram os que só tinham folga aos domingos, enquanto que outros realizavam a catação em dias alternados, tendo preferência, em geral, pelo período diurno. Para a maioria o rendimento obtido era pequeno, mas havia os que já tinham conseguido adquirir bens, como por exemplo, uma casa própria, talvez pelo fato de exercerem a dupla função de catador e intermediário na comercialização do material.

Atualmente, alguns aspectos deste perfil foram alterados, mas muitos ainda se assemelhavam. Através do trabalho de campo pude observar que ainda parecia se tratar de uma população flutuante. Relatos de alguns trabalhadores revelavam que mesmo encontrando dificuldades para se inserirem em outras atividades informais ou mesmo no mercado formal de trabalho, não deixavam de aproveitar as poucas oportunidades que surgiam, o que agora estava bem mais difícil do que em anos anteriores. Mas havia também os que manifestavam dúvidas e, mesmo saindo do lixo, acabavam voltando, reconhecendo, talvez, que a reciclagem era um mercado em expansão. Entretanto, mesmo este mercado apresentava oscilações. Assim, sua saída ou seu retorno se relacionavam diretamente ao volume e tipo de lixo disponível e o número de catadores em atividade, fatores que influíam para que o trabalho de catação se mantivesse ou não como algo rentável. Isto significa dizer que o nível de produtividade constituía um fator de controle em relação ao número de catadores, podendo atrair ou não, tanto trabalhadores “novatos”, quanto aqueles que já dispunham de maior experiência na área.

Se em 1982 foram registrados 618 catadores, este número diminuiu para 445 em fevereiro de 1993, mas voltou a crescer para aproximadamente 600 pessoas em agosto do mesmo ano. Segundo pesquisa realizada na época (COMLURB/ENGEVIX, 1993), tal

oscilação ocorreu em estreita relação com as obras da Linha Vermelha<sup>8</sup>, que atravessou momentos de desativação e início de segunda etapa. Outras variáveis poderiam, porém, exercer alguma influência nesta situação, como é o caso da ampliação do mercado da reciclagem, acenando com uma possibilidade de aumento de renda para os trabalhadores.

A partir de 1996 houve uma alteração não só quantitativa nesta realidade. Nesta época os trabalhadores passaram a se dividir entre cooperados e “rampeiros”<sup>9</sup>, sendo que um estudo realizado em 1998 (BASTOS; ARAÚJO) já apontava a existência de 120 catadores entre os primeiros e 560 entre os demais.

Já em 2001, período de grandes alterações no mercado de trabalho e altas taxas de desemprego no país, o projeto “Resíduos, Degradação Ambiental e Saúde: uma pesquisa na Baixada Fluminense” apontava para a existência de mais de 900 catadores na rampa, além de quase 150 na cooperativa, tomando por base o cadastro existente no aterro.

Outra diferença a se registrar era o ingresso crescente das mulheres no trabalho da catação. “Hoje pode dizer que é meio a meio”, como destacaram alguns trabalhadores.

Já no que se refere à faixa etária, passou a ser proibido o ingresso de menores de 18 anos e, mesmo sendo relatado o fato de que alguns, por vezes conseguiam escapar à vigilância existente, poucas foram as crianças e adolescentes vistos no local.

Idosos na faixa de 60 a 80 anos ainda estavam presentes, mas o que prevalecia era a idade média de 35 anos, ou seja, aqueles chamados de “adultos jovens”, os indivíduos que se encontravam em plena idade produtiva, apresentando, contudo, pouca qualificação formal para o trabalho, em estreita relação com seu baixo nível de escolaridade.

Predominantemente naturais do Estado do Rio de Janeiro, repartiam o espaço do lixo com trabalhadores vindos também de outros estados, principalmente das regiões Nordeste e Sudeste.

Vivendo em geral com suas famílias, pois “a família é mesmo que um céu na terra”, muitos eram os que moravam no próprio Jardim Gramacho. Como os demais já tinham, porém, mudado por várias vezes, percorrendo morros e diversos bairros de periferia. Um dos motivos alegados era que “a gente mudava pelo sistema de trabalho. Era pra economizar o dinheiro das passagens”. Outros já apontavam a violência ou as condições de infra-estrutura do bairro, a compra de uma casa própria, o aumento dos aluguéis, casamentos, separações ...

Longas e variadas eram as histórias que tinham para contar, histórias onde o foco acabava sempre voltando para sua relação com o trabalho. A maioria começou a trabalhar ainda criança, tendo com primeira ocupação o exercício de atividades diversas na área doméstica, no campo da construção civil, do comércio ambulante ou lavoura:

No início era uma brincadeira, mas, depois dos 15 anos virou uma coisa mais séria. Aí eu apanhei compromisso, porque meu pai faleceu cedo e eu tinha que tomar uma atitude de administrar a casa junto com minha mãe.

Vários (17,9%) foram ainda os que começaram a trabalhar com o próprio lixo, acompanhando seus pais, como demonstra o depoimento de uma pesquisada: “Meu pai largou minha mãe com 8 filhos, ela ficou desempregada, veio trabalhar no aterro e trouxe todos os filhos”.

Depois destas ocupações iniciais já trabalharam em muitas outras. Alguns se tornaram eletricitistas, bombeiros, serralheiros, marceneiros, mecânicos ou exerceram diferentes funções no campo da eletrônica ou do comércio. Em algum momento de suas vidas puderam vivenciar uma certa estabilidade no trabalho.

A maioria, contudo, teve como referência central o mercado informal, passando por poucas experiências com vínculo empregatício. Venderam picolés e balas, foram lavadores de carro, carregadores de caminhão, camelôs, trabalhadores rurais, um número sem fim de atividades.

Fixando-se por pouco tempo em cada ocupação ou exercendo por um tempo mais estável algum trabalho, mas sendo este no campo da informalidade, encontraram dificuldades para responderem à questão sobre sua profissão. Alguns pareceram se fixar na atividade que lhes serviu de referência inicial. Assim se apresentavam como pintores, pedreiros, serralheiros, marceneiros, lanterneiros, vendedores, empregados domésticos, mecânicos, trabalhadores rurais, costureiros... Talvez não se sentindo qualificados para nenhuma profissão ou ainda por terem começado no próprio lixo, vários foram os que, mesmo revelando alguma dúvida quanto ao “nome certo” da profissão responderam que eram catadores de lixo, recicladores ou coletores de material reciclável.

Provavelmente o nome da profissão não importasse tanto. Provavelmente o mais importante fosse o fato de poderem se sentir vinculados a um trabalho. Afinal, em sua concepção ele era, “o jeito de não passar fome”, o “único jeito da gente viver”, a maneira que conheciam para poderem “pagar as contas”, “ter sossego, pois sei que vou ter dinheiro no fim do mês” e “garantir o futuro”, pois, o trabalho significava “condição para viver, quem trabalha tem saída”. Em destaque encontrava-se, assim, a questão da sobrevivência imediata e, em menor escala a necessidade de se pensar no futuro. Paralelamente, eles estabeleciam uma diferença: “Trabalho é como a gente arruma nosso dinheiro, agora emprego é duradouro”.

O trabalho também foi associado à independência e liberdade, à dignidade e à honra, à responsabilidade e à possibilidade de se sentirem úteis. Dedicção e esforço eram ainda seus componentes fundamentais, já que “nada cai do céu”.

Sobrevivência, independência e dignidade era o que prevalecia. Contudo houve também quem se referisse ao trabalho como prazer, possibilidade de fazer amigos e distração, “não tendo que ficar pensando nas coisas da vida”, e em índices bem menores os que se lembravam que ele era também sinônimo de cansaço e sofrimento.

Com tais concepções ficar sem trabalho era algo inadmissível. Contraditoriamente, a realidade que viviam era aquela onde “as portas do trabalho estão fechada”, “faltou serviço”, “a tecnologia tira o serviço do povão”, “nunca consegui arrumar emprego fora daqui”.

O desemprego se desenhava claramente em suas histórias de vida e, junto com ele, a fome, o desamparo, as doenças, um cotidiano onde “faltava tudo em casa”, “as dívidas se acumulavam”, “eu perdi meus documentos” e “não tinha experiência”. Havia também o problema da velhice, já que “na minha idade não arrumo mais nada”.

Para enfrentarem tais dificuldades o lixo parecia ser a única saída, constituindo-se como um local democrático de sobrevivência. Ele não negava uma oportunidade para ninguém. Tratava-se de um mercado aberto a qualquer um, aceitando igualmente a todos, não exigindo documentos, instrução ou experiência, ou seja, não pré-estabelecendo mecanismos de seleção. Era a opção para aqueles que não tinham outra escolha, ou melhor, o lixo não era uma opção, mas, o “resultado da falta de opção” (SOUZA, 1995).

Estes foram os principais motivos apontados para o ingresso no trabalho da catação. Mas, havia ainda os que conseguiam identificar vantagens em tal trabalho. Destacavam, sobretudo, a possibilidade de “terem dinheiro todo o dia”, garantido que “o ganho compensa”. Neste contexto identificavam também a influência dos amigos que “falavam que o que eu ganhava no mês na empresa, eles ganhavam em uma noite aqui” e que “aqui se ganhava mais que no trabalho legal”.

Minha primeira vez no lixo? Ah, eu senti, vou dizer a verdade! Eu senti um desespero de trabalhar muito mais. Porque eu trabalhava de empregado,. Naquela época eu ganhava 150 cruzeiros por 30 dias e dentro do vazadouro em dois dias eu tirava os 150 cruzeiros. Eu tinha disposição, tinha ambição. Eu queria muito mais. Senti mesmo como se diz, a ambição, a possibilidade de ter mais. Não senti nojo, medo ou outros sentimentos comuns. Trabalhar com o lixo era a possibilidade de estar ganhando mais, muito mais. Comecei vindo só nos finais de semana, mas depois fiquei direto.

Se tinham começado “por acaso”, por curiosidade, sob a influência de amigos e movidos pelo desemprego, ou mesmo porque se interessavam pelo “podrão”, recolhendo

alimentos para consumo próprio<sup>10</sup> ou para dar às criações de porcos, já estavam ali há algum tempo e acabaram “se acostumando” e deixando a “ambição crescer”.

Com o tempo também passaram a reforçar algumas vantagens do trabalho com o lixo. O ganho realmente era rápido, era “mais fácil fazer dinheiro”, nunca faltava trabalho e havia uma autonomia em sua rotina diária: “o dono sou eu mesmo; o contrato é comigo mesmo”.

Paralelamente havia a sedução exercida pela possibilidade de encontrarem “coisas boas”, “coisas de valor”. Uma “mala cheia de dólares”, “um relógio Citizen”, correntes, anéis e brincos de ouro era a expectativa de alguns, ancorando-se nas muitas histórias que ouviam. Mas havia também uma realidade mais comum, que estava a seu alcance diariamente: as roupas e calçados, os utensílios domésticos, os telefones celulares, os alimentos...

O lixo era uma caixinha de surpresas que os atraía. Mais que satisfazer a alguns de seus desejos e necessidades de consumo havia também a expectativa que se formava em torno do inesperado, “algo de valor” que poderiam encontrar. Com isso 61,6% dos entrevistados estavam exercendo tal atividade de modo contínuo, sendo que alguns chegaram a declarar: “depois que vim para o aterro parei de procurar emprego”.

Uns conseguiam dizer que “até acho bom trabalhar aqui”, “o lixo virou meu ganha pão”. Entretanto a opinião da grande maioria era clara, podendo ser expressa através dos seguintes depoimentos: “tem que trabalhar de dia pra comer de noite”, “se a gente trabalha por necessidade não tem como parar”, “até tento arrumar outro serviço, mas nunca tem”.

Coerente com tais depoimentos estava o fato de que 80,5% dos entrevistados não exerciam outra atividade fora do Aterro de Gramacho. “Faço qualquer coisa” parecia ser a disposição geral, mas poucos eram os que obtinham alguma ocupação e se referiam a elas como “bicos”, principalmente na área doméstica, da construção civil, ou do comércio informal.

Queriam trabalhar em um local “sem tanta sujeira”, exercendo um “serviço limpo”. Limpo porque estariam longe do lixo e dos “marginais” que circulavam sempre na área, não os deixando esquecer quem ditava algumas das normas em vigor.

Por vezes revelavam constrangimento e vergonha ao informarem a atividade que exerciam. Se no espaço do Aterro a catação era sinal de orgulho, preservando sua condição de trabalhador, do “lado de fora” a dinâmica era outra, levando-os, quando possível, a omitirem tal fato.

“Já saí pra fazer uns lances aí”, “já saí pra conseguir um trabalho limpo”, “pra descansar um pouco” era o que muitos diziam, deixando claro que não gostavam da atividade

que executavam. Mas, mesmo entre os que conseguiam deixar a catação por um período, a realidade podia se resumir na seguinte frase: “eu vou e volto, porque não tem emprego fixo”.

Aos poucos o que ia ficando claro era que o discurso de valorização do trabalho com o lixo parecia ser uma obrigação. Afinal, era esta a realidade que viviam e outras opções se tornavam algo em que ficava cada vez mais difícil acreditar.

Pensando um pouco melhor descobriam que muitas também eram as desvantagens do trabalho que realizavam. Falta de segurança, o risco de acidentes, o cansaço, a exposição direta ao calor e a chuva, a poeira e aos gases, os possíveis prejuízos à saúde, o excesso de catadores em comparação ao volume do material disponível, os preconceitos, a desvalorização e desrespeito da sociedade, o rendimento instável eram algumas das características citadas.

Alguns conseguiam alcançar ganhos considerados satisfatórios: “vou lá pra cima, são 30 reais que eu tiro por dia. Faz as conta. Tiro 900 reais por mês. Eu faço tudo no balanço (avaliando). Não faço nada no escuro não”.

De acordo com o relatório do Projeto Resíduos, Degradação Ambiental e Saúde (2002) os catadores de rampa recebiam em média R\$ 408,00, enquanto que os de depósito atingiam em torno de R\$ 361,00, embora encontrando-se entre os primeiros, valores que atingiam até R\$1.300,00.

Para a maioria, porém, os rendimentos mensais ficavam na faixa de 1 a 2 salários mínimos, havendo períodos em que encontravam maiores dificuldades tanto para juntarem o material, quanto para conseguirem um bom preço por ele. Mesmo assim este era um fator que os diferenciava da cooperativa (como será visto no próximo capítulo), onde a média de rendimentos detectada à época da pesquisa, dificilmente ultrapassava os R\$ 200,00, talvez em função do número menor de horas trabalhadas, devido ao funcionamento de apenas um módulo de produção.

“Um dia está bom, no outro está ruim” era como classificavam seu cotidiano, mas centravam suas queixas na informalidade do trabalho e com ela, na ausência de uma carteira assinada e das garantias trabalhistas, previdenciárias e sociais que dela decorreriam.

Diante deste quadro 82,1% dos entrevistados apontaram seu desejo de trabalharem em outra área. Uns voltavam a se referir às suas ocupações iniciais, outros sonhavam com uma chance em profissões que qualificavam como “bonitas” ou “limpas”. Outros chegavam ainda a dizer: “qualquer outra profissão é melhor que catador”, ou simplesmente queriam trabalhar em outra profissão porque isso é que era “o certo”, o que indicava que o trabalho que realizavam não era realmente reconhecido como um “bom trabalho”, nem mesmo entre eles.

Lugar de contrastes – assim podemos classificar o Aterro de Gramacho. Através de sua história, avanços técnicos vinham convivendo com um processo de trabalho executado de forma bastante rudimentar. Sujeitos qualificados profissionalmente relacionavam-se com outros tantos que sem opção, acabaram se tornando catadores, tendo suas trajetórias de vida marcadas por estratégias de “viração” em nome da sobrevivência imediata. Entre eles, inúmeros intermediários faziam cumprir as regras e normas existentes, através das funções de coordenação, supervisão, controle e vigilância que exerciam.

Além disso, cabe destacar que a dinâmica de seu funcionamento parecia desenhar uma realidade onde se misturavam ingredientes de “dentro” e de “fora”, como também será visto a seguir, ou seja, havia uma dinâmica onde o formal e o informal se combinavam, traçando um cenário onde a exploração do trabalhador ainda era a tônica central.

### 3.2 O TRABALHO, A SAÚDE E A VIDA

Para os trabalhadores da rampa o processo de trabalho era iniciado com a chegada dos veículos coletores, aglomerando-se em suas partes traseiras, nos locais por onde o lixo era vazado. Suas rotas já conhecidas indicavam a necessidade de correrem ou não para acompanharem o vazamento dos resíduos no solo. Rapidamente identificavam os caminhões provenientes de áreas cuja população tinha um melhor poder aquisitivo, aqueles que vinham de áreas comerciais, os que traziam resíduos industriais ou ainda os que despertavam sua especial atenção por serem oriundos de supermercados, podendo conter alimentos a serem ainda aproveitados.

Havia assim o lixo “bom” e o lixo “ruim”; o que era interessante coletar seja para uso próprio, seja para comercialização; o que podiam deixar ser aterrado e aquele que deveriam fingir que não viram<sup>11</sup>. Havia o lixo que virava matéria-prima e o que continuava a ser lixo.

Quase sempre desprovidos de equipamentos de proteção, os catadores desenvolviam estratégias para se prevenirem dos eventuais riscos existentes. Parecia haver um estilo de moda particular neste cenário. As cabeças estavam sempre protegidas do sol forte que predominava durante os vários meses do ano no município. Homens e mulheres, jovens e idosos recorriam a bonés, lenços ou variados turbantes.

As demais peças de seu vestuário misturavam bermudas, calças compridas, vestidos e saias, sobrepostos ou não (no caso das mulheres). Em geral eram, porém, largos o suficiente para não impedirem os movimentos ágeis e rápidos, tão necessários à execução de seu trabalho.

Braços eram quase que obrigatoriamente protegidos por luvas, mesmo que estas fossem improvisadas com pedaços de plástico. Já os pés eram cobertos por grossas meias<sup>12</sup> e velhos sapatos, botas ou tênis. Seu corpo talvez se constituísse em seu principal instrumento de trabalho e por isso deviam cuidar bem dele.

Em função possivelmente do tempo de uso e mesmo pelo tipo e condições de trabalho, tais roupas pareciam se igualar no que se referia às partes rasgadas e costuradas (provavelmente por repetidas vezes), provocando uma mistura de tecidos e tonalidades, o que as tornava mais grossas e manchadas, assumindo, como suas peles, uma aparência de “encardidas”.

Agilidade e proteção eram, assim, as duas exigências mais importantes na “moda do lixo”. Afinal, quaisquer que fossem as peças de sua indumentária, era preciso que elas fornecessem condições para se correr e alcançar primeiro o “melhor lixo”, movimentando-se rápida e facilmente entre os resíduos que chegavam a todo momento.

Esta agilidade precisava também se manter em relação aos movimentos dos veículos nas rampas:

Dependendo do humor ou da coragem de quem dirige as máquinas, os catadores podem ter suas cestas de material coletado derrubadas, o que implica num trabalho dobrado, quando não dá tempo deles correrem para impedir que isso aconteça. Os gritos ou reclamações não têm validade quando a lona de acumular material está fora da linha de armazenamento. Uma catadora explicou como isso acontece: ‘eles não respeitam nosso trabalho, nosso material é jogado fora como se não estivessem vendo nada. Nem a nossa vida parece ter importância para eles. Às vezes, se alguém está descansando perto da lona, tem que sair correndo porque parece que nós também somos tratados como lixo’. (Diário de Campo, 2001)

Ganhos<sup>13</sup> e pás, lonas e barricas ou bombonas eram os instrumentos de trabalho aos quais em geral recorriam. Os primeiros funcionavam como uma extensão de seus próprios braços, auxiliando-os no movimento de separação do material. Já as lonas (sacos de aproximadamente 2 m de altura e 1,5m de diâmetro) e as barricas ou bombonas (tonéis de plástico) eram arrastadas pelos catadores até os locais onde o lixo era vazado, sendo utilizadas para o armazenamento daquilo que coletavam. Dois outros equipamentos, curiosamente, foram também incluídos na categoria instrumento de trabalho pelos catadores entrevistados, ou seja, as luvas e lanternas. As primeiras (um equipamento de proteção), provavelmente, traduziam o valor que davam aos cuidados que deveriam ter com braços, a ponto de considerá-las fundamentais em seu trabalho. Já as lanternas se tornavam imprescindíveis para os que trabalhavam à noite, turno preferido por alguns em função das vantagens que apresentavam. Não havia sol, o calor era menos intenso, um número menor de caminhões

transitavam pelo local e o acesso a eles se tornava mais fácil. Mas havia também desvantagens. Dentre elas a presença de crianças, o que gerava críticas considerando tanto o fato de que o lixo não era lugar para elas, quanto a questão de atrapalharem a dinâmica de trabalho dos adultos.

A cada dia esta dinâmica se repetia. De manhã, à tarde ou à noite, em geral em turnos integrais, mas também havendo os que preferiam os parciais, em dias seguidos ou alternados, alguns sintetizavam a rotina de seu trabalho da seguinte forma:

Eu chego troco de roupa, tomo um cafezinho, fumo um cigarro e caio no lixo.

É isso aí que você está vendo.

Eu trabalho, descanso e fico na esperança.

Eu chego, armo as lonas, faço o sinal da cruz e vou correr atrás.

Outros falavam um pouco mais:

“Eu chego, vou lá pra cima (...) o movimento mesmo só começa depois da 9 horas. Fico aguardando o caminhão. Eu gosto de catar PET<sup>14</sup>. Mas tem que socar os plásticos com a própria mão, porque se não socar não dá dinheiro.

Chego, fico aguardando o caminhão e lá em cima, quando chega o caminhão, cato uns alumínio maneiros.

Eu chego e começo a catar material pra encher as lonas. Depois eu vendo o material e vou embora.

Eu chego, pego a luva de couro e começo a catar sucata de ferro e deixo em lugar separado para depois descer e vender.

Eu troco de roupa no barraco, depois eu vou caminhando porque tenho medo de ir de caminhão e me machucar. Ao meio dia eu desço pra almoçar, durmo até 13 horas e subo pra continuar o trabalho. Quando eu termino vou para o barraco tomar banho e trocar de roupa.

Venho a pé para o aterro. Subo pra catar PET. De hora em hora descanso um pouco. Encho umas duas lonas e já é hora do almoço. Descanso mais um pouco, encho mais 4 lonas e espero o caminhão do depósito subir para pegar o material.

5 horas, 5 e 15 eu já estou junto do meu trabalho e na hora que eu desço eu estou com meus 200 quilos de mercadoria já preparado. Agora sabe por que eu tenho isso? É porque eu ando com Deus e eu não ando brincando. Eu aprendi e estou aprendendo muitas coisas. Eu tenho aquele capricho, aquele carinho, porque eu sei que só assim vou ter um produto para negociar lá na frente. Porque eu tenho barriga pra comer amanhã também (...) a gente tem que ter um pouco de raciocínio e aquele que teme a Deus tem que fazer as coisas muito corretas, muito certas.

Para os que trabalhavam para os sucateiros havia uma etapa que começava com uma “passada no depósito pra pegar as lonas” e outra posterior, quando retornavam para a separação e armazenamento do material coletado.

Alguns trabalhavam sozinhos e outros em pequenos grupos. Ambos, porém, vivenciavam um processo de trabalho semelhante, processo este que se constituía através de uma rotina que envolvia esperar os caminhões chegarem, preparar seus instrumentos de trabalho, catar o material de sua preferência<sup>15</sup> ou aquele que foi determinado pelo depósito, fazer pequenos intervalos para descanso ou para comerem o almoço (que diziam trazer de casa ou improvisavam ali mesmo) e voltar para a catação.

O ritmo de trabalho era intenso, às vezes se estendendo até 10 horas por dia, impulsionado pela competição e pela possibilidade de aumentar o rendimento. Alguns preferiam selecionar o material tão logo ele fosse vazado no solo. Outros, porém, aguardavam a prensagem inicial realizada pelos tratores e coletavam o que era deixado na enorme trilha que se formava. Nestes casos, as maiores vantagens se encontravam na diminuição do volume de alguns objetos, facilitando seu armazenamento.

Nesta rotina seu objetivo era encher as lonas. Um número variável de lonas. Cada um parecia ter uma cota a cumprir, cota esta estabelecida por eles mesmos (em função de suas necessidades e interesses) ou pelos sucateiros a quem estavam subordinados:

Hoje pretendo encher as 4 lonas, mas ainda vou almoçar.

Eu trabalho até juntar 6 a 8 lonas.

Depois da catação o movimento era o de separação e armazenamento do material, passando, posteriormente, para o processo de sua comercialização que ocorria ali mesmo na rampa.

Os catadores “autônomos” pesavam seu material e o vendiam “livremente” aos compradores, procurando negociar seu preço. Isto significa dizer que desenvolviam as diversas fases do trabalho que se iniciava com a catação e era finalizado com a comercialização. Já os vinculados aos depósitos contabilizavam seus ganhos “no olho” e repassavam o produto que tinham coletado aos sucateiros, podendo receber os valores por eles determinados, por dia, semana ou mês, de acordo com sua preferência pessoal.

É válido registrar, contudo, que mesmo os catadores “autônomos” não dispunham de condições para transportarem seu material. Com isso eram praticamente obrigados a comercializá-los com os sucateiros que iam até as rampas para buscá-los, determinando também o valor a ser pago. Para os catadores parecia não restar outra saída a não ser apelar para a manipulação na pesagem recorrendo, por vezes, a artifícios que lhes trouxessem alguma vantagem. Molhando o papel ou introduzindo pequenos objetos no material a ser

pesado obtinham um maior peso. Em contrapartida, podiam comprometer a “qualidade” do que iam comercializar, correndo o risco de os sucateiros se recusarem a comprá-lo.

Na verdade, desenvolvendo uma forma arcaica de seleção de matéria-prima, como destaca Souza (1995), a atividade realizada pelos catadores ocorria em um cenário de exploração e dominação também presente em outras instâncias da sociedade. Entretanto, a questão extrapolava a dimensão da exploração e dominação. Seu processo de trabalho assemelhava-se àquele realizado pelos operários no início do processo de industrialização, com jornadas intensas, ritmo acelerado, presença de acidentes, ausência de proteção trabalhista, traçando um cenário onde o que prevalecia era a submissão dos trabalhadores à condições subumanas, tendo ainda no medo e no silêncio a regra central de convivência. (SOUZA, 1995)

Constituindo-se como uma força de trabalho sem qualificação formal e supostamente desnecessária, os catadores perdiam inclusive seu valor de reserva, limitando-se a serem vistos como “marginais” a serem mantidos à distância.

Nas diferentes fases de seu trabalho, a atenção era obrigatória. Na catação precisavam evitar os acidentes e saber escolher seu material, enquanto que no armazenamento era necessário terem cuidado para não comprometerem a qualidade do produto coletado e, posteriormente, na comercialização deviam se preocupar com os pesos e preços.

Semelhante era também a atenção que deviam ter com os outros tantos sujeitos que ali transitavam, fazendo emergir contraditórias relações no espaço de trabalho. De um lado estava a cooperação, o socorro em situações especiais, a troca de favores, o trabalho em grupos onde repartiam as mesmas funções. Forte também parecia ser a valorização e a fidelidade às amizades, levando-os, por exemplo, a participarem prontamente da pesquisa apenas porque foram indicados por um amigo, ou mesmo a preservarem o anonimato em relação às ações que pessoalmente condenavam e em que poderiam vir a prejudicar seus companheiros, como era o caso, por exemplo, do uso de bebida alcoólica em serviço ou dos raros roubos que ocorriam.

De outro lado, o que se via era um ambiente onde “manda quem pode e obedece quem tem juízo”. Em vigor havia um código de preservação da vida e das possibilidades de trabalho. Não ver, não ouvir e não saber era a lógica muitas vezes acionada.

Formalmente eram submetidos às normas elaboradas pela COMLURB e Queiroz Galvão. Informalmente respeitavam um outro rol de regras; regras estas que abrangiam desde a dinâmica de acesso à rampa, como já foi salientado, até a maneira de se conduzirem em seu trabalho.

A vigilância e o controle eram exercidos, principalmente, pelo Setor de Segurança, sempre pronto a manter a ordem e a administrar conflitos ocasionados por fatores como brigas e discussões ou o uso de bebidas alcoólicas. Seu chefe, um ex-catador e tendo familiares trabalhando atualmente na rampa, exercia sua autoridade pela via das normas, dos favores ou da rede de articulações que mantinha<sup>16</sup>. De uma forma ou de outra sua palavra e suas ações eram sempre respeitadas, constituindo-se como uma pessoa legitimada pelas diferentes forças de influência no Aterro.

Paralelamente havia também a vigilância e o controle exercidos pelos próprios colegas que funcionavam como elos da suposta “máfia” local, como exemplifica o seguinte trecho retirado do diário de campo do projeto “Resíduos, degradação ambiental e saúde: uma pesquisa na Baixada Fluminense”:

Entrevistei um rapaz que disse estar sofrendo sérios problemas, pois ele denunciou para um amigo o nome das pessoas que o estavam roubando. Por isso esses rapazes se reuniram com algumas mulheres e passaram a acusá-lo de ter ficado com três latinhas destas mulheres, no meio dos plásticos ‘duros’. O problema foi parar nos meliantes da área, que foram procurá-lo querendo resolver o problema. Ele me relatou que quer sair o mais rápido desse ambiente e está tirando novos documentos para procurar emprego em outro lugar.

Entre os catadores dos depósitos havia também a relação com os sucateiros, relação de ampla dominação no trabalho e na vida, em nome do lucro de seu negócio. De posse de uma listagem com o nome de seus catadores e face à proibição da possibilidade de sua substituição no trabalho de catação, os sucateiros procuravam preservar seu grupo, chegando, por exemplo, a exigir a ida de antigos trabalhadores dos depósitos ao Aterro para renovarem o cadastro em vigor e assim não alterarem o grupo que estava a sua disposição. Se tais catadores iriam retornar ou não à catação, ou o que de fato fariam com sua permissão de entrada no Aterro, essa era uma outra questão.

Diante de tal realidade o que ficava claro era o comprometimento da suposta autonomia dos diferentes catadores, deixando aparecer uma rede de subordinação a que eram, formal e informalmente submetidos. De algum modo se diluía o discurso de que não tinham patrão, escolhiam livremente os dias e horários de trabalho, ou mesmo o tipo de material que iriam coletar.

Tratava-se, contudo, de um discurso sempre presente e junto dele também aparecia um atributo necessário ao trabalho que realizavam: a coragem. Não menos importante era a saúde e, talvez por isso valorizassem tanto seus períodos de descanso.

Entre um e outro caminhão “a gente senta, conversa, come” era o que muitos catadores declaravam, deixando claro que períodos de descanso eram obrigatórios na dinâmica de seu trabalho.

Esta talvez fosse uma forma de enfatizarem que exerciam um trabalho pesado, cansativo, arriscado. Trabalho que se desenvolvia em um ambiente insalubre e, portanto, lhes exigia estar sempre “descansados”, ou seja, em boas condições físicas para exercê-lo. O fundamental era ter saúde, como expressou um entrevistado: “Ah! Ter saúde é uma riqueza. Não tem outra coisa, criatura. Você levanta de manhã assim ... está com disposição”.

Entretanto, quando se perguntava diretamente se identificavam algum problema no Aterro, apenas 24,7% respondiam de modo afirmativo. Ao especificarem o tipo de problema havia uma predominância no campo da saúde. Vários foram, porém, os que faziam uma ressalva: “é a doença se a pessoa não se cuidar”.

Considerar tal afirmação como algo viável, significava também poder dizer que eles estavam conseguindo se cuidar bem, já que apenas 17,9% apontaram para a ocorrência de algum problema de saúde nos últimos 15 dias. O mais comum eram os “resfriados”, mas também foram citados alguns problemas respiratórios, dermatológicos, renais e cardíacos.

Poucos foram também os que admitiram o início de alguma doença após terem começado a trabalhar com o lixo.

Felizmente eu não tive contato nenhum maldoso em meu corpo. Porque também sou de uma estrutura bem fortista. Nunca fui ao médico. 72 primaveras completas mês que vem e não tenho nenhuma dor no meu corpo. Eu vejo a menina nova aí. Ah! Coluna, dor de cabeça, resfriado, num sei o que é isso não. Mas também, da maneira como fui criado ... fui criado com angu, que é uma coisa forte para nosso corpo e verdura colhida na hora. Nunca fui ao médico, nunca sentei num consultório dentário, entende. Agora o que eu uso de remédio dá o nome de Emulsão Scott. Duas vezes no ano eu tomo aquilo. Tomo porque segundo fala a bula é preparado com óleo de bacalhau. Eu creio que é por isso que meus ossos são assim fortes.

Apenas 11,6% responderam de modo afirmativo a tal questão, referindo-se a casos de desidratação, dores de cabeça, pneumonia, bronquite e “nervosismo”. O que prevaleceram foram, contudo, as alergias, micoses, coceiras pelo corpo e urticária, ao lado de processos inflamatórios ocasionados por cortes na pele.

Aparentemente o lixo se configurava como um cenário onde não havia lugar para a doença, expulsando os que tinham baixa resistência física ou algum problema de saúde. Talvez esse fosse o motivo que fazia com que muitos negassem a associação entre doenças e trabalho que executavam.

Mas havia também uma outra questão. Quando se saía do campo pessoal e se considerava o trabalho com o lixo de forma geral, 71,6% admitiam a existência de riscos no trabalho. Mas a falta de cuidados pessoais voltava a ser lembrada: “quem não tem cuidado se ferra”. Um processo de responsabilização do próprio catador era o que predominava deixando de lado os problemas existentes no ambiente. Para a grande maioria tais riscos eram decorrentes de acidentes comportando cortes com materiais como vidro e agulhas ou ainda atropelamentos, tendo em vista o intenso movimento de veículos na rampa: “Tem que prestar atenção na descarga das carretas dos caminhões e no movimento das máquinas em empurrar o lixo para determinado lugar. Senão, a vida do ser humano que trabalha lá em cima fica complicada”.

O mesmo acontecia com a questão do lixo poder causar algum tipo de doença. Sem se focalizar sua situação pessoal 44,2% reconheciam tal possibilidade, citando, prioritariamente, problemas decorrentes da contaminação através do ar ou dos objetos que recolham ou ainda problemas osteo-articulares.

No momento da realização da pesquisa pôde-se perceber a manifestação de diversos sintomas dos quais se queixavam. Isto significa dizer que mesmo tendo dificuldades para admitirem a relação lixo-doença, reconheciam estar apresentando vários problemas. Talvez o trabalho que realizavam não pudesse ser considerado o único fator a determinar a condição de estarem ou não doentes. Mas, certamente, poderia estar contribuindo. Junto com o “nervosismo” se queixavam de dores na cabeça e em diversas partes do corpo, cansaço, falta de ar, tosse, conjuntivite, coceiras, manchas na pele, falta de apetite, insônia e enjôos.

A exemplo do perfil predominante entre outras tantas populações classificadas como de “baixa renda” (ou sem renda), os catadores também tinham seu cotidiano marcado por precariedades em termos de condições de vida e este era um fator que não poderia ser esquecido. Havia os que conseguiam “se virar melhor” e com isso tinham um nível de vida mais satisfatório. Vários eram, porém, os que enfrentavam sérias dificuldades. Suas moradias, por exemplo, apresentavam limitações, considerando-se tanto o tipo de construção e estado de conservação das casas, quanto o saneamento ambiental dos bairros onde se localizavam.

Eram casas chamadas de “próprias”, muitas vezes traduzindo, porém, o resultado da invasão daqueles que já não tinham outra opção para sua moradia. Em poucos e precários cômodos viviam famílias numerosas, muitas das quais tendo pelo menos mais um de seus membros também envolvidos no trabalho com o lixo.

Por vezes tais membros se concentravam todos na rampa. Mas havia também os casos em que uns estavam na rampa, outros na cooperativa e outros ainda nos depósitos. O trabalho

com o lixo acabava se tornando uma característica das famílias, podendo ocorrer de diferentes modos, como consequência das possibilidades e oportunidades que encontravam, mas também das vantagens que poderiam usufruir.

Eu já fui da cooperativa, mas voltei pra rampa. O que eu recebia não dava. Mas minha mulher está na cooperativa. Eu vou explicar o porquê: ela tem idade já. Está com 51 anos e ela nunca fez autonomia. Nunca trabalhou pra levantar amanhã ou depois um INPS ou um tratamento. Aí ali é um grupo e ela entrou pra ter os direitos. Já está com dois anos. Eu num trabalhei mal. Trabalhei com a cabeça.

Vários eram também aqueles que, morando em bairros mais distantes, só se encontravam com suas famílias nos finais de semana. De segunda à sexta ficavam nos improvisados barracos construídos ao redor do aterro ou em pequenos cômodos existentes no depósitos para os quais trabalhavam.

Em qualquer um dos casos, ou seja, vivendo direto com seus parentes ou estando com eles apenas nos finais de semana, a família parecia traduzir um elo de referência, um espaço preservado a lhes assegurar um nível de pertencimento social. É certo que ela assumia características bem peculiares. Pais, filhos, irmãos, avós, tios, cunhados, afilhados compartilhavam, por vezes, um mesmo espaço. Mas era o espaço exigido pelas características de seu cotidiano, características estas que determinavam a acolhida de um filho desempregado, de uma mãe doente, da filha e netos oriundos de um casamento desfeito, da afilhada que ficou órfã... “Família vivida” contrapondo-se à “família pensada” (SZYMANSKI, apud AZEREDO, 1999), família que acolhia, mas também, tinha suas exigências. Uma delas era: aos adultos cabe o trabalho enquanto que o lugar das crianças é na escola, sendo ressaltado que “a educação é uma jóia que o pai deixa para o filho, principalmente na era que estamos vivendo”.

Na prática, contudo, nem sempre era assim, o que não a impedia de manter, de algum modo, sua dimensão como uma “estrutura portadora de sentido” (CASTEL, 1994). “Num sou muito chegado a parente não, mas se precisar de mim eu vou”, foi o que declarou um catador, apontado para o fato de que a família acabava funcionando como uma espécie de âncora, abrindo também possibilidades para a construção de um outro cotidiano pela via que conheciam e queriam insistir, ou seja, a via do trabalho e do estudo.

Como na experiência analisada por Azeredo (1999), laços e braços se uniam para garantir seu sustento, combinando convivência afetiva e sobrevivência econômica, tornando diluída a figura de um único provedor da família e fornecendo-lhes também a possibilidade de sonharem com uma outra realidade em um futuro não muito distante.

Por ora, iam se contentando com a vida que levavam, uns satisfeitos, outros revelando suas dificuldades. “Eu sempre vivi uma vida satisfeita (...) Sempre fui me ajeitando” – foi a declaração de um catador, revelando sua disposição em continuar a lutar por dias melhores, reconhecendo que ele e outros tantos colegas eram especialistas na arte de “viver o presente”.

Convivendo com o desemprego, rendimentos insuficientes, alimentação precária, limitado acesso a recursos e benefícios sociais, valorizando a educação formal, mas nem sempre podendo manter os filhos nas escolas, os catadores tinham seu cotidiano marcado por inúmeras dificuldades e poucas perspectivas para superá-las. Sem muitas alternativas para conduzirem suas vidas, pareciam, realmente, não ter outra escolha a não ser se concentrar no momento presente.

Neste contexto um outro problema se colocava. O cenário do lixo, até então considerado uma alternativa, vinha apresentando diversas mudanças. Se muitos foram os que conseguiram sobreviver através de sua catação e comercialização, a realidade atual punha em dúvida tanto o dia de hoje quanto as possibilidades futuras, considerando, sobretudo, dois motivos. O primeiro era o aumento da “concorrência” com a presença dos novatos, dos que estavam retornando a exercer tal atividade e ainda dos que não eram “cadastrados” e ingressavam no Aterro, burlando as normas de entrada.

Já o segundo incluía a diminuição tanto da quantidade do lixo em alguns períodos do ano, quanto da falta de interesse dos compradores por alguns materiais, provocando queda em seu preço ou mesmo implicando em seu armazenamento, sem possibilidade imediata de venda<sup>17</sup>.

Face a tal realidade havia os que diziam:

queria que todos tivessem seu lugarzinho, como eu tenho. (...) Mas pra esses garotos novos de agora ... Fica complicado. Você já viu o movimento da rampa? Você já viu o movimento do povo quando chega no trem pra ir para um jogo no Maracanã? Está idêntico! O que precisa é alguém botar eles num microônibus desses e levar pra aprender uma profissão.

Além disso, “os novatos são impetuosos, correm logo para o lixo e acabam se atrapalhando. Os mais experientes não fazem isso. Eles recuam e esperam. Usam a experiência e conseguem separar o melhor material”.

O lixo acolhia, mas agora impunha também algumas condições. Eram condições que estavam tornando seu cotidiano cada vez mais difícil. Entretanto, limitado ou não, ainda permanecia como “opção” para muitos, funcionando essencialmente como condição de sobrevivência. Sobrevivência limitada é certo, mas sobrevivência que lhes permitia viver o presente. Novas perspectivas? Isto parecia ser uma realidade distante.

### 3.3 MAIS QUE PERDAS E GANHOS

O que revelava o cotidiano vivido pelos catadores do Aterro de Gramacho? Perdas? Ganhos? O que o lixo vinha, realmente, representando na vida destes catadores? Ele se constituía em uma forma de enfrentamento do processo de desfiliação social? Poderíamos falar em uma vida antes e depois do lixo?

É certo que muitos eram claros: “meu trabalho representa tudo na minha vida”, sendo ressaltados seus aspectos considerados positivos. As queixas, em sua maioria, se limitavam às condições em que era exercido, agravadas pelo próprio local onde não dispunham, por exemplo, de uma área para descanso, de instalações sanitárias e água potável.

Havia também a falta de organização que dificultava a catação, impedia o aumento em seus rendimentos e fazia com que não fossem reconhecidos como trabalhadores pela sociedade. Tais fatores apontavam diretamente para a negação de sua condição de trabalhador, já que tanto o paradigma da engenharia sanitária, quanto a própria instituição, não reconheciam a atividade da catação, principalmente nos espaços do aterro. Assim, se não se admitia a presença e o trabalho dos catadores em aterros, por que se deveria pensar em melhores condições para o exercício diário de suas funções? Se o catador não era reconhecido como um trabalhador, por que se pensar em melhorias relacionadas ao exercício da catação?

Os estigmas que cercavam os catadores estavam presentes nos próprios gestores do aterro, agravados pelo fato de se tratar de um cenário onde coexistiam problemas relacionados ao mundo do narcotráfico. O aterro era um espaço dúbio. De um lado cabia o trabalho, embora reconhecido apenas pelos catadores. De outro, estavam a ilegalidade, a marginalidade, os riscos.

O lixo, porém, parecia ter sido incorporado de forma irreversível às vidas dos catadores. Em nome da manutenção da vida, tornava-se algo natural. Talvez por isso a ele se referiam com espontaneidade e altivez, recorrendo, continuamente, a uma fatura de argumentos para ressaltar as possibilidades que apresentava para eles. Argumentos simples e diretos que apontavam para a prática do desperdício existente em nossa sociedade e em contrapartida, salientavam também sua capacidade de ver um valor de uso e um valor de troca naquilo que outros jogaram fora. De desempregados se transformaram em “especialistas no reaproveitamento”. Esta não era uma realidade a ser valorizada?

Entretanto havia também aqueles que diziam: “Aqui nós somos seres humanos diferentes. Nossas necessidades têm que ser resolvidas conforme a coragem de cada um de nós”.

Se o discurso da valorização do trabalho que executavam era uma constante, deixava também lugar para questionamentos e críticas, estes últimos abafados em nome de sua sobrevivência e da manutenção de sua condição de trabalhador. O lixo era, assim, seu passaporte de vida, aquilo que, de certa forma, tinha colocado uma barreira na rotina de perdas que caracterizavam suas histórias. Talvez nem tivessem mais o que perder, mas o certo é que alguns chegavam a falar em um antes e depois do lixo, salientando não só ganhos materiais, mas também sua suposta liberdade e a possibilidade de serem como os outros, compartilhando as regras existentes na sociedade onde viviam.

O lixo mudou muito a minha vida, trouxe muito favorecimento. Do lixo eu pago meus impostos, pago minha luz, tenho minhas coisas direitinho, como manda o figurino. Saio pra fora, tenho minha roupa pra vestir. Já enfrentei muitas dificuldades. Agora num enfrento mais (...) Meus filhos estudaram, comprei meu lote. Ele tem 12 de frente e 40 de fundo. A gente tem um telefonezinho ...

O espaço do lixo funcionava também como uma escola que tinha muito a ensinar. Escola, por vezes, perversa, principalmente para aqueles que sempre viveram da catação, como salienta Souza (1995, p. 104): “tudo o que conhecem aprenderam no mundo do lixo (...) os amigos, os sócios, os amores, mas, também aprendem a lei do silêncio, do medo, da submissão”. Ali passavam a maior parte de seu tempo, ali encontravam-se em um “território de formação de identidades”. (id., p. 104)

Em sua trajetória alguns vieram de outros aterros e lixões, outros já passaram também pela catação de rua e outros ainda já fizeram parte da cooperativa, embora tendo voltado para a rampa. Havia uma rota que seguiam, rota esta que podia implicar também em uma espécie de “ascensão funcional”.

Sou um dos fundadores da cooperativa (...) Meu espírito é populoso (comunicativo) e fui classificado como diretor de vendas. Nós entramos ali como Adão viveu, uma folha na frente e outra atrás, mas a gente achava que o povo não podia passar necessidade, tinha de fazer a coisa andar pra frente.

Pensando desta forma, por vezes, tinham dificuldades de relacionar lixo a problemas. Isso só existia para quem não ficava atento e não queria aprender.

No lixo num tem ninguém pra mandar (...) No nosso mundo a gente tem tudo, tudo, mas a gente tem que ter um pouco de raciocínio e separar algumas coisas, acompanhar isso, não acompanhar aquilo. Acompanha só o que deve acompanhar. Prepara a mente pra ver como é que pode viver.

“Ver como é que pode viver” – aqui provavelmente se encontrava um importante aspecto a ser considerado na vida dos catadores. Segundo o depoimento de alguns, absorvidos

pelas longas jornadas, por precárias condições de trabalho e pelo uso de instrumentos rudimentares, sua vida se desenvolvia, quase exclusivamente, em torno do lixo. Ali estavam diversos de seus familiares, seus vizinhos e amigos. Ali coletavam e comercializavam seu material. Do lixo se alimentavam, se vestiam, viviam... Viviam como podiam. Como lhes era permitido viver.

No bairro e no trabalho viviam em uma espécie de gueto que não os obrigava a ocultar sua “profissão” ou o tipo de vida que levavam. Ao mesmo tempo conseguiam se referir a inúmeros argumentos na tentativa de agregar qualidade às suas vidas, ressaltando, por exemplo, as habilidades que a catação de lixo exigia, ou ainda como vinham conseguindo enfrentar e superar os tantos problemas que estavam sempre presentes em seu cotidiano.

No interior do Aterro sentiam-se também valorizados pelas visitas que recebiam de instituições de pesquisa, organizações não governamentais, grupos religiosos ou meios de comunicação, que queriam ouvi-los e conhecer suas vidas ou trazer alguma contribuição para a melhoria de seu cotidiano. Não raras vezes, porém, tais visitas provocavam reações como: “Nós somos tratados como os que precisam de ajuda, de salvação e tem uns que acham que não somos gente.”

De alguma forma, mesmo no interior do Aterro, ficavam expostos aos valores predominantes para além de seus muros. Do “lado de fora”, em geral, só se relacionavam com grupos de sua Igreja ou os amigos do futebol, recorrendo também quando preciso, a postos de saúde ou ao hospital municipal, enfrentando filas, aguardando o atendimento de que necessitavam.

O lixo limitava suas relações com o mundo em que viviam como conseqüência sobretudo dos preconceitos que permeavam a atividade da catação, provocando vários desdobramentos em seu dia a dia. Se no aterro eram iguais, preservavam ou criavam vínculos familiares e ainda podiam construir novos elos de amizade, do “lado de fora”, sentiam-se diferentes e por vezes tinham que ocultar suas identidades, reconhecendo talvez que:

os trabalhadores do submundo do mercado de trabalho são marginalizados antes, durante e depois do exercício destas atividade. Antes, porque não as escolhem deliberadamente; em geral, passam por problemas financeiros tão graves que a elas recorrem como única forma de sobrevivência; durante, porque a natureza do trabalho que desenvolvem é repudiada pela sociedade e, por isso, sofrem os mais variados tipos de discriminação; e depois, porque o passado profissional que carregam são precedentes negativos para ingressarem numa ocupação melhor, tanto financeiramente, quanto no que se refere à aceitação social de seu novo trabalho. (SINE/CE apud SOUZA, 1995, p. 19)

Muitos foram os entrevistados que relataram terem sido vítimas de algum tipo de discriminação, passando por situações constrangedoras. Diversos foram os motivos alegados: a própria pobreza, a aparência pessoal, uma deficiência física, o fato de serem naturais das regiões norte ou nordeste, sua religião, idade ou “falta de estudo”, sua condição de sem teto ou desempregado...

A grande maioria, porém, apontava para o trabalho que realizavam ou sua raça negra.

As pessoas zoam porque trabalho na lixeira. Diz que eu estou fedendo.

Aqui mesmo no escritório tem uns que olhavam a gente com aquele ar de... com aquele sorriso entre os dentes, com desprezo.

Passsei uma decepção. Fui num magazine comprar uma peça de roupa pra fazer um presente pra minha senhora e eu tinha recebido um dinheiro. Vi uma coisa que me agradava, mas sabe que a dona do magazine quase num me atendeu? Devido a cor. Mas eu num ligo não. Eu tenho minha pele queimada, mas meu espírito é livre.

O pior era quando vários destes fatores se juntavam: “A pessoa é pobre, é preta e trabalha no lixo, aí você já viu, não é?”

Pelo trabalho, por serem quem eram e pela vida que levavam sofriam uma série de discriminações que fragilizavam seus vínculos com a sociedade. Às vezes percebiam tal situação, outras vezes as camuflavam com o orgulho de serem trabalhadores. O fato é que vivenciavam um perverso modo de filiação social, fruto de uma trajetória onde exclusões se acumulavam, não podendo também contar com um sistema de proteção social por parte do Estado. Isto, porém, não os impedia de continuarem a viver e lutar.

Forte também era o lugar dos sonhos. Mais de 90% dos entrevistados revelavam ter sonhos e a grande maioria os concentrava em dois eixos: moradia e trabalho.

Para uns a questão era “poder construir minha casa de tijolo”, “terminar a minha casa”, ou mesmo “fazer algumas melhorias”, o que incluía a realização de reformas ou ampliações em algum cômodo, ou comprar alguma mobília ou equipamento doméstico.

Em relação ao trabalho a questão era poder exercer sua profissão ou outra ocupação. O importante é que isto acontecesse fora do lixo e que tivessem sua “carteira assinada”.

Paralelamente falavam também de seu desejo de terem uma “vida sem tanto sacrifício”, de se mudarem do bairro onde moravam, de comprarem diferentes bens de consumo, de verem seus filhos estudando e se preparando para exercerem uma boa profissão, ou ainda de viajarem para reverem parentes. Vários eram também aqueles que tinham esperança de “ficar rico”, seja “ganhando na loteria”, seja “achando dinheiro na rampa”.

Listando seus vários sonhos, a maioria dos catadores pesquisados informava acreditar em sua realização, dependendo para tanto, de seu esforço próprio ou da ajuda de terceiros. Entretanto, quando a questão era apontar melhorias ocorridas em suas vidas, nos últimos cinco anos, a situação se apresentava de forma diferenciada.

Quase 50% admitiam que alguma coisa tinha melhorado. Embora continuassem a exercer a atividade da catação e a morar no mesmo bairro, as melhorias alcançadas encontravam-se centralizadas, mais uma vez, no eixo trabalho e moradia. Ainda não tinham alcançado o que desejavam, mas pareciam se contentar com o que conseguiram ou se achavam próximos de conseguir: “Eu estou trabalhando, estou ralando pra ter o que é meu”.

Neste cotidiano onde estavam “ralando”, o trabalho com o lixo aparecia com significados opostos. Para uns era o fator principal de terem conseguido imprimir alguma melhoria em suas vidas. Já para outros, a ida para o lixo foi justamente o início de um ciclo onde tudo só parecia piorar.

Desde que eu vim pro Aterro, meus filhos nunca mais passaram fome.

Antes eu ficava desempregado e não tinha dinheiro e hoje eu tenho dinheiro todos os dias.

Por mais que a gente trabalha, a gente nunca tem. O que eu arrumo é só pra alimentar minha família.

Antes eu era cozinheira, hoje eu sou uma catadora de lixo.

Vivendo imersos em tantas dificuldades muitos foram os que não conseguiram expressar suas sugestões em termos de possíveis melhorias a serem implantadas, quer seja em relação à área onde residiam, quer seja no Aterro ou em seu local específico de trabalho. Suas respostas chegaram a se colocar em pólos opostos, ora considerando desnecessária qualquer melhoria, ora revelando seu descrédito em tal possibilidade:

“Num tem nada pra melhorar, porque está tudo dentro dos conformes”.

“Pra melhorar só me tirando daqui desta casa e me dando outra.”

Alguns foram, porém, os que apontaram suas opiniões. Em relação ao bairro as sugestões se encontravam diretamente relacionadas às deficiências identificadas em termos de sua localização e condições de saneamento ambiental. Listavam assim o desejo de verem as ruas asfaltadas, com iluminação adequada e com as devidas instalações de água e esgoto, assim como se referiam à necessidade de serem disponibilizados postos de saúde e escolas, um melhor transporte coletivo e maiores opções em termos de estabelecimentos comerciais.

Em relação ao Aterro o descrédito era maior: “aqui não tem melhora não”; “aqui não vai melhorar nunca”. Os mais antigos, porém, revelavam: “quem conheceu isto aqui antes, percebe que está ótimo”. E destacavam:

Falar a verdade: a Queiroz Galvão entrou aqui e botou tudo em ordem. Tudo dividido. Cada qual nos seus lugares. Só a única coisa que eu tenho que reclamar é que há muita gente mal controlada. Se fosse um povo que administrasse intimamente, se fosse um povo que pudesse controlar, todo o mundo comia, bebia, sem dar certos aborrecimentos.

As maiores queixas diziam respeito ao próprio local de trabalho focalizando as condições em que o mesmo era realizado. Mesmo apontando problemas, suas falas deixavam transparecer muitas dúvidas sobre as reais possibilidades de se implantar qualquer melhoria. Como poderiam pensar, por exemplo, em uma melhor organização do trabalho? Como poderiam diminuir o número de catadores? A questão era “tirar a metade dos novatos”? Como pensar na alternativa de uma usina de reciclagem se alguns já tinham passado pela cooperativa existente no aterro e voltado para a rampa, em busca de melhores ganhos? Como melhorar o preço do material e obter uma maior atenção dos donos dos depósitos? Como poderiam dispor de um banheiro, de um local para tomarem banho após o trabalho, ou de um lugar decente onde pudessem beber água, fazer refeições ou mesmo descansar um pouco durante a jornada de trabalho? Neste contexto e talvez expressando o sentimento da maioria, houve que dissesse “Não tem o que melhorar, porque aqui é o lugar do lixo”. Lugar do lixo, lugar onde viviam como podiam.

Movimentos contraditórios faziam parte do cotidiano dos catadores, fazendo-os ora se sentirem parte, ora se sentirem expulsos do mundo que os cercava. Alguns elos conseguiam ser mantidos. Preservavam suas famílias, poucos eram os que moravam sós. Tentavam também preservar sua relação com a sociedade através do exercício de um trabalho, mas aí esbarravam em inúmeras dificuldades.

“Sem trabalho ninguém é nada”, chegou a afirmar um entrevistado, deixando em aberto pelo menos uma questão. Se o lixo é aquilo que se despreza na sociedade em que vivemos, se é algo sem valor e, portanto, um nada, como poderia ser pensado quem trabalha com tal material?

A resposta parecia vir no depoimento de outro trabalhador: mesmo sendo no lixo, o trabalho era um orgulho, já que “catar lixo era melhor do que roubar; não é uma vida digna, mas, eu estou de cabeça erguida”. Mais que uma questão de sobrevivência física ou econômica, mais do que permitir o acesso ao mundo do consumo, o que se destacava era, assim, o valor moral atribuído ao trabalho, configurando uma identidade positiva em

contraponto aos “outros” que se encontravam numa situação pior do que a deles. Pelo trabalho se diferenciavam dos que roubavam, dos que se envolviam com drogas, dos que ficavam “à toa, fazendo besteira”. Não pertenciam a este mundo. Pertenciam ao mundo dos que trabalhavam, prezavam a honestidade e perseguiram a possibilidade de terem uma vida digna.

Paralelamente, as contribuições de seu trabalho para o “bem do meio ambiente” era outra característica que associavam à atividade da catação, na tentativa de valorizá-la. Mesmo não demonstrando muito conhecimento ou convicção diziam:

A reciclagem é uma fonte não só de renda, mas sim de saúde para os que vão nascer. É preciso que as autoridades tenham um pouco mais de raciocínio porque nós estamos vendo aí o racionamento da luz e vamos ter o da água, se Deus não tiver compaixão de nós. Da maneira que vai este globo...

A suposta valorização de seu trabalho não impedia, contudo, que suas trajetórias fossem traçadas na fronteira da pobreza com a miséria. Se hoje tinham conseguido coletar e vender por um bom preço seu material, que garantias tinham de que amanhã isto também iria ocorrer?

Povoando a zona da vulnerabilidade social, sua experiência era a experiência da turbulência, da liminaridade, caracterizada pela fragilização das situações conquistadas e o risco de desmoronamento dos estatutos até então assegurados. A exigência mínima era a de que em seu cotidiano se mantivesse a rotina de um dia considerado “bom” para o trabalho. Isto porque qualquer acontecimento extra, qualquer fato fora “do normal”, poderia ocasionar sérias conseqüências para suas vidas. Se seu rendimento era precário, instável e dependente de sua produção, como enfrentar, por exemplo, um acidente que exigisse um afastamento do trabalho por vários dias? Como superar casos de doenças na família? E o desemprego daqueles poucos familiares que, até então, ainda conseguiam se manter no mercado formal de trabalho? E se o Aterro passasse a impedir a sua entrada? E se suas atividades fossem encerradas, como já estava sendo discutido? A saída era procurar outro vazadouro? Onde?

O Aterro de Gramacho expressava, sem dúvida, um “arquipélago de grupos excluídos” a que se refere Buarque (1994), traçando uma rota de riscos para os catadores. Aos poucos ia ficando evidente que uma coisa era o discurso de que tinham uma ocupação que lhes garantia a sobrevivência. Outra coisa eram as contradições apresentadas por este discurso, as implicações que ele continha, a prática cotidiana que vivenciavam, camuflando um processo de desfiliação que vinha invadindo suas vidas ao longo dos anos e estendia suas garras para diferentes lados, distanciando-os cada vez mais do usufruto de seus direitos de cidadania.

Chegavam no Aterro dizendo “estar no lixo” para suprirem o problema de desemprego. Com o tempo foram ficando e agora “eram do lixo”, acabaram se tornando parte deste lixo, vivendo das “sobras do sistema” (BUARQUE, id.). Esta era, pelo menos, a forma como eram vistos pela sociedade. Havia, porém, os que diziam: “estou no lixo, mas não sou do lixo. Mudei de trabalho, mas não mudei minha vida”.

A atividade da catação podia até ser considerada “um trabalho rico”, um meio de filiação social que lhes garantia a sobrevivência imediata e a manutenção da condição de trabalhador. Mas tratava-se de uma filiação precária, perversa, incompleta e arriscada. Uma filiação ilusória, condenando-os a permanecerem em uma “zona de sombras” e mesmo esta era cada dia mais difícil de ser mantida, tendo em vista também que, de um lado, “antes o material era melhor e não havia tanta concorrência”. De outro reconheciam que viviam em sociedade e que esta sociedade

vê os trabalhadores do lixo como se nós carregássemos um vírus que contamina o corpo todo. Mas eles estão enganados. Já teve gente aqui de dentro, um dos grandes, que disse assim: o catador de lixo é como doença rara. Toma remédio, cura de um lado e ela passa pra outro. Ele quis dizer que o catador está em tudo quanto é lugar. Tira ele daqui, ele vai pro outro lado. Eu também entendi, dentro de mim que todo lugar tem lixo. Só que a própria sociedade nos desclassifica, porque o cidadão que recicla aqui dentro é como se fosse um quadro de mendigos, é ou não é?

Se a prática do descarte e desperdício tem sido criticada em nossa sociedade e se a indústria da reciclagem vem merecendo uma atenção crescente, o mesmo não acontece com os catadores de materiais recicláveis. Representante do quadro de pobreza existente no país e por vezes considerado inútil e passível de ser descartado do mundo da produção, não cabe mais ignorar que o catador é um profissional, reconhecido inclusive pela CBO, como já foi destacado anteriormente e constitui um elo na cadeia produtiva do lixo. Ele é a base da indústria da reciclagem, sendo o responsável pela realização do trabalho de seleção do material a ser reaproveitável.

Neste contexto a questão se resume em valorizar o trabalho que realizam em detrimento das condições em que é exercido? É importante lembrar que a tendência predominante nas discussões existentes sobre a questão dos catadores no país tem apontado para a necessidade de tirá-los dos aterros e lixões. Em nome das condições precárias de vida e trabalho que vivenciam e de uma suposta preocupação com este “outro”, em nome da saúde pública ou das “modernas” formas de se trabalhar com a questão dos resíduos se decreta a necessidade de acabar com os catadores. Mas seriam estes os reais motivos para tal situação? Ou a questão é tentar se livrar de algo que constitui um estorvo, algo que polui a paisagem,

compromete as administrações municipais e fornece munição para os partidos políticos de oposição em períodos de eleição?

A situação me parece bastante complexa. É certo que não defendo a manutenção do cotidiano dos catadores tal como vem ocorrendo. Mas o que dizer de atitudes onde simplesmente se proíbe a entrada de catadores em aterros e lixões, recorrendo-se inclusive a cães de guarda, a exemplo do que ocorreu na cidade de São Paulo? E a realidade de exploração da pobreza e da miséria com a cobrança dos tais pedágios para que trabalhadores possam simplesmente trabalhar? E as providências tomadas que resolveram transformar catadores em trabalhadores rurais, fazendo sua mudança de Brasília para suas regiões de origem, instalando-os em um assentamento no interior da Bahia?

Concordo com a posição de Eigenheer (1999, p.214) ao salientar:

A carência e a desigualdade social levam de longa data milhares de pessoas a trabalhar em prol da reciclagem e da reutilização, recuperando tantas coisas que se descartam. Com que argumento se pode negar a esses indivíduos a chance de sobreviver, ainda que em condições de trabalho adversas, em sociedades que não lhes oferecem outras oportunidades de emprego? Cerca de 90% do plástico reciclado no Brasil vêm dos catadores. O argumento do cuidado com a saúde desses trabalhadores não encontra sustentação técnica, muito menos quando se silencia diante de tantas outras atividades profissionais lesivas à saúde do trabalhador. A putrefação da matéria orgânica no entorno, a sujeira das roupas e o mau aspecto das pessoas que ali trabalham é que parecem ser insuportáveis para os técnicos encarregados da destinação do lixo.

E ainda:

Onde está então o problema com eles, se são úteis às indústrias e ao meio ambiente, ganham seu dinheiro, comem e se vestem de nossas sobras, sem aumentar o contingente de deserdados pelas ruas?! Queremos também o lixo deles... Novas e caras usinas de valor operacional e ambiental no mínimo discutíveis (com catadores nas esteiras) chegam para tomar o seu lugar. Por que não construir bons aterros sanitários, mas com catadores? (...) Num país de tanta desigualdade, e de tão poucas oportunidades, chega a ser patético tirar dos pobres o acesso ao lixo. (EIGENHEER, s/d, p. 2)

A questão não me parece ser, assim, impedir o acesso ao lixo, mas sim construir alternativas que permitam o real enfrentamento da experiência de vulnerabilidade que os catadores têm vivenciado não só no campo da ocupação e renda, mas também no que se refere à moradia e alimentação, educação e saúde, sociabilidade e cidadania...

Neste contexto, há que se fazer, contudo, uma ressalva: não cabe minimizar os problemas a serem enfrentados, ignorando-se, por exemplo, as reais condições em que o trabalho da catação é exercido, suas implicações objetivas e simbólicas, bem como sua convivência com dificuldades paralelas, como é o caso do narcotráfico, ainda tão presente no

Aterro de Gramacho. Se é possível admitir a atividade da catação de lixo como trabalho, bem como se é possível pensar na presença de catadores em aterro, é importante se mobilizar as condições necessárias para tanto, de modo a se desencadear um processo crescente de construção de um outro cotidiano para estes sujeitos.

“Nós estamos vivendo uma era muito esquisita, atordoada, sei lá!” Foi o que disse um catador entrevistado, acreditando que mudar tal situação era uma possibilidade remota e a saída viria “só com Deus”. Havia, porém, os que acreditavam que algo poderia acontecer, mas isso seria demorado já que, segundo sua opinião, tratava-se de “uma questão de educação”, uma questão de se mudar a forma de se ver e trabalhar com o lixo: “Lixo é uma fonte de renda. É que falta conhecimento sobre isso”. Pensando assim, uma postura quase unânime era identificada: “Filho no lixo não! É como eu estou te dizendo, eu vejo a condição dos outros estragarem a vida deles dentro do lixo. Filho tem é que estudar pra ter uma profissão”.

Se o aterro vinha sendo sua “última parada”, não era isso, certamente, que desejavam para seus filhos. Até então, vinham trabalhando por “conta própria”, em condições precárias e sob o domínio de relações formais ou não, exercidas tanto dentro quanto fora do aterro. Mesmo às vezes se juntando em pequenos grupos de familiares ou de amigos, o que prevalecia era a perspectiva do trabalho individual e a repetição, ano após ano, de inúmeras dificuldades, já tão conhecidas e que deixavam a marca da vulnerabilidade em seu cotidiano. A questão era: seria possível mudar isso? Ao se tentar institucionalizar tal atividade através, por exemplo, da implantação do trabalho coletivo, via cooperativas ou associações, este quadro pode mudar? Estas são respostas que busco encontrar nos próximos capítulos.

## Notas e Referências

<sup>1</sup> Nesta pesquisa trabalhou-se com um total de 218 formulários (190 aplicados junto aos catadores de rampa e 28 da cooperativa), refletindo uma amostra de 20% do total dos trabalhadores existentes no local à época da realização da pesquisa. Para a seleção de tal amostra tomou-se por referência o cadastro disponível no Setor de Serviço Social, levando-se em conta as diferenças proporcionais identificadas de sexo, faixa etária e situação de trabalho, ou seja, catadores cooperados, cadastrados e vinculados a depósitos.

<sup>2</sup> Este e outros catadores serão identificados através de seus nomes, atendendo a sua própria solicitação, apesar de terem sido esclarecidos sobre a possibilidade de preservação do anonimato na pesquisa.

<sup>3</sup> Este é um problema que ainda persistia na época de realização da pesquisa, apesar de alguns recursos técnicos utilizados na tentativa de saná-lo.

<sup>4</sup> Nome dado às folhas de papel branco do tipo “ofício”.

<sup>5</sup> Os relatos não eram claros, mas faziam referência ao fato de o Aterro funcionar também como local de desova de armas, drogas e corpos de pessoas assassinadas, sendo a área dominada por “marginais” que permitiam ou impediam a entrada dos catadores.

- <sup>6</sup> A COMLURB e a Queiroz Galvão se relacionavam através do contrato firmado, o que não impedia a existências de algumas divergências na rotina do trabalho, como é o caso, por exemplo, da postura mantida frente aos catadores.
- <sup>7</sup> Em visita ao Aterro em período posterior à realização da pesquisa de campo pude observar que tal sistema foi substituído pelo uso de coletes e estava sendo avaliado de forma positiva.
- <sup>8</sup> Obra de vulto no campo da construção civil, absorvendo diferentes trabalhadores da área.
- <sup>9</sup> Nome como também eram conhecidos os trabalhadores das rampas de vazamento de lixo.
- <sup>10</sup> Não comprar mantimentos foi um dos aspectos considerados por uma catadora como uma das grandes vantagens de trabalho com o lixo. Pude observar durante o período de realização da pesquisa que o aproveitamento de alimentos é uma prática comum, embora proibida pelas normas do Aterro, sendo grande o volume de alimentos que é vazado no local.
- <sup>11</sup> Houve relatos de cadáveres que eram “desovados” no local. Quando “vistos” a polícia devia ser acionada, o que acabava por ocasionar prejuízos à rotina de trabalho. No Diário de Campo do projeto “Resíduos, Degradação Ambiental e Saúde: uma pesquisa na Baixada Fluminense” houve inclusive o seguinte registro: “O encontro com o cadáver de uma mulher aparentando idade entre 17 a 20 anos parece ser apenas uma amostra de como se convive com esta realidade (...) alguns dizem que é normal encontrar no lixão corpos inteiros ou mutilados, numa freqüência semanal de um a dois cadáveres. Nessas condições, parar de trabalhar para dar passagem ao ritual humano do luto, não é possível, pela freqüência com a qual ocorre. Os vazadouros de lixo têm sido um lugar preferencial para desova (...) Os caminhões de coleta são obrigados a carregar corpos para outras áreas, de modo a dificultar a investigação policial (...) Os corpos são separados num lugar onde o acesso dos investigadores é mais rápido e as pessoas evitam se aproximar, mantendo-se nos seus limites anteriores de produção.”
- <sup>12</sup> Muitos eram os trabalhadores que misturavam meias finas e grossas, usando umas em cima das outras. Chequei a presenciar a utilização de 5 meias por um mesmo catador.
- <sup>13</sup> Uma espécie de ancinho com grandes garras de metal.
- <sup>14</sup> PET – Politereftalato de Etileno – resina plástica utilizada, em geral, em embalagens de refrigerantes, óleos vegetais e água mineral. Entre os catadores PET é sinônimo, principalmente, de garrafas de refrigerante, tendo em vista que a quantidade deste material é bem superior aos demais.
- <sup>15</sup> Na época da pesquisa o plástico era o material preferido para a catação, em decorrência, principalmente, da facilidade identificada em sua catação e venda. Entretanto, a maioria dos catadores recolhia todo o tipo de material que pudesse utilizar ou comercializar, acumulando-o até atingir a quantidade necessária para encher suas lonas.
- <sup>16</sup> Segundo informações colhidas já houve trocas, por várias vezes, das empresas responsáveis pela segurança no local e, a pedido da própria COMLURB, o chefe do setor tem sido sempre mantido.
- <sup>17</sup> Entre os meses de novembro e março, por exemplo, caía o interesse pelo papelão e o material “em alta” era o PET.



Trabalhadores da Coopergramacho (2001)



Trabalho de Triagem na esteira (2001)



Armazenamento de material na Coopergramacho (2001)



Trabalho de separação de metais (2001)



Catador operando a "aranha" (2001)



Trabalhador da Coopergramacho (2001)



Trabalho de triagem nas barricas (2001)

*“Só quem é capaz de ver nos nada, nas insignificâncias, nas lesmas, nos cacos de vidro, no grilo morto, o lampejo da poesia, é capaz de rasgar o véu das alucinações que nos turvam o olhar do cotidiano e enxergam no lixo o que de fato ali está: a matéria viva”*  
(Washington Novaes)

## **4 ENTRANDO NA LINHA: UM BICHO HUMANO ENFRENTANDO BARREIRAS**

Durante quase duas décadas muitas foram as alterações implantadas no Aterro de Gramacho (como foi visto anteriormente), acarretando diversas repercussões na rotina de vida e trabalho dos catadores. Entretanto, para alguns destes sujeitos, as mudanças foram mais substanciais e começaram a ocorrer com a criação da COOPERGRAMACHO – Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Jardim Gramacho.

Uma cooperativa vinculada à estrutura de um aterro sanitário – tratava-se, sem dúvida, de uma situação bastante singular. Novas rotinas, nova dinâmica na catação, novas formas de relacionamento com os colegas e com os compradores de material. Novas? Esta era pelo menos a expectativa.

Estavam, assim, mudando de vida? Mudando em quê? Deixavam de ser “bichos”, rompiam fronteiras e “entravam na linha?”

Esta é a questão que pretendo explorar neste capítulo, investigando o significado do trabalho na cooperativa, na trajetória de (des)filiação social que permeia a vida dos catadores.

A exemplo dos procedimentos que adotei com os catadores da rampa, consultei vários documentos: pesquisas realizadas anteriormente, o estatuto e regimento da Coopergramacho, fichas e registros que utilizavam em sua rotina. Recorri também aos questionários aplicados a uma amostra de 20% dos trabalhadores (28 trabalhadores) através do projeto “Resíduos, degradação ambiental e saúde: uma pesquisa na Baixada Fluminense” e realizei entrevistas com técnicos atuantes na área, com 2 membros da diretoria da Coopergramacho e com 5 cooperados em exercício.

### **4.1 UM LUGAR E MUITOS SUJEITOS**

O ano foi o de 1996 e a principal justificativa encontrava-se nas obras de recuperação e modernização do Aterro de Gramacho, impondo a realização de um investimento social considerando a realidade existente dos catadores. Os parceiros foram a COMLURB e a Construtora Queiroz Galvão. Um dos resultados foi a implantação da COOPERGRAMACHO, traduzindo “novas condições de trabalho e disciplina para os catadores”, agora organizados (BASTOS; ARAÚJO, 1998). Organizadas? Não seria prematuro considerar organizados os trabalhadores que ainda se encontravam em uma fase bastante inicial de construção de sua cooperativa?

Os passos iniciais começaram, na verdade, em 1993 quando, através de um convênio COMLURB/ENGEVIX, foi realizado um cadastramento dos catadores e uma pesquisa amostral. Tratava-se do Projeto de Assimilação dos Catadores do Aterro Metropolitano de Gramacho, projeto este que objetivava realizar uma caracterização dos catadores e um diagnóstico das condições da catação em Gramacho, tendo em vista a elaboração de medidas a serem tomadas face à perspectiva de instalação de uma usina de reciclagem.

Na análise das alternativas elaboradas, alguns pressupostos foram destacados. De início se encontrava a necessidade de por um fim no trabalho da catação nas condições em que era realizado. Em princípio, o aterro deveria funcionar sem catadores. Entretanto, esta não foi uma perspectiva prontamente aceita e várias foram as manifestações ocorridas tanto durante a fase de sua implantação quanto na época em que a cooperativa já estava em funcionamento, como já foi citado.

Trabalhadores e população reagindo e organizando manifestações – estas foram situações já previstas nos estudos preliminares realizados, fazendo com que se pensasse em outras formas de sua inserção no trabalho com o lixo, retirando-os, aos poucos, da rampa e integrando-os às atividades produtivas relacionadas à reciclagem. Isto porque considerava-se que dificilmente seria possível promover a inserção destes indivíduos em outras atividades profissionais, tomando por base tanto o momento de retração do mercado de trabalho quanto as características apresentadas pelos próprios catadores, em termos de uma diversidade de ocupações anteriormente desenvolvidas, havendo ainda os que sempre se dedicaram à catação. Paralelamente estava a questão de se valorizar o conhecimento e a experiência que eles adquiriram ao longo dos anos, não provocando uma ruptura radical com seu passado.

Não havia como ignorar também a relação dos catadores com o bairro onde se localizava o aterro e, em especial, com os depósitos de sucata ali instalados, “de modo a evitar conflitos, que certamente decorrerão de uma ameaça de possível desativação dessa atividade (...)” (COMLURB/ENGEVIX, 1993, p. 39)

A perspectiva era a de se instalar uma usina de reciclagem projetando-se uma ampliação das atividades de tratamento do lixo no aterro, a médio e longo prazo, de modo a absorver a mão-de-obra existente no local. Tratava-se de uma proposta que visava também assegurar uma forma de administração capaz de propiciar sua consolidação gradativa em termos de rendimento, produtividade, condições adequadas de trabalho e remuneração dos trabalhadores. Eficácia econômica e benefícios sociais deveriam estar assim articulados para produzir os resultados esperados. Tais resultados, por sua vez, poderiam constituir um fator decisivo para o incentivo ao investimento privado em novas unidades de tratamento e

reciclagem de lixo, envolvendo, sobretudo, os sucateiros já instalados na área, que poderiam então ter a oportunidade de expandirem seus negócios.

Analisando a viabilidade técnico-econômica da Usina de Reciclagem, o estudo preliminar realizado destacou, porém, que a alternativa de sua gestão se encontrava na formação de uma cooperativa. De um lado considerava-se que

Economicamente, a operação da usina se mostraria deficitária caso fosse levado em conta a administração com vínculo empregatício, onde os salários e os encargos sociais sobrecarregam as despesas, principalmente devido ao acréscimo do salário de insalubridade (40%) (...) o modelo a ser adotado deverá ser através de uma Cooperativa. (COMLURB/ENGEVIX, 1993, p. 50)

De outro, encontrava-se a questão de que, se a usina fosse administrada pelo poder público, obrigatoriamente deveria ser realizado um concurso público para a admissão dos trabalhadores, o que poderia se constituir em um fator de exclusão dos catadores, tendo em vista as características sócio-educacionais que apresentavam.

A alternativa se voltava assim para a privatização da usina a ser implantada, apresentando-se, porém, uma ressalva:

Entende-se que, inicialmente, a COMLURB manterá uma equipe de funcionários na usina, por um tempo determinado, visando treinar e transferir seus conhecimentos operacionais e administrativos aos trabalhadores da usina (catadores de lixo). Para que se assegure a viabilidade da Usina de Reciclagem, considera-se que o suporte financeiro das despesas diretas (fornecimento de energia e demais manutenções) seja dado pela COMLURB até o momento da emancipação da Cooperativa. (COMLURB/ENGEVIX, 1993, p. 50)

Alguns fatores foram considerados como problemáticos para a implantação da proposta da Cooperativa, ou seja: a pouca ou nenhuma vivência associativista dos catadores, sua falta de organização e preparação para experiências comunitárias, a realização do trabalho da catação predominantemente de forma individual, bem como a inexperiência administrativa desses trabalhadores e as relações de poder e violência existentes na área, como já foi abordado anteriormente.

Face a tal quadro e fundamentando-se em experiências conhecidas até então, a principal recomendação se referia à necessidade de a constituição da Cooperativa ocorrer através de um processo participativo e educativo, investindo-se no envolvimento direto dos catadores nas diversas fases do processo e na assessoria de profissionais com sensibilidade social e vivências neste campo.

Das recomendações se passou à ação, através de convênio realizado entre a COMLURB e a Queiroz Galvão, empresa que passou a gerenciar o aterro. Inicialmente as atividades desenvolvidas também se voltaram para uma identificação da população a ser trabalhada nas próprias rampas de vazamento de lixo, traçando-se um perfil da mesma e realizando-se um estudo das demandas sociais existentes.

Paralelamente, teve início a mobilização dos catadores para a formação da cooperativa, recorrendo-se à realização de reuniões com tal população e à exibição de filmes com experiências em andamento na própria cidade do Rio de Janeiro. Engenheiros, sociólogos e assistentes sociais da COMLURB e/ou Queiroz Galvão se entrosavam com os catadores realizando orientações sistemáticas sobre o ideário cooperativista, ao mesmo tempo em que se articulavam com segmentos da sociedade civil, no âmbito público e privado, realizando encaminhamentos e/ou atendimentos às principais demandas sociais que iam sendo identificadas.

Outro recurso para a mobilização dos catadores encontrava-se nos folhetos informativos que eram distribuídos e prometiam:

1º - Construção de um galpão com as seguintes instalações:

- Banheiros para homens e mulheres
- Duchas de banho para homens e mulheres
- Mini posto de primeiros socorros e de prevenção contra acidentes de trabalho
- Local para armazenamento dos materiais reciclados
- Módulos com esteira de catação, em áreas cobertas.

2º - Vestuários e equipamentos de segurança de trabalho:

- Uniformes
- Crachás de identificação
- Botas
- Luvas

3º - Plano de apoio social proporcionado através da Cooperativa:

- Fornecimento de quentinhas para os dois turnos, através do SESI
- Orientação e ajuda aos cooperados para tirar documentos pessoais
- Orientação e apoio para matrículas dos filhos menores dos catadores cooperados em creches e escolas
- Plano de seguro contra acidentes de trabalho
- Autonomia do INSS para efeito de aposentadoria
- Outros aportes sociais

4º - Maior ganho financeiro para os catadores cooperativados:

- Venda dos materiais catados por melhor preço de mercado, através da Cooperativa”. (O que vai melhorar nas condições de trabalho e de vida dos catadores organizados na sua cooperativa, apud BASTOS; ARAÚJO, 1998)

As equipes técnicas da COMLURB e da Queiroz Galvão realizaram também reuniões internas e com os sucateiros da área, além de visitas a algumas cooperativas existentes no município do Rio de Janeiro e contatos com instituições que poderiam atuar como parceiras nas ações sociais a serem implantadas em benefício dos trabalhadores.

Logo foi formada uma comissão representativa dos catadores e dela se evoluiu para a realização de assembléias, que culminaram com a criação da COOPERGRAMACHO, com um Estatuto Social e Regimento Interno devidamente elaborados.

Sua proposta era clara:

organizar a ação solidária de seus associados, em suas atividades profissionais específicas, proporcionando viabilidade econômica em suas tarefas de coleta de materiais reaproveitáveis, armazenamento processamento, comercialização e prestação de serviços na área de limpeza e conservação. (Artigo 2º - Estatuto Social apud BASTOS; ARAÚJO, 1998)

Suas funções apontavam, sobretudo, para a defesa dos interesses sociais e econômicos dos cooperados,

objetivando libertá-los da dependência de comerciantes intermediários de materiais reaproveitáveis e tratar de seus interesses junto ao poder público e a terceiros, orientando-os em seus procedimentos de coleta de materiais reaproveitáveis no armazenamento, processamento e comercialização. (id., parágrafo único do art.2)

Para alguns, a rampa de catação foi, assim, substituída pelas novas instalações localizadas logo na entrada do Aterro. A adesão foi livre. Uns logo se inscreveram, querendo participar das anunciadas mudanças. A maioria, porém, preferiu permanecer na rampa e outros ainda chegaram a pertencer à cooperativa, mas acabaram se desligando e voltando posteriormente para a praça de vazamento.

Aos poucos foi desenhado o cenário da cooperativa, ficando a cargo da Queiroz Galvão a elaboração do projeto de construção da Central de Reciclagem, projeto este discutido com a comissão pró-cooperativa e posto em prática no período de agosto a novembro de 1996.

Atualmente, a Coopergramacho é formada por um prédio polivalente (2 salas para a administração, refeitório, vestiários e sanitários), um galpão para armazenamento e estocagem de material e por dois galpões industriais compostos por máquinas e equipamentos, que passaram a imprimir diversas alterações no processo de trabalho até então conhecido.

Em área murada, parcialmente coberta (módulos de produção), com portões de acesso por onde só circulavam os que eram devidamente identificados e autorizados, o trabalho com o lixo parecia ganhar um outro *status*. Quem era catador passava se auto-denominar

“reciclador”. Uniformizados e com equipamentos de segurança eles se dividiam em diferentes funções, obedeciam a horários comuns de entrada e saída e se submetiam às normas constantes em um regimento interno. Agora pareciam ter menos constrangimento ao se referirem à sua ocupação e alguns direitos sociais começaram a ser resgatados em suas vidas.

De sua implantação até os dias atuais, as ações desenvolvidas investiram na proposta de extinguir a catação a céu aberto, tentando envolver todo o contingente dos catadores. Entretanto, se a implantação da cooperativa se tornou uma realidade, o mesmo não aconteceu com outras tantas promessas feitas. Se o trabalho agora era exercido em condições mais adequadas, as tão almejadas melhorias em termos de rendimentos e benefícios sociais, ainda eram limitadas. Como destacam Bastos e Araújo (1998) muitos fatores se associaram fazendo com que os limites assumissem proporções maiores do que as possibilidades. De um lado, como lembram as autoras, estavam as questões relacionadas à própria situação vivida pelo país, com o desemprego, os baixos salários e o sucateamento do poder público, inviabilizando ações fundamentais na área humana e social. De outro, encontravam-se as características do cotidiano dos catadores, a própria cultura da catação não permitindo que,

(...) a aceleração do processo ocorresse conforme o previsto, tendo em vista que alguns catadores têm receio de se inserirem na Coopergramacho, primeiro pelo valor dos ganhos que giravam em torno de dois salários mínimos, segundo pela responsabilidade do trabalho onde seriam ‘obrigados’ a cumprir horário, executar tarefas, evitar bebidas alcoólicas no ‘expediente’ (...) Aliados a estes aspectos, a grande maioria encontra-se comprometida com os sucateiros que já efetuaram adiantamento de dinheiro, restando ao catador cumprir sua parte, isto é, a entrega do material reciclado. (BASTOS; ARAÚJO, id., p. 26)

A ação destes sucateiros não se limitou, porém, a tais dimensões. Eles também exerceram um papel dificultador para o início das atividades da Coopergramacho, ao boicotarem o material oriundo da mesma, comprando apenas o que era coletado por aqueles que permaneceram na rampa. Além disso, travestindo o processo de exploração em benesses, eles mantinham o controle sobre os catadores que, em geral, por medo, acabavam optando por permanecerem na mesma situação em que até então viviam.

Neste contexto, há que destacar ainda o “poder paralelo” exercido pela marginalidade, com reflexos no interior da Cooperativa. Tratava-se de um poder materializado através da ação dos próprios cooperados, já que uma grande maioria deles registrava a presença de um ou mais integrantes do grupo marginal em seu núcleo familiar. Utilizando tal grau de parentesco como “escudo”, vários se negavam a cumprir suas tarefas ou ficavam isentos de aplicação de medidas disciplinares. Havia ainda aqueles que, por força de ameaças, recebiam

os rendimentos referentes a quinzenas não trabalhadas (BASTOS; ARAÚJO, 1998). Alguns cooperados recebiam assim um tratamento diferenciado gerando, como conseqüência, situações de descontentamento no grupo.

Ao avaliarem tal situação em relatório elaborado em 1998, as assistentes sociais atuantes em Gramacho chamavam a atenção para a importância de os catadores passarem a pensar como grupo, “grupo este fortalecido e capaz de solidificar a estrutura e garantir a qualidade do trabalho, enfrentando os desafios com desejo de vencer o seu maior fantasma, a submissão.” (id. p. 41)

Não bastava a Coopergramacho se encontrar devidamente legalizada e supostamente autônoma. O parecer técnico era o de que:

Se a intenção é realmente de concretizar os objetivos descritos no Contrato COMLURB/Queiroz Galvão, faz-se necessária a manutenção de acompanhamento, assim como o estabelecimento de parcerias eficazes para minimizar e/ou solucionar as questões sociais significativas, tanto no interior do Aterro, quanto em torno da comunidade. (id.)

Era assim importante investir na capacitação dos catadores na perspectiva de aprenderem a gerenciar seu próprio negócio, dominando sua dinâmica e podendo nela se movimentar de forma produtiva, promovendo um equilíbrio administrativo e financeiro, ou seja, uma “solidez administrativa”.

Com tal avaliação a trajetória de vida da Coopergramacho também registrou um processo de Auditoria Externa; a implantação de um Conselho Consultivo composto por técnicos da COMLURB e Queiroz Galvão; a realização de mudanças de diretoria através de eleições; a contratação de uma assessoria contábil e jurídica, bem como de um gerente gestor; a montagem de um Manual de Gerenciamento e Auto-gestão; a seleção de diversos documentos a serem utilizados em seu-dia-a dia (como por exemplo, o mapa de freqüência dos cooperados e rateio de vendas sobre a produção; os controles de estoque e saída, o quadro mensal de desempenho, os balancetes analíticos e os planejamentos orçamentários); e ainda a implementação de 3 comissões (Direitos e Deveres do Cidadão; Informação e Divulgação; e Cultura e Lazer) e 6 Comitês (Produção, Qualidade e Controle; Conservação e Segurança Patrimonial; Comercialização; Finanças; Ética e Disciplina; Higiene e Prevenção de Acidentes de Trabalho).

Constituindo-se como uma “empresa” a Coopergramacho chegou a funcionar com 220 cooperados, número este que sempre oscilava, encontrando-se em 135 à época da realização da pesquisa. Diferente da situação existente na rampa de catação, onde o percentual de homens e mulheres era equivalente, aqui havia uma predominância da presença feminina

(67%). Já em termos de idade prevalecia a faixa de mais de 40 entre as mulheres, enquanto que entre os homens havia um certo equilíbrio, entre as diferentes faixas, embora com uma pequena predominância naquela situada entre 18 a 39 anos.

Lugar de mulher e de gente que já esta cansada e não agüentava trabalhar muito – assim era a maneira como alguns qualificavam a cooperativa, desqualificando sua situação atual e suas possibilidades de crescimento.

Entretanto, originários da rampa de catação, tais sujeitos apresentavam histórias de vida semelhantes àquelas já descritas no capítulo anterior:

No início a gente entrava escondido e fugia dos policiais que já entravam dando tiro. A gente juntava as coisas e vinha a polícia e botava fogo nas lonas. Mas a gente fugia e voltava, entrava pelo mangue, ficava escondido. Cheguei a ser dono de rampinha. Fazia latas de sopa e até os encarregados da COMLURB vinham comer. Eu fazia uns banquetes, usava umas caninhas, aquelas tipo Velho Barreiro e 51.

Bom é que a gente trabalhava e num tinha neguinho olhando a gente. O pessoal trabalhava do jeito que quisesse. Podia sair e voltar. Quantas vezes na rampa eu dei uma dormidinha em cima do lixo. Às vezes acordava no dia seguinte e já emendava.

Com baixo nível de escolaridade, tendo que substituir a educação formal pelo trabalho e enfrentando sempre muitas dificuldades para a sobrevivência diária, suas vidas pareciam levar a marcas das mudanças permanentes em busca de uma melhor oportunidade, oportunidade esta que dificilmente chegava.

Vim de Pernambuco, um pau de arara me trouxe para o Rio. Cheguei aqui descalço, mas graças a Deus sou do trabalho, vim pra ter mais chances. Comecei a trabalhar aos 7 anos, ajudando meu pai na roça. Já dormi em muito chão, morei em casa que nem porta tinha. Aqui trabalhei no Cais do Porto, no Moinho da Luz, na Manchete, na Companhia de Conservas Swift, no Sindicato do Café e no IBGE. Já fui estivador, porteiro, vigia, cozinheiro, servente, um monte de coisa. Eu num tenho leitura, num dava pra ser outra coisa.

Passando anteriormente por diversas ocupações, viviam um cotidiano onde o trabalho formal sempre lhes escapava. Entretanto, as diferentes ocupações exercidas não deixavam de se constituir como sinônimo de sustento, sobrevivência, honra, liberdade, independência e “serviço pesado, o que sempre fiz na vida. Trabalho é a estrutura do homem. Quem não trabalha rouba e quem rouba morre. Quem trabalha tem vida longa.”

Alguns chegaram ao lixo através de outros aterros ou depósitos de sucateiros, mas muitos começaram na própria rampa de Gramacho. “É negócio fácil esse de separar material. Foi a primeira coisa que aprendi”

Quando eu cheguei no lixo, eu estudava. Aí eu largava às 11 horas e vinha trazer o almoço de minha mãe. Quando vim pela primeira vez não gostei muito (...) Foi passando uns tempos, aí eu vim para o trabalho com ela. Ela estava precisando da minha ajuda. Tinha uns 15 anos quando comecei a frequentar direto. Larguei o colégio, fui pegando a prática e gostava do dinheiro.

Como as pessoas começam? Pensa comigo: a pessoa está desempregada, situação brava, morreu o marido e tem os filhos pra criar. Está lascada na vida. Aí ela encontra um conhecido que chama ela pra vir para o lixo. Entra o primeiro dia. Ela vem sem um tostão. Cata umas coisinhas e vende. Aí já arruma um dinheiro pra comprar pão e leite para os filhos e o que precisa para as passagens para voltar no dia seguinte. Quer dizer ela chegou sem nada e arruma 10, 15, 20 ou 30, de acordo com o que trabalhou. Aí ela volta e no outro dia arruma mais. Fica. E vai levando a vida. Depois que acostuma, que desenvolve, num quer saber de outra vida. Aí vem o carro do supermercado e ela vê que pode aproveitar um arroz, um óleo, um azeite português, um extrato de tomate, uma carne que vem ainda meio congelada. Café, minha filha, fechado, sem nenhum furo, aí todo o mundo leva. Sabe esta história, às vezes, de gente que ia roubar e é quase apanhado? Acaba jogando no lixo e nós pegamos. E tem também esse negócio de validade. Isso é coisa de agora. Antigamente não tinha. As lojas num podem deixar nas prateleiras porque se não dá multa, mas o prazo é maior do que o que está escrito. Aí então a gente aproveita.

Aproveitar, não desperdiçar, dar nova vida àquilo que teve um fim decretado, esta parecia ser a lógica que vigorava no cotidiano do lixo. Por vezes saíam dele, iam “dar um tempo”, procuravam alguma ocupação em outro lugar, mas acabavam voltando e mais recentemente foram parar na cooperativa. Agora deixavam para trás o rótulo de catador de lixo e se tornavam recicladores, embora o trabalho que realizassem ainda estivesse vinculado essencialmente à catação e separação de lixo. Se na rampa todos eram catadores, na Coopergramacho logo procuravam especificar sua ocupação, estabelecendo diferenças através das funções que exerciam: “Eu abro bobinas”; “eu bato plástico”; “eu bato o alumínio”; “eu sou enfardador”; “eu sou um encarregado de linha”; “eu sou um aranheiro”...

Mas havia também os que entravam em um sistema de revezamento de funções, passando a salientar: “eu sou o famoso auxiliar de serviços gerais. Faço de tudo. Trabalho aqui há muito tempo já e sei de tudo um pouco, de pegar na aranha a enfardar”.

Além disso, se na rampa era apenas “uma atividade como outra qualquer”, na cooperativa alguns se referiam a “um projeto de vida”, “um corpo de pessoas com um objetivo”. Se para os mais idosos a cooperativa funcionava como último recurso, para os mais jovens a questão podia ser outra: “gosto de olhar isso aqui e sonhar”.

“Não adianta trabalhar em serviço limpo se ele não dá dinheiro” foi a afirmação de um entrevistado sintetizando os principais motivos alegados para seu ingresso no mundo do lixo,

ou seja, o desemprego, a “precisão”, a necessidade de “faturar” aliada ao fato de que “a maioria de minha família já trabalhava no lixo”, ou de que “vim pra quebrar um galho e fiquei.”

Consideravam que o trabalho na catação foi “o serviço que a gente arranjou”, mas também destacavam que no lixo “tudo tem uma serventia para alguma coisa, tudo se aproveita”. Alguns diziam: “daqui só saio para o caixão. Já acostumei. Desde os 9 anos com a minha avó, é muito tempo.”

Na cooperativa mudavam de lugar e mesmo ainda enfrentando dificuldades, eram mais respeitados e gostavam disso. Exerciam novas funções, estabeleciam outras relações de trabalho, passavam a dispor de assessorias e consultorias, a luta individual era substituída pela perspectiva do coletivo. Entretanto, que mudanças reais tal situação acarretava em suas vidas?

O caminho a percorrer ainda parecia ser longo, apontando para o fato de que era preciso intensificar um processo de aprendizagem para gerenciarem seu próprio negócio. Isto porque, na prática, nem todas as comissões eleitas conseguiam dar prosseguimento ao trabalho pretendido.

Evoluções eram claras no campo contábil e jurídico, com a organização formal da cooperativa, bem como no âmbito dos direitos e deveres do cidadão, sendo este último o responsável pela celebração de convênio junto ao SESI, propiciando atendimento médico-odontológico aos catadores, bem como alguns benefícios no campo da cultura e lazer; além de agilização da inscrição dos cooperados na Previdência Social<sup>1</sup> e da realização de atendimentos individuais, tendo em vista a demanda de questões sociais.

Entretanto, um avanço maior não se constatou nas demais comissões e comitês, que se mantiveram mais absorvidos pelas questões referentes aos ganhos mensais dos cooperados, não evoluindo na proposição de novas frentes e/ou possibilidades de trabalho. Além disso, algumas atitudes apresentadas pelos cooperados davam sinais que eles continuavam não se vendo como os donos de seu próprio negócio. Um exemplo desta observação encontrava-se no fato de paralisarem as linhas de produção, mediante problemas ocorridos na relação cooperados-diretoria, gerando prejuízos para todos (BASTOS; BORGES, 1999).

O Conselho Consultivo, por sua vez, só se reunindo em momentos de crise, não conseguia dar sua contribuição no controle de situações tais como:

a ocorrência de problemas na comunicação do coletivo, gastos excessivos com lanches, tentativas de compras de equipamentos sem aprovação de todos os envolvidos e coroados estes aspectos, a falta de capacitação tanto da diretoria como dos cooperados quanto a importância do trabalho conjunto. (id., p. 4)

Outros problemas também dificultavam o cotidiano da Coopergramacho: a manutenção dos equipamentos<sup>2</sup>, cuja mecânica nem sempre era conhecida pelos cooperados, exigindo, por vezes, que seu trabalho fosse interrompido; a desarticulação de comitês que precisavam atuar em harmonia, como era o caso do setor de comercialização e do campo financeiro; o respeito às normas existentes, face ao poder paralelo que ainda tinha ascendência sobre os catadores, impedindo também o controle sobre o uso de drogas, já que

a cada situação conflitante tomávamos conhecimento que houve interferência dos ‘meninos’, e se cobrávamos do gerente gestor e da diretoria, a justificativa era sempre a mesma, ou seja, preciso defender a minha vida sem problemas com a marginalidade; por outro lado se cobrávamos da Segurança, ouvíamos que não tinha como proibir a permanências dos marginais em função de terem sido autorizados pelos membros da cooperativa a permanecerem ou transitarem no espaço (...) (id., p.4)

Este conjunto de questões, avaliadas em relatório referente ao ano de 2000, pareciam continuar presentes também à época de realização da pesquisa.

Lembrando de seu passado alguns cooperados consideravam que a rampa era “um parque do terror”, enquanto que na cooperativa tinham “um serviço mais descansado”, as condições de trabalho eram melhores, dispunham de refeitório e banheiros, mas em contrapartida o rendimento era menor. Poucas vezes ultrapassavam a faixa situada entre 1 a 2 salários mínimos, e era “muito difícil conseguir ir pra frente”.

A questão dos rendimentos mensais ainda se encontrava no centro dos problemas e queixando-se deste fato, lembravam-se também de apontar suas possíveis causas, ou seja, a existência de dúvidas quanto à forma como vinha ocorrendo a atual administração da cooperativa, considerando tanto os valores pagos aos cooperados quanto as providências que deveriam ser tomadas para sua dinamização.

Lembravam-se também da época em que algumas coisas eram melhores. “De primeiro a gente pegava vale e o maquinário não enguiçava tanto. E também tinha uma diretoria que se esforçava mais”

Na época do Sr. B. ele dizia que a cooperativa era dele e ele tomava conta. A cooperativa dava uma renda bem boa. Depois que ele abandonou diminuiu. Ele fazia reunião com a gente, passava o que estava acontecendo, o que vendia ou deixava de vender, o que tinha pra pagar. A gente tinha tudo isso. Hoje só sabem dizer que está ruim, mas vai melhorar e a gente num entende.

Agora, como tratava-se de uma presidente “autoritária e com temperamento forte” e de “uma diretoria que deixava tudo para ela resolver”, os catadores, em geral, se limitavam a apontar a existência de problemas. Queixavam-se de receberem poucas informações sobre o

que vinha ocorrendo, alegando que o que ficava para eles era uma diminuição dos rendimentos, um corte nos vales e, como afirmou um dos cooperados: “as coisas vão acontecendo, mas fica por isso mesmo”. Mesmo diante deste quadro, não tomavam iniciativas para superar a situação em que viviam.

Percebiam que a cooperativa “não estava indo num rumo muito bom”, mas acabavam também se auto-responsabilizando, já que atribuíam a questão à própria incapacidade administrativa dos cooperados. “A gente num tem sabedoria pra isso não. A gente um dia está na linha, no outro vira presidente da cooperativa. Como é que pode?” – este foi o depoimento de uma recicladora, alegando que todos deveriam estar empregados, sob o comando de um patrão: a Queiroz Galvão.

A única saída parecia se encontrar através da ação do Serviço Social a quem eram levados todos os tipos de problemas e dificuldades vividos pela cooperativa. Tratava-se, porém, de uma saída bastante complexa. Se, de um lado, o Serviço Social ouvia e/ou identificava os problemas e procurava solucioná-los, por uma suposta incapacidade da cooperativa, de outro, ao agir desta forma acentuava a dependência Coopergramacho/Queiroz Galvão/COMLURB, dificultando a construção de seu processo de emancipação.

Na verdade, se membros do Conselho Consultivo acabavam se envolvendo diretamente no cotidiano da cooperativa, por vezes o que se observava era uma realidade onde os cooperados não se sentiam como tal. Nas rampas pareciam manter sua autonomia, mas na Coopergramacho, tendiam a se posicionar de forma dependente de um suposto patrão, deixando de vivenciar a perspectiva de trabalho coletivo que agora fazia parte de seu dia-a-dia.

Assim, da mesma forma em que delegavam a terceiros a responsabilidade para resolver seus problemas, continuavam a tomar atitudes que apontavam para o fato de que, mesmo já passados mais de 5 anos desde a implantação da cooperativa, ainda não comungavam nem viviam plenamente sua filosofia. Esta era uma avaliação dos próprios trabalhadores:

Acho que as pessoas confundem a cooperativa com um trabalho de carteira assinada, que quando chega o fim do mês vai ter aquele dinheiro certo. Eles podem até morcegar, mas o morcegar já está incluído no salário. Aqui tem pessoas que vai dando vinte para o meio-dia e num quer nem saber, vão parando tudo. E a gente trabalha por produção e o que eles querem é o dinheiro. Quando num tem, eles acham que está roubando. O problema é que brasileiro num sabe ser dono de seu negócio. É habituado a ser empregado.

Além disso, se não deixavam de manifestar seu descontentamento com o que vinha acontecendo, acabavam por recorrer a atitudes que acarretavam prejuízos para todos. Em algumas situações, continuavam paralisando as linhas de produção, abandonando o trabalho no meio do expediente, indo para a rampa realizar a catação, ou ainda, “faziam corpo mole” e usufruíam o máximo possível do seguro contra acidentes que agora dispunham, já que seu ganho individual era coberto<sup>3</sup>.

Diante de tais considerações, é possível se afirmar que a avaliação realizada no início do ano de 2000, ainda prevalecia:

consideramos que a cooperativa avançou em vários aspectos, mas necessita de efetivo reforço na linha de capacitação dos recursos humanos, isto envolve desde a diretoria até todo quadro de associados, no sentido de levá-los a compreensão de todos os aspectos que envolvem a filosofia cooperativista, o potencial da decisão em grupo e das vantagens obtidas a partir do trabalho coletivo (...) (BASTOS; BORGES, 1999, p. 5)

Lugar de algumas mudanças realizadas e muitas expectativas ainda não concretizadas – assim se podia classificar, até o momento, o espaço da Coopergramacho. Lugar onde muitos embates ainda estavam reservados aos diferentes sujeitos que ali se movimentavam, deixando em aberto as possibilidades para a construção de um outro cenário.

#### 4.2 O TRABALHO, A SAÚDE E A VIDA

O trabalho com o lixo fazia parte da história de vida dos catadores, sua história pessoal e familiar. Oriundos de outras experiências chegavam agora à Coopergramacho e em seu cotidiano parecia vigorar uma norma no sentido de se observar e valorizar ao máximo as habilidades de cada um, respeitando-se seus limites (em geral ocasionados pela idade ou problemas de saúde), como pode ser exemplificado através do seguinte depoimento:

Vê, por exemplo, Dona C. Dona C. é uma pessoa já um pouco gorda, mas tem muita habilidade, com aquela paciência dela, de separar tudo. Aí a gente bota ela pra separar Pet. Sabe que ali é o melhor lugar para ela. Ela não vai se cansar, não vai explorar muito o físico dela, que a gente sabe que é pouco. Tem também o A. A. tem a habilidade dele de conhecer tudo quanto é material fino, desde o chumbo até o cobre, aí já fica reservado isso pra ele. Tem pessoas que só batem alumínio, separam as latinhas, as casquinhas (embalagens usadas em ‘quentinhas’), botam em outro saco pra depois enfardar (...) Tem um coroinha aqui, a gente chama ele de velho, ele tem problema, como toda pessoa de idade, tem Mal de Parkinson, compreende? Então fica difícil colocar ele na linha. Fica difícil pra ele carregar barrica que é a função do barriqueiro, que é de peso. Então a gente coloca ele pra abrir bobina. Ele tem a maior habilidade. Aí ele separa o cobre de primeira, que é o cobre que não é queimado. O cobre que é queimado é mais barato, é de segunda, perde um pouco o valor. Já o cobre de primeira não, é aquele que vem dentro do motor, da bobina, aí já é o mais caro. Ele fica abrindo a

bobina e separando, depois passa pra A. que vem e faz aquela parte de separar tudo, lona por lona, o que é cobre, o que é chumbo.

Ao se referirem às habilidades encontradas, iam enumerando com precisão as diferentes funções exercidas, embora às vezes demonstrassem alguma dificuldade para identificá-las através de um nome específico. Enquanto que uns prontamente se apresentavam como “recicladores”, outros apenas diziam “eu bato plástico”, mas o que parecia vigorar era a seguinte colocação: “a função não tem um nome mesmo, mas cada pessoa já tem aquela habilidade.”

Havia uma certa divisão do trabalho que ocorria da seguinte maneira: existiam os trabalhadores supostamente “menos qualificados” (em maior número, talvez em decorrência da própria rotina do trabalho) – eram os “**recicladores**” que se distribuía entre os que trabalhavam na linha, separando os materiais e os colocando nas lonas ou barricas, ou ainda, aqueles que atuavam em 3 frentes: na entrada do poço, na saída do refugio para as caçambas, ou levando o material das lonas ou barricas para as diferentes baias (nestes casos eram chamados de “**barriqueiros**”). O que os distinguiu era, sobretudo, o lugar que ocupavam na esteira e a correlação feita entre o esforço/habilidade e a condição física apresentada, uma vez que nem todos se movimentavam com agilidade ou “podiam pegar peso”.

Em uma escala hierárquica que parecia ser imediatamente superior havia os “**encarregados de linha**” (em geral mulheres), aqueles a quem competia organizar e supervisionar o trabalho, distribuindo os recicladores em diferentes lugares da esteira, delegando atribuições e acompanhando sua execução. Eram os que “organizavam a linha, reunindo o povo delas e colocando umas pra separar e bater arquivo, outras pra separar Pet e PP. Cada um no seu lugar. Cada um com sua função.”

No final da esteira ficavam os “**preseiros**” e os “**enfardadores**”, aqueles que exerciam uma função tida como mais “especializada”, executando praticamente uma finalização do trabalho, preparando o material a ser vendido. Mas havia também outras funções igualmente consideradas como especializadas, como era o caso dos que “**batiam plástico**”, “**abriam bobinas**” e “**separavam metal ou vidro**” nas baias, ou ainda do “**aranheiro**”, ou seja, aquele que manjava a máquina que conduzia o lixo do poço a uma espécie de funil giratório que, por sua vez, preparava o material a ser lançado nas esteiras.

Trabalhar na “aranha” parecia ser sinal de um certo status, também porque nela “a gente aprende bastante”, sendo disputada tanto por homens, quanto por mulheres:

a aranha era dominada pelas mulheres, agora é que elas saíram. Sei que a senhora é mulher, e então me desculpe, mas sabe que as mulheres têm um

gênio forte, não é? Pra certos cargos aqui que são efetuados como uns serviços diferentes, você tem um adicional. Aí começou a briga pelo adicional. E algumas mulheres da linha, por preconceito delas mesmo, não por parte dos homens, acharam que as mulheres tinham que estar na linha e que isso era função de homem. Aí tiraram elas da aranha. Mas elas tinham a mesma habilidade do enfardar até pegar na aranha. Tem mulheres que se limitam, mas tem muita mulher que busca seu espaço. Eu até admiro. É a mesma coisa que acontece com os homens, mas os homens aqui ficam com a parte mais pesada, por exemplo, de carregar caminhão. Tem muito mais mulher aqui do que homem. Os homens preferem a rampa.

Alguns trabalhadores se mantinham em apenas uma função. Outros se orgulhavam de já terem passado por várias, adquirindo um maior domínio do trabalho em geral. Vale ressaltar que o revesamento de funções podia decorrer de diferentes motivos, como o tempo de trabalho e a experiência. Mas havia também o fato de que existiam algumas funções que eram preferidas por muitos, enquanto que outras, poucos gostavam de executar: “Tem o revesamento de mulheres. Como nem todo mundo gosta de bater plástico fino, porque tem que pegar no chão, levanta e abaixa, levanta e abaixa, aí elas revesam. E cada um escolhe a pessoa com quem gosta de trabalhar.”

A lógica principal da divisão do trabalho parecia estar contida na seguinte afirmação: “A gente vai ajeitando cada pessoa no seu lugar.” Assim, não eram esquecidos aqueles que não trabalhavam diretamente com o lixo, mas também tinham sua importância:

Tem o P. da manutenção. Ele fica com a manutenção, o que ele pode, o que ele entende. A parte de graxa, de algum parafuso que está solto. Tem também as senhoras que ficam varrendo, trabalham com a limpeza (limpeza do local de trabalho e áreas como banheiros e refeitório). Tem ainda a N. e os que trabalham no escritório e o seu J., que é aquele lá de dentro. Ele cuida do entra e sai dos carros. Ele que tem aquela certeza, aquela base, que anota as placas, que sabe qual carro é de shopping, de indústria, de laboratório.

Seja qual fosse a função exercida era preciso “aprender a fazer”:

Num é só pegar o material e separar. Tem que saber pegar e separar, porque num pode ir molhado, num pode tirar ruim, num pode tirar com óleo, num pode ir cheio de terra. Tudo é separado. Os alumínio, as latinhas, as placas grandes, as casquinhas, olhe lá. Cada coisa em seu lugar. Os PET também, está vendo lá? Ali só tem branco e verde. Tem que separar e preparar tudo, pra depois enfardar e vender.

A descrição do trabalho que realizavam era feita enumerando uma seqüência de ações que se iniciavam com a entrada de caminhões:

Os carros a gente escolhe, mas tem caminhão que passa direto. A gente controla mais pela camaradagem, depende do motorista. Tem motorista que já frequenta aqui, praticamente já é conhecido, já vem trabalhando com a gente desde a fundação da Cooperativa. Mas também a gente tem como escolher. A gente chega para as assistentes sociais e diz: a gente quer esses e

esses carros. Elas vão ver um meio de mandar esses carros. Seu J. cuida também porque tem lixo que vem com material que num é pra vim, tipo coisa de hospital. Os carros chegam por volta de 9 horas, 9 e meia. Vão chegando os carros lá de fora e vazam o lixo no poço. A aranha vai pegando e colocando no funil. No funil tem umas garras encostadas nas paredes, feitos uns ganchos aonde os sacos já vão rasgando. Aí já cai bom, praticamente aberto na esteira. Se num cair aberto o pessoal da boca tem a obrigação de rasgar, pra ficar mais fácil pras outras pessoas, porque também o plástico fino é reciclado. Aí sobe o material e vem pela esteira. O pessoal cata e tem a última pessoa que fica no rejeito, que é pra pegar o que os outros não conseguiram. Aí o que não serve sobe por cima da esteira e cai no rejeito. O rejeito vai embora pra rampa e lá ele é vazado e aterrado.

Receber, separar nas barricas, colocar nas baias, bater os diferentes materiais, prensar, enfardar, esta era a dinâmica principal do trabalho na cooperativa, congregando múltiplas atividades até se chegar à etapa da comercialização.

Agora não negociavam isoladamente com os sucateiros. Isto era uma responsabilidade da Coopergramacho. Continuavam, porém, reclamando dos baixos valores pagos pelo material que “reciclavam”, embora reconhecendo: “Nem sempre nosso material é de primeira. É refugio, num bate bem na praça”.

Alguns continuavam desejando exercer um outro trabalho. Servia qualquer um, desde que observasse a um critério fundamental, ou seja, fosse um “trabalho de carteira assinada”. A este critério um outro logo era acrescentado: “que fosse um lugar limpinho pra se trabalhar”. Entretanto, muitos eram os que demonstravam satisfação com a situação atual, já que estavam conseguindo avançar um pouco mais e se encontravam em melhores condições do que aqueles que viviam na rampa.

Em seu trabalho usavam o uniforme da cooperativa e recorriam a luvas, botas e avental. Reconheciam que o ruído, o calor e os ratos se configuravam com problemas de seu ambiente de trabalho, mas problema mesmo era “quando caía lixo ruim, quando não tinha nada pra reciclar e a produção ficava baixa”.

Fora isso, suas queixas se referiam ao lixo hospitalar ou um “lixo com química”: “Tem hora que chega um lixo fedorento que só pode trazer doença”. Nestas horas a poeira ou os gases provocavam irritações, principalmente, nos olhos e na pele, ou mesmo “um amargo na boca”. Por isso precisavam estar atentos e ter cuidado.

Parecia haver quase que um consenso de que “o lixo só traz problema pra quem não sabe trabalhar”, ou então “só quem vê problema são os bacanas aí de fora. Só eles é que falam isso”. E depois, “aqui o pessoal sabe resolver tudo. Bota sal, pó de café, amarra uns panos nos machucados pra não dar nada. Deixa eu te explicar filha. A gente fica de pé, mas tem hora pra descansar um pouquinho. Não incomoda não, mas se não se cuidar...”

Alguns afirmavam que “quem mexe com o lixo está sujeito a adoecer”, mas poucos foram os que admitiram já terem tido alguma doença decorrente do trabalho que realizavam:

“Da minha parte eu num acho que esse negócio de doença é verdade. Olha pra mim, vê se meus braços têm doença de pele! O lixo num prejudica não”.

“Conversa! Se tivesse problema não tinha ninguém no lixo, num ficava ninguém aqui”.

“Problema de saúde num vem do lixo. É de sangue, da natureza da pessoa”.

“O problema vem só com a idade. Pra sentar doem os ossos, pra levantar também”.

Às vezes se referiam a dores de cabeça e no corpo, à falta de ar, insônia ou inapetência, micoses e alergias, mas dificilmente reconheciam a existência atual ou anterior de alguma doença ocasionada pelo lixo: “o lixo nunca me fez mal.”

A possibilidade de acidentes não era esquecida. Mas não deixavam de salientar que, em geral, se referiam a pequenos cortes, por falta de cuidado ou atenção, ou ainda, em menor escala, “por problema de bebida”.

Mas, havia também os que afirmavam:

Isso não é pra um ser humano. Eu num quero isso para os meus filhos. O pior é a acomodação das pessoas. Vira tudo mendigo.

Eu sempre trabalhei cismada.

A área é tudo contaminada sim, mas a gente que depende daqui, não pode dizer que dá problema.

Casos de morte por problemas diretamente relacionados ao trabalho não foram lembrados. Só alguns que aconteciam do “lado de fora”, provenientes de assassinatos ou problemas de coração, gerando depoimentos tais como: “se ficar doente e morrer, tudo bem, que a gente enterra. E se ficar doente em cima de uma cama, como a gente cuida e trabalha?”

Problema reconhecido por muitos era, porém, “a falta de nervo”, traduzindo talvez ansiedades, desesperanças e a ausência de uma crença em melhorias mais imediatas, decorrentes não só do trabalho, mas das próprias condições de vida, cabendo especial destaque à área da habitação.

Havia os que moravam sós, o que morava com “uma mulher emprestada” (porque não era oficialmente casado) e ainda os que já tiveram parentes mortos, confirmando que a ação

da marginalidade ainda estava presente em suas vidas: “o marido era bandido e matou ela e esquartejou”.

Entretanto, a maioria residia com diferentes familiares, 4, 5 ou mais pessoas. Para eles a família era a “estrutura da pessoa, ela é que incentiva a ter sonhos” e com ela, às vezes, dividiam um único cômodo, não dispoendo também das condições mínimas de saneamento ambiental: “A água? Nós bebemos do jeito que ela vem mesmo, e nunca deu problema”.

Com o tempo pareciam naturalizar suas precárias condições de vida. Mesmo apresentando algumas reclamações, se referiam com naturalidade às deficiências encontradas tanto nos bairros onde moravam, quanto em seus “barracos”. Essa mesma naturalização se estendia ao lixo<sup>4</sup>. No início estranhavam, rejeitavam, fugiam. Mas depois, se acostumavam. Consideravam sobretudo que:

Pobre tem é que trabalhar mesmo em qualquer coisa. Ele se acostuma.

Fale do lixo quem quiser, pra mim ele só trouxe coisa boa. Ave Maria, me desculpe a palavra, mas na primeira vez foi uma cuspeira só. Parecia mulher grávida. Passei uns dias sem comer, mas depois que acostumei, pronto, acabou. No início o mais difícil era comer. Tudo dá má impressão, mas depois ... olha só aquele que está ali na beira do poço, vê só com vira e mexe ele está mastigando. Ele está comendo coisa que encontrou ali mesmo. No início a gente estranha, mas depois acostuma.

Minha primeira vez foi em agosto de 59, nem me lembro muito bem. Só sei que fiquei meio assombrada. Era muita imundície, muito bicho morto. Dava pra desorientar. Mas depois achei quem me ensinasse o trabalho e acostumei. Passa tudo. Agora a gente fica mais resguardada na cooperativa. Sair da rampa era uma obrigação nossa.

Sua grande preocupação não era o fato de trabalhar com o lixo, mas sim manter seu sustento pessoal e familiar. Aqui se incluíam também muitas mulheres que viúvas ou abandonadas por seus companheiros, tinham se tornado chefes de família.

“É tanta coisa pra fazer e um ganho que num dá” – assim sintetizavam suas atuais condições de vida, ainda acrescentando: “Pela fé vamos conseguindo viver. Eu vou levando, vou tocando, os filhos ajudam”.

Podendo dizer que viviam do “suor do próprio rosto” e ancorados na família e na fé, havia os que se diziam dispostos a continuar lutando por dias melhores.

Há 3 anos estou aqui e está na mesma. Mas num perco a fé, sabe? Continuo entregando isso aqui nas mãos de Deus e lutando junto. Muitos já foram. Uns falaram que num dá certo, num vai tentar, mas tenho fé em Deus. Correr eu num vou não, é daqui que eu tenho que ganhar meu pão de cada dia. Lá em cima não dá mais pra mim, eu já lutei muito aí, pra acabar de criar meus filhos, que eu criei com muito sacrifício. Eu sou muito agarrada com minha família. Tive 11 filhos, mas 3 Deus me tirou. Eu criei eles dentro da favela de

Lucas, conhece Parada de Lucas? Criei dentro daquela favela. O pai era um alcoólatra, bebia muito, num esquentava com os filhos, era tudo eu e Deus. Mas agora está tudo criado, a metade está casada. Deus me abençoou muito e foi aqui nessa rampa que eu, graças a Deus consegui, Deus abençoando e a gente com força de vontade e trabalhando.

O trabalho parecia consistir no foco central de suas vidas, dentro e fora do lixo. Quando não estavam na cooperativa faziam uns “biscates”, principalmente agora, enquanto esperavam o conserto das máquinas e estavam “no meio expediente”. O tempo tinha que ser dividido também com os afazeres domésticos, o cuidado com os filhos. Fora isso só havia espaço para um futebol, o grupo da igreja, o grupo do coral, “uns passeios pra dar uns mergulhos” ou ir a Aparecida do Norte, pois “gosto de ir ver minha Santinha”. Em percentual bem menor, estavam aqueles que participavam de uma associação de moradores. Estes eram os canais onde preservavam seus vínculos com “o mundo lá de fora”.

Amigos? Estes já estavam ali mesmo ou eram seus vizinhos, quase todos também vivendo da catação, embora em diferentes cenários. Compartilhando de um mesmo dia-a-dia, por vários anos, conheciam as histórias de cada um. Intimidade com o lixo e com as pessoas que por ali se movimentavam.

Conheço todo mundo. Me dou com todo mundo. Aquele ali é antigo como eu. V. quase nasceu aqui dentro. Aquela ali trazia os filhos e deixava dormindo nas lonas. Está vendo Z.? Essa aqui gostava muito de uma gafeira, dançava muito.

No trabalho e na vida ensaiavam formas de enfrentarem suas vulnerabilidades. Em suas casas e bairros enumeravam os problemas, mas não viam quais poderiam ser sua contribuição pessoal para superá-los. Alguns se limitavam a dizer: “só orando”. Outros diziam: “problemas são muitos, mas a gente num pode falar. A senhora sabe, este lugar é meio pesado”. E outros ainda lembravam do poder de seu voto e se rebelavam: “Agora também num voto em mais ninguém! Escolher quem? Eles escolhem é o dinheiro para o bolso deles. É igual como Sílvio Santos faz, como é que é? Quem quer dinheiro?”

Chegando à Coopergramacho se sentiam um pouco mais participantes da sociedade. De alguma forma pertenciam ao mundo da reciclagem, mundo este em crescente valorização por esta mesma sociedade que tanto rejeitava o catador. Não trabalhavam mais expostos ao sol e a chuva. Dispunham de um vestiário para tomarem banho após o expediente de trabalho e sentavam-se à mesa para realizarem suas refeições. Muitos tinham conseguido agilizar documentos pessoais que por muito tempo não tiveram, estavam inscritos como autônomos no INSS, conseguiram o acesso a assistência médica e odontológica. Da rampa para a cooperativa vivenciaram mudanças em seu cotidiano. Mas isso seria suficiente?

### 4.3 MAIS QUE PERDAS E GANHOS

“Eu não tinha INPS, o lixo me deu. Eu não tinha conta em Banco, o lixo me deu. Eu não tinha seguro de vida, o lixo me deu. Até morrer eu já posso. Então é um trabalho que tem vantagem, não tem?” – assim se expressou um entrevistado, reforçando o significado do trabalho com o lixo em sua vida.

“Está tudo bom. Sou feliz!” – este foi o depoimento de outro.

Feliz no lixo? Isto era possível?

Com suas expressões cansadas, corpos curvados e mãos que a todo o momento eram passadas nos aventais como se precisassem ser limpas, assim se apresentavam muitos dos cooperados nos momentos das entrevistas feitas para a pesquisa, parecendo deixar claro que sua trajetória de vida não estava sendo fácil. No entanto, os olhos brilhavam quando se lembravam de seu passado, as mudanças que ocorreram em suas vidas e aonde conseguiram chegar. Sentiam-se, de certa forma, vitoriosos. E esta vitória decorria do sistema de comparações que desenvolviam em relação aos dias já vividos.

Se seu cotidiano levava as marcas dos processos de filiação e desfiliação que atravessaram, se em muitos momentos se sentiram mais vulneráveis, agora pareciam se ancorar em uma espécie de porto seguro e, além disso, não estavam mais sós, mas viviam a construção de um cotidiano coletivo, através da cooperativa.

É certo que esta construção ainda estava em curso. Se por força de um convênio a Coopergramacho foi criada, seu nascimento mais pleno e efetivo ainda estava a caminho e muitos eram os que não se encontravam totalmente satisfeitos. Se alguns achavam que “aqui nos estamos sem eira, nem beira”, outros reconheciam que algum valor havia, mas muitos eram ainda os entraves a serem enfrentados. “O problema é que tem uns que num gostam desse trabalho, aí não produzem direito”. Como consequência passavam então a apresentar suas sugestões. Para uns a questão se limitava a: “é só entrar mais dinheiro”. Mas outros também listavam uma série de aspectos:

Aumentar a quantidade de material e pagar em dia.

Combater os ratos e melhorar as condições de trabalho.

Cadastrar firmas que trabalham com a reciclagem e investir em equipamentos.

Tem que mudar os encarregados. Tem muito desfalque de dinheiro e ninguém sabe como foi. Só sabe que sumiu.

Tinha que fazer coleta seletiva e fazer entrosamento com bancos, hospitais...

Era bom prestar uns serviços à comunidade para ter mais ganho.

Falta alguém pra organizar. Um homem grande, uma pessoa que fosse pela gente. Tem muita cooperativa que dá dinheiro. Tem cooperativa que dá pra tirar 600 a 800 reais por mês.

Tinha que desenvolver o espírito de cooperação entre os catadores.

Falta creche, um acompanhamento médico, coisa pra lazer...

Uma análise mais ampla ainda declarava:

A cooperativa precisa é navegar num mar de águas cristalinas e a diretoria atual é um pouco sem força de vontade, sem inspiração para buscar investimentos (...) A cooperativa está gritando pela necessidade de alguém de pulso. Hoje ela está sem rédeas. Está tudo muito lento. Dá tristeza de ver as máquinas quebradas, a ferrugem comendo tudo. Acho que a cooperativa tem que ser assim ... no curso que eu fiz eu aprendi que a cooperativa tem que ter honra, tem que dizer é isso, é isso ... se não for assim, você num é obrigado a ficar. Pega suas coisas e vai pra casa. Ou você trabalha na cooperativa com todas as pessoas ou você vai pra casa. É importante também ter treinamento e se preocupar com os resultados. Se eu posso fazer 10 fardos, eu quero 10 e não 9. Aqui a gente é dono de nosso próprio negócio. É a gente que tem que tocar pra frente, buscar parceria, igual a que a gente arrumou agora com uma empresa privada, pra poder botar mais qualidade no nosso material, conforme eu falei pra senhora, pra não ficar vendendo pra terceiros, mas vender diretamente. Eles pagam aqui de 20 a 30 centavos, mas a gente moendo o material vai chegar até 75 centavos ou 1 real. Quando você tem um projeto você tem que fazer ele ficar conhecido, buscar parcerias, ter uma mente futurista, dizer assim: vamos sentar senhor prefeito... Eu me sinto responsável por isso daqui. Minha mãe foi uma das fundadoras. Eu agora já consegui chegar no Conselho Fiscal, mas quero ser presidente. Devagar vou chegando lá.

Impossível ignorar que o nascimento da cooperativa não decorreu da iniciativa dos próprios catadores e que a história deste nascimento talvez fosse um dos fatores fundamentais a serem considerados ao se verificar as muitas dificuldades que ela vinha atravessando na construção de sua emancipação. O salto qualitativo ainda não fora dado e a rede de dependência mantinha-se forte.

Cooperados ainda se sentiam “funcionários” e pouco tinham assumido em termos de se colocarem como recicladores de suas próprias vidas. Vários eram os problemas a serem enfrentados e sua resolução ainda era delegada a terceiros, apontando para um atrelamento ao órgão gestor, onde se destacava a ação do Serviço Social.

Mobilização da base e exercício da organização e auto-gestão eram movimentos que necessitavam ser ainda muito trabalhados. O que ainda prevalecia era a postura de espera. Espera que como diz Sant’Anna (1996, p. 64): “é tarefa pesada demais para os mortais (...) O

esperador contumaz sabe seu ritual. Já abatido, exaurido, primeiro segrega desculpas pelo outro (...) E vai se dando tempo, inventando razões, criando etapas, prazos novos, falsos limites (...)”

A espera desgasta, confunde, fragmenta, destroça, “faz a vida de alguém coagular”, como diz o autor. Mas, sem dúvida ela também pode trazer a semente da resistência, do não sucumbir, do fazer algo, provocando reações.

Catando lixo os catadores, de um lado, pareciam estar submersos em um mundo de desfiliação (CASTEL, 1998), iam perdendo referências, cortando vínculos, morrendo em vida. Mesmo tornando-se “recicladores” ainda enfrentavam inúmeras dificuldades. Não se esqueciam, contudo, de valorizar as mudanças que tinham conseguido imprimir em suas vidas:

Tenho tudo o que quero. Moro em uma casa com banheiro, tenho terrenos, 4 apartamentos, telefone, carro e vários aparelhos de tv, todos são tv colorida. Pra que ia querer mais? Tudo o que consegui veio do trabalho com o lixo. Tem gente que não sabe aproveitar o que o lixo oferece, quando foram pensar já não dava mais. Antes não arrumava nada, mas com o tempo fui vendo que o lixo é rico, dá dinheiro, é meio de vida, minha comadre. Arrumei tudo no lixo. Olha só pra esses donos de ferro velho. Eles vêm sem nada. Dá um ano, dá dois, eles estão tudo de carro zero. Vê se alguém quer sair do lixo. Se a senhora falar que o lixo vai acabar, é capaz até deles te bater. O lixo dá pra todo o mundo. Dá dinheiro.

Depois que comecei a trabalhar na cooperativa aprendi a ter mais responsabilidade.

Consegui um lugarzinho pra morar, sai da lama.

Na cooperativa a pessoa começa a ver que é importante na vida. Tira seus documentos, vive bem na sociedade.

Consegui sair da rampa (...) Hoje posso fazer minha prestação nas Casas Bahia. Vou lá e posso.

A rampa desliga a pessoa da sociedade, a pessoa esquece da vida. A cooperativa é fonte de reeducação da pessoa. Antes era Terra de Malboro onde cada um fazia o que queria.

Nem todos pensavam, porém, assim. As opiniões se dividiam e muitos sintetizavam sua opinião com a seguinte afirmação: “Está tudo a mesma coisa”.

Em seu cotidiano um espaço estava, contudo, preservado: era o espaço dos sonhos. “Sonho é o que mais o pobre tem” – era o que alguns diziam, apontando para o desejo de saírem do pequeno cômodo onde moravam, de “trocarem o barraco por uma casa própria”,

indo para uma casa “grande e espaçosa”, e acima de tudo “sequinha”, deixando as áreas próximas a mangues ou sujeitas a alagamento, onde alguns residiam.

Outros queriam voltar a estudar, apenas conseguir comprar os remédios para tratarem de sua saúde pessoal ou de algum membro da família. Outros ainda listavam sonhos que lhes pareciam mais distantes como ganhar no programa Show do Milhão ou conhecer a Áustria.

Mais raros eram os que sonhavam com uma cooperativa forte, dinâmica, atuante, defendendo a sobrevivência de muitos trabalhadores e empreendendo uma luta em defesa da preservação ambiental. E iam além:

Eu acho que posso tudo. Quero buscar, quero ser presidente daqui. O que não souber, busco quem me ensine. Quero fazer a cooperativa crescer e ficar tipo a Parmalat. Meu sonho é investir neste projeto. Hoje ninguém me tira desse trilho. Quero da vida o melhor. Deus me deu esse presente, mas ele não é completo. Quero ser conhecido como aquele que fez a sua parte. Meu medo é a cooperativa acabar e meu sonho ir embora.

Ter um sonho não parecia ser o suficiente. A questão era também acreditar em sua realização, o que não acontecia com a maioria dos sujeitos entrevistados. A vida continuava muito difícil e a crença em dias melhores era algo presente, em geral, entre os mais jovens. Os mais antigos revelavam um certo desânimo e poucos eram os que manifestavam seu interesse em ainda buscar outras alternativas: “Mudar daqui pra quê ainda mais agora com essa idade!”

É certo que sair da rampa e ingressar em uma cooperativa consistiu em uma mudança na vida dos catadores. Mas também é certo que aqueles que hoje se mostravam mais satisfeitos eram os que tinham começado “naquela época em que a rampa ainda era boa”:

A Cooperativa é coisa boa, mas melhor num é não. Se tivesse começado na Cooperativa num tinha conseguido o que tenho hoje, não tinha conseguido comprar nada. Agora o que ganho é o mesmo que todos e é pouco. Antes, já cheguei a tirar o que hoje dava uns 300 ou 400 reais por semana. Força bruta e interesse de arrumar, era assim que eu pensava. As pessoas hoje num tem mais este interesse. Só vim pra cooperativa porque acabaram com minha rampa. Fui o primeiro que desceu pra falar com os doutores. Eles falaram assim: aquilo é de vocês, quanto mais trabalhar, mais ganha e logo no começo até que ganhava dinheiro aqui. Agora não, é a preguiça do pessoal que não quer trabalhar.

Enquanto não encontravam outras perspectivas, a saída era “ir ficando por aqui mesmo”. Mas um lembrete era sempre repetido: “a questão é sair enquanto é tempo. As pessoas se acostumam. Meus filhos eu nunca deixei vir pra cá não”.

Por mais que a saída da rampa fosse revestida de vantagens, permitindo-lhes talvez subir um degrau a mais no circuito da reciclagem, isto não se revelava como suficiente. Além disso, com ou sem mudanças, ainda se viam submetidos a uma série de preconceitos: “a

sociedade é esnobe. Pega o saco de lixo, joga ele fora e não vê o lixo. O lixo fica pra gente ver”.

Tal qual os catadores da rampa a marca do lixo os perseguia, agravando-se também em função de sua raça e condição sócio-econômica. “Preto, pobre e sem estudo” – assim muitos também eram vistos e acabavam se vendo, combinando estigmas que os desqualificavam. E tudo piorava quando, além disso, eram catadores de lixo: “Já me chamaram de mendigo e eu digo mesmo que já pedi esmola. Mas me chamavam de mendigo porque eu catava lixo. A mim e a todos que ficavam aqui. Tem gente que se lascou depois que apareceu na TV catando lixo”.

Se no trabalho avançavam, se preservavam alguns de seus vínculos familiares e sociais, se começavam a resgatar direitos até então negados e iam, aos poucos desenhando uma outra vida, enfrentando as vulnerabilidades e precariedades que dela faziam parte, uma questão ainda impedia que fosse dado um passo mais firme na direção de sua filiação social.

O discurso da valorização da reciclagem já estava em muitas bocas e conseqüentemente se reconhecia que o trabalho que realizavam tinha igualmente um valor social, econômico e ambiental. Entretanto, tratava-se de um reconhecimento que parecia se manter restrito a um número pequeno de cooperados, não tendo sido introjetado pela maioria, ainda esbarrando nas representações sociais construídas em torno do lixo.

Nos lixões, aterros, depósitos de sucateiros por onde já passaram e, agora, na Coopergramacho, a sombra do lixo os acompanhava. Nos lixões e aterros eram confundidos com os animais que por ali circulavam. Nos depósitos viviam sob um forte sistema de exploração e o que falava mais alto era a necessidade da sobrevivência imediata. E na cooperativa?

“Catando lixo é catando lixo” – foi o que disse um cooperado insistindo que o trabalho em si permanecia o mesmo. E continuou: “Já se chama lixo, não é? Aqui não é brincadeira não”.

Desta forma, mais que uma alternativa a Coopergramacho parecia ainda se constituir como outras tantas situações já vividas, ou seja, mais um exemplo de falta de opção. A questão era a de que, por diversos motivos, “na rampa não dava mais”:

O pessoal falava que o dinheiro aqui era pouco, mas aí eu falei assim pouco com Deus é muito. Vou pra lá mesmo. Eu num agüentava mais ficar correndo. Aquilo dava um estado de nervo! Agora então está pior. Parece um formigueiro! Na rampa está a fonte, mas não me arrependo de ter saído.

Mesmo assim uma questão permanecia: “se num precisasse, se tivesse coisa melhor, eu não estava aqui”. Isto apontava para o fato de que, também na cooperativa se deparavam com um trabalho

que tem hora que tem valor, tem hora que num dá. Tudo baixa, tudo fica mais barato. Uma hora os sucateiros querem, tem hora que não. O trabalho é importante, a gente recicla, vende. Mas uns acham importante, outros não. Acham que é imundície. Só que esse material nosso vai refazer ele de novo. Mas tem gente que não dá valor. Nem sabe disso. Num sabe da importância de nosso trabalho.

A concorrência, por sua vez, só vinha aumentando e “tem gente que vem aqui pedir pra trabalhar aqui dentro na cooperativa. Mas aqui só trabalha se tiver cadastro. Mas tem gente que chega aqui que dá pena. É gente que sabe ler, **gente que já foi até gente na vida**, aí fica desempregado, fica desesperado.”

Tal afirmação levava a crer que, mesmo saindo da rampa e indo para a cooperativa, os catadores pareciam não conseguir recuperar o estatuto de gente. Suas vidas continuavam seguindo o ritmo de “uns tempos aqui, uns tempos ali”. O consolo parecia estar no fato de considerarem que: “a gente já é um vencedor por querer vencer na vida”.

O que na verdade acontecia é que ainda era frágil a sua presença no mundo do trabalho, entendendo-se este como um “suporte privilegiado de inscrição na estrutura social” (CASTEL, 1998, p. 24). Apesar da luta que empreendiam, tais catadores ainda eram “indivíduos colocados em situação de flutuação na estrutura social e que povoam seus interstícios sem encontrar aí um lugar designado. Silhuetas incertas, à margem do trabalho e nas fronteiras das formas de troca socialmente consagradas (...)” (id., p. 23)

Reconstituindo suas trajetórias de vida ficava evidente que frágeis eram também os suportes de que dispunham para enfrentar os estigmas que têm cercado o lixo e certamente acabavam por alcançá-los. Hoje, mesmo tendo aparentemente “evoluído” da rampa para a cooperativa, mantinham-se em uma zona de vulnerabilidades, enfrentando permanentes turbulências. Até o momento, a Coopergramacho, mesmo com seus avanços, ainda não passava de uma promessa de filiação social, quer se pense também no campo sócio-relacional, no âmbito da cidadania, ou da própria vida. Entretanto, a meu ver, o que ainda falava mais alto era a dimensão cultural, as representações socialmente construídas que ainda não permitiam que os catadores se libertassem de sua identificação com o lixo com o qual trabalhavam.

Ao nível do discurso a valorização de seu trabalho e de suas vidas já era até expresso. Entretanto a prática cotidiana ainda era vivida de outra maneira. Por ora, tudo até podia estar

indo bem como muitos afirmavam, estando amenizadas algumas de suas privações históricas. Mas a questão não era tão simples.

Se sua experiência não apontava para uma radical ruptura com o vínculo social, não se podia também pensar tais catadores como sujeitos de suas próprias vidas. Reciclar suas próprias vidas era uma questão que ainda ficava limitada ao campo da perspectiva. Talvez até estivessem no rumo certo, mas, sem dúvida, longo ainda era o caminho a ser percorrido se sua proposta era empreender movimentos permanentes para sair da sombra, se auto-organizar e “entrar na linha”.

### **Notas e referências**

<sup>1</sup> Como nesta época a categoria dos catadores de materiais recicláveis ainda não era reconhecida, sua inscrição na Previdência Social ocorria como “trabalhador associado à Cooperativa de Trabalho”.

<sup>2</sup> Na maior parte do tempo do período em que a pesquisa foi realizada, a cooperativa manteve em funcionamento apenas um dos módulos de produção. O outro encontrava-se em reparos. Tal fato provocava a queda na produção e a divisão dos catadores em dois turnos de trabalho.

<sup>3</sup> Apesar da existência destas atitudes pude presenciar durante a pesquisa o caso de um catador que mesmo doente não quis usufruir da licença médica a que tinha direito: “Prefiro dizer que faltei e assim tenho o dia descontado. Se não, é como se eu tivesse roubando os outros”.

<sup>4</sup> Exemplo desta naturalização ocorreu quando providenciaram melhores condições para a realização de uma das entrevistas que fiz. Olhando a sua volta, recolheram uma lata de tinta e uma revista, improvisando uma cadeira, que logo foi melhorada com uma velha almofada encontrada em seguida.



*Estacionamento dos carrinhos na Asmare(2002)*

*Um destaque da Escola de Samba dos catadores de papel (2002)*



*Painel ilustrativo da história do Asmare (2002)*



*Oficina de arte em Belo Horizonte (2002)*

*Momento de descanso em um galpão de Porto Alegre (2001)*



*Desfile da Escola de Samba dos catadores de papel Belo Horizonte (2002)*



*Trabalho de triagem em um galpão de Porto Alegre (2001)*

*“Porque a vida, a vida, a vida  
a vida só é possível reinventada.”  
(Cecilia Meireles)*

## 5 LUZ E SOMBRAS: UM BICHO HUMANO QUE FAZ ESCOLHAS

Não mais um aterro ou cooperativa. Não mais catadores de rampa autônomos ou subordinados informais aos depósitos. Aqui também não cabe a figura do cooperado do Aterro de Gramacho, embora a busca de um processo de organização coletiva os aproxime.

Agora chegou a vez das associações de catadores de materiais recicláveis, ou seja, aquelas que são organizadas para a realização de atividades produtivas (VEIGA; RECH, 2001). Nelas os indivíduos se reúnem em função de seus objetivos comuns, tentando superar suas dificuldades, além de gerar benefícios para seus associados.

As primeiras associações pesquisadas se encontram em Porto Alegre e a outra em Belo Horizonte, trazendo à tona trajetórias com muitos pontos comuns. A origem na rua é um deles, com o trabalho realizado pelos catadores e seus carrinhos, correndo atrás da sobrevivência de cada dia. Atropelamentos, mortes no trânsito, perseguições policiais, pressões de fiscais das prefeituras e outras tantas situações também fizeram parte de seu cotidiano e serão aqui abordadas.

Em relação a Porto Alegre, a história parece misturar miséria, falta de emprego e moradia, com casos de mortes de alguns homens catadores que, residindo em áreas periféricas, eram vítimas de atropelamentos ao retornarem para suas casas após um dia de trabalho. Talvez em consequência desta realidade, o vídeo “Ilhas das Flores” de Jorge Furtado, já em 1989, chamava a atenção para o fato de que mulheres e crianças se alimentavam do lixo. Por serem muitas, eram organizadas em grupos de 10 e tinham a permissão de permanecerem dentro do cercado onde estava o lixo por apenas 5 minutos, recolhendo material de origem orgânica que tinha sido julgado impróprio para a alimentação dos porcos. Com imagens fortes o narrador do vídeo chamava a atenção para a seguinte realidade: “O que coloca os seres humanos da Ilha das Flores depois dos porcos na prioridade de escolha de alimentos é o fato de não terem dinheiro, nem dono.”

Hoje o lixo é triado em galpões para onde a prefeitura encaminha seus caminhões. Várias associações se formaram e a FARRGS – Federação das Associações de Recicladores de Resíduos Sólidos do Rio Grande do Sul – está em plena atividade. A realidade atual parece ser outra.

Já em Belo Horizonte os catadores se misturavam à população de rua e eram assim duplamente discriminados, correndo sempre o risco de terem seu material apreendido após longas horas de trabalho. Anos atrás talvez ainda não soubessem, mas já estavam percorrendo a trilha de um profissional em construção. Profissional que hoje se orgulha de puxar seus

carrinhos pelas ruas, de andar nos ônibus com o uniforme da associação, de desfilar na Estação Primeira dos Catadores de Papel, de participar de fóruns e congressos onde discutem o reconhecimento de sua profissão e os direitos sociais aos quais também querem ter a possibilidade de acesso, como qualquer outro cidadão brasileiro.

Estas serão as realidades trabalhadas neste capítulo onde os sujeitos antes confundidos com os bichos que se misturavam com o lixo e dele se alimentavam, agora se transformavam em um “bicho humano” que sabe o que quer, que faz escolhas e procura dar um novo rumo às suas vidas. Ao contar suas histórias, ao analisar seu cotidiano, meu intuito principal é apontar para o fato de que a vida no lixo pode ser reinventada.

Pesquisas anteriores, estatutos, relatórios, documentos diversos me trouxeram valiosas informações sobre tais cotidianos. Mas nada substituiu as visitas aos galpões de trabalho, à sede das associações, às oficinas artesanais, com observação direta e muitas conversas, onde foi possível compartilhar diferentes situações e momentos de suas vidas.

Em Porto Alegre pude conhecer 4 das 8 associações existentes (Cavallhada, Restinga, Ilha Grande dos Marinheiros e Zona Norte), além da FARRGS, da Vila dos Papeleiros e da Estação de Transbordo de Resíduos. Conversei com membros de suas diretorias, com funcionários do DMLU (Departamento Municipal de Limpeza Urbana) e com um assessor da FARRGS; entrevistei alguns associados; acompanhei um pouco do trabalho de articulação que fazem nas comunidades, divulgando questões referentes à reciclagem; participei de reuniões preparatórias para a 1ª Vigília dos Catadores do Rio Grande do Sul, juntamente com membros do Movimento dos Catadores de Materiais Recicláveis.

Já em Belo Horizonte, estive na ASMARE – Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte e pude conhecer tanto o Galpão Operacional, quanto o Galpão da Coleta Seletiva, com suas distintas dinâmicas de trabalho. Visitei as oficinas de marcenaria, de arte e costura, o espaço cultural (Bar Reciclo), além do local onde comercializam sua produção artística. Pude conversar com alguns de seus coordenadores, com participantes das oficinas, com membros de sua Escola de Samba, com técnicos e instrutores que acompanham o trabalho desenvolvido, além de realizar entrevistas com alguns associados.

Muitas foram as histórias que ouvi. Histórias de lutas que ainda estão em andamento e que agora procuro retratar neste capítulo.

## 5.1 AS ASSOCIAÇÕES DE PORTO ALEGRE

### 5.1.1 Um Lugar e Muitos Sujeitos

Todos os dias as ruas de Porto Alegre são o cenário de uma corrida que de tão cotidiana já quase não é notada. As 2.712 carroças puxadas por animais e as centenas de carrinhos de ferro com tração humana disputam espaço com os 637 veículos de tração motora que circulam todos os dias nas ruas da capital para chegarem antes. Mas antes de quem e para quê? A corrida é contra os caminhões de recolhimento de lixo. O objetivo: separar e recolher a sucata antes do DMLU. O motivo é simples. Lixo é moeda corrente tanto para os que vivem na miséria como para as grandes empresas.

Assim Fraga (2000, p.1) começa a traçar um desenho sobre o mercado do lixo e da reciclagem em Porto Alegre, mercado que, segundo sua observação, movimenta muito dinheiro e tem em sua base, principalmente, os papeleiros, ou seja, famílias inteiras que trabalham duro, acordam cedo e dormem tarde, andando quilômetros na busca de seu “objeto de desejo”: o lixo que pertence a quem chegar primeiro. Em geral os carrinhos que utilizam são de propriedade dos depósitos clandestinos, que intermediam a venda do material e “empregam” os papeleiros.

Fraga ainda destaca que é comum a sucata passar por até dois atravessadores antes de chegar a seu destino final, ou seja, as empresas recicladoras ou as indústrias. Mas são os papeleiros que fazem o serviço “sujo”. Conhecendo os trajetos do DMLU e os horários de coleta eles se antecipam, já que “para valer a pena é preciso recolher o filé: latas, papelão, cobre, vidro.”

Uma vila inteira também vive do recolhimento do papel e outros materiais. É a Vila dos Papeleiros, onde aproximadamente 250 famílias formaram uma pequena favela, construindo seus casebres quase sempre com a própria sucata que recolhem.

Estes grupos, porém, não esgotam a população que vive da reciclagem na Região Metropolitana de Porto Alegre, região esta composta por 31 municípios e sendo a responsável pela geração de aproximadamente 40% do lixo do Estado, destinado para lixões, aterros controlados e sanitários.

Nos lixões e depósitos também eram encontrados os catadores (TURRA; ETCHEPARE; KINDLEIN JUNIOR, 2003), mas as ruas ainda constituíam o local de preferência da maioria para a realização da atividade da catação até o final da década de 80. A partir desta época, tal quadro começou a ser alterado, como o início do engajamento de vários destes papeleiros no movimento de formação das associações de catadores. Hoje muitos deles estão distribuídos em 8 unidades de reciclagem espalhadas pela cidade, ocupando galpões que, em sua maioria, constituem patrimônio do município e contam com equipamentos cedidos na forma de comodato. Seu objetivo é triar o material recolhido pela coleta seletiva

coordenada pelo município. Esta coleta é feita pelos caminhões da prefeitura e os cerca de 450 ex-papeleiros se responsabilizam pela triagem e comercialização direta à indústria dispensando, em geral, a figura dos intermediários. Com renda média de 2 salários mínimos, a estimativa que fazem é a de que hoje nem sempre ganham mais do que aqueles que continuaram nas ruas. Consideram, porém, que se às vezes perdem na renda, ganham em termos de condições de trabalho, de diminuição de riscos e, principalmente, na recuperação de uma ocupação que pode ser considerada digna, retirando-os da marginalidade a que pareciam estar destinados.

Catadores de rua e papeleiros que se tornaram associados – é nesta história que pretendo me deter, procurando analisar os caminhos que percorreram e que se constituem principalmente de 4 fases (FIOROTTI, s/d): o surgimento dos catadores; o nascimento das associações; a união das associações; e finalmente, a criação da Federação Estadual de Associações dos Recicladores.

A primeira fase não pode ser localizada com exatidão no tempo, já que traduz a presença crescente dos catadores nas ruas, fruto do desemprego, da miséria, da fome. Estima-se, contudo, que tal crescimento tenha ocorrido, principalmente, nas 5 últimas décadas, quando uns se mantiveram sempre catando apenas um tipo de material (o papel), enquanto que outros, com o tempo passaram a recolher tudo aquilo que lhes trouxesse alguma vantagem econômica. Desrespeitados e desvalorizados, disputando as sobras e executando sua atividade de forma individual, não eram reconhecidos como trabalhadores, situação que para alguns ainda persiste até os dias atuais.

A segunda fase, a partir de 1986/87, foi marcada “pelo nascer e florescer das associações dos catadores”. A união dos trabalhadores associada à solidariedade de outras forças, principalmente religiosas, começou a provocar mudanças em seu cotidiano. O passo inicial foi dado pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), logo seguido por voluntários, não necessariamente vinculados à alguma igreja. Diferentes profissionais como economistas, ecologistas, advogados, engenheiros, professores, médicos, jornalistas, reuniam-se na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, tendo por objetivo refletir a realidade que os desafiava a cada dia.

Na prática o que acontecia era a união da experiência com o conhecimento: “o saber da sobrevivência a partir do lixo com o saber de forma organizada” (FIOROTTI id., p. 3) trazendo como conseqüência a constituição de uma outra forma de enfrentar a sobrevivência. Organização era a palavra chave e como salienta Fiorotti (p.3):

O outro catador passou a ser um companheiro, bem como aqueles que se achegavam para colaborar com esse tipo de trabalho. Os preços dos produtos melhoraram um pouco. Com menos trabalho passou-se a ganhar mais. Se antes era preciso ir ao encontro do lixo, com carrinhos, agora o lixo era buscado de caminhão. O volume aumentou e com ele também a recompensa. No início o caminhão era das CEBs, mas aos poucos os catadores foram aprendendo que as prefeituras deveriam colocar a disposição deles o transporte. Foram descobrindo que o 'lixo', sendo de responsabilidade da prefeitura, ela deveria dar um jeito para melhorar as condições de trabalho deles que, na verdade estavam até ajudando a prefeitura a limpar a cidade. Dessa visão, os catadores organizados em associações motivaram as prefeituras a assumirem o compromisso pela coleta e transporte do lixo, bem como, aos poucos, pela construção de novos galpões. Isso começou em Porto Alegre em 1989, sendo seguido por outras prefeituras.

Em 1990, Porto Alegre iniciou também a implantação do programa de coleta seletiva, programa este que foi se expandindo progressivamente até 1996, época em que todos os bairros passaram a ser atendidos. Realização de eventos diversos na comunidade e programas de Educação Ambiental nas escolas se combinavam buscando provocar uma mudança na ótica da população no que se referia à questão dos resíduos sólidos. “Lixo seco”, “lixo orgânico” e “reciclagem” foram expressões gradativamente incorporadas ao vocabulário da população (HUERGO; ALVES; VELASQUES, s/d), contribuindo para que a coleta seletiva se constituísse em “um processo sem volta”, fornecendo o devido suporte ao funcionamento dos galpões em implantação.

O primeiro deles encontrava-se na Ilha Grande dos Marinheiros, estando sob a responsabilidade da Associação de Mulheres Papeleiras e Trabalhadoras em Geral e contando com a organização da Igreja Nossa Senhora dos Navegantes.

No início se procurava incentivar a presença das mulheres nas associações, considerando-se que “atrás das mulheres tinham os filhos e atrás dos homens tinha uma garrafa de cachaça.” (Diário de Campo, 2001). Mas, na Ilha Grande dos Marinheiros, a questão não era só esta. Na versão dos próprios catadores, este galpão apresentava uma história diferente dos demais.

Existiam 2 tipos de catadores. Digamos, o marido era o catador de papel e a esposa e os filhos eram os catadores dos restos dos alimentos dos porcos. Aquele material como tu viste no filme Ilha das Flores (...) Só que eles tinham que buscar o material em Porto Alegre, já que na ilha não tinha nada e na travessia da ilha para Porto Alegre tinha muito acidente, muitos morriam. Muitas mulheres ficavam viúvas com os filhotinhos pequenos. Nesta época o pessoal do Aterro da Zona Norte já lutava com a prefeitura para conseguir a construção de um galpão lá, pra fazer a triagem do material e o pessoal não trabalhar mais na chuva, no vento, no frio. Mas o nosso prefeito daquela época não aceitava que um catador, um lixeiro, ultrapassasse a porta e entrasse dentro da prefeitura. Nesta época tudo estava acontecendo. As pessoas morrendo, os carros não respeitavam a gente. Eu

puxava papel também com carrinho e às vezes tinha que andar quase que em cima da calçada. As pessoas não respeitavam a gente. Se tu eras mulher e estava puxando carrinho tu eras prostituta. Se tu fosses homem tu eras ladrão, bêbado ou drogado. Simplesmente o catador de papel era uma porcaria. Aí nós fizemos um panelaço. Nós chamamos de panelaço. Nós juntamos aproximadamente uns 250/260 carrinheiros. Nós nos comunicamos, uns passando para os outros. Passava na rua e ia falando: Oh, tal dia nós vamos lá pra frente da prefeitura e da Rádio Farroupilha, que era uma das rádios mais importantes que tinha e aí vamos bater nas panelas lá e vamos gritar para o prefeito pra ver se fazem alguma coisa pra nós.

O resultado de tal movimento foi lembrado também com satisfação:

Conseguimos juntar o pessoal e fazer aquele escarcéu. Foi em época de eleição e o prefeito que estava caiu e entrou a prefeitura do PT e até hoje continua sendo. Aí os carrinheiros foram recebidos pelo prefeito. Ele nos ouviu, escutou todos os problemas que tínhamos, principalmente o pessoal da ilha e resolveu que deveria ser implantado um galpão na ilha (...) no início era um galpão que quase que só tinha mulher, pela situação que elas passaram. Ficou resolvido também que teria que ter início em Porto Alegre a coleta seletiva para levar esse material para lá, porque o que estava acontecendo é que tinha as mulheres e os filhos, mas não tinha mais marido pra puxar o papel. E a mulher muitas vezes estava com 4 ou 5 crianças dentro do carrinho. Aí se o carro batesse não era mais uma pessoa só, era uma família que podia morrer.

A ilha retratava, assim, uma situação singular, mas, nos demais locais, tanto o homem como a mulher se envolviam diretamente no trabalho com o lixo, revezando-se, por vezes, apenas no que se referia aos turnos de trabalho. Dado o primeiro passo, a iniciativa de instalação de galpões logo se estendeu ao Aterro da Zona Norte. Sua história é lembrada por Waldemar de Oliveira, 68 anos, catador há quase 20, sujeito que se apresentou como aquele que era mais conhecido do que as praias de Porto Alegre.

Na época em que ainda não existia a associação, muitos eram os que vinham catar lixo no aterro.

Há uns 15 ou 16 anos atrás, todo o lixo de Porto Alegre vinha parar aqui e a catação era feita só pelos funcionários do DMLU. Mas, começou a aparecer muita gente pra catar, muitos trabalhadores que vinham catar em suas horas de folga e eu fui pedir para a prefeitura abrir a catação para todos e consegui. No começo era tudo bem. Depois começou a vir gente que nós nem sabíamos de onde. Começou a virar um banditismo. Roubar, matar, assaltar. Aí começaram a montar guarda e cobrar do pessoal e eu fui pedir o fechamento do aterro. Aí tinha gente que queria me matar. Tive que fugir e fiquei uns dias fora. Quando voltei formamos a associação e eu saí de Presidente fundador e estou até hoje. Uma vez fui presidente, outra vez fui vice-presidente, depois presidente de novo e agora sou também presidente de novo. Já tinha uma associação lá na ilha, mas era por parte da igreja, não era por parte da prefeitura. Por parte da prefeitura essa daqui é pioneira.

Logo outros grupos que também passaram a se organizar e a reivindicar medidas semelhantes. Assim foram surgindo a Associação da Santíssima Trindade, a da Vila Pinto, a Cavalhada ... Eram, contudo, grupos que funcionavam de modo isolado, cada um com sua rotina, suas dificuldades, suas lutas. A Associação de Reciclagem Ecológica de Rubem Berta, por exemplo, começou com um galpão de madeira construído pelos Irmãos Maristas: “No início os que puxavam carrinho vinham trabalhar aqui. Só que era tudo separado, cada um trabalhava por si, assim que nem um lixão.”

Aos poucos a dinâmica foi sendo alterada no rumo de uma associação, mas, mesmo assim,

ainda não tinha aquela comunicação entre as associações. Então o que terminava acontecendo (e que hoje às vezes ainda acontece) é que um mesmo comprador chegava numa associação e pagava digamos 10 centavos pelo quilo do papelão. Já chegava numa outra, da mesma cidade e pagava 4 ou 5 centavos. Então umas nem sabiam que existia as outras associações e o DMLU começou a puxar reunião (...) Começamos a nos encontrar (...) e vimos a necessidade de criar alguma coisa que mantivesse essas associações mais unidas. Todas num mesmo objetivo, porque chegamos a conclusão de que uma associação sozinha não podia lutar pelo que queria e se todos estivessem unidos seria mais fácil. Aí foi criada a Federação das Associações do Rio Grande do Sul.

Aqui se encontravam respectivamente a terceira e quarta fases da história dos catadores em Porto Alegre, segundo Fiorotti (s/d.). Uma dizia respeito ao processo desencadeado a partir do início dos anos 90 e que culminou com uma maior articulação entre as associações existentes; e a outra apontava para o movimento que resultou na constituição da FARRGS, em 1999.

De acordo com o autor, as associações começaram a trocar informações através da aproximação de suas lideranças, abordando o nível dos preços, os melhores compradores, os caloteiros, os passadores de cheques sem fundo. Um momento, porém, foi crucial, impulsionando tal aproximação: as associações se viram diante do desafio, levantado pela Associação Ecológica Rubem Berta, de qualificar o trabalho com o material plástico, agregando-lhe valor. A questão era adquirir um equipamento de moer, lavar e secar o plástico, implantando-se uma usina a ser gerenciada pelas associações. Recorrendo a assessorias técnicas, as associações iniciaram o estudo de viabilidade para a criação do “Pólo Alternativo do Plástico”. Tal estudo apontou para a necessidade de promover uma qualificação interna, considerando elementos como capacidade gerencial, conhecimento técnico dos tipos de plásticos e equipamentos mínimos, bem como a necessidade de sua união construindo uma cooperativa que administrasse todo o processo. Nasceu, assim, o Fórum das Associações,

apresentando conquistas importantes: desenvolvimento de cursos através do SENAI; sistematização de discussões sobre o significado da construção de uma usina própria aproveitando o material de que dispunham; aquisição de novos equipamentos e investimentos feitos pelo poder público municipal; organização e participação dos catadores junto à temática de Desenvolvimento Econômico do Orçamento Participativo, não só marcando sua presença, mas também elegendo um conselheiro para compor o Conselho do Orçamento Participativo da Cidade.

Isto significava dizer que os investimentos realizados no campo dos resíduos passaram a ser discutidos e definidos no Orçamento Participativo do Município e, como consequência desta organização, já em 1998 se conquistavam recursos para 2 projetos relevantes: “120.000 reais para a construção de um galpão para a Usina de Plástico, além de 86.000 reais para equipamentos, além de outros 15.000 reais para equipar uma Central de Vendas.” (FIOROTTI, id., p.5)

Mais que isso, “o Fórum das Associações passou a ser o espaço de visibilidade dos recicladores enquanto sujeitos desta atividade e não apenas como executores de uma parte do processo de reaproveitamento do lixo.” (id.) Sujeitos que passaram a estar presentes em diferentes espaços públicos e privados, levando suas opiniões sobre o trabalho desenvolvido através da reciclagem, buscando condições para desenvolver uma maior capacitação gerencial e dos recursos humanos dentro de cada associação, elevando o espírito de empreendedorismo e de autonomia do fórum, desencadeando um envolvimento permanente para a realização de projetos mais audaciosos, mobilizando inclusive recursos de fontes internacionais. Centrando sua atenção no plástico e na possibilidade de transformá-lo em outros produtos, as articulações extrapolavam o município e começaram a contar com o envolvimento de outras prefeituras próximas, mediante a possibilidade de se formar um consórcio entre elas.

Tal caminhada resultou no reconhecimento de que era preciso não apenas uma união dos catadores ou das associações localizadas dentro de um mesmo município. Foi assim que surgiu a FARRGS – Federação Estadual de Associações dos Recicladores, em 1999.

Se estas 4 fases marcaram a trajetória de luta dos catadores em Porto Alegre, isto não significa que já se chegou no fim da linha. Ao contrário, trata-se de uma história em construção. Atualmente, mesmo articuladas entre si e vinculadas à Federação, estamos diante de associações autônomas, constituídas juridicamente, com seus estatutos e regimentos, responsabilizando-se tanto pela triagem final do lixo seco quanto por sua comercialização junto às indústrias ou intermediários.

Sua estrutura física é simples, sendo composta por galpões que podem apresentar variações em termos de área disponível, tipo de construção (alvenaria ou madeira) e estado de conservação. Recebem em média 70 toneladas de resíduos/dia e comportam de 40 a 60 catadores, já que “o que determina a quantidade de pessoas é o tamanho do prédio. Tu num tens como botar mais pessoas dentro de um prédio onde pode trabalhar no máximo 30 a 40 pessoas.”

Alguns galpões ainda são pequenos e “não cobrem a demanda do pessoal. Hoje no nosso galpão temos 48 pessoas trabalhando e 96 esperando por uma vaga, entende? A demanda é muito maior do que a do pessoal que já está trabalhando. E a mesma coisa acontece em todas as outras vilas.”

A relação galpões/prefeitura é variável. Em alguns deles o convênio é amplo e abrange a participação do poder público municipal tanto no que se refere aos prédios, quanto aos equipamentos. Em outros, parte dos prédios e equipamentos. Ou ainda só os equipamentos. Tais diferenças foram determinadas, principalmente, pelo período de sua criação, pela interferência de entidades religiosas (que construíram os primeiros) e pela própria mobilização dos catadores.

Começando o trabalho como carrinheiros, muitos não acreditavam que as associações pudessem ter um resultado positivo. Além disso, não bastava juntar um grupo e formar a associação:

Na nossa associação chegou uma época que nós chegamos em 60 pessoas. Mas passamos um ano negociando com a prefeitura. Nesse ano 40 desistiram. Eu sei dizer que quando nós fomos formar a associação nos tínhamos que andar atrás das pessoas pra pegar os documentos e formar a associação. Ninguém mais queria. Todo o mundo achando que já não tinha mais jeito. Sabe qual foi nosso primeiro salário? 13 reais. Todo mundo disse: Ah! Não vai dar certo. Isso num dá pra comer. Aí foi no segundo mês deu o dobro e aí foi indo, foi indo, e nós já chegamos a receber até R\$ 580,00 no galpão. Começamos com 20 pessoas. Depois foi subindo. Em 3 meses tinha uma fila na porta querendo entrar. Aí nós aumentamos. Mas sempre foi no nível de 40 a 50 pessoas, mais não dá.

Seus regimentos, em geral, apresentam aspectos comuns para a admissão de sócios: a idade mínima de 18 anos; o número máximo de 2 pessoas da mesma família (embora nem sempre tal exigência seja mantida na prática, assim como o uso de um crachá ou a apresentação de uma “carteirinha de sócio); a existência de qualidades pessoais tais como honestidade e responsabilidade, além de se submeterem a um período de experiência de trabalho por 15 dias, ficando sob a supervisão da Coordenação e do quadro de sócios

Não adaptação ao trabalho coletivo, faltas por 3 dias consecutivos sem justificativas, baixa produtividade “por leviandade”, participação em brigas ou fofocas, apresentar-se alcoolizado, drogado ou portando armas, por sua vez, são condições para o desligamento dos sócios.

Funcionando, em geral, das 8h30 às 12h e das 13h30 às 18h30, as associações exigem assiduidade e pontualidade entre seus associados, prevendo descontos proporcionais às faltas, no momento da partilha dos valores recebidos com as vendas. Existem, porém, algumas exceções a tais descontos. Aqui se incluem casos de licença maternidade por 15 dias após o parto; licença paternidade por 3 dias; morte de familiares até 1º grau de parentesco; acidentes de trabalho no interior da associação, por 15 dias, uma vez constatada a impossibilidade de se trabalhar.

Grande importância é atribuída ao cuidado que todos devem ter com as máquinas, materiais e equipamentos, bem como a observação das normas disciplinares definidas por seu regimento interno. Uma coordenação geral, eleita em assembléia, é a responsável pela administração da dinâmica da associação, considerando aspectos tais como: a aplicação das normas estatutárias e regimentais; a construção do fundo de manutenção; a organização de uma prestação de contas mensal; a realização da comercialização dos materiais; a distribuição de tarefas entre os associados, bem como dos recursos da partilha. Além disso, cabe à coordenação participar de reuniões externas de seu interesse, sejam elas na FARRGS, com representantes do poder público municipal, estadual e federal ou com entidades da sociedade civil.

A FARRGS, por sua vez, objetiva “promover a defesa dos interesses e direitos das Associações que a integram, em complementação e reforço organizativo, jurídico e econômico-financeiro das atividades que as mesmas desenvolvem (...)” (ESTATUTO DA FARRGS, Art. 1º).

Preocupa-se, sobretudo, com a assessoria no que concerne “à defesa dos direitos e interesses dos seus associados, à proteção de sua dignidade, à segurança do trabalho, à garantia do emprego, à geração de renda, à sua liberdade política e religiosa, aos valores inerentes à etnia de cada um e ao seu desenvolvimento cultural.” (id., art.2º)

Suas ações investem continuamente no campo da formação, visando o fortalecimento das lideranças e associados,

orientando para a libertação da pobreza, da ignorância, do analfabetismo, da ampliação da solidariedade entre todos, facultando às mesmas filiadas currículos de aprendizagem informal, próprios das carências mais agudas dos seus associados, ministrando cursos sobre capacitação profissional para

uma melhor inserção no mercado de trabalho, técnicas econômicas, domésticas, de associativismo e cooperativismo, de arte de cultura alternativa. (id.)

A “formação cidadã” é uma de suas preocupações centrais, priorizando não só a perspectiva dos direitos humanos, a justiça, a paz e a solidariedade, mas também a conquista do reconhecimento oficial da profissão de reciclador.

Coerente com tais preocupações a Federação, sistematicamente, desenvolve cursos diversos, priorizando não só a melhoria do trabalho com o lixo e a metodologia do associativismo, mas também se voltando para o artesanato em geral, trabalhando com cerâmica, tecelagem, bordado, dentre outros, gerando produtos que são comercializados na Casa do Artesão, localizada no centro de Porto Alegre.

Segundo entrevista concedida por Fiorotti (Diário de campo, novembro, 2001), sua perspectiva era “refazer o tecido humano que foi degradado”, investindo na formação das pessoas, valorizando a atividade que executavam e recuperando sua auto-estima. Para tanto, as associações deviam assegurar uma forma de gestão que priorizasse 4 elementos, ou seja: clareza da necessidade da disponibilidade da matéria-prima, seja oriunda do produtor ou da coleta seletiva; a capacidade de assegurar bons clientes; a busca de parceiros para aumentar a capacidade produtiva, cuidando da estrutura e equipamentos e, por último, a garantia da participação do poder público. O que punha em destaque eram os elementos que garantissem a sustentabilidade do processo, abrangendo recursos materiais, financeiros, jurídicos, administrativos, contábeis e ambientais, não se esquecendo, assim, do necessário conhecimento tanto para garantir a qualidade do produto quanto para colocá-lo no mercado.

À época da realização da pesquisa 26 associações já se encontravam filiadas à Federação, havendo ainda mais 28 grupos em formação, alguns como cooperativa e outros como núcleos de geração de renda. Ainda segundo Fiorotti (2001) a estimativa era a de que apenas em Porto Alegre 500 catadores já pertenciam às associações, embora um número bem maior (aproximadamente 4.000) ainda se encontrasse nas ruas como carrinheiros. Considerando, porém, as associações existentes e/ou em formação nos demais municípios do estado, o número de associados poderia atingir a 3.800 catadores.

Nesta mesma época 2 questões também encontravam-se no centro das discussões em relação à realidade dos catadores no Estado. Uma dizia respeito à possibilidade de ampliação dos galpões e/ou implantação de outros no sentido de se absorver um maior número daqueles que ainda se mantinham como carrinheiros. A outra, analisava o sentido da FARRGS e do Movimento dos Catadores, compreendendo-os de forma articulada, mas com pressupostos e

formas de ação distintos. Enquanto que a Federação se constituía como uma entidade de caráter mais jurídico, visando dar o suporte necessário para a dinamização das associações, paralelamente se via a necessidade de fortalecimento de uma outra instância de organização: o Movimento Social dos Catadores. Uma instância mais combativa e reivindicatória, com caráter de luta, e até mesmo confronto, se necessário fosse.

A esta última caberia a organização de manifestações públicas, vigílias, caminhadas e outros tantos eventos capazes de sensibilizar as comunidades e pressionar o poder público em relação aos direitos dos catadores. Durante a execução da pesquisa pude participar de encontros preparatórios para a realização de uma vigília que congregaria caravanas na região e culminaria com a entrega de um documento com as propostas dos catadores às prefeituras.

O que queremos? – este era o título de seu manifesto, logo listando a seguir:

- Recursos pra a construção de novas associações e para manutenção das que já existem;
- Uma política de coleta seletiva feita por catadores de rua organizados nas associações com subsídio;
- Fim do trabalho infantil nos lixões;
- Fim dos lixões e transferência dos catadores para associações estruturadas;
- Moradia digna para as famílias dos catadores;
- Fim da entrada do lixo dos países ricos nos portos brasileiros. (Manifesto dos Catadores, 2001)

“Luta e solidariedade” era seu slogan, manifestando-se ainda contra a privatização do lixo e a favor da preservação do meio ambiente, do reconhecimento da profissão de catador e pela autogestão social e econômica.

Neste contexto de mudanças na relação com a problemática do lixo não pode também ser esquecida a atuação da DMLU, criada em 1975 e dinamizada a partir de 1989, procurando transformar-se em um instrumento gestor de políticas públicas de saneamento, particularmente, na área de resíduos sólidos. Sua opção foi pelo Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos, convivendo também com um modelo de gestão pública ancorado no Orçamento Participativo. A importância de sua participação foi sempre lembrada nas entrevistas realizadas, quer no sentido de ouvir os catadores e analisar os problemas que enfrentavam, quer sugerindo ou coordenando algumas mudanças necessárias em sua rotina. Neste ponto uma ressalva precisava ser feita. Tratava-se de uma prefeitura gerenciada pelo Partido dos Trabalhadores. Mas os catadores afirmavam não manter nenhum atrelamento político partidário, sendo que as mudanças empreendidas em Porto Alegre, em relação à questão do lixo, foram o resultado de mobilizações e lutas dos próprios trabalhadores. A diferença é que na gestão municipal anterior não encontraram eco para suas reivindicações.

Agora eram recebidos, havia diálogo e cooperação e estavam conseguindo ser parceiros na prática cotidiana.

Diferentes sujeitos se desenhavam, assim, na história do lixo na região, uma história de resistência expressa também nos cantos entoados pelos catadores:

A história são os pobres  
que a fazem.  
A vitória está na mão  
De quem peleia.  
Nossa gente tão cansada  
De sofrer  
Vamos juntos descobrir  
O que fazer.  
Se o governo e os  
Patrões só nos oprimem  
Acumulando riqueza  
E poder  
Ação direta é a arma  
Que nós temos  
Pra fazer justiça pra viver

Povo na rua  
Pra resistir e pra lutar  
Povo que avança para  
O Poder popular.  
(Canto da Resistência Popular, autor desconhecido)

Como os demais catadores os que hoje se denominavam associados traziam uma marca comum em suas vidas: o baixo nível de escolaridade, a falta de emprego, o trânsito pelo campo da informalidade, os baixos rendimentos e a necessidade de lutarem pela sobrevivência.

“Trabalho desde guri” – esta era uma frase não rara de se ouvir, retratando trajetórias onde, por volta dos 8 a 10 anos, as salas de aula tiveram que ser trocadas pelo trabalho. Faziam de tudo um pouco: “Vendi laranja, picolé, algodão doce, trabalhei fazendo mudança, já fui servente ...”

Para uns o trabalho precoce traduzia a possibilidade de “ter coisas, como um material escolar ou uma roupa”, que os pais não podiam comprar. Por isso “meu sonho era trabalhar desde cedo”. Mas, para outros, era a necessidade de sobrevivência que falava mais alto, ou seja, o rendimento do trabalho infantil, mesmo que pequeno, se traduzia como uma importante contribuição no orçamento familiar.

Já adultos passaram a correr “pra ver onde tinha um servicinho”, já que o trabalho era um valor de destaque, como sinônimo de sobrevivência e honra. Entretanto, não era fácil encontrá-lo: “Antigamente tu ias nos lugares e conseguias serviço. Via placa em tudo quanto

era lugar. Agora tu sais não vê mais nada. Eles estão pedindo gente que tem curso de computador, de língua, eles olham a aparência. Quem não tem aquele estudo não consegue.”

Uns passaram pelo ramo da construção civil, outros de pequenos comércios, de serviços como ajudantes de cozinha, de atividades domésticas, ou tantas outras. Como se deparavam com portas fechadas, a saída imediata parecia então ser o lixo. A questão é que o lixo continuava aceitando a todos, mas, agora nas associações, impunha algumas exigências. Afinal havia estatutos e regimentos a respeitar: “Aqui a pessoa chega e se eu tenho vaga fica tudo arquivado, seus documentos, seu currículo. E eu vou dizer pra ela: tu vais ficar por experiência 15 dias. Em 15 dias se tudo andou bem, se tu trabalhaste direito, tu vais ficar sócio. Se não, nós mandamos embora.”

Os já associados também não escapavam das normas:

Teve pessoas que erraram aqui dentro e eu botei na rua. Porque a gente tem os regimentos internos e o estatuto. Então, se a pessoa errou uma primeira vez e não foi erro grave a gente dá uma verbal pra ele. Na segunda vez a gente dá 3 dias de gancho (suspensão) e na terceira é expulso. Quando ele briga ou rouba é expulso na hora, num tem jeito.

Jovens e idosos vinham acompanhado a história das associações e relatavam também seus primeiros contatos com a catação de lixo:

No início eu ia num lixão que tinha atrás do aeroporto. Ia só nos finais de semana. Eu vendia aquele material que eu juntava e ganhava mais do que ganhava dentro de uma obra na semana. Aí eu peguei e abandonei tudo. Eu sou um cara que posso assim dizer que me criei sozinho, porque perdi o pai com 12 anos e a mãe com 16. Me criei no mundo e aprendi por conta e nunca deixei rabo pra ninguém pisar e até hoje estou aqui, administro o trabalho e tenho diploma e medalha como amigo da cidade de Porto Alegre, pelos meus serviços prestados. Eu comecei a trabalhar e ver o valor da reciclagem. Foi uma coisa que me emocionou porque eu trabalhava lá fora de agricultor e trabalhava na cidade como pintor, pedreiro e nos fins de semana eu ia buscar papel na rua e achei que era um trabalho muito lindo e eu estava fazendo uma grande utilidade para a população e para o meio ambiente. Eu fui descobrindo que cada tonelada desse papel aí representava muitas árvores que não eram cortadas. Eu comecei a captar isso daí e achava então: eu estou fazendo um trabalho muito lindo e aonde eu vou, eu vou pregando esse negócio de meio ambiente.

Em geral outros membros da família também trabalhavam com o lixo. Uns no mesmo galpão, outros se distribuindo entre os demais. Apesar de não ser permitido que mais de dois membros de uma mesma família trabalhassem em um mesmo local, na prática era difícil manter tal regra. Tratava-se de uma situação “complicada” e que poderia ser considerada como algo anti-democrático em alguns momentos, como por exemplo, o caso de eleições na associação, pois, “vê bem, se você se candidatar e eles acharem que tem que ser aquele, tem

que votar naquele, ele ganha pelo número de votos dos parentes. Não tem jeito. Mas, não tem como fazer. Eu vou botar essas pessoas pra rua? Não posso. São antigos.”

Além disso, uns queixavam-se da idade que os impedia de “arrumar um outro trabalho”: “Depois dos 50 a gente não arruma serviço em lugar nenhum, a não ser faxina. Aqui a gente trabalha e se sustenta.”

Mesmo os mais jovens, desde cedo foram introduzidos nesta rotina, ainda que fosse nos tempos da rua, para ficar dormindo em cima dos carrinhos enquanto suas mães trabalhavam.

Eu, meu marido e meus filhos puxávamos carrinho. Quer dizer, meus filhos não porque eles vinham em cima dos carrinhos. Isso já tem 19 anos. Eu puxava durante o dia e ele durante a noite. Então o que acontecia, quando um chegava o outro saía. Quem chegava começava a separar o material, mas como ele trabalhava de noite, pra ele dormir um pouco de dia, eu tinha que levar as crianças junto comigo. Sou mãe de 7 filhos. Tu conheceu um deles. O que tu achaste dele? Não está bem educado? Não é uma pessoa bem humorada. Se ele não fosse uma criança que tivesse bastante carinho e bastante atenção, apesar de eu ter trabalhado minha vida toda ele não seria aquele homem alegre que é hoje. E eu não tinha só ele.

Perdi o Alex no carrinho. Alex era pequenininho, tinha 2 aninhos quando derrubei ele do carrinho. Ele caiu. O carrinho estava lotado de papel e ele em cima dormindo. Quando fui subir a calçada ... tu tens que acelerar um pouquinho mais pra ele poder subir. O carrinho dá um pulo. Quando ele deu aquele pulo voou papelão e Alex caiu junto. O pessoal veio correndo, mas ele caiu dormindo e dormindo ficou.

Seus rendimentos mensais variavam em cada associação, ficando em média entre R\$ 200,00 a R\$ 400,00 e estavam sempre relacionados à quantidade e à qualidade da “carga” que chegava através dos caminhões da DMLU. Alguns achavam que tal rendimento era muito baixo, mas outros o consideravam satisfatório, tendo em vista os benefícios sociais que podiam usufruir em suas comunidades, via recursos públicos, em correspondência à sua participação nas Reuniões do Orçamento Participativo. “Eu acho que ainda temos muitas dificuldades, mas todos os problemas são solucionáveis” – assim alguns se manifestavam, vendo no lixo grandes possibilidades de construir um futuro melhor, como será abordado mais adiante.

### **5.1.2 O Trabalho, a Saúde e a Vida**

Trabalhar em grupo, ser um associado – nem sempre esta é uma tarefa fácil. Muitas vezes era preciso dar tempo ao tempo e fazer desta tarefa um exercício diário. Isto foi o que aconteceu em Porto Alegre:

No começo do galpão tinha muitos problemas, tinha muita briga, muita discussão, muita diferença em como pensar, como trabalhar. Mas a gente conseguiu reverter muitas coisas aqui dentro. Hoje em dia a gente senta, dialoga, faz uma assembléia por mês e todos têm o direito de falar, de dar opinião, até mesmo de não concordar com o que nós como diretoria estamos fazendo (...) Hoje em dia todo o mundo conversa, dialoga junto, se não aceitar fala. Acho que foi um ponto muito bom, muito positivo.

Desde a implantação dos galpões, o processo de trabalho realizado nas associações parecia não ter sofrido muitas alterações. Os resíduos eram trazidos pelos caminhões da prefeitura, sendo depositados em um número variável de grandes cestos (em média 10 a 12), em cuja base se encontrava um local para a saída do lixo e um balcão utilizado para a separação do material. Neste local se distribuía a maioria dos catadores, através dos grupos que formavam, segundo critério familiar ou de amizade.

Ao seu redor ou logo atrás ficavam as bombonas onde eram colocados os materiais já separados. Coleta, classificação, prensagem, armazenamento e posterior comercialização, em geral com “compradores que já eram mais ou menos fixos” – esta era a sua rotina, culminando com a divisão em partes iguais da renda obtida, após retirados os custos com a manutenção da dinâmica do trabalho.

Nesta dinâmica um primeiro critério aparecia: as mulheres em geral se dedicavam ao trabalho de separação do material, enquanto que aos homens cabia a execução do serviço mais pesado, como era o caso dos toneleiros que carregavam o lixo separado para as prensas.

O processo de trabalho descrito por uma catadora lembra que, principalmente, as mulheres se colocam na frente dos cestos, fazendo uma triagem e jogando o material coletado nas bombonas. Em seguida, chegavam os bomboneiros ou toneleiros que iam descarregar o que foi triado, virando as bombonas nos “lotes” ou “blocos”, local de um armazenamento prévio, antes da prensagem e do enfardamento. Prensar, enfardar, que diferenças existiam nestas etapas?

A prensagem é feita da seguinte maneira: tu colocas uma capa, tipo uma caixa de papelão, algo de papelão, mais ou menos do tamanho da prensa. Aí tu vais jogando o material lá dentro e vais apertando ele, até tu vês que está bem apertado, a altura que tu queres do fardo. Aí tu colocas uma nova capa em cima, baixa a prensa. Daí tu vais abrir as portas, porque ela tem duas portas e aí sim tu vais fazer o fardo. Tu vais passar esse arame e amarrar no caso o que já está bem apertadinho. E no final de contas transforma nos fardos. O único material que num é prensado é o vidro e as tampinhas.

Concluído tal processo,

vem o pessoal que é responsável pela limpeza e organização e vai empilhando os fardos. Nós separamos, nós prensamos e o comprador o único trabalho que ele tem é vir aqui buscar e construir aquela carga fechada (...) O

que a gente quer e está se preparando pra fazer, é entrar nas outras fases também e fazer o beneficiamento do material.

Associações e DMLU funcionavam de modo entrosado, tomando decisões sobre a dinâmica do trabalho, a começar pela divisão do número de caminhões que era destinado a cada associação. Em média eram recolhidas de 30 a 36 cargas de lixo seletivo diariamente, lixo este distribuído de acordo, principalmente, com a capacidade de recepção de cada unidade, considerando suas dimensões, o número de trabalhadores e seu ritmo de trabalho (HUERGO; ALVES; VELASQUES, 2003).

Quando, por algum motivo, a “carga” diminuía ou a “qualidade” de seu conteúdo não estava satisfatória, os representantes da associação entravam em contato com o DMLU para que alguma providência fosse tomada. Nestes casos, o mais comum era remanejar algumas rotas anteriormente definidas.

Para alguns, exercer este tipo de trabalho, sempre “foi natural”. Nem todos, porém, “se acostumavam” com ele.

Já teve pessoa que veio, ficou 2 horas, trabalhou e foi embora. Acho que não se adaptou ao serviço, ao modo da gente trabalhar (...) Mas não é só isso, tem pessoas que trabalham com o lixo e tem vergonha de dizer. Tem uma pessoa que me pediu que quando eu atendesse o telefone eu só dissesse alô e não dissesse o nome da associação (...) De certo ela disse que trabalha em algum escritório. A gente cansou de ir a reuniões, seminários, na frente de prefeitos, de um monte de gente e eu sou catador, eu sou catador. Não tenho vergonha de meu trabalho.

Ser natural, não ter vergonha, acostumar-se com este tipo de trabalho pareciam ser assim condições fundamentais para se manter nele, até porque, “uma pessoa que tem preconceito não vai ter o mesmo rendimento que um de nós”. Mas, não era só isso:

“Tem que aprender. Depois que eu entrei aqui, aprendi muita coisa.”

“A gente tem que ser solidário e dar um tempo para os que chegam. Ninguém nasce sabendo.”

É preciso ter habilidade e isso se adquire com o tempo. Nem todos conhecem bem o material. E tem material que já vem embaixo o que ele é. Se é PE, PP. Se tens dúvida é só virar ele embaixo que já sabe..

Olha, precisa ter vontade de trabalhar, vontade de progredir e conhecer para que nós estamos fazendo esse tipo de trabalho. Não é só querer trabalhar e ganhar aquele troquinho ali. Mas sim saber qual é o valor desse trabalho, e porque nós fazemos esse trabalho, qual é o motivo que isso aqui está progredindo, porque a prefeitura está ajudando.

Boa vontade e união também não podiam faltar, bem como “não ter nojo”. “Tem gente que abre a sacolinha com nojo. Se vem trabalhar aqui, tem que pegar com garra. Tem que

encarar.(...) No começo é meio difícil. Eu ficava também com nojo. Agora não. Agora fico louca pra abrir uma sacolinha pra ver se acho uma coisa boa.”

Na pressa de achar alguma coisa surgia o risco de acidentes, situação esta agravada pela não utilização de equipamentos de segurança em alguns galpões:

As pessoas num usam isso aqui. São pessoas que começaram no aterro e não existia isso. Com a luva prejudica, acaba escorregando, mas podia era usar um calçado pra proteger. Teve gente que veio aqui e queria que a gente trabalhasse com máscara. Mas como é que vai passar o dia inteiro afogado? O pessoal num acostuma. Eles têm os esquemas deles. A gente pode querer insistir e obrigar, mas eles não vão querer e eu não sou um ditador. A gente não faz nada aqui a não ser que em uma assembléia geral todo o mundo concorde. Eles aqui não têm patrão.

E a saúde como ficava neste contexto? “A gente fica curtida” era a fala de alguns, enquanto que outros afirmavam: “a gente se protege e sabe que tem o lado do perigo. Tu usas luva, mas, tem vezes que num encontra logo as luvas e entra na corrida, pegando no lixo sem ela mesmo.”

Consideravam que podia existir perigo mesmo onde a pessoa não o estivesse vendo. A questão então era não se descuidar. Citavam principalmente o caso de possíveis acidentes com a prensa, com vidros e outros objeto perfurocortantes, lembrando também que, às vezes, até mesmo os próprios galpões constituíam riscos que precisavam de providências. Era, principalmente, o caso dos mais antigos, construídos, em geral, com madeira. O problema é que nem sempre dispunham de condições para melhorar sua estrutura física ou a rotina de seu funcionamento, voltando sua atenção para a segurança. Pagavam luz, telefone, a manutenção das prensas:

é tudo de nosso próprio bolso. É tudo descontado do total arrecadado, então, na verdade, cada um deu um pouquinho. Se esse valor, o ganho bruto, chegasse a um patamar mais alto, com certeza nós mesmos já teríamos arrumado muita coisa aí. Se estragar, Deus livre, as duas prensas numa vez só, nós vamos ter que ficar com uma parada. Arrumar uma e esperar outro mês. É tudo assim, a gente vai fazendo conforme a nossa possibilidade. Mas temos esperança de ir melhorando, inclusive outras partes como a questão do INPS que a gente ainda não tem.

Enfatizando que o problema estava mais no âmbito dos possíveis acidentes, não deixavam, porém, de se referir à contaminações nos cortes e ao medo “daquela doença do rato.” Neste ponto citavam a importância da ação da prefeitura que poderia mandar fazer uma “exterminação dos ratos”. Lembravam também que havia sempre uma equipe que vinha vaciná-los contra a hepatite e o tétano, já que contavam com total apoio do posto de saúde da

localidade. Paralelamente, um ponto de honra parecia ser a necessidade de manter o local organizado e o mais limpo possível, o que nem sempre conseguiam:

Era pra ser mais organizado, mas a gente não consegue. É muito lixo. Muitas vezes não dá tempo, mas, a gente procura deixar tudo limpinho. Não é porque a gente trabalha no lixo, que o ambiente tem que virar um lixão. Tudo tem que ficar organizadinho, limpinho, bonitinho.

Mesmo trabalhando em uma associação, um outro aspecto chamava a atenção em seu cotidiano: não deixavam de lado uma prática tão comum entre outros tipos de catadores, ou seja, o discurso contra o desperdício dos ricos e o aproveitamento de roupas, calçados, relógios, eletro-domésticos:

Às vezes a pessoa não sabe abrir um rádio, trocar uma peça, ver um fio, mandar arrumar ele. Prefere comprar outro. O bom é se a gente pudesse fazer um curso pra consertar essas coisas. Todo o mundo estava feito aqui dentro, porque daí aproveitava tudo.

A roupa tem uma manchinha, mas a gente usa pra trabalhar. Tem roupa boa também. Muitas vezes eu estou numa beca que nem um doutor e eu estou com roupa do lixo. Só que está bem limpinha, bem passadinha.

Há alguns anos atrás vinha coisa que dava pra mobiliar uma casa.

Se o aproveitamento era uma rotina, não deixavam de obedecer a alguns critérios. Havia um ritual de passagem: ser limpo e consertado, deixando pouco ou nenhum vestígio de sua origem. Falavam com orgulho deste aproveitamento, mas ao mesmo tempo, faziam questão de não deixar sinais de tal ato no convívio social, fora do contexto do lixo. Seria esta mais uma demonstração da consciência que tinham dos estigmas que cercavam o lixo?

Fora da associação cuidavam dos afazeres domésticos, acompanhavam o estudo dos filhos, participavam de alguma atividade de lazer. Alguns aspectos, contudo, os diferenciavam dos catadores pesquisados até então. Mesmo absorvidos pelo trabalho, sempre davam um jeito para se articularem com as demais associações e para se juntarem aos diferentes eventos promovidos (a exemplo do Congresso ocorrido em Brasília), lutando por seus direitos. Afinal, “a gente tem um ideal. A gente gosta de pedir o direito que a gente sabe que é da gente.”

Uma prática comum era também o relacionamento mantido com outros movimentos sociais, principalmente o Movimento dos Sem Terra, o Movimento dos Trabalhadores Desempregados e o Movimento dos Moradores de Rua. Faziam, contudo, algumas reservas: tinham que ser movimentos pacíficos e organizados. Participavam também de eventos contra a privatização da água e do lixo, mas, de forma clara também afirmavam: “a gente não pode

ficar só nos movimentos. Uma coisa que a gente está questionando e quer mudar é que a gente não pode viver só em reunião (...) a gente acaba prejudicando nossa produção.”

Envolviam-se também com a vida das vilas onde moravam, chegando inclusive a doar roupas e objetos encontrados no lixo para aqueles a quem consideravam como mais necessitados:

Toda a vez que necessitar de algo para a vila nós vamos lutar, porque nós não fazemos só parte da associação. Nós fazemos parte da comunidade. Chegamos a participar de um movimento para evitar o fechamento de uma indústria (...) Tu num podes só exigir, sempre tem que se doar também, tem que fazer a sua parte e, é o que a gente faz.

Em troca pareciam ganhar o respeito e a solidariedade da comunidade:

Quando o galpão pegou fogo nós não passamos fome. Durante o processo que estava em reconstrução nós não passamos fome. Por quê? Porque nós temos um bom relacionamento com as indústrias e o comércio ao redor. Todo o mundo chegava aqui e trazia cestas básicas. Eu acho que foi o mês que nós passamos melhor.

Sabiam também selecionar e recorrer a parceiros. Um deles era o Centro de Mídia Independente, “um órgão que publica aquela sujeira que existe por trás da grande imprensa, o que ela deixa de publicar. A grande imprensa publica aquilo que eles querem publicar. O Centro mostra a realidade do que aconteceu”, e isto era extremamente valorizado por eles. Estar bem informado era uma arma fundamental para suas lutas.

Engajados no trabalho e nas ações comunitárias, poucas vezes faziam queixas sobre a vida que levavam. Era vida de pobre, mas pobre trabalhador que não podia negar as conquistas que vinha fazendo ao longo dos anos. A associação parecia se tornar o centro de suas vidas, mas não se esqueciam de seus vínculos comunitários e com eles suas responsabilidades em termos do Orçamento Participativo do qual falavam a todo momento. Sabiam assim que se em seu cotidiano muitas questões ainda estavam pendentes, elas tinham que ser encaminhadas e resolvidas junto ao Poder Público Municipal. Aqui incluíam o acesso a escolas e creches para seus filhos, a disponibilidade e qualidade dos serviços de saúde, a melhoria na infra-estrutura dos bairros onde moravam.

Sabiam que nem tudo poderia ser resolvido ao mesmo tempo, mas, como aos poucos iam obtendo as respostas que esperavam em diversas localidades da cidade, aguardavam com paciência a vez de seu bairro.

### **5.1.3 Mais Que Perdas e Ganhos**

“Lixo só é lixo quando está no lixo”, esta é uma frase que vigora no Rio Grande do Sul segundo observação de uma catadora, pondo em evidência a concepção de lixo como matéria-prima, bem como sua compreensão de que “o trabalho com o lixo significa muita coisa”. Na verdade, esta foi quase uma unanimidade entre os entrevistados, cada um justificando sua resposta. Sem deixar de lado riscos e problemas, a questão central era a aprendizagem que tal trabalho propiciava, as mudanças que se processaram em suas vidas e a forte esperança que ainda tinham na construção de dias melhores.

Eu até concordo que existem riscos. Mas tem também o orgulho, aquele lado que te dá até um certo prazer. Porque tu não estás apenas pelo teu ganho, tu estás fazendo um trabalho ambiental. Uma coisa que eu acho também é que o trabalho com o lixo ensina muito a humildade, Como conferente, eu recebo um salário até diferente, é um pouquinho mais. Em outras profissões quando tu ganhas um pouquinho mais, às vezes tu te sentes mais. Aqui tu te sentes tudo igual.

A gente aprende muito a dividir as coisas. A gente trabalha junto e se sente mais unido.

E aqui a gente num tem patrão. A gente tem é responsabilidade. Eu num preciso de ninguém pra dizer: olha fulano, tem que fazer isso. A gente avisa alguma coisa, combina, mas não é que fulano ou beltrano manda. Todos têm voz ativa. Todo o mundo pode chegar e dizer: olha o fulano lá está devagar. Aí a gente toma uma atitude. E não é a diretoria que vai tomar. É o grupo que decide.

Se o trabalho com o lixo era cercado de tantos aspectos positivos, como ficaria a possibilidade de substituí-lo por algum outro? Respostas logo surgiam:

Se fosse há uns 5 ou 6 anos atrás eu mudaria. Naquela época eu ainda tinha vergonha do trabalho que nós fazíamos, porque as pessoas olhavam pra gente com uma cara de ‘você não presta’. Mas hoje não sairia não. Hoje parece que as pessoas reconhecem mais o trabalho que a gente está fazendo. Hoje eu não trocava.

Todo o mundo acha que é um trabalho sujo. Pra mim não é. É aquele velho ditado. Se você trabalha num escritório, você vai se acostumar. Se você trabalha lá no lixo você vai se acostumar também com aquilo. Pra ti é como se fosse um trabalho lá no escritório, num tem diferença.

Eu sou sincero, eu sairia. Mas não pelo ambiente de trabalho, não pelo fato de não gostar do trabalho que eu faço. Mas o ganho ainda é pouco.

E se o ganho fosse igual? Agora eram lembradas outras variáveis:

Depende. A gente tem um problema, por exemplo, o INPS. A gente ainda não conseguiu contribuir (...) e isso é uma coisa muito importante e necessária. A gente pode se machucar numa prensa e ficar parado. E então, como fica? Aqui neste grupo existe muita solidariedade. Tem gente afastado que continua recebendo normalmente, mas é uma situação que fica delicada.

Eu mesmo tenho filhos e tenho a preocupação de deixar alguma coisa para eles. Que fosse um ou dois salários mínimos por mês, mas eles teriam isso garantido.

O problema é o INPS. Num tem como tu pagares de uma profissão que não existe. Porque eu num quero chegar lá e pagar como uma dona de casa. Eu não sou uma dona de casa, eu sou uma catadora de materiais recicláveis e eu quero exatamente que vá no meu documento isso. Mas estamos encaminhando pra conseguir este tipo de coisa.

As “vantagens” do trabalho formal eram lembradas e muitas das esperanças se concentravam nas discussões que estavam ocorrendo para a regularização da profissão de catador. Entretanto, além disso, havia também uma outra forte questão: o preconceito. A princípio pareciam localizar sua existência maior em relação aos que ainda trabalhavam nas ruas: “quem trabalha na rua vai com o carrinho e volta com ele, vai e volta com o lixo. A gente não, a gente tem a possibilidade de tomar um banho, se arrumar. Na rua ninguém vai dizer que eu sou um catador.”

O problema então era ser ou parecer um catador? Pensando um pouco melhor chegavam então a reconhecer que o preconceito ainda estava em qualquer lugar.

Muitas pessoas às vezes acham que por separar lixo, tu és diferente dos outros que estão lá atrás de uma mesa em um escritório. A conscientização das pessoas é muito difícil. As pessoas não valorizam o trabalho da gente. Acham que lixo é lixo. Lixo não é lixo. Tem que valorizar ele. Toda a hora eles estão pisando em cima de um saco de dinheiro, mas as pessoas não se conscientizam disso. Muitas vezes tu chegas num lugar e tu és tratado diferente, porque não estás bem arrumado, não estás bem calçado, ou tu não sabes se expressar como seria pra se expressar. Então isso aí é uma das coisas que muitas das vezes tu desistes de ser reciclador, por um motivo de não ser tratado como um ser humano como devia ser. Porque aqui a gente limpa lixo do pobre, do médio, do rico, de todos. Só que as pessoas não se conscientizam disso.

Nem mesmo em seu próprio ambiente de trabalho escapavam deste preconceito:

Aqui dentro mesmo, muitas vezes, a gente é discriminado. Tem pessoas que vem visitar (...) e essas próprias pessoas chegam aqui com o dedinho no nariz. É claro que tem mau cheiro, mas pra nós o importante não é o cheiro do lixo. Nós nos preocupamos em ter o pão para dar a nossos filhos. Teve umas visitas aqui que botaram lenço. As gurias ficaram furiosas. Então pra que vem aqui? Vem olhar nosso trabalho e tem que tampar o nariz. Quando vem aqui já não sabe que o que vão visitar é um lixo?

Pior do que tais atitudes, talvez fosse, só mesmo, o fato de encontrarem no próprio lixo fotos que deixaram algum visitante tirar:

Nós já encontramos no lixo, que a gente mesmo separa, fotografias daqui. Quer dizer, a pessoa vem aqui, pede entrevista, pede pra tirar fotos e aí passa um determinado tempo (...), você acha aqui aquelas fotos rasgadas, atiradas

no lixo. As pessoas aqui já não gostam de fotos e filmagens e não é só por esse motivo, mas também pelo fato de que muitos trabalhos já foram feitos aqui e a gente não vê retorno nenhum. Eles não mandam nem um exemplar da pesquisa para o pessoal ler e ver como ficou.

Sobre este mesmo assunto logo surgiam outros depoimentos:

A gente já pensou muito nisso daí (...) A gente recebe as pessoas com carinho, com educação e as pessoas às vezes estão aqui dentro, vêm aqui e não valorizam. Senta aqui, tu vais lá, mostra. Eu creio que muitos vêm aqui por curiosidade.

Eu até já sou um pouco mais abusado. Não sei que palavra usar pra dizer isso, mas eu acho que tem alguns que vêm, não digo todos, um percentual baixo, mas existem pessoas que vêm até aqui pra se aproveitar deste trabalho. Quer dizer, o cara vai ser fotografado, vai aparece no jornal, vai mostrar o trabalho dele e ficar famoso. A pessoa faz em benefício de si mesmo (...) A pessoa nem cita o nome da gente, só aparecem as palavras dela e o nome dela. E o que devia aparecer era o nome do Cláudio Renato, o nome da Ângela, o nome da Marisa. Aqui foi criado um livro há alguns anos atrás, sobre a história das mulheres do galpão e a gente não tem nem um exemplar.

Abriam mão do anonimato nas pesquisas, criticavam seu uso e faziam questão de que sua voz fosse registrada. Voz que também estava presente nas entrevistas que davam em programas de rádio e televisão. Com tal experiência iam descobrindo formas de contribuir para que fosse alterado o modo como a sociedade pensava a questão do lixo.

Já tive duas vezes na televisão, num programa onde eram feitas pergunta por telefone e eu respondia, do porque nós pedíamos pra eles separarem em casa o lixo, pra depois mandarem pra nós. Mas mesmo assim tem pessoas que não conhecem o problema. Juntam uma sacolinha, lata com garrafa de vidro, com PET e aí jogam num riacho ou na beira de um rio. Essas pessoas tinham que ter consciência que a gente está fazendo esse trabalho aqui e pra quê. Mas a mentalidade aos poucos já vem mudando porque tem muitas pessoas interessadas, principalmente as pessoas da prefeitura, do meio ambiente, as pessoas por dentro das leis do trabalho, que estão dando força a isso. E nós, no nosso trabalho fizemos também um movimento lá em Brasília e através disso estamos mostrando para o povo do Brasil inteiro que nós queremos também que o governo se introduza nisso e beneficie esse trabalho.

Descobriam também que “o poder público economiza com isso de reciclagem. A gente tem conhecimento de quanto o poder público gasta em um aterro.” Assim, não era possível que ele ficasse de fora. Havia muito carrinheiro que ainda se encontrava nas ruas, enquanto já poderia estar trabalhando nos galpões. E esses carrinheiros acabavam por interferir na vida das associações:

Aqui vem todo o tipo de material embora parcialmente selecionado. É tudo seco. Mas o carrinheiro, o que ele faz? Antes do caminhão que vai lá coletar pra nós, ele vai e tira o filé. Ele tira só o principal. Tira o plástico. Alumínio,

então, agora é brinde. Às vezes até o próprio morador já tira o material. Tem também escola que já recicla, separa seu material e vende. Tem lugares que têm firmas grandes e eles não colocam o lixo fora, eles vendem lá, dividem com os empregados ou doam pra alguma entidade carente.

O catador de rua já é um concorrente porque ele passa rápido, antes do caminhão. Assim mesmo dá pra eles e pra nós.

Diante de tais situações e do reconhecimento de que havia períodos do ano em que o volume do lixo era reduzido, tinham receio de ampliar as vagas nas associações e conseqüentemente, comprometerem seu rendimento mensal. Esclareciam, porém, seu interesse em colocar mais pessoas trabalhando junto ao grupo, afirmando: “Nós não queremos que nosso ganho chegue pra ficar rico. A gente fica feliz em dividir e colocar trabalho pra mais gente.”

Além dos fatores acima citados, comentavam também que “ouviram falar” de leis que agora obrigavam os fabricantes a dar conta de seu lixo. Se de um lado isso era bom para o meio ambiente, de outro,

dependendo de como for solucionada essa situação, é prejudicial a nós. A gente sabe que existe a LATASA, que tem máquinas pra coletar latas, que tiram o trabalho e podem chegar ao ponto de o catador sumir, porque não vai ter o que ele catar. Nós entramos em negociação com eles, debatemos, conversamos e eles entraram num acordo. Não iriam colocar as máquinas e se colocassem iam assinar um convênio com a Federação dos Recicladores e repassariam esse material coletado para as associações.

Além disso, sua vulnerabilidade parecia vir de várias direções.

Tu imaginas se a Coca-Cola pagar para as pessoas que hoje não recebem nada para juntar esse material para eles. Então o que vai acontecer? Eles vão juntar pra eles. Eles vêm aqui, fazem uma pesquisa. Muitas pessoas fazem isso de vir no galpão procurando conhecer, vem buscar nosso conhecimento pra botar o nosso conhecimento contra nós mesmos. Nós ficamos sabendo disso porque eles mandaram um e-mail para os diretores da DMLU dizendo que eles estavam tentando ajudar o meio ambiente, retirando da rua as latinhas de alumínio e as garrafas PET. Como a gente trabalha em parceria com a DMLU, nós ficamos sabendo. Se tirarem esse material de dentro dos galpões, nós estamos sem trabalho porque o papel não dá nada e os nossos compradores hoje só levam os outros plásticos porque nós vendemos o PET para eles. O interesse deles é o PET. Com esse negócio da Coca-Cola nem o catador de rua vai sobreviver mais, porque ao invés do povo colocar para a seletiva, a pessoa vai lá, vai botar nas maquininhas, vai pegar tiquezinho. Hoje em dia a população separa o PET, o alumínio e bota lá na sacolinha de lixo junto com o papel e os outros materiais recicláveis, certo? Amanhã ou depois, ela vai separar o PET e o alumínio e vai levar lá no supermercado pra trocar o PET por R\$0,25 o quilo e a latinha por R\$1,40 o quilo (...) Já ligaram pessoas da comunidade perguntando se nós não íamos comprar o PET e as latinhas deles. Nós como associação não podemos comprar. Se for doação nós podemos aceitar, mas não podemos comprar.

Extremamente complexa era, assim, a situação com a qual lidavam levando-os a pensar em alternativas que não os mantivessem tão frágeis em sua inserção no mundo do trabalho. Voltavam assim a falar nas unidades de beneficiamento do lixo.

Da falta de habilidade ou do nojo muitos passaram a assumir novas posturas, deixando de ver não só o momento da catação, mas outros tantos que compunham a cadeia da reciclagem. Com isso sentiam orgulho do trabalho que realizavam e de sua participação na defesa do meio ambiente:

Eu acho que estou ajudando a cidade a ficar limpa, economizando os aterros (...) Nós estamos beneficiando também os próprios órgãos públicos e isso cada cidade, cada capital devia enxergar com seus governos, independente de partido político, e dar força pra esse pessoal trabalhar com dignidade, ter um galpão de reciclagem e fazer esse trabalho que está beneficiando a população em geral. Então isso é muito lindo!

Todas as vezes que tu fazes um curso vai aprendendo do que é feito aquele material e tu vais tomando consciência de que aquele trabalho que tu estás fazendo não importa só pelo dinheiro que tu recebes, e sim pelo que tu estás economizando principalmente no meio ambiente. É uma coisa que tu vais tomando consciência e quando tu vês já está pensando assim. Muda totalmente a maneira da gente pensar, a maneira da gente ver as coisas. Eu estou economizando meio ambiente para os seus netos, seus bisnetos, amanhã (...) Já me disseram que tu conheces uma determinada raça pelo lixo que ela produz. Daqui a 2 mil anos vão começar a desenterrar o nosso lixo e dizer: pôxa como esse pessoal era relaxado, quanta coisa botaram pra fora.

Ora reconhecendo dificuldades em seu trabalho, ora valorizando-o, ainda mantinham reservado em seu cotidiano, um lugar para os sonhos: “Ah, isso tem uma lista!” Para uns o mais importante era conseguir ter sua casa e mobiliá-la; para outros os desejos se diversificavam: comprar uma guitarra e montar um conjunto de música; conhecer o Ratinho (apresentador de TV, de quem se declarava fã). Mas havia também quem extrapolava as questões pessoais e sonhava em poder ajudar as crianças de rua. De alguma forma a vida em associação parecia contribuir para um despertar para a vida coletiva, também fora do ambiente de trabalho: “Depois que eu estou aqui eu vejo mais esses problemas, porque a gente vê aqui tantas pessoas que vêm durante o dia pedir serviço. Estão sem pão pra dar as crianças, estão sem alimento.”

Saindo do campo dos sonhos individuais e voltando-se para a realidade que compartilhavam, começavam a listar as melhorias que desejavam. E elas apontavam para o aumento no tamanho dos galpões, providenciando-se as medidas necessárias para uma melhor manutenção de suas instalações físicas, bem como a construção de banheiros e refeitórios. Mas também havia outras questões e, estas passavam pela própria dinâmica do trabalho: “Nós

sobrevivemos disso aí e cada qual deve procurar fazer o melhor. Limpar, catar bem o material, se dar bem com os colegas. Tem também a diretoria. Ela tem que ter capacidade de administrar e ser pacífica com o pessoal.”

A experiência que iam adquirindo, os cursos que faziam, os diferentes eventos dos quais participavam iam, aos poucos, fortalecendo sua organização, fazendo-os também se sentirem especialistas em separar os vários tipos de material, buscando um aperfeiçoamento na forma de trabalhar com eles e comercializá-los.

Desenvolver o controle do catador sobre o processo de reciclagem era uma necessidade a qual cada vez mais se dedicavam. Era importante que eles assimilassem a “experiência produtiva” (Depoimento de Fiorotti, Diário de Campo, 2001), avaliando bem a possibilidade de uma inserção de uma forma mais consistente no processo da reciclagem, agregando valor ao material coletado e com isso obtendo melhor preço pelo mesmo. Assim foi nascendo a idéia da implantação do Pólo Alternativo de Plástico:

A usina foi uma idéia pensada pelos catadores. Quem botou no papel foi o assessor da Federação, mas tudo coisa que a gente pensou. Agora tu fazes o projeto e procura recurso, (...) sem deixar de analisar, por exemplo, que o PET depois de beneficiado pode triplicar de valor. Só que triplicou e se transformou em gastos a mais também. Então tem que ver bem o que fazer.

Prefeitura, Estado, fundações internacionais foram acionados e no momento da realização da pesquisa, faltava pouco para que o tão sonhado pólo entrasse em atividade, já estando em discussão uma série de aspectos sobre seu funcionamento: “A Usina vai ser operada por todas as associações. Todas as associações do Rio Grande do Sul vão mandar material.”

Ponderavam seu interesse em estimular novas adesões de carrinheiros às associações, evitando assim que eles continuassem a ser tão explorados pelos intermediários. Pensando assim, planejavam adotar como regra o não recebimento de material dos atravessadores: “nós estaríamos beneficiando os atravessadores que hoje nos exploram e nós não queremos isso. Para nós eles ainda pagam um pouco melhor, mas para aquele carrinheiro que trabalha sozinho...”

A associação se constituía assim em uma forma de lutar contra a exploração:

O que acontece é que se tu tens uma associação, tu vais terminar te unindo às outras, a uma maneira de pensar das outras, tu vais saber como é vendido o material deles e se ele não quiser pagar o que nós queremos, nós não vendemos e se nós não vendermos ele não tem onde comprar. É uma forma também de negociar todos os materiais. E assim mesmo, às vezes, termina alguns materiais que eles não levam. Por exemplo, aqueles sacos de lixo. Eles levam os que são incolores. Os coloridos eles não gostam de levar.

Agora, o que a gente vai fazer então? Nós vamos ter que dar uma barrada neles de novo. Se não levar isso, então não vamos vender nada. Isso é pra fazer eles comprarem e assim a gente vai fazendo. Depois que começar a funcionar a usina vai ser diferente. Daí nós vamos beneficiar o material e vamos trabalhar com todos os plásticos.

Mas as mudanças não paravam aí. Passaram também a ter créditos em estabelecimentos comerciais, uma vez que tinham seu registro como autônomos e contavam com o aval do contador de sua Associação, através de uma carta de referência.

Se a trajetória destes catadores vinha sendo marcada por lutas e vitórias, era importante perceber que havia ainda um longo caminho a ser percorrido. Era preciso garantir a sustentabilidade deste projeto (FIOROTTI, s/d). Existiam fragilidades que não podem ser ignoradas, tais como, sua inviabilidade sem o apoio e a força do poder público, quer se referisse ao âmbito da coleta ou da infra-estrutura necessária para a dinâmica do trabalho de separação dos materiais; a questão dos concorrentes, aqui entendidos como os intermediários, os diferentes compradores, ou mesmo as organizações da sociedade, como escolas e fábricas, que já estavam disputando o lixo como alternativa econômica; a falta de uma política mais elaborada dos produtos recicláveis, tanto ao nível municipal, quanto estadual; a dificuldade de captação de novos recursos humanos e técnicos visando contribuir para o fortalecimento do grupo de catadores e atingindo-se seu reconhecimento profissional. Fiorotti ainda completava: “certamente estas fragilidades serão superadas na medida em que o sonho dos recicladores se transformarem em prática, em organizações, e inclusive em leis legítimas e respeitadas por todos.” (id., p.7)

Estas fragilidades não eram desconhecidas pelos catadores, bem como a necessidade de ficarem atentos à outras tantas questões que envolviam suas vidas. Um ponto importante era a informação:

Voltei até a estudar, agora, com 41 anos. Dizem que sou a intelectual do grupo e eu estou sempre lendo, fazendo cursos. A leitura, o conhecimento que a gente vai adquirindo é que vai dando as informações que a gente precisa e a segurança pra debater com o prefeito, receber visitas ... antes eu só lia Júlia, Bianca. Eu sempre gostei de ler, mas só lia romance. Hoje não. Hoje eu achei umas coisas mais interessantes. Vou ler e depois, o que eu tiro dali, vou tentar aplicar no dia a dia. Há tempos atrás se tu falasses em Constituição, eu nem sabia que esse bicho existia, não conhecia meus direitos, não sabia nada.

À informação devia se juntar sua capacidade de articulação. Se a vida dentro do galpão era importante, os fatores externos não deviam ser descuidados.

Não adianta ficar só dentro do galpão. A gente tem que prestar atenção em tudo. E num tem sábado, num tem domingo, se me disser que tem uma

reunião eu vou. É a respeito de quê? Ah! É economia solidária ou é economia popular ou é a respeito da reciclagem, eu estou enfiada lá dentro pra ficar sabendo o que está acontecendo e levar pra dentro da unidade. Se não, quando tu vê, tu recebes uma surpresa. Eu prefiro muito mais ficar sabendo antes, do que depois que tiver pronto. Pelo menos eu tenho meios de tentar impedir aquilo se for o caso. Vê qual é o joguinho de cintura, como se diz (...) Até um tempo atrás eu tinha medo de falar. Depois eu aprendi a ser assim. Hoje gosto mais de fazer o trabalho fora do galpão, de buscar recursos.

Do lado de fora havia agora diferentes tipos de concorrência. O interesse pela reciclagem vinha se ampliando muito nos últimos anos e eles reconheciam que desempenharam um papel importante para o surgimento de tal situação: “com a história da gente conscientizar, o que aconteceu? Nós conscientizamos demais as pessoas e agora, hoje eles também querem.”

Tratava-se de uma situação a ser enfrentada, mas até o momento ela não impedia a trajetória que as associações vinham percorrendo e as conquistas que vinham alcançando:

Nossa família começou tão pequenininha e está ficando tão grande que, às vezes, tu não tens dimensão do tamanho que ela está. Às vezes tu olhas e diz assim: olha era uma pessoa e se transformou em 40. Desses 40 já nem sei mais quantos são. Do Rio Grande do Sul a gente se reuniu com outros Estados, agora tu me digas, quantos são? Aqui no Rio Grande do Sul eu sou encarregada pela parte de relações do movimento e eu mantenho contato com a Bolívia, Argentina, Uruguai, Paraguai ...Eles pedem que o que foi feito em Brasília seja feito em nível de América do Sul. Tem vezes que tu olhas pra trás, como era, e tu olhas pra frente, como vai ser, aí ... Antes era fácil porque eu via as minhas necessidades. Hoje eu não vejo as minhas, porque as minhas ficaram pequenininhas perto das que os outros têm.

## 5.2 A ASSOCIAÇÃO DE BELO HORIZONTE

### 5.2.1 Um Lugar e Muitos Sujeitos

Falar da história da ASMARE era uma tarefa fácil. Uns recorriam apenas à sua memória, mas outros a ilustravam, apontando para o que eu denominei de “Via sacra do lixo”, ou seja, o registro de sua trajetória de vida através de distintas cenas, compondo dois grandes painéis, um já concluído e o outro em fase de elaboração à época da pesquisa. Criados e executados pelos próprios catadores tais painéis lembravam os diversos momentos pelos quais já passaram, gerando comentários sobre seu significado, mostrando que as marcas de seu passado ainda estavam muito vivas em suas lembranças, enquanto que o presente era reverenciado com orgulho.

O primeiro painel retomava sua trajetória na rua, focalizando situações que viveram até a criação da ASMARE. O segundo, em fase de planejamento, tinha por objetivo mostrar

que sua história continuava. Queriam, assim, retratar os passos já dados pela associação até os dias atuais, valorizando suas lutas e conquistas.

O principal articulador desta obra era um antigo morador de rua, acolhido na oficina de artes organizada pelos catadores. Foi ele quem descreveu os painéis, começando pelo primeiro, composto por 7 cenas: “Isso daqui é a história da ASMARE, o começo dela, como ela foi fundada, como foi pensado nela fazer uma base para o trabalho.”

Destacando cada imagem o entrevistado falou das discriminações iniciais sofridas pelos catadores em função do estigma de marginais que carregavam, sendo perseguidos por fiscais da prefeitura e policiais, quando “estavam apenas fazendo seu trabalho”. Apontando para os primeiros quadros destacou a existência de algumas avenidas da cidade, com seu intenso tráfego de veículos e a presença dos catadores puxando seus carrinhos, trazendo o material que coletavam em lixões e aterros. Posteriormente, alguns catadores “resolveram encarar esse negócio de frente” e assumiram o trabalho da catação de papel no centro da própria cidade.

Outras cenas revelavam que muitos não tendo aonde morar se agrupavam, à noite, em uma área onde também guardavam o lixo que coletavam para posterior comercialização. Também mereciam destaque os momentos em que contavam com a visita da “Kombi de apoio”. Era a hora de receberem uma assistência material (roupas e alimentos) e espiritual do grupo que atuava na Pastoral de Rua.

Cenas de pessoas sozinhas ou em grupo ilustravam a preocupação com a vida que levavam. O destaque era dado à figura de uma mulher:

Ali ela está gestante e está pensando aonde que vai ter seu filho, em que situação ele vai ser criado. O que vai acontecer futuramente? A gente que mora na rua só tende a passar coisa negativa, não é? Ali tem ela chorando também, enquanto espera uma bóia, a comida, as sobras do restaurante. Aí vem pra cá a outra parte. Umhas pessoas estão dormindo, esses daqui são filhos dela. Alguns estão lá batendo papo, mas tem o fator espiritual também. Um lado espiritual forte. Eles oram, pedindo a Deus a proteção ao dormirem na rua. Dormir na rua só Deus pra tomar conta, entendeu? Só Deus defende.

Continuando suas explicações foram ainda destacadas imagens que expressavam os grupos que se formavam, como se alimentavam, as formas de lavarem uma roupa, se divertirem, tocando um violão ou fazendo uma “batucada”. Em suas conversas já começavam a pensar também em se organizar:

Aí vem o que? Vem as reuniões pra pensar no que se vai fazer pra fundar a ASMARE. Por onde começar? Aí este último quadro é o da fundação da ASMARE, no dia 1º de maio de 1990. E aqui é a passeata: queremos trabalho, temos direito, certo? Vê que situação embaçada (...) As pessoas

viam a gente na rua e diziam: vai trabalhar vagabundo. Viam a gente com a carrocinha trabalhando, catando papel e achavam que a gente estava disfarçando, que era marginal.

Um outro painel vai continuar a contar a trajetória da associação. Oito cenas já esboçadas em um caderno mostravam o que pretendiam destacar: a montagem do primeiro galpão para a triagem do papel; a coleta e a seleção do material; o Bar Reciclo; o carnaval; as oficinas que estavam em funcionamento, o restaurante, os parceiros ...

Tratava-se de uma história que também foi contada, com mais detalhes, por outros associados e em registros elaborados por Jacobi (1997). Referindo-se a pesquisas realizadas em 1989 e 1993, o autor destacou a existência de 600 catadores de papel que se dedicavam a tal atividade no centro de Belo Horizonte. A exemplo do que acontecia em outras tantas cidades brasileiras de médio e grande porte, o cenário existente em Belo Horizonte revelava, nesta época, a grave crise social vivida pelo país, sendo caracterizada pela queda na oferta de empregos e pela redução no número de postos de trabalho existentes, gerando impactos mais dramáticos nos setores mais carentes da população, tendo em vista sua não escolarização e a falta de uma formação profissional adequada. Aos poucos, tais setores fizeram engrossar a já existente população de rua. Ao grupo até então formado, predominantemente, por indivíduos isolados e reconhecidos como mendigos e pedintes, se juntavam famílias inteiras, que retiravam da rua sua sobrevivência, nela passando a desenvolver alguma atividade econômica.

Muitos eram os que até possuíam um imóvel onde residiam com suas famílias. Entretanto, só iam a casa a cada 2 dias ou nos finais de semana, em função da atividade que executavam. Montavam barracas de lona ou de tábuas e se alojavam como podiam, em função de dois motivos principais: de um lado estava a possibilidade de continuarem a catar mais material e com isso aumentarem sua renda; de outro, havia a necessidade de zelarem pela manutenção do que coletaram, até que realizassem sua comercialização. A falta de um local fixo para o armazenamento e triagem consistia em um sério problema, levando-os a venderem seu material o mais rápido possível, embora com isso nem sempre obtivessem um bom preço por ele.

Mesmo se dedicando à luta pela sobrevivência, consideravam que “nós vivia sem dignidade nenhuma”, provocando reações negativas tanto por parte dos administradores municipais, quanto dos demais moradores da cidade. Como destacou Jacobi (1997, p. 10):

a presença dos catadores ganha visibilidade mais pelo seu aspecto negativo – remexendo no lixo alheio e muitas vezes deixando-o espalhado pelo chão, do que pela sua contribuição com a limpeza urbana – pelo fato de não terem outra forma de sobrevivência, que não aquela.

Tratava-se, na verdade, de uma imagem estimulada principalmente pelo poder público, já que “ao ser cobrado pela população sobre a manutenção e limpeza das ruas centrais da cidade atribuía aos catadores a responsabilidade pela situação aplicando mecanismos repressivos como forma de impedir o trabalho dos catadores.” (id.)

“Operações limpeza” eram organizadas pela prefeitura e se repetiam periodicamente, tendo por objetivo retirar das ruas não só o lixo, mas também todos aqueles que com ele trabalhavam. O que se via, assim, no cotidiano dos catadores era, de um lado estas iniciativas repressivas procurando “retirá-los de circulação”, e de outro, o “olhar acusador” de uma grande parcela da sociedade, que só conseguia vê-los como aqueles que eram responsáveis pela sujeira e má conservação das ruas, constituindo-se também em uma ameaça à segurança das pessoas.

Ilustrando o que viviam nesta época, alguns entrevistados assim se expressaram:

Nós tínhamos que fugir de fiscal da prefeitura, de polícia, a população também não aceitava, nós éramos tratado igual se trata lixo. O fiscal chegava e tomava todo nosso material. Nós queríamos trabalhar e eles não deixavam.

Na rua era muito difícil. A gente ficava catando papel e ficava a semana toda na rua. Ia embora pra casa só no sábado. Tinha que deixar os meninos dormindo em cima das caixas pra poder trabalhar. Enfrentava chuva e era muito discriminado, como marginal. Achavam que a gente era malandro, batedor de carteira. Quando a gente ia passar eles de longe já seguravam as bolsas.

Eu já corri muito, minha filha, com carrinho de papel cheio. Eles corriam atrás da gente pra tomar o carrinho e o material. Fiscal com a polícia atrás. Mesmo com barriga, já corri muito. Eu ganhava filho e com uns dias estava na rua.

Antigamente nós apanhávamos da polícia. Nós éramos marginais. Nós nem podíamos entrar numa loja pra comprar, eles achavam que nós não íamos pagar.

Este quadro só começou a mudar a partir de 1987, quando irmãs beneditinas deram início a um trabalho com tais catadores através do Grupo da Pastoral. Seu ponto de apoio era uma experiência anterior com a população de rua em São Paulo, experiência esta que culminou com a criação da Coopamare – Cooperativa de Catadores de Papel Autônomos.

Submetidos constantemente à repressão social, pela via do poder público, os catadores reagiram, a princípio, de forma agressiva e arredia às primeiras tentativas de aproximação da Pastoral. Entretanto, recorrendo a “sopões” e chás comunitários, ela foi aos poucos rompendo tais barreiras e começou a conhecer, mais de perto, como viviam e trabalhavam tais indivíduos. Encontrando uma situação bastante similar àquela existente em São Paulo e

reconhecendo-os, portanto, como trabalhadores, sua intenção era promover o resgate de sua dignidade e cidadania, invertendo a relação que mantinham com a sociedade. Partia-se do pressuposto de que era importante aproveitar a experiência que os catadores já tinham, sendo que sua atenção devia se voltar para a necessidade de organizar o grupo, enfatizando a perspectiva de “inserir-los enquanto trabalhadores que contribuem com a limpeza da cidade, e que sobrevivem de uma atividade econômica que precisa ser valorizada por todo o conjunto da sociedade.” (JACOBI, 1997, p. 16)

A politização da relação dos catadores com a cidade era a perspectiva prioritária, buscando transformar a visão estereotipada que predominava. O importante era investir em práticas educativas voltadas para a questão dos direitos e responsabilidades sociais, procurando resgatar sua auto-estima e desencadear um processo de organização, fazendo-os se verem como cidadãos, conscientes dos benefícios que traziam para toda a comunidade, através do trabalho que realizavam.

Enquanto se processava esta aproximação com a Pastoral, os catadores continuavam a conviver com as “Operações Limpeza” e uma delas acabou contribuindo para a consolidação dos laços entre ambos. Como registrou Jacobi (id., p. 18), em agosto de 1988, cerca de 70 catadores da região central de Belo Horizonte sofreram mais um destes constrangimentos:

A intenção da Operação Limpeza era a mesma de sempre, ‘limpar o lixo e remover os catadores para o mais longe possível’. Informados dos acontecimentos, os membros da Pastoral que já tinham travado os primeiros contatos com os catadores, saíram em busca de notícias percorrendo a cidade toda para localizá-los. Após percorrerem a cidade descendo as margens do Rio Arrudas, os membros da Pastoral de Rua localizaram os catadores na divisa de Belo Horizonte e Contagem, distante 15 km da região em que se encontravam. Estavam assustados e sem saber que iniciativas tomar. Nesse momento, o trabalho da Pastoral de Rua despontou como uma referência de confiança e os catadores não mais tomavam quaisquer atitudes sem antes consultar os ‘amigos’ da Pastoral.

A solidariedade demonstrada em relação aos catadores deu início a um processo de mobilização em defesa de seus direitos. Segundo avaliação de Jacobi (1997), o resultado deste conflito representou um salto de qualidade na organização dessa população.

À Igreja foram se juntando entidades ambientalistas e relacionadas ao campo dos direitos humanos. Reuniões nas próprias ruas foram realizadas, gerando uma mobilização para a elaboração de uma política pública de coleta seletiva de lixo que incorporasse a experiência que os catadores já vinham acumulando na rua. Eram os primeiros passos para a criação da ASMARE em 1º de maio de 1990, numa iniciativa dos catadores de papel da região central da cidade, com o apoio da Pastoral de Rua e alguns movimentos sociais:

Nós fundamos a associação com 10 catadores que acreditaram. Aí nós fazíamos passeata com faixas, com os carrinhos que eram dos donos dos depósitos da onde a gente trabalhava. Começamos a armazenar o papelão na Asmare e começamos a vender papel branco, revista e jornal, pra formar capital de giro. Depois de 5 meses a gente vendeu a primeira carga de papelão e formou capital de giro. No início nós catávamos tudo e vendíamos para o atravessador. A gente vendia pra eles. O carrinho, a carga, era tudo deles. Nós ficávamos preso a eles. Com a Asmare isso mudou.”

“No início nós fazíamos reunião com 4, 5, 10 pessoas. Uns queriam ir, outros não, achando que a Asmare num ia pra frente. Uns achavam que iam ser explorados, diziam que a Asmare ia roubar da gente.

Até chegar a implantação da Asmare diferentes situações foram vivenciadas, situações estas que provocavam discussões e mobilizações, tendo como conseqüência o fortalecimento gradual do grupo. O debate ocorrido em torno da nova Lei Orgânica do Município foi uma destas situações, uma vez que definiu responsabilidades em relação à questão do saneamento básico, privilegiando a coleta seletiva, reconhecendo o trabalho desenvolvido pelos catadores e definindo que a coleta e a comercialização dos materiais recicláveis deveriam ser feitas preferencialmente através de cooperativas de trabalho. Após muitos debates, bem como contando com uma ampla mobilização da sociedade civil e realização de protestos frente à prefeitura, tal perspectiva vencia a intenção inicial do poder público no sentido de efetuar o gerenciamento da coleta seletiva através do setor privado, o que poderia ser extremamente danoso para a atividade dos catadores.

Mesmo assim alguns incidentes com o poder público ainda ocorriam. A diferença é que agora os catadores não mais se escondiam ou fugiam da polícia. Ao contrário, reclamavam e lutavam por seus direitos, recorrendo à Pastoral, sempre que necessário.

Em 1990, mais um grave incidente ocorreu. Uma tropa policial deveria despejar o grupo dos catadores de um casarão abandonado que ocupavam, ali guardando o material que coletavam. Como tal casarão tinha sido vendido em leilão, a ordem era remover os catadores e suas ferramentas de trabalho. Com a interferência da Pastoral tal ordem foi, porém, suspensa, negociando-se em seguida, uma indenização para os catadores que já o ocupavam há mais de 10 anos.

Concretizando-se esta indenização através da Caixa Econômica, alguns trabalhadores aproveitaram os valores recebidos para retornarem a suas cidades de origem. Para os muitos que ficaram voltava a surgir um grave problema: onde poderiam guardar seu material, já que a prefeitura não mais permitia que o deixassem em qualquer local?

Neste contexto é que os catadores começaram a se aglutinar em um terreno de propriedade da Rede Ferroviária Federal, local que passou a funcionar como sede da

ASMARE. Posteriormente, face às pressões realizadas pelos catadores, bem como contando com a intermediação da prefeitura, tal terreno foi doado à associação, conquistando-se, inicialmente, apenas a construção de um muro para proteger a área de triagem. Só alguns anos mais tarde é que foi conseguida a construção de um galpão e das instalações necessárias para seu funcionamento. Cabe, porém, registrar que cada passo dado era fruto de muita mobilização e articulação dos catadores junto com a Pastoral e demais parceiros, já que até o ano de 1992 o poder público não tomava nenhuma iniciativa em seu benefício, só dando respostas favoráveis face às estratégias de pressão às quais recorriam.

Nesta ocasião já se reconhecia a necessidade de um envolvimento mais dinâmico e contínuo da prefeitura para um melhor funcionamento da dinâmica da ASMARE, mas isso só veio a ocorrer a partir do final do ano de 1992 e início de 1993, quando tomou posse um candidato de uma coligação liderada pelo Partido dos Trabalhadores. A postura de repressão até então predominante no poder público foi então substituída por uma relação pautada na parceria e no estímulo ao fortalecimento da ASMARE.

Pela via formal de um convênio a Prefeitura de Belo Horizonte, a Mitra Diocesana (Pastoral) e a ASMARE tornaram-se parceiros, cada um assumindo papéis específicos, tendo em vista o objetivo de criar condições para o aperfeiçoamento e consolidação da associação, aliando capacitação técnica e a própria infra-estrutura disponível. O que se tinha em mente era a possibilidade de esta última se transformar em uma cooperativa, em futuro próximo, e o convênio realizado foi considerado um passo decisivo para tanto. Isto porque o poder público de um lado assumia uma série de responsabilidades em relação à mesma, não só repassando recursos financeiros, mas também comprometendo-se a incrementar o sistema de coleta seletiva como previsto na Lei Orgânica, a fornecer apoio técnico através da Secretaria de Desenvolvimento Social e da Secretaria de Limpeza Urbana, bem como a divulgar o trabalho dos catadores junto à população, buscando ressaltar suas vantagens tanto do ponto de vista econômico, quanto ecológico. De outro, isso significava a profissionalização dos catadores e o reconhecimento de seu papel como agentes da limpeza urbana, substituindo as perseguições das gestões anteriores, pela união de esforços para qualificar tecnicamente seu trabalho.

É válido ressaltar que a perspectiva da qualificação não se esgotava na instrumentalização dos trabalhadores para conseguirem uma maior produtividade. Ela incluía também um processo de conscientização ecológica, enfatizando o ganho ambiental do trabalho que realizavam, o que provocava depoimentos como:

Eu e minha família sabemos quantas árvores o nosso trabalho economiza. Esses dias visitamos o aterro e aí soubemos também que muito lixo não foi

pra lá devido ao nosso trabalho. O nosso trabalho contribui também para aumentar a vida do aterro e limpar a cidade.(JACOBI, 1997, p. 27)

Tal consciência, com o tempo, tornou-se um valioso instrumento político, já que os catadores incorporaram o discurso dos benefícios propiciados ao meio ambiente e passaram a utilizá-lo como argumento junto aos comerciantes, empresas e população em geral, quando iam solicitar a separação dos materiais recicláveis.

Se o poder público tinha responsabilidades a assumir, o mesmo acontecia com a Mitra Diocesana, representada pela Pastoral de Rua, a quem competia investir na organização dos catadores, acompanhando o trabalho que realizavam e o cumprimento das obrigações assumidas pela associação, zelando, assim, pelo sucesso do convênio.

À ASMARE, por sua vez, cabia “cuidar do galpão cedido pelo Poder Público, cadastrar e identificar todos os associados, ampliar a presença da Associação através da criação de núcleos de trabalho em pontos estratégicos da cidade e cuidar do bom andamento de todo o trabalho,” (id., p. 25)

Já contando, nesta época, com 31 trabalhadores a associação entrou em uma nova fase. Uniformizados e apresentando um maior cuidado com a higiene pessoal, os catadores começavam a colocar em prática o que iam aprendendo através da experiência que viviam e dos cursos de capacitação que freqüentavam.

Em 1994 já eram 156 associados e um segundo galpão foi alugado pela prefeitura, contribuindo para que fossem eliminados vários pontos, considerados como críticos, de concentração dos catadores em ruas e praças da área comercial. Dispor de um local para separação e organização do material coletado continuava a ser uma exigência fundamental para o desenvolvimento do trabalho, rompendo aos poucos com o estigma existente.

À medida em que se consolidava a parceria formada e o processo de organização dos catadores, eles deixavam de ser vistos como “população de rua”. Sua atividade profissional começava a ser reconhecida. Paralelamente, “vários setores da sociedade mais organizada de Belo Horizonte começaram a se comprometer com a coleta seletiva não só pelo seu apelo ecológico, mas também pelo conteúdo social que esta iniciativa representa.” (JACOBI, id., p. 34)

Nos anos seguintes teve prosseguimento o avanço da ASMARE, avanço este representado por melhorias na infra-estrutura operacional e administrativa; por novos parceiros que se juntavam à experiência em desenvolvimento; pelo aumento da produção e rendimento individuais; por projetos que eram implantados, como foi o caso de uma oficina de formação profissional, destinada aos adolescentes, filhos dos catadores, sendo instalada

uma marcenaria que começou a fabricar diversos equipamentos de consumo da associação, inclusive os próprios carrinhos que utilizavam na coleta de material.

Com o apoio da Secretaria de Limpeza Urbana, da Secretaria Municipal de Cultura e da Pastoral de Rua foi também organizada a Escola de Samba dos Catadores de Papel, sendo incluída no desfile oficial da cidade e tendo todas as fantasias confeccionadas com material reciclável. O lixo ganhava nova cara, reforçando seu valor entre os catadores.

De acordo com as necessidades identificadas outras iniciativas eram tomadas, contando sempre com a atuação dos parceiros. Assim houve a criação de uma bolsa-escola; a implantação de um projeto de alfabetização de adultos; a inauguração de um terceiro galpão. A fase inicial da ASMARE foi assim marcada por sua gradual estruturação, evidenciando o aumento no número de associados e a adoção de uma série de medidas que propiciaram tanto o seu reconhecimento como trabalhador, quanto a agilização de melhores condições de trabalho e o fortalecimento da associação.

À época da realização da pesquisa, a ASMARE contava com 356 associados, “mas beneficia mais de 1500 pessoas porque tem as famílias.” O quadro de associados não era fechado, mas havia normas a serem observadas para o ingresso no grupo. Um período de experiência de 3 meses era estabelecido, bem com a obrigatoriedade de se frequentar um curso de capacitação. Tal curso incluía conteúdos referentes ao campo das relações humanas, limpeza urbana, relações no trânsito, saúde do trabalhador e o próprio funcionamento da Asmare.

Era necessário ainda que o candidato solicitasse sua filiação através de um requerimento e aderisse ao estatuto em vigor, dispendo-se também a realizar uma contribuição mensal de R\$3,00. Além disso, “tem que manter o filho na escola, num pode dormir na rua, tem que lutar pela moradia, num pode chegar alcoolizado, num pode beber, nem usar drogas.”

O grupo existente era dividido em dois galpões: o Galpão Operacional e o Galpão da Coleta Seletiva. O primeiro era considerado como o principal e nele trabalhavam os catadores de rua. Suas instalações eram amplas, compondo-se basicamente de 4 distintos setores, ou seja: uma área onde funcionava a administração da associação, comportando salas e instalações sanitárias para uso coletivo; uma área externa destinada ao estacionamento dos carrinhos, sendo devidamente demarcado o local de cada um; um galpão fechado onde funcionavam os boxes individuais para a triagem do material coletado; e, finalmente, um grande galpão onde se realizava a prensagem, o enfardamento, o armazenamento do material

coletado e o controle de sua venda. Junto a tal galpão encontrava-se ainda a marcenaria e o refeitório utilizado diariamente pelos trabalhadores.

Já o segundo galpão só trabalhava com o material que era doado ou aquele proveniente dos postos de coleta seletiva, através de 4 caminhões da prefeitura e 2 alugados pela ASMARE. Nele não atuavam os catadores de rua, mas apenas os “triadores”, os seja, aqueles que recebiam o material e o separavam, preparando-o para a comercialização. Tratava-se de um galpão também bem amplo, composto por uma área de recebimento de material, outra para sua separação e outra ainda para prensagem, enfardamento e armazenamento.

Um outro local era, também, referência para os catadores. Tratava-se de um prédio de 3 andares localizado bem próximo do Galpão Operacional e conhecido como “Bar Reciclo”, comportando as oficinas de arte, teatro e costura, um espaço cultural e uma área, em sua entrada, utilizada para a comercialização dos produtos artesanais que criavam.

Especial atenção era dada a este local, uma vez que ele não só atendia aos catadores e seus familiares, mas também à população de rua em geral, numa atitude de solidariedade dos associados que tão bem conheciam a realidade que viviam:

Ali a gente criou mais para a população de rua. São pessoas que estão nas ruas e a gente traz para o Reciclo. Ele passa por aqui e aí vai pra costura, pras oficinas que você viu lá. Tem muitos que já vêm da rua criativo, só que não tiveram a oportunidade de por a mão na massa. Quando eles chegam aqui descobrem o lado artístico deles. Vem gente encaminhada pela ASMARE, pela prefeitura e pela Pastoral.

Ao longo dos anos a ASMARE foi organizando sua dinâmica de funcionamento, imprimindo mudanças na forma de administrar e instituindo o sistema de colegiado, descentralizando decisões e se aproximando mais do modelo de co-gestão:

Já fui presidente, fui vice-presidente e agora sou animadora geral. A gente trabalhava com presidente, vice-presidente, mas achou que num estava dando certo, porque presidente distancia muito a gente de nossos colegas catadores. Aí resolvemos trabalhar com comissões.

À época da pesquisa seu organograma comportava 7 comissões, ou seja, Religiosidade; Infra-estrutura; Divulgação e Imprensa; Saúde; Finanças; Educação, Cultura e Lazer; e Meio Ambiente. Pela via do voto direto, cinco representantes de cada uma compunham uma Comissão Central, que por sua vez, se subdividia em Coordenação do Empreendimento e Coordenação Social, tendo um Animador Geral como seu representante oficial e um Administrador. Havia também um Conselho Fiscal a quem cabia o acompanhamento da prestação de contas mensal, do balanço financeiro e previsões orçamentárias.

Setores técnico-administrativos e sociais se combinavam com o reconhecimento de que era preciso “administrar bem”, contando ainda com o suporte de muitos parceiros, dentre os quais continuavam a se destacar a Pastoral de Rua e diversos setores da Prefeitura. A estes se associavam outros como a Cáritas – Regional Minas Gerais; o UNICENTRO Newton Paiva; o Programa Life (Nações Unidas); o Instituto Marista de Solidariedade; o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Particular e ASAS Promoções; bem como a organização *Cooperazione per lo Sviluppo dei Paesi Emergenti* (COSPE) e o INSEA – Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável.

No rol destes parceiros encontravam-se ainda muitas empresas com as quais faziam convênios:

Existem grandes empresas que são as grandes doadoras da Asmare. Tipo Belgo-Mineira. A gente vai fazer uma parceria agora também com a CEMIG e com a Toshiba. A gente tem muito doador e muitos parceiros. Tem também a SLU que tem 4 caminhões que trazem o material para nós e paga alguns funcionários, porque tem que ter pessoa especializada aí, como por exemplo, no setor de contabilidade. A Prefeitura paga alguns funcionários mas é a ASMARE quem administra. É uma troca de trabalho, não é? Nós limpamos a cidade, num esgotamos o meio ambiente. É mesmo uma troca de serviço.

Em sua manutenção mensal se uniam assim as taxas pagas pelos associados e os valores decorrentes de seu próprio trabalho, comercializando o material coletado e os produtos artesanais fabricados, além do que era arrecadado através do funcionamento do Bar Reciclo. Isto não era, porém, suficiente, contando também com doações de parceiros e da própria comunidade, além de um repasse de R\$ 30.000,00 da prefeitura, que ainda disponibilizava alguns funcionários administrativos e instrutores das oficinas.

Seu ritmo de trabalho crescia a cada ano e podia ser expresso também em números. Em 1993 contava com 31 associados e sua produção média mensal de materiais recicláveis alcançava 9 toneladas. Em 1994 o número de associados cresceu para 156 e o recolhimento mensal de material chegou a 34,5 toneladas, enquanto que em 1996, eram quase 200 trabalhadores e mais de 160 toneladas de lixo. (JACOBI, 1997). Já à época da pesquisa, o número de catadores chegava a 356 e a produção estimada era a de 600 toneladas/mês.

Aos poucos a antiga população de rua retomava sua condição de sujeito trabalhador. Homens e mulheres em semelhante proporção – “é muito comum ser marido e mulher”– e com diferentes idades dedicavam-se a catar papel, papelão e outros tantos materiais que pudessem garantir sua sobrevivência.

Não era exagero afirmar que a garantia da sobrevivência movia suas vidas. Como tantos outros catadores ou aqueles reconhecidos como população de baixa renda, ainda crianças começaram a trabalhar para ajudar no sustento de suas famílias. Coursavam as primeiras séries da educação formal, mas mal dava tempo para aprenderem a ler e a escrever. Logo eram obrigados a sair para trabalharem, por exemplo, em “casas de família”, em atividades auxiliares em oficinas mecânicas, ou lavando carros: “Eu era muito pequeno, num tinha outro jeito de ganhar a vida. Erámos eu e mais 2 irmãos. Como eu era pequeno, subia em cima das latas e lavava os carros e ganhava uns trocados.”

Com o tempo tornaram-se garçons, copeiros, borracheiros, pintores... Exerceram diferentes profissões, quase sempre sem nenhum vínculo empregatício.

Muitos foram, porém, apresentados ao trabalho através do próprio lixo. Às vezes buscavam outras alternativas, mas acabavam sempre voltando.

Comecei com 8 anos. Direto. Minha mãe veio trabalhar aqui em Belo Horizonte, com aquele sonho que todo o mundo tem de cidade grande pra melhorar a vida. Só que quando chegou aqui foi muito ao contrário. Meu pai morreu, ela ficou viúva. Aí ela me ganhou, eu nasci aqui. Daí com 8 anos ela me botou pra catar papel porque a fome estava me assolando mesmo. Tinha umas meninas que catavam papel e eu fui com elas e fiquei. Comecei a buscar sustento não só pra mim, mas pra minha mãe também.

A fome, o fato de “passarem necessidade dentro de casa”, a dificuldade de conseguirem um emprego e a condição de já estarem acompanhando alguém da família pareciam ser os fatores determinantes desta situação e o lixo acabava se constituindo como um último recurso:

Todo o mundo que vem catar papel é o último caminho mesmo. Desemprego todo dia, não tem mercado. Você não consegue falar que existe emprego hoje, não é? É muito difícil. Você vê a pessoa aí, 2, 3 meses procurando trabalho e não acha. Catar papel é só o que tem. Ou vai catar papel ou vai roubar. Feliz daquele que vai catar papel. O que dá cidadania é trabalho. Você tem direitos, não é? Você pode ir a supermercado fazer sua compra, você pode manter seu filho na escola, você pode estar arrumando sua casa cada dia mais, não é?

Às vezes a gente fala as coisas e num tem muito aquele sentido do que está falando. Antigamente eu via os outros catando papel e falava assim: aquilo dali num é uma profissão. Depois eu fiquei pensando: talvez um dia eu tenha que fazer isso. Minha mãe já fazia...

Não se podia esquecer ainda a condição em que passaram a viver, aumentando a já conhecida população de rua. Alguns não tinham lugar para morar:

Casa mesmo só fui saber o que era aos 16 anos, quando casei e minha mulher tinha casa. Antes eu vivia na rua com minha mãe e irmãos. Cheguei

até a ser preso. Ficava no lugar onde hoje é a ASMARE, perto da linha do trem. Ali ficavam também muitos catadores com umas barracas de lona ou no tempo mesmo, ao lado do material que eles catavam. Ali ficava todo o tipo de gente. Os marginais, os drogados. Tinha algum problema na cidade e a polícia já vinha certo ali. Roubo, droga, tinha de tudo e eles achavam que ficava escondido nas carroças dos catadores.

Para a maioria, porém, a rua traduzia a perspectiva de garantir o sustento. Assim, procuravam tirar da rua o que ela poderia dar. Mas não se tornaram pedintes. A questão era manter a perspectiva tão valorizada em seu cotidiano. Não podiam abrir mão da condição de trabalhador, mesmo que não encontrassem trabalho. A saída foi então catar papel.

Trabalhavam, às vezes, durante a noite e acabavam dormindo nas ruas. Na falta de outras perspectivas foram ficando e com isso muitos eram os que já trabalhavam neste campo há 10, 15, 20 anos: “Num conseguia serviço. Cheguei, fiquei e estou aí até hoje.”

O começo não foi tão fácil:

Tudo era difícil. A população não nos aceitava, nos via como marginal, como o que sujava a rua, cuspiam em nós ... Foi muita luta.

Eu saía mais uns colegas meu ... eu tinha um pouco de vergonha na época. Eu achava muito esquisito, era muito discriminado, mas depois acostumei. Catava tudo que é tipo de papel, jogava no carrinho e ia pra porta do depósito separar. Chegava lá dava aqueles trocadinhos. Parei um tempo porque arrumei um serviço de lubrificador. Depois voltei e estou até hoje.

Eu tinha vergonha, porque o pessoal falava assim: você é lixeira, num é uma pessoa certa. Agora não, vou ter vergonha de trabalhar? Isso não existe.

Antes as pessoas corriam de nós. Falavam: ih, é ladrão, seguravam as bolsas, fugiam de nós, fechavam até as portas cedo nesses bairros que a gente ia pra catar lixo. A gente batia nas portas pra ver se as pessoa tinham algum jornal pra ajudar a gente e elas num atendiam. Era sofrimento.

Era muito difícil porque eu num sabia como separar. Mas aí meu irmão me ensinou e eu disse: agora vai. Depois que aprendi eu fiquei toda alegre. Disse: é daqui que vai sair o ganha pão da minha família.

Em suas trajetórias de vida eram comuns as histórias de famílias sem pai, os casos de doenças, mortes ou abandonos, os filhos tendo que ajudar as mães, o desemprego, a falta de qualificação profissional, bem como o lixo chegando de mansinho, cercado de nojo e vergonha, mas constituindo-se, sobretudo, como possibilidade de sobrevivência.

Pais, filhos, irmãos, cunhados, tios, famílias inteiras se envolviam no trabalho de catação. Com o passar dos anos alguns saíram, mas a maioria foi ficando: “Tem gente que sai, mas quando perde o emprego volta. A ASMARE é sua referência”.

Se vivenciaram muitas discriminações, reconheciam que hoje a situação era outra. Mesmo assim, às vezes, voltava a vontade de estar exercendo uma outra atividade profissional. Mas duas condições eram fundamentais para tanto: “só se for um trabalho melhor”, quer dizer, um “trabalho fichado”, onde tivessem a “segurança” dos direitos trabalhistas e previdenciários. Mas não era só isso: “tem que ganhar mais também.”

Face às condições semelhantes, não havia dúvida, preferiam ficar na associação, onde já conheciam o trabalho, ganharam experiência, fizeram amigos. Viviam uma realidade diferente daquela que enfrentavam antes da criação da ASMARE e com isso mudaram também sua concepção em relação ao lixo.

Lixo é carbono, é resto de lavagem, folha, pó de café... A única coisa que é lixo é isso agora, porque as garrafas a gente vende, latinha vende, então só o que não dá pra aproveitar mesmo é que é lixo.”

Se a pessoa medita bem, vai ver que tudo aproveita... Pra mim lixo não existe. A pessoa fala que é lixo, mas lixo mesmo é só o carbono, o papel higiênico e o material de hospital. Tudo é aproveitado. Por isso num existe também catador de lixo. Existe é catador de papel, catador de latinha, catador de papelão... Hoje em dia, com a reciclagem, com a matéria-prima recuperada, o material volta a ser o mesmo produto que era.

## 5.2.2 O Trabalho, a Saúde e a Vida

O trabalho realizado pela Asmare tinha um importante ponto de referência, ou seja, a dinâmica da coleta seletiva implantada, bem como a existência dos LEV's – Locais de Entrega Voluntária, situados em pontos estratégicos da cidade. A partir daí entravam em ação os caminhões que recolhiam o material acumulado e o transportavam para um dos galpões de trabalho – o Galpão da Coleta Seletiva.

Entretanto, a maior parte do material ainda era proveniente da catação de rua realizada pelos associados, percorrendo seus roteiros construídos através da prática diária. Isto era o que ocorria no Galpão Operacional, onde o processo de trabalho se dividia em duas etapas distintas, uma dentro e outra fora da sede da ASMARE. O marco inicial era a ida para a rua, em torno das 17 horas, para realizarem a primeira fase do trabalho, isto é, a catação do material. No começo não tinham “um lugar certo”, mas com o tempo demarcaram suas áreas, demonstrando suas preferências pela zona comercial, “onde ficam os bancos, as lojas” e onde “cada um já tem suas freguesias, que já deixam o material separado.”

Em geral catavam papel, papelão e plástico. A justificativa era que “é mais fácil de achar”. Se fosse papel branco era ainda melhor, em função do preço que conseguiam obter com sua venda. O problema era que ele era mais difícil de ser encontrado.

Catar plástico também tinha suas vantagens. Ele rendia bem, tinha um mercado melhor. A coleta não se limitava, porém, a tais materiais. Havia também os catadores que não escolhiam muito e pegavam “tudo quanto é tipo de material.” A questão era pegar o que estivesse disponível e, neste caso, havia alguns períodos do ano em que eram favorecidos com o aumento no volume do lixo. O Natal era um destes períodos, mas havia uma ressalva:

É bom para nós, mas é ruim pro meio ambiente. Se a gente recicla e consegue dar o destino certo pra esse material é ótimo. Se não consegue, aí vai pro aterro e vai poluir o meio ambiente, vai poluir os rios, igual a garrafa PET. Ela é uma grande poluidora.

A coleta nas ruas se estendia, em geral, até perto das 22 h. O próximo passo era retornar para a ASMARE, colocar o carrinho no estacionamento que lhe era reservado, tomar um banho e ir para a casa.

A continuação do processo só ocorria a partir das 8/9h do dia seguinte, quando retornavam à associação e se orientavam pela seguinte seqüência no trabalho: levavam o carrinho até seu box individual e o descarregavam; realizavam a triagem do material; voltavam a encher o carrinho e o conduziam ao local de prensagem e enfardamento, ocasião em que recebiam um comprovante do material entregue (vale de pesagem). Durante todo o dia ocupavam-se com tais tarefas e, ao final da tarde, davam início a mais uma rotina de coleta, saindo para as ruas.

Já no Galpão da Coleta Seletiva a dinâmica era outra:

O nosso material pra bem dizer, já vem um pouco separado. Vem mais limpo. Plástico, papel, papelão, revista, jornal é tudo trazido pela SLU e pelos convênios, pelas pessoas que doam. O lixo é trazido aqui na porta e nos separamos então. Chegam os caminhões e colocam no pátio. A gente pega e leva para os lugares de separação. Depois chegam os balanceiros, pesam, e aí nós trazemos pra cá e despejamos na unidade operacional para enfardar. Formamos os fardos de PET, de plástico, de papel branco, de revista.

Nesta dinâmica entravam em ação os triadores, os preneiros e os enfardadores, compondo dois grupos de trabalho: um das 8 às 17h e outro das 17 às 23 h. Se houvesse necessidade, porém, esta divisão do trabalho era superada, já que “todos podem fazer de tudo quando precisa.”

Em ambos os galpões, a comercialização do material cabia à associação, mantendo contato direto com as empresas recicladoras. Para obter um melhor preço uma tática adotada era a própria ASMARE prensar e preparar o material, já que: “isso dá qualidade melhor para o material”. Outra questão era estocá-lo, vendendo-o quando a quantidade acumulada se tornava um atrativo maior para os compradores.

“Nós ganhamos por produção” – era o que os catadores afirmavam. Cada um tinha tal produção controlada, havendo uma cota mínima a ser atingida por mês (2 toneladas) e contando com a garantia de que a ASMARE compraria seu produto, independente da possibilidade de poder comercializá-lo imediatamente. Tal fato acabava com a preocupação dos catadores no sentido de terem que vender logo aquilo que coletavam.

De acordo com sua escolha podiam receber a cota de rendimentos que lhes cabia, por semana, quinzena ou mês. A cada três meses recebiam ainda valores complementares, correspondentes às diferenças obtidas pela ASMARE na venda do material, considerando os preços pagos inicialmente aos catadores.

No Galpão Operacional sua renda mensal oscilava entre 1 a 10 salários mínimos, mas a média variava em torno de 4 a 5 salários mínimos. Eram diferenças atribuídas ao esforço próprio e à existência de “pontos bons”, com doadores mais antigos, que juntavam material para eles, além de “pagar um lanche de vez em quando. Eles reconhecem que a cidade está mais limpa graças a nós.”

Já no Galpão da Coleta Seletiva o rendimento era bem inferior, dificilmente ultrapassando o valor referente a 1 salário mínimo. Tratava-se, contudo, de uma opção daqueles que, por algum motivo, preferiam não realizar o trabalho de catação nas ruas, ficando na dependência do material que lhes era trazido.

Na dinâmica do trabalho, os braços e mãos se constituíam em seu principal instrumento de trabalho e o uso do uniforme era uma exigência respeitada por todos. Quase unânime era também o uso de máscaras, luvas e botas. Além de reconhecerem sua importância havia as normas da ASMARE a serem respeitadas e um outro fator a destacar: o trabalho com os parceiros e as condições que estes estabeleciam. Afinal: “parceiro dá e exige”.

Gostavam de seu ambiente de trabalho, reconhecendo suas vantagens, principalmente quando o comparavam com a vida que tinham antes de ingressarem na associação. A proteção contra o sol e a chuva, a existência de um local seguro para separarem e guardarem seu material, a garantia de poderem vendê-lo por um preço mais adequado – estes eram fatores extremamente valorizados. Além disso, existia o bom relacionamento que imperava e a segurança de poderem contar com a associação:

Tem a amizade dos colegas. A gente já está aqui há muitos anos e então todo o mundo já sabe as necessidades de cada um. Num tem confusão.

Antes a gente sofria muito e num tinha ninguém pra apoiar a gente. Agora tem a ASMARE. Se a gente adocece, sabe que o material vai ficar guardadinho, sem ninguém mexer.

Agora tem lugar pra gente tomar banho, refeitório e tem também respeito.

Diversas eram as vantagens que associavam a seu trabalho: “Você num tem patrão, cada um é dono de seu trabalho e sua responsabilidade.”

Além disso, à possibilidade de venda do material se juntava também a possibilidade de seu aproveitamento, quer para uso próprio, quer para o transformarem em outros produtos a serem comercializados:

A gente aproveita muita coisa e tem outra coisa, você sabe que dali você ganha pra comprar as coisas pros filhos. Estou criando filho, criando amigo, já estou criando até neto.

Eu aproveito muita coisa. Eu acho uma blusa, aí eu já levo e lavo, conserto. Até vassoura a gente aproveita pra levar pra casa. O mais é roupa, vasilha, sapato.

Aparece muita coisa. Um radinho, relógio, telefone, calculadora. Painela, acho demais.

Restrições só eram feitas em relação à alimentos: “Alimento não. Alimento nós num pegamos. Está contaminado. Pode causar problema de saúde na gente.”

Apesar das vantagens relacionadas, uma dificuldade ainda era grande: o problema com o trânsito e a imprudência dos motoristas. É certo que muita coisa já havia melhorado, até mesmo porque este era um assunto abordado no curso que faziam para ingressarem na associação. Conheciam as regras de trânsito e eram obrigados a respeitá-las. Mas nem sempre os motoristas faziam o mesmo. Assim tinham que estar sempre atentos, avaliando se tinha alguma providência que podiam tomar, a exemplo do que aconteceu com a instalação de um sinal luminoso nas proximidades da sede da ASMARE.

Fora do trânsito achavam que os riscos deste trabalho eram mínimos ou inexistentes. Os anos que já vinham dedicando à catação de lixo e as condições de saúde que diziam apresentar pareciam comprovar a sua opinião de que lixo e doença não se misturavam necessariamente. O que podia acontecer era um corte com algum pedaço de vidro que encontravam no meio do material que coletavam.

Mas, havia os que apresentavam restrições ao lixo hospitalar e os que relatavam a presença de ratos nos galpões, demonstrando preocupação com sua saúde. Para eles “a saúde é uma coisa muito importante ... Tem que evitar de adoecer. Com a doença, quando não vai

pra debaixo da terra, fica em cima de uma cama e num consegue trabalhar, num consegue andar, então fica uma pessoa inválida, até a morte.”

Suas falas apontavam a existência de algumas situações que enfrentavam, tais como alergias, problemas respiratórios, gripes, bronquites, alguns casos de alcoolismo e uso de drogas. O que se observava, contudo, é que o rótulo de “doença” só era dado àquelas situações que os incapacitavam para o trabalho. Assim, o que precisavam era ter cuidado, reconhecendo também que para trabalhar com a reciclagem algumas exigências tinham que ser observadas. Exigência no âmbito do cuidado pessoal e com a própria atividade da catação, reunindo assim, num mesmo bloco, saúde, sobrevivência e trabalho:

A pessoa tem que se alimentar bem, tem que tomar muito líquido.

Tem que aprender a separar, a colocar cada material no seu lugar. Precisa saber o que catar, que tipo de coisa vende . Hoje em dia já tem material que não era vendido e agora é.

O importante é chegar perto de uma pessoa que tem conhecimento, conversar, dialogar. Tem que observar muito. Observar como a pessoa faz a triagem. Não adianta a pessoa falar assim: eu vou começar a trabalhar hoje, e aí ela começa a pegar o papel lá na rua e enfia dentro de uma caixa. Num pode ser assim. Tem que separar, pesar... A pessoa tem que se preparar, olhar o mais experiente, ficar ali pelo menos uma semana. Depois disso, está treinado.

Quando chega uma pessoa nova ela num chega no nível dos que já estão aqui. Precisa capacitar.

Mesmo havendo cuidado e treinamento, os problemas de saúde podiam ocorrer e, nestes casos a ASMARE fazia encaminhamentos para a rede pública, auxiliando, quando necessário, através de adiantamentos para a aquisição de medicamentos. Já tinham pensado em fazer convênios com algumas clínicas, mas sua posição era a de que

a gente luta pelo objetivo que é de todos, porque a responsabilidade é do governo. Se a ASMARE pagar um convênio hospitalar, a pobreza vai gerar muito mais pobreza. A gente luta que seja um atendimento amplo, não só pra ASMARE, mas para todos os moradores de rua e catadores de papel. Não é nosso objetivo dar assistência à saúde, mas sim cobrar de quem deve dar.

Outra preocupação era a questão da moradia, não se admitindo que seus associados ficassem nas ruas. Na verdade, á época da pesquisa, todos dispunham de algum lugar para morar. Nem sempre eram casas próprias e por vezes havia referência às suas precárias condições, bem como as deficiências em termos de saneamento ambiental e equipamentos sociais básicos: “num tem água, num tem luz, tudo é difícil lá. Num tem asfalto, nem supermercado. Tem que comprar tudo aqui e levar pra lá.”

Algumas também foram construídas em locais bem distantes da sede da associação, mas tanto estes como todos os demais associados dispunham de vale transporte que mensalmente lhes era fornecido pela ASMARE.

Nestas casas moravam com suas famílias. Fazer parte de uma família era sinônimo de “ser gente”, ter responsabilidade, respeito e poder dividir seus problemas. Cônjuges, companheiros, filhos, enteados e, às vezes, outros parentes dividiam um mesmo teto. Quase sempre dividiam também o mesmo trabalho. A exceção encontrava-se, sobretudo, em relação às crianças que se encontravam em idade escolar. Estas estavam na escola. Tratava-se de uma exigência da própria associação, mas também de um valor assumido pelos pais. A educação formal a que não tiveram acesso ou de onde logo tiveram que sair era algo a ser obrigatoriamente disponibilizado aos filhos, traduzindo a possibilidade de terem um futuro melhor: “os filhos têm que estudar pra ter uma profissão. Têm que trabalhar fichado, pra mais tarde ter onde se encostar.”

Os que ainda não estavam em idade escolar, às vezes ainda acompanhavam os pais na tarefa de coleta e triagem do material. Mas estes sempre contavam com a ajuda dos colegas que “também ficavam dando uma olhadinha neles.” Era, contudo, uma situação provisória. A creche pela qual tanto esperavam tinha ficado pronta. Agora só estava faltando adquirir os materiais já listados, para que entrasse em funcionamento. “Após 6 anos de luta”, já estavam comemorando mais uma conquista.

Em relação aos filhos com idade escolar valorizavam não só a frequência à escola, mas a educação em seu sentido amplo, expressa através do respeito às pessoas e de “saber entrar e sair de qualquer lugar”.

Era importante saber se relacionar com as pessoas, ter união, ter amigos. Com eles, às vezes se reuniam nos finais de semana, para algum programa ligado à igreja ou ao esporte. A televisão e os afazeres domésticos também os ocupavam, mas não era exagero dizer que sua vida girava em torno do lixo, quer executando diretamente suas tarefas, quer participando de reuniões, assembléias, cursos, congressos, atuando nas comissões existentes ou envolvendo-se com os preparativos do próximo carnaval.

Neste último caso o trabalho também era grande e exigia muita dedicação:

A gente forma um grupo e tem ajuda de um compositor e de um artista plástico. De cada pessoa vai tirando uma palavra e aí ele compõe a música. As letras sempre falam do trabalho, da vida da gente. Eu já fui rainha da bateria 8 anos. Agora falei assim: tem que dar espaço pra outra. Mas eu tinha aquele orgulho de sair com a roupa da reciclagem.

Continuavam cuidando de sua capacitação e estavam presentes em diversos eventos que se relacionavam à sua atividade profissional. Não se limitavam só à cidade onde moravam. Recebiam muitas visitas e também, atendendo a convites das prefeituras, estavam levando sua experiência a várias cidades vizinhas:

A ASMARE está em 33 municípios, levando a experiência e trabalhando até em lixão, pra tirar as pessoas de lá. Quando o prefeito adere a causa, é beleza. Convidam a ASMARE através do nosso administrador. Nós temos a nossa equipe. Temos as Assistentes Sociais e aí as meninas vão lá fazer o trabalho. Fica trabalhando o catador. Ele não aceita qualquer pessoa. Pra trabalhar com catador você tem que chegar ... Toda a vez que você vai no lixão ele acha que você está querendo tomar o lixão. A realidade é essa. Tem que ser muito sensível pra conversar com ele, mostrar pra ele que é possível sair dali do lixão. Mas com uma condição: sair do lixão e lançar a coleta seletiva e levar eles tudo pra trabalhar. A Assistente Social da ASMARE faz o trabalho com o catador de fora, de lixão, de rua que queira se organizar. Mas também tem que ter a prefeitura querendo, a comunidade querendo. Você tem que mostrar que a luta vai valer, que a luta é merecedora. Aí você tem que provar. Igual quando nós começamos a associação. Logo, logo já estava comprando lote, já estava comprando sua casa. Você tem que provar que é viável, porque num é dando cesta básica que vai conseguir acabar com a pobreza não. Tem que gerar trabalho e renda. A gente fala muito que a ASMARE dá a vara e ensina a pescar. Ela não dá o peixe. Cesta básica dá um mês, outro não e a pessoa acomoda. Aqui nada é de graça. Até o restaurante é R\$2,00 o prato com suco, pra valorizar o trabalho.

Mudar a situação dos catadores que estavam fora da ASMARE não estava sendo uma tarefa fácil, tendo em vista a relação que alguns ainda mantinham com os atravessadores: “Os donos de depósito não deixam eles irem nas reuniões. Fala assim: se vocês forem eu tomo o seu carrinho. Aí ele num vai, porque se não como ela vai trabalhar?”

### **5.2.3 Mais Que Perdas e Ganhos**

“Sou Carlos Antônio. Sou associado da Asmare” – um homem e seu trabalho – assim muitos catadores se apresentavam, revelando a importância do vínculo profissional que tinham construído e que resgatava sua auto-estima e sua identidade.

Com isso iam se distanciando do tempo em que “nós num éramos ninguém, éramos vistos como lixo.” Até chegar a este ponto tiveram, contudo, que superar muitos preconceitos, como já foi visto.

Nascendo com poucos associados e enfrentando inúmeras dificuldades, a ASMARE se fortalecia a cada dia. Hoje já é referência não só não região, mas em diferentes estados brasileiros, levando sua experiência aonde fosse convidada. Recebe também visitas. Colégios,

universidades, pesquisadores, prefeitos, “até a primeira dama da Alemanha e da França já vieram aqui.”

Freqüentemente os catadores eram notícias nos meios de comunicação. Seu desfile no período do carnaval era um ponto de destaque, já fazia parte do calendário turístico da cidade e isso contribuía para que a ASMARE se tornasse mais conhecida e valorizada. Uma de suas fundadoras, que exercia a função de animadora geral à época da pesquisa, já tinha sido paraninfa de uma turma de graduação da PUC local e recebeu prêmio da Revista Cláudia como “Mulher do Ano”. Também a ASMARE vinha recebendo prêmios. Em 1992 era destaque como o Diploma de Honra ao Mérito concedido pela Câmara Municipal de Belo Horizonte. Já em 1997 recebeu o prêmio Henry Ford “Conservação Ambiental” e em 1999 foi a vez de a UNESCO destacar a associação como “Entidade do Ano”.

Agora os catadores não precisavam mais se esconder, nem fugir de ninguém. Sem vacilar reconheciam que, em suas vidas, existia um antes e um depois da ASMARE. Antes o lixo, ou melhor dizendo, o material reciclável, já tinha seu valor porque era o responsável direto por sua sobrevivência pessoal e familiar. Mas, agora era diferente. Não se tratava apenas de uma questão de sobrevivência. Era questão de trabalho e cidadania, constituindo um processo de aprendizagem e exercício contínuo.

Quando nós trabalhávamos lá fora, a gente trabalhava o ano todo e no fim do ano ganhava um garrafão de vinho, ou 10 reais ou 10 cruzeiros, naquele tempo. Na ASMARE não. Você viu como funciona, não é? Cada um tem sua divisória, ele separa o material, passa pra ASMARE. A ASMARE paga ele o preço de mercado. Depois ela consegue vender por um preço melhor, depois de imprensado. Então de 3 em 3 meses distribui as sobras. Antes era de ano a ano, agora é de 3 em 3 meses.

Hoje a gente trabalha uniformizado, bota a carteirinha, as pessoas já falam direito com a gente, tratam com respeito. Agora tem também aonde guardar o material.

Nós conseguimos recobrar nossa cidadania. Nós nem sabíamos o que era isso. Os outros nos tratavam como lixo e nós achávamos que nós éramos lixo mesmo. Hoje não, a gente tem essa consciência de que nós somos cidadãos. Aliás, nós já nascemos cidadãos, mas a sociedade negou. Nós temos nossos direitos. A gente tem direitos e deveres a cumprir. Hoje nós temos nossa casa, nossas compras, mantemos nossos filhos na escola, graças a Deus.

Com esse trabalho a gente aprende muita coisa. Você vai a muito lugar. A gente já foi parar até em Brasília, um lugar muito importante. Antigamente não, as pessoas faziam de conta que a gente não existia. Hoje não, a gente é um cidadão mesmo e passa a nossa experiência para outras pessoas. Hoje tem o respeito que foi conquistado com a formação da associação.

Hoje a gente recebe até elogio na rua, porque está ajudando a limpar a cidade. Eles até oferecem lanche pra gente. Eles telefonam e convidam a gente pra pegar material que eles num precisam.

Agora é um trabalho reconhecido porque está ajudando a prefeitura, ajudando a sociedade a limpar a cidade. Um dia só que você fica sem ir na rua, você precisa ver como fica sujo.

A gente aprende muita coisa. É como se diz, a escola da rua. Se eu não tivesse seguido esse destino, eu acho que hoje eu poderia ser um bandido.

“Hoje a gente é respeitado como cidadão” – esta foi uma das frases mais ouvidas. “A identidade de cidadão veio com a ASMARE” – foi o depoimento de um entrevistado.

Mudou a forma de a sociedade ver o catador? Face a tal pergunta, prontamente, vinha uma resposta: “Mudou. Mudou porque chama catador organizado, não é? Tem que andar de uniforme, com os carrinhos amarelos, com número de telefone e tudo. Sem organização ninguém chega a lugar nenhum.”

Consideravam também que, mesmo indiretamente, a ASMARE beneficiava “os que ainda estavam lá fora”. Isto porque “hoje você não vê polícia mexendo com catador mais.”

Sabiam, porém, que isso não era uma unanimidade. Ainda sentiam vestígios da antiga discriminação e reconheciam também que “no momento está muito difícil viver do papel. A luta não pára. Cada dia tem mais gente pra trabalhar e mais desempregado. E a gente pensa mais no outro do que na gente. Eu mesmo, eu num sonho sozinha mais.”

Alguns deixavam escapar os sonhos que tinham, no âmbito pessoal e familiar, priorizando quase sempre a questão da moradia, o que englobava a aquisição de um lote, a construção de uma casa ou a possibilidade de fazer melhorias nas mesmas.

Difícilmente deixavam de incluir a questão do trabalho e com isso era expresso o sonho de “virar uma cooperativa”, onde pudessem beneficiar o material e vendê-lo direto para as indústrias. Planejavam organizar uma espécie de fábrica para reciclar plástico, mas para isso reconheciam que “tem que fazer um estudo muito amplo.”

Articulados com a Universidade Federal estudavam “novas frentes, novos empreendimentos, a possibilidade de fazer telha de papel.” Desde o início vinham aproveitando a experiência que tinham e investiam na necessidade de organizar o trabalho e fazê-lo crescer, “crescer no ramo, ampliando as possibilidades de trabalho”. Agora não era diferente.

Muitos eram os passos a serem dados e outro de seus focos era o reconhecimento oficial da profissão (o que ainda não tinha acontecido à época de realização das entrevistas). Este reconhecimento vinha trazer respostas para um de seus maiores desejos: o vínculo

previdenciário. Alguns até já contribuía para a previdência como autônomos: “Se num pode por catador de papel, bota dona do lar”. Mas isso não satisfazia.

Acreditavam que precisavam ter “boa vontade e continuar a botar a mão na massa”, “ter amor, dedicação mesmo”. O trabalho era muito cansativo, quase não permitia um horário de folga, mas eles se consideravam “gente de luta”: “Eu continuo a tocar o barco, vou em frente (...) é uma luta muito lutada pra nós conseguirmos chegar aonde nós estamos e precisa cada vez mais.”

“Nós vivíamos do lixo, morávamos no lixo e éramos considerados como lixo. Mas isto agora mudou” – assim um catador sintetizava seu cotidiano, ressaltando o quanto considerava vitoriosa sua experiência com as sobras. Era a vitória contra formas perversas de inclusão social, fruto de sua organização e do enfrentamento dos estigmas que cercavam o lixo.

Mesmo quando, anteriormente, eram classificados como marginais que ameaçavam a sociedade, vivenciavam e negavam tal situação. Continuavam afirmando sua condição de trabalhador. Interior e exterior entravam, assim, em choque, configurando dois mundos que pareciam incomunicáveis.

Em função de sua aparência, do corpo sujo e com roupas maltrapilhas, da atividade que realizavam e do fato de se aglomerarem nas ruas, dela fazendo também sua moradia, os catadores ganhavam atributos depreciativos, produzidos e reproduzidos via relações sociais. Com a ajuda de parceiros conseguiram, contudo, alterar este quadro, caracterizando provavelmente uma situação onde “alguém que tinha um defeito particular se transforma em alguém que tem provas de tê-lo corrigido” (GOFFMAN, 1975, p.18-19)

O enfrentamento da vulnerabilidade no campo da ocupação foi o primeiro passo e com ele a ASMARE foi conquistando a valorização profissional. Mas não era só isso. Ao trabalho e a renda se juntavam o acesso a moradia e a uma alimentação saudável, a possibilidade de manterem os filhos nas escolas, a conquista recente de uma creche, as diversas oficinas em funcionamento e com elas a chance de uma qualificação profissional.

Com isso os laços familiares se reforçaram, bem como se evidenciou o resgate de um convívio social pautado pelo respeito e pela solidariedade. Novas representações sobre o lixo e o catador foram construídas, dentro e fora da ASMARE.

Do lado de fora, as avaliações também se modificavam e, em publicação comemorativa dos 10 anos da ASMARE (ASMARE, 2000), alguns depoimentos punham em evidência o valor que tinham conquistado:

“... a Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Reaproveitáveis de Belo Horizonte – ASMARE é um modelo de organização e de

desenvolvimento sustentável.” (Heliana Kátia Tavares Campos – Coordenadora Nacional do Programa “Criança no lixo Nunca Mais” pelo UNICEF e membro da coordenação do Fórum Nacional “Lixo e Cidadania”)

Hoje a ASMARE tem um ritmo frenético de expansão. Acompanha a globalização e contribui com o avanço das redes de solidariedade. (Maria Vany de Oliveira, pesquisadora)

A ASMARE une o trabalho indispensável em defesa da comunidade e dá um gigantesco passo no sentido da cidadania. Nessa labuta, gera responsabilidades, trabalho e renda para mais de mil pessoas. Mais importante que sua contribuição com o espaço urbano, é a sua contribuição para o resgate da cidadania de pessoas inicialmente condenadas a viver nas ruas, garantindo o seu direito a ter direitos. (Vera Victor – Secretária de Desenvolvimento Social de Belo Horizonte)

A ASMARE é muito importante porque está a cada dia abrindo novos leques e cobrindo uma carência no mercado de trabalho. Dentro da Belgo, é a ASMARE que garante a triagem e a prensagem dos reciclados. Juntos, estamos buscando outras possibilidades para a reciclagem de plásticos e sucatas metálicas. (Maurício Isidoro Oliveira – Coordenador de Meio Ambiente e Utilidade da Belgo Mineira Bekaert-Arames)

O trabalho dos catadores de papel é indispensável e tem dado grande contribuição para a garantia da qualidade de vida da cidade. A ASMARE encontrou uma maneira feliz de conciliar o sustento de muitas famílias com um trabalho digno. E é a prova maior de que quando o poder público toma uma decisão política e apóia esse tipo de iniciativa, o benefício é para toda a sociedade. (Célio de Castro – Prefeito de Belo Horizonte)

A ASMARE se apresenta como uma ação pioneira. Trabalha com a visão empreendedora sem depender do apoio caritativo. Gera renda dentro de uma nova proposta de organização social. Trabalha com parcerias sem se ver como agente solitário, adotando a ação solidária. Isso faz a diferença. (Ricardo Neves – Coordenador Nacional do Programa Life das Nações Unidas – PNUD)

Os catadores de papel têm uma grande importância no Modelo de Gestão dos Resíduos Sólidos de Belo Horizonte. Com um trabalho voltado para a coleta seletiva, esses agentes de limpeza pública são parceiros prioritários da SLU, passando para a população uma lição de cidadania e ecologia. (Luiz Enrique Dantas Hargreaves – Superintendente de Limpeza Urbana)

“A vida me fez um papelão e eu fiz do papelão a minha vida” – esta é uma frase de autor desconhecido, escrita em uma construção no centro de Belo Horizonte e que, a meu ver, sintetiza a realidade vivida por seus catadores.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Investigar as táticas de viver e resistir, problematizar as possibilidades de re-inventar um cotidiano a partir do trabalho com o lixo – aqui se encontrava o foco de interesse da presente tese, apontando para uma indagação principal: que mecanismos de filiação social podiam ser construídos através da experiência com as sobras?

Meu intuito era explorar mais de perto o cotidiano dos catadores de materiais recicláveis, em algumas das diferentes formas como tem se apresentado, construindo assim uma maior aproximação com o mundo das sobras e dos sobrantes. Marginais ou trabalhadores? Excluídos ou incluídos? Indivíduos que se misturavam com o resto? Resto que era lixo? Lixo que tinha cara de fim de linha ou lixo que constituía um recomeço? Que universo era esse? Que elementos o caracterizavam? O que catavam os catadores? Para aonde estavam caminhando?

Estas interrogações guiaram o estudo, mas longe de representarem dicotomias, simbolizavam possíveis faces a serem exploradas. Faces que configuravam uma mesma realidade, marcada por ambigüidades e estigmas, revelando e escondendo histórias que, a princípio, pareciam estar direcionadas para pelo menos duas lutas: a sobrevivência imediata e a manutenção da condição de trabalhador. Mas seria mesmo assim? Que implicações daí decorriam?

No aterro, na cooperativa e nas associações os catadores contaram suas histórias, as marcas que a pobreza ia deixando em suas vidas, as lutas que travavam, suas muitas derrotas e algumas conquistas tão duramente conseguidas.

Seus trajes e feições, seu modo de viver e se ocupar, o fato de serem tão “diferentes” dos padrões estabelecidos e aceitos socialmente, os aproximavam de um mundo desqualificado a ser mantido à distância. Insistentes queriam, porém, assegurar sua sobrevivência e mais que isso, teimavam em conquistar ou recuperar uma identidade que nem sempre pôde ser muito clara para eles – a identidade de trabalhador. Na verdade conviviam em uma realidade onde clara era a discrepância entre a identidade social virtual e a identidade social real, afastando o indivíduo da sociedade e de si mesmo “de tal modo que ele acaba por ser uma pessoa desacreditada frente a um mundo não receptivo.”(GOFFMAN, 1988, p. 28)

Não deixavam, porém, de recorrer ao discurso da cidadania e da crença de que um dia “as coisas iam mudar”. “Desejo ... Necessidade ... Vontade (...) A gente não quer só comida (...) A gente quer inteiro e não pela metade”. Assim cantam os Titãs e assim também pareciam se mover os catadores, descobrindo que tinham direitos, direitos estes que iam além do fato de

terem que trabalhar de dia para comerem à noite. Para muitos, contudo, esta ainda era uma realidade distante, ficando aprisionada no mundo do discurso.

Em suas histórias de vida, muitos foram os pontos comuns. A fome, o desemprego, a “precisão”, a capacidade de “se virarem” como podiam, a instabilidade, a falta de qualificação profissional, o ingresso e a permanência no mundo da informalidade, as famílias a serem sustentadas, a aproximação com o lixo, já que “era uma atividade como outra qualquer” e “num dava pra ser outra coisa”. Havia também os riscos à saúde, ora admitidos, ora negados, além das perseguições policiais, as fugas, as idas e vindas de casas, ocupações e famílias.

Enfatizando, essencialmente, o eixo trabalho, saúde e vida, procurei acompanhar algumas trajetórias de tais sujeitos, através de seu cotidiano permeado por processos de filiação/desfiliação. Nestas trajetórias, se muitas foram as semelhanças, várias foram também as diferenças identificadas entre eles. Em cada canto um perfil se desenhava, pondo em destaque algumas de suas particularidades.

No Aterro estiveram presentes algumas marcas mais evidentes de uma perversa filiação social. De um lado, as condições básicas de sobrevivência podiam ser asseguradas pelos rendimentos obtidos, na proporção direta da produtividade de cada um, individualmente, ou através de seus grupos de trabalho. Ganhos estimados em 2, 3, 5 ou mais salários mínimos asseguravam pelo menos o acesso a um teto e à alimentação, a possibilidade de adquirirem um medicamento, uma roupa ou sapato. A sobrevivência imediata estava garantida. Tinham trabalho e alguma renda e isso parecia traduzir seu ingresso no mundo dos “normais”.

Acontece, porém, que o que chamavam de trabalho era uma ocupação nem sempre assim reconhecida. Da mesma forma o que chamavam de renda era algo incerto e irregular. Proteção social? Isto só estava presente nos sonhos.

Se não tinham outra saída, o jeito era viver o “hoje”, o “aqui e agora”, mantendo-se em uma situação liminar. Turbulências e instabilidades cercavam suas vidas, tornando-se ainda mais grave entre os catadores subordinados aos depósitos, tendo em vista o domínio ainda exercido pelos atravessadores, seja pela via das benesses, seja pela posse dos instrumentos de trabalho e controle de sua dinâmica.

Mas isso não era tudo. Se um ponto de honra era a possibilidade de se auto-denominarem “trabalhadores”, isso não significava dizer que assim também eram considerados e muitos eram os fatores a influir neste processo: sua proximidade ao lixo, com ele se confundindo; as formas como exerciam a atividade da catação, misturando-se e disputando restos; a “invasão” de um lugar onde a presença de catadores não era formalmente

admitida; o cenário fortemente associado à marginalidade, bem como à rede de influências por ela exercida; as normas de sobrevivência que vigoravam extra-oficialmente, com muitos silêncios e submissões.

O processo e as condições de exercício da atividade da catação, assim como os riscos a ela associados, também eram fatores importantes a serem considerados. É certo que não disponho de elementos mais precisos para afirmar ou negar as implicações do trabalho com o lixo no campo da saúde. Entretanto, posso apontar para a presença de inúmeros riscos, listados pelos próprios trabalhadores e notadamente relacionados à acidentes, em estreita relação com a ausência de equipamentos de proteção mais adequados à sua realidade. Mas não é só isso. O que se destacou aqui foi também um processo de responsabilização dos catadores, ou seja, a ocorrência de um acidente estava diretamente relacionada à falta de cuidado ou atenção do trabalhador. Estaríamos aqui diante da impossibilidade de desqualificar mais ainda o trabalho exercido, sendo preferível localizar os possíveis problemas e desvantagens nos próprios indivíduos?

Saindo do campo dos acidentes e incorporando a questão da saúde em seu sentido mais amplo, chegavam por vezes a se referir a algumas queixas, queixas estas prioritariamente relacionadas a alguns sintomas que apresentavam. Entretanto, aqui também havia uma ressalva. O problema nem sempre estava com o lixo em si, mas sim com a rotina do trabalho, que os expunha ao calor, à chuva e a um grande esforço físico. Doenças só eram, em geral, admitidas em terceiros, ou então estavam relacionadas à sua idade ou condição física, “já existindo antes do lixo”.

Se, como afirmavam, saúde era sinônimo de capacidade para trabalhar, não podiam realmente declarar-se doentes, haja vista a rotina que desenvolviam na atividade da catação. Mas o que dizer dos catadores que ingressaram no lixo e logo saíram, indo procurar outra alternativa de vida? Sua breve passagem pelo lixo poderia ter relação com algum problema de saúde? E os que ficaram, o que os diferenciava? Eles desenvolveram alguma espécie de mecanismo adaptativo à realidade da qual pareciam não poder escapar? Estas são questões que ficam em aberto.

Paralelamente, há que se destacar que seu mundo parecia ficar circunscrito ao cenário do lixo. Não havia espaço para muitos vínculos sociais. Seu limite encontrava-se na família, nos colegas de trabalho, em eventuais grupos religiosos ou de lazer. No aterro e, em geral, nos bairros onde moravam, podiam se dizer trabalhadores. Todos se conheciam e pertenciam a um “mundo de iguais”. Mas, e fora dali?

Às vezes faziam questão de se manifestar. Talvez fosse uma tentativa de justificar e valorizar sua vida e seu trabalho. Nestas ocasiões havia um discurso predominante, relacionando habilidades necessárias à atividade que executavam, bem como as inúmeras vantagens que ela podia proporcionar. Outras vezes pareciam se sentir em exibição e se incomodavam com isso, fugindo do contato com terceiros que vinham visitar o aterro e conhecer a dinâmica do trabalho com o lixo. Através de uma foto publicada em jornais ou mesmo de uma filmagem para a televisão havia sempre o risco de tornarem público aquilo que muitos preferiam esconder.

Do lado de fora sabiam que a realidade era outra e precisavam se preservar. Havia o estigma e, em função dele, eram considerados indivíduos inabilitados para a aceitação social plena. Eram pessoas “estragadas e diminuídas”, possuíam traços diferentes dos “previstos” e geravam afastamento (GOFFMAN, 1988).

Com o estigma vinha também a vergonha, o sentimento de culpa e inferioridade, a necessidade de esconderem quem eram e o que faziam. Afinal, mesmo sendo diferentes viviam em um mundo onde vigoravam as mesmas crenças e normas e não ficavam imunes a elas. Acabavam também se depreciando. Na verdade, transitavam por fronteiras onde, lado a lado, pareciam caminhar trabalho e não trabalho, pertencimento e isolamento social, marginalidade e dignidade, igualdade e discriminação.

Lixo era lixo e, por mais que afirmassem estar trabalhando e cuidando de suas vidas, limitavam-se a transitar por uma zona de sombras, tendo apenas camufladas as trajetórias de desfiliação que permeavam seu cotidiano. Mesmo assim, seduzidos pelo lixo ou reconhecendo sua falta de opção, vários foram os catadores que revelaram não ter vontade, nem esperança de sair dali. “Viver como se pode” parecia ser o seu lema, trazendo à tona um saber adquirido na sobrevivência diária ou, talvez, um conformismo do qual não sabiam como escapar.

Entre muitos, porém, ainda vigorava um forte desejo: a possibilidade de conseguir “um trabalho limpo e com carteira assinada”. Sabiam que eram reconhecidos como “seres humanos diferentes”, mas queriam levar uma vida “como manda o figurino”. Enquanto isso não acontecia, o jeito era apenas um: “eu trabalho, descanso e fico na esperança.”

Se no Aterro era claro o cotidiano de filiação perversa, na Coopergramacho algumas mudanças pareciam configurar uma outra realidade. Mas até que ponto tais mudanças imprimiam melhorias no cotidiano dos catadores? Até que ponto tais mudanças os colocavam em uma rota de filiação social?

Nascida por força de um convênio e ancorada em muitas promessas a cooperativa simbolizava a possibilidade de os catadores ultrapassarem os rótulos de marginais que ainda

eram obrigados a carregar, sendo oficialmente reconhecidos como trabalhadores. De catadores a recicladores – esta me pareceu ser a passagem mais importante para eles.

Com ela vinham também novas instalações e melhores condições para o exercício do agora “trabalho”. Um novo cenário se apresentava com mais segurança, equipamentos especializados, distribuição de diferentes funções, proteção contra o sol e a chuva, refeitório, instalações sanitárias, setor administrativo... Mudava o processo e a dinâmica do trabalho. Não perdiam sua tão valorizada autonomia, continuavam donos de seu “negócio”, mas agora, deixavam de lado o isolamento e ganhavam a força de uma organização coletiva, contando inclusive com assessorias e treinamentos técnicos. Pelo menos em tese, era isso o que acontecia.

A prática cotidiana revelou, contudo, inúmeras dificuldades. Poucas adesões iniciais, crescimento posterior, mas gerando também várias desistências, problemas em relação à adaptação a rotinas e normas, bem como ao fato de não serem empregados, mas sim cooperados – estes foram alguns dos entraves enfrentados, apesar dos estudos preliminares realizados, das reuniões preparatórias e dos cursos disponibilizados.

Administrar a cooperativa não era uma tarefa fácil, mesmo com toda a assessoria mobilizada. Da mesma forma, ainda não tinham sido concretizadas muitas das expectativas geradas no que se refere a benefícios sociais e previdenciários e seus rendimentos mensais vinham se mantendo bem abaixo do que conseguiam alcançar anteriormente na rampa.

É certo que alguns direitos sociais foram introduzidos ou retomados, como também é certo que suas condições de trabalho haviam melhorado. Mas isso não impedia que várias queixas fossem enumeradas, evidenciando-se um desgaste e desânimo entre vários dos catadores. Eram queixas que se estendiam às suas condições de vida, às precárias condições habitacionais, a alguns problemas de saúde, ao trabalho em si, cujas melhorias ainda não eram suficientes para introduzirem mudanças mais consistentes em suas vidas.

Agora já trabalhavam uniformizados, usavam botas, luvas e máscaras. Recorriam a máquinas e equipamentos que os auxiliavam na realização de suas tarefas e sentiam-se mais protegidos, reconhecendo que esta era uma vantagem da mudança da rampa para a cooperativa. Riscos ainda existiam, bem como reconheciam estar expostos a algumas doenças. Entretanto, na defesa do trabalho exercido, aqui também tais riscos e doenças eram muitas vezes encobertos, deixando claro que o importante era produzir. Problema mesmo era o chamado “lixo com química”, ou então “quando não tinha nada pra reciclar e a produção ficava baixa”. Favorecendo-os havia também o seguro-salário de que dispunham e o acesso a alguns benefícios sociais, deixando-os menos vulneráveis do que os catadores da rampa.

Poucos anos haviam decorrido desde a implantação da Coopergramacho e talvez ainda necessitassem de um maior tempo para amadurecerem, alcançarem seus objetivos e conquistarem sua emancipação. Entretanto, já ficava claro que precisavam vencer a dependência ainda tão acentuada em relação aos técnicos da COMLURB e da Queiroz Galvão, assim como precisavam rever sua rotina de funcionamento, buscando alternativas para dinamizá-la. O poder paralelo dos chamados “marginais da área” era algo que também permanecia e não podia ser ignorado, embora fosse extremamente difícil de ser superado, tendo em vista os fatores anteriormente descritos. Entretanto, o mais importante talvez fosse repensar sua estrutura de funcionamento, envolvendo mais diretamente os catadores no cotidiano daquilo que chamavam de “um lugar onde todos eram donos.”

Na verdade alguns de seus problemas podiam estar relacionados à sua própria origem, já que se tratava de uma alternativa que não nasceu de discussões entre os próprios trabalhadores, mas sim com uma solução oficial para um problema difícil de ser enfrentado, ou seja, a retirada dos catadores do aterro, na época de sua modernização.

Mesmo assim, para alguns catadores esta cooperativa acabou se transformando em “projeto de vida”. Para muitos, porém, era uma situação voltada apenas para o sustento pessoal e familiar, sendo muito frágil a perspectiva de coletividade em construção.

Além disso, o discurso de valorização de seu trabalho, diretamente relacionado à valorização da reciclagem, já circulava em muitas bocas, mas ainda não tinha sido suficientemente introjetado, impedindo que superassem as sombras que os acompanhavam através dos estigmas que cercavam o lixo.

Era inegável que já tinham dado um passo a frente em relação à situação em que anteriormente viviam, mas também era inegável que longo ainda era o caminho a ser trilhado se pensavam na constituição de uma filiação social mais sólida. Denominavam-se recicladores, mas ainda agiam como catadores, incorporando a carga depreciativa que este termo carregava. Eram cooperados, mas ainda se portavam como empregados expropriados pelo capital. Sonhavam com dias melhores, mas ainda não conseguiam empreender as ações necessárias para tanto, deixando clara a sua vulnerabilidade, especialmente fora dos muros da cooperativa.

Alguns até já apontavam possíveis saídas através de uma diretoria mais dinâmica, da agilização de parceiros e maior responsabilização dos trabalhadores. Na prática, contudo, ainda não tinham conseguido superar a estrutura de “dependência”, prevista para vigorar apenas na sua implantação. O salto de qualidade ainda não fora dado.

As associações, por sua vez, viveram uma história com outras tantas diferenças. Diferenças na origem e em sua trajetória até os dias atuais. A princípio eram catadores de rua. Muitos trabalharam e viveram nas ruas, sendo confundidos com mendigos e marginais, gerando insegurança e repulsa. Eram acusados de sujar as cidades e representar um risco para a população em geral. Sofreram perseguições de policiais e fiscais da prefeitura, viram morrer “chefes de família” em acidentes de trânsito.

Como os catadores do Aterro e da Cooperativa não identificavam outra saída para sua sobrevivência fora do mundo do lixo. Também em Porto Alegre e em Belo Horizonte, tratava-se, muitas vezes, de uma ocupação que já vinha passando de pais para filhos e envolvendo vários membros de uma mesma família.

Acompanhados de perto por diferentes instituições religiosas começaram, porém, a se reunir e a discutir alternativas de trabalharem em grupo. Organização era a palavra-chave e nascia a partir do próprio cotidiano dos catadores, tendo por base duas questões: o enfrentamento das dificuldades com as quais conviviam e a defesa da continuidade do trabalho com o lixo.

Tratava-se, contudo, de uma organização que seguia rumos diferentes do ponto de vista operacional. Uma centralizava sua ação em galpões para onde deveria ir o lixo coletado na cidade. A outra mantinha a catação de rua, mas precisava também de galpões para desenvolver o processo de triagem, prensagem e comercialização. Em ambas entrava também em cena o processo de coleta seletiva.

De uma ou de outra forma, mantinham, contudo, uma filosofia semelhante. Não podiam abrir mão tanto de assessorias e treinamentos, quanto de manifestações públicas, propiciando uma maior visibilidade para a luta que estavam empreendendo, articulando-a com uma discussão centrada na atenção ao meio ambiente e conseguindo a adesão de parceiros para porem em prática as alternativas que queriam construir.

Nesta trajetória alguns aspectos os diferenciavam dos demais catadores, imprimindo qualidade e dando a necessária sustentação para que a iniciativa que assumiam pudesse crescer com consistência. O primeiro se referia ao reconhecimento e valorização da experiência dos próprios catadores, observando-se características e particularidades locais. Não se tratava de impor outros rumos, mas de construir soluções envolvendo os trabalhadores, que eram reconhecidos como tal. Além disso, como enfatizou uma entrevistada, o nome agora era “trabalhador organizado” e isso fazia uma grande diferença, principalmente no enfrentamento dos estigmas.

“O individualismo de coletores não tem força alguma, mas a união destes representa uma arma poderosa” – este também tem sido o reconhecimento oficial em relação ao cotidiano dos catadores no país, conforme registra o estudo Avaliação técnico-econômica e social de sistemas de coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos existentes no Brasil (1999).

Não se tratava, porém, de qualquer união e sua vida era uma aprendizagem permanente, mantendo-os em movimento, tentando corrigir o que “estava errado”, como nos lembra Goffmann (1988). Os catadores não tinham um defeito físico a ser corrigido através de uma cirurgia plástica ou um problema psicológico a ser enfrentado com uma terapia. Mas eles se misturavam com o lixo. Trabalhavam em um ambiente do qual os outros queriam manter distância. Saindo dos lixões e aterros pareciam, porém, amenizar a situação. Nas estruturas organizadas que criavam, as atividades que passavam a executar mudavam de cara. Agora eram aranjeiros, preneiros, encarregados de linha, catadores de materiais recicláveis (e não de lixo). Começavam a se distanciar do “lixo” e se aproximavam de rotinas pertencentes ao chamado mundo do trabalho. Usavam uniformes, equipamentos de segurança, instrumentos de trabalho. Tinham rotinas a seguir, estatutos e regimentos a obedecer. “Alguém que tinha um defeito particular se transforma em alguém que tem provas de tê-lo corrigido.” (GOFFMAN, 1988, p. 18)

Não se pode dizer que estavam livres dos estigmas. Mas, sem dúvida agora tinham armas para enfrentá-los, quer pela dinâmica do trabalho, quer pela consciência ecológica que se formava.

Uma nova relação com o lixo era desenvolvida. Lixo não era mais um sinônimo automático de miséria, fome ou “última parada”. Deixava também de traduzir uma falta de opção e se transformava em matéria-prima e possibilidade de trabalho, bem como uma realidade a ser enfrentada por toda a sociedade que o produzia e deveria ser responsável também por seu destino final, contribuindo, paralelamente, para as alternativas de reciclagem que iam surgindo e já eram bastante divulgadas. Havia também a responsabilidade do Poder Público Municipal que precisava ser cobrada e transformada em ações concretas.

Parcerias era algo de que não podiam abrir mão, a começar pelas próprias prefeituras, mas estendendo-se também a organizações não governamentais, a universidades, instituições internacionais, empresas privadas ...

Pensando no lixo como matéria-prima precisavam se qualificar continuamente para trabalhar com ele. Precisavam pensar em alternativas que lhes agregasse valor e, principalmente, nestas horas os parceiros eram fundamentais.

Uma ressalva era importante. Ter parceiros e assessorias, participar de processos de qualificação profissional e treinamentos não poderia comprometer o movimento de emancipação desencadeado. Isolados não poderiam sobreviver, mas também não abriam mão de suas posições e das decisões tomadas coletivamente nas assembléias.

Havia ainda uma outra questão. O cotidiano do lixo vinha mostrando que a vida não era só trabalho e que direitos era uma palavra que tinha desdobramentos práticos que deviam alcançá-los, como a qualquer outro cidadão brasileiro. Assim se engajavam em diferentes lutas, eram solidários com movimentos sociais, participavam de reuniões que discutiam assuntos da vida em comunidade, estavam presentes nos meios de comunicação para falar de seu trabalho e defender causas ambientais.

Lutavam por creches, por bolsa-escola, por atividades de qualificação profissional para seus filhos, por habitações para os sem-teto, por assistência social à população que ainda era reconhecida como “de rua”. O exercício de organização para o trabalho se estendia à sua própria vida e ampliava-se para a comunidade, buscando um encontro com a cidadania que até então lhes tinha sido negada.

Neste contexto a saúde era um ponto a ser considerado. Aqui parecia haver um maior reconhecimento das possibilidades “daquela doença trazida pelos ratos” e dos riscos de acidentes no trabalho, bem como da necessidade do uso de equipamentos de proteção. Não deixavam, porém, de expressar uma espécie de proteção adicional que diziam adquirir com o tempo: “a gente fica curtida”.

Um aspecto, contudo, os distanciava dos catadores da rampa e da cooperativa: a perspectiva do direito à saúde. Direito à vida, ao trabalho, à habitação, à educação, à saúde. Assim as associações podiam até se mobilizar no sentido de conquistar benefícios nestas áreas, mas acima de tudo tratava-se de uma questão a ser cobrada do Estado. Se não ficavam tão expostos quanto os catadores de lixões e aterros, isto não significava que os problemas não existiam. Eles estavam presentes e precisavam ser encarados.

Assim, diziam estar empreendendo “uma luta muito lutada” e estavam conscientes de suas conquistas. Não deixavam, porém, de analisar as fragilidades ainda existentes e as contradições com as quais tinham que conviver. O volume de lixo era uma delas. Precisavam dele, ao mesmo tempo em que se envolviam em movimentos para reduzir sua produção. Paralelamente, a cada dia enfrentavam novos concorrentes. Eram catadores como eles que transitavam pelas ruas realizando uma coleta prévia, mas eram também fábricas, empresas, escolas, que adotando posições “politicamente corretas”, estimulavam uma nova relação da população com seu lixo, através de um sistema de trocas, onde, por exemplo, uma quantidade

específica de latinhas de refrigerante ou cerveja equivalia a um brinde ou a cupons para sorteios.

Dependiam também do engajamento da própria comunidade na dinâmica da coleta seletiva, nas doações de diferentes materiais que realizavam, assim como era imprescindível a existência dos LEVs e o apoio do Poder Público Municipal para o transporte do lixo, bem como para o desenvolvimento de alguns programas que beneficiavam a dinâmica de seu trabalho e a rotina de suas vidas.

Embora caminhando na direção de uma emancipação, continuavam necessitando de parceiros, de assessorias, de recursos financeiros. Caso contrário como poderiam manter toda a estrutura que colocaram em funcionamento? O que poderia acontecer com a rotina dos galpões se, por exemplo, houvesse uma mudança nas políticas públicas adotadas e as prefeituras cancelassem a sistemática até então em vigor?

Tal situação parecia apontar para a necessidade de uma crescente valorização e profissionalização do catador, bem como para a busca de um contínuo apoio da sociedade, investindo-se, paralelamente, em tecnologias capazes de darem uma maior sustentabilidade ao circuito do lixo. Esta era uma perspectiva presente entre os catadores e tanto em Belo Horizonte quanto em Porto Alegre, alguns estudos já estavam sendo realizados, bem como iniciativas encontravam-se em andamento, como era o caso da implantação de uma unidade de beneficiamento de plástico no Rio Grande do Sul.

Negando-se a permanecerem isolados na frágil base da catação, os catadores mostravam que experiências bem sucedidas podiam ocorrer no cenário do lixo, quer se considerasse o âmbito de geração de renda, quer se tratasse da implementação de benefícios ambientais e sociais.

Confirmando-se como fonte de renda e cidadania o lixo demonstrava sua possibilidade no sentido de interromper trajetórias de desfiliação. Sua base encontrava-se na organização dos catadores, na consciência do valor de seu trabalho, caminhando lado a lado com o aumento da consciência ambiental. Mas isso não bastava, sendo necessário ingressar com vigor na dinâmica da reciclagem, imprimindo uma luta por legislações e políticas públicas que pudessem garantir sua sobrevivência profissional. Em seminários, encontros e congressos, regionais, nacionais e até mesmo internacionais, era esse o caminho que já estavam empreendendo.

Sorridentes, confiantes, esperançosos, eles coloriram a Esplanada como seus lenços verdes, vermelhos, amarelos e azuis, simbolizando as cores dos materiais recicláveis: vidro, plástico, metal e papel, e gritavam em uma só

voz ‘Catador de norte a sul... nesta marcha sem parar, caminhar é resistir e se unir é reciclar’. (OLANDIM, 2001, p. 4)

Assim foram vistos os catadores em um dos eventos promovidos por sua organização, vindo reforçar que a “atenção” tão falada por eles, como condição para o exercício da catação, estava presente também no cotidiano que agora viviam, extrapolando o espaço das rampas ou das ruas. Uma distração era algo que continuava não lhes sendo permitido, se queriam se manter em trânsito na economia do lixo.

Sua posição era a de que

nós estamos começando a reivindicar ao poder público o que é nosso por direito, coisa que antes, sem organização, não teríamos condição de fazer. É o começo de um processo que tende a continuar, se fortalecer, se transformar e com o tempo nós poderemos começar a obter conquistas.” (Depoimento de Alexandre Gamboim, um dos representantes da FARRGS, in: OLANDIM, id. p. 5).

Se no início o que definia a ida para o lixo era a questão da sobrevivência, agora alguns projetos de vida estavam sendo construídos. Não se tratava de viver no lixo, mas sim viver do lixo e, neste sentido, não podiam ignorar o cenário do qual faziam parte.

Era importante considerar também que a indústria já descobrira que a reciclagem era um mercado em expansão. E não se tratava apenas de “consciência ecológica” ou de “postura politicamente correta”. Como afirma Falcão (1999), as grandes empresas já estavam correndo atrás da economia dos custos de produção, principalmente com energia elétrica, matéria-prima e mão-de-obra. O Brasil só recicla 5% de seu lixo, quando seria possível recuperar mais de 30% dos resíduos. Há, portanto, um enorme volume de material a ser ainda aproveitado (MORAES, 1999). Além disso, neste campo se inseriam algumas alternativas de ocupação e renda face ao desemprego e subemprego diagnosticados no país, e isto não podia ser esquecido.

O enfrentamento da rota de desfiliação exigia, assim, uma conjugação de fatores. Participação do poder público, parcerias, envolvimento da população eram alguns deles, mas, sem dúvida, de grande importância era também a qualificação do trabalhador para avaliar o cenário do qual fazia parte, sabendo identificar problemas e causas, bem como sendo capaz de pensar estrategicamente para propor alternativas, constituindo-se como um ator social que tinha consciência do que estava falando e fazendo.

Transitando por um mundo onde eram crescentes as mudanças nas formas de produção e organização do trabalho, cabia considerar que também o lixo comportava discussões que envolviam a dimensão profissional e a dimensão da cidadania. Destaco aqui a questão da

capacitação dos catadores, enfatizando como Deluiz (1995, p.179) a importância de “integrar os objetivos de uma qualificação profissional com a construção de uma identidade individual e coletiva, valorizando-se o desenvolvimento do sujeito e a formação de uma consciência coletiva crítica e emancipadora.”

Avaliando-se a trajetória que os catadores vinham percorrendo era possível afirmar que,

a experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo (...) Não podemos conceber nenhuma forma de ser social independentemente de seus conceitos e expectativas organizadores, nem poderia o ser social reproduzir-se por um único dia sem o pensamento. O que queremos dizer é que ocorrem mudanças no ser social que dão origem a **experiência** modificada; e essa experiência é **determinante** no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados. (THOMPSON, 1981, p. 16)

Como destaca o autor, a experiência não chega obedientemente, nem espera discretamente que sua presença seja convocada. Ela entra sem bater à porta,

e anuncia mortes, crises de subsistência, guerra de trincheira, desemprego, inflação, genocídio. Pessoas estão famintas: seus sobreviventes têm novos modos de pensar em relação ao mercado. Pessoas são presas: na prisão, pensam de modo diverso sobre as leis. Frente a essas experiências gerais, velhos sistemas conceptuais podem desmoronar e novas problemáticas podem insistir em impor sua presença.(id., p.17)

Em cena encontrava-se um diálogo entre o ser social e a consciência social. Uma luta começava a ser empreendida pelos catadores, uma história estava em construção, cabendo destacar que:

Essa gente que vemos na rua, carregando fardos enormes ou puxando carrinhos de mão repletos de papéis, é uma categoria consciente de seus direitos. Cada vez mais organizados em todo o Brasil, os catadores já conseguem romper com os atravessadores (...) Ao quebrar a relação individualizada catador-depósito, os catadores instauram um ciclo de produção, o que lhes exige conhecer e dominar todo o processo de trabalho: da coleta à separação, da prensagem à estocagem, da comercialização ao investimento da renda. Empenham-se também em articular política e tecnicamente a importância da coleta seletiva e da reciclagem, destacando não só sua importância ambiental, mas também as dimensões social, econômica e cultural presentes nesse projeto. (BETO, 2001)

Se esta é uma realidade que ainda não alcança a todos os catadores, cabe reconhecer que o processo de sua organização vem se expandindo. Organização criteriosa e devidamente sustentada, não se reduzindo à perspectiva de “trabalhar juntos”, nem às discussões que

confrontam os modelos cooperativistas aos associativistas. Não é isto que está em discussão neste momento.

Silenciados por tantos anos e reduzidos à condição de indivíduos marginais e perigosos, os catadores encontraram no lixo um meio de qualificar e re-inventar seu cotidiano. O lixo deixou de ser apenas um resto ou uma sobra. Da mesma forma, os catadores buscaram enfrentar sua condição de sobrantes. Mais que sobras e sobrantes – esta foi a realidade que construíram em sua relação com o lixo, transitando em um horizonte onde se misturaram desespero e esperança, submissão e resistência, morte e vida.

No aterro pareciam navegar no ritmo dos acontecimentos. Na cooperativa ensaiavam formas de luta, vivenciando uma resistência tutelada e deparando-se com muitas barreiras. Nas associações, porém, essas barreiras começaram a ser encaradas de frente, recorrendo à diferentes estratégias e colocando em movimento a passagem para a constituição de um outro modo de vida. No processo de luta em curso, um novo grupo era forjado.

O campo do lixo já era considerado como trabalho no aterro. Entretanto, quer no nível econômico, quer no simbólico, algumas mudanças se processaram neste mundo. Catar, triar e comercializar o material reciclável passou a implicar em organização, traduzindo dignidade e fazendo-os recuperar sua condição de trabalhador e cidadão, com uma imagem em crescente aprovação social.

Não mais reféns da inutilidade, mas sim catadores de materiais recicláveis, encarando as sombras que rondavam o lixo, recusando-se a cair em suas armadilhas, migrando do lugar onde estavam em direção de uma re-qualificação de suas vidas, listando reivindicações e compromissos, a exemplo do que ocorreu no Congresso realizado em Caxias do Sul, em 2003:

1. lutar em favor da organização de todos os Catadores e Catadoras em associações ou cooperativas, reforçando os Movimentos dos Catadores existentes, superando a fome e a exclusão por meio de iniciativas que gerem trabalho e renda;
2. intensificar o intercâmbio e a articulação entre as iniciativas e organizações de Catadores de recicláveis dos países do Mercosul e de toda a América Latina, visando a construção de redes de cooperativas, associações e empresas comunitárias e uma futura criação de um movimento latinoamericano deste setor;
3. trabalhar em favor de uma maior integração das comunidades de nossas cidades com as organizações de Catadores através de políticas e programas de educação ambiental, garantindo sua cooperação na separação e entrega dos recicláveis, no controle das ações dos governos, na valorização do trabalho dos Catadores, na participação em Fóruns de Gestão das Políticas Públicas;

4. conquistar, junto aos governos, o reconhecimento do trabalho dos Catadores na limpeza pública e a regulamentação da nossa profissão;
5. garantir programas de alfabetização e de formação para os Catadores que não tiveram oportunidades;
6. lutar pela revisão da legislação do cooperativismo para facilitar a implementação e o funcionamento do sistema no processo de organização dos Catadores;
7. lutar por novas formas de acesso dos Catadores aos benefícios da Previdência Social;
8. lutar contra a privatização do setor e garantir que os programas de coleta seletiva sejam implementados prioritariamente em parceria com as organizações de Catadores;
9. garantir que os investimentos do governo federal brasileiro para o setor de resíduos sólidos urbanos sejam condicionados à implantação da coleta seletiva em parceria com as organizações dos Catadores;
10. lutar pela erradicação dos lixões e implantação de aterros sanitários e pela garantia de investimentos para a implantação de infra-estrutura para o trabalho dos Catadores através de suas organizações;
11. lutar por uma legislação que exija que as empresas geradoras de resíduos sólidos assumam com responsabilidade o seu destino correto;
12. dar passos concretos para garantir o domínio da cadeia produtiva por parte das organizações dos Catadores, articulando-se com outros movimentos sociais para garantir que as propostas de leis e de políticas públicas referentes à coleta, triagem e industrialização de resíduos sólidos, elaboradas pelos Catadores, sejam assumidas pelos governos;
13. lutar por políticas públicas de fomento e incentivo para a capacitação e formação, com autonomia pedagógica das organizações de Catadores;
14. lutar pela criação de linhas de crédito específicas para grupos organizados de Catadores;
15. exigir a garantia da integração dos Catadores na política de saneamento ambiental;
16. lutar em favor de políticas de meio ambiente e de investimento em tecnologias adequadas de industrialização;
17. lutar em favor de nova modalidade de contrato de prestação de serviços entre as prefeituras e as organizações de Catadores na Coleta Seletiva;
18. mobilizar nossas organizações contra a guerra ao Iraque e contra a militarização do Continente Americano com bases estadunidenses, forçando a luta pela paz. (Carta de Caxias do Sul, 2003, p. 2-3)

Este rol de questões remete, por sua vez, a algumas indagações: que significado atribuir a tais reivindicações? Até que ponto era realmente viável pensar a ampliação de sua participação nos diversos níveis do circuito da reciclagem? Que sentido atribuir às discussões que extrapolavam o espaço da produção? Como vinha se dando a relação assessores-catadores?

Mais que isto: aqui terminavam seus problemas e lutas? Estava consolidada uma filiação social? Certamente que não. Estigmas, ambigüidades e vulnerabilidades continuavam a circular no mundo do lixo. Isto não podia ser ignorado.

Não custa lembrar que falamos aqui de um processo e não apenas de um estado alcançado. Muitas questões permaneciam, assim, em aberto. A relação lixo-doença era uma delas, a sustentabilidade de sua organização era outra, bem como a caminhada ainda em curso na rota da consolidação de sua cidadania.

Algumas barreiras já tinham sido ultrapassadas e os catadores, investindo em sua organização, passavam a se reconhecer também como cidadãos, ingressando em um cenário fértil de possibilidades. Como destaca Matos (1994, p. 16) a análise do cotidiano revela um universo de tensões e movimento

com toda uma potencialidade de confrontos, deixando entrever um mundo onde se multiplicam formas peculiares de resistência-luta, integração-diferenciação, permanência-transformação, onde a mudança não está excluída, mas sim vivenciada de diferentes formas.

Os aspectos explorados no eixo trabalho, saúde e vida não esgotam o tema. Muitas são ainda as dimensões a serem analisadas e aprofundadas. Paralelamente há que se pensar em ações concretas a serem mobilizadas através de Políticas Públicas, priorizando-se o investimento em uma melhor qualidade de vida para tais trabalhadores.

Com isso volto a afirmar que a questão do trabalho com o lixo não pode ser vista apenas sob o ângulo da expulsão dos catadores das ruas, lixões e aterros. Da mesma forma não cabe analisar a problemática do lixo de forma isolada, ignorando-se os múltiplos e complexos elos que a compõem.

É certo que a rota da produção, consumo, descarte precisa ser pensada com seriedade no país, o mesmo acontecendo com a destinação final dos resíduos produzidos. Entretanto, não é mais possível ignorar a presença dos catadores e o papel que representam no circuito da reciclagem. Isto significa dizer que ações integradas precisam ser pensadas e postas em prática, centrando-se no processo de trabalho em si, bem como em termos de uma atuação

preventiva no campo da saúde e da própria cidadania, rompendo-se com os estigmas que transitam neste cenário.

O que está faltando para a implementação de tais iniciativas?

As experiências analisadas foram claras. Possibilidades existem e os catadores já estão fazendo a sua parte. Indivíduo marginal, sobrando – esta é uma certeza que vai cedendo lugar ao sujeito que transita pela via da resistência, fazendo pulsar o cotidiano, desfiando a teia de relações nele inserida e mantendo-se em movimento, como o viajante de Milton Nascimento e Fernando Brant, “que caminha sem parar (...) que espalha esperança e transforma sal em mel.”

## BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Maria de Fátima. *Do lixo à cidadania: estratégias para a ação*. Brasília: Unicef/Caixa Econômica Federal, 2001.
- ACEVEDO, Patrícia; PERALTA, Maria Inês. Acerca del sujeto “ciruja”. *Revista de Trabajo Social*. Santiago, n.67, p. 41-54, 1996.
- A DÉCADA perdida do ambiente. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 24 ago. 2002. Especial, p. 1-6.
- AHUMADA, Horacio Tovalín. Health conditions in a population living near an industrial waste recycling plant in Mexico. *Revista Panamericana de Salud Pública/Pan American Journal of Public Health*, Washington, v.3, n.3, p. 152-157, 1998.
- ALEXANDRE, Aníbal. Autoridades não se entendem sobre o lixo e fome em Olinda. *O Globo*, Rio de Janeiro, 16 abr. 1994, p. 8.
- AMORA, Dimmi. Lixões podem estar poluindo rios no interior. *O Globo*, Rio de Janeiro, 28 abr. 2002, p. 19.
- AQUINO, Wilson. Cidadania no lixo. *O Dia*. Rio de Janeiro, 8 abr. 1999. Política, p. 21.
- ARAÚJO, Lídice Maria Silva de. *Trabalho, sociabilidade e exclusão social: o caso dos bagulhadores do Lixão de Aguazinha*. Recife, 1997. Dissertação (Mestrado em Antropologia Cultural) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1997.
- ARAÚJO, Márcia Adriana. As metamorfoses do trabalho e seus desdobramentos na educação e assistência social. *Cadernos de Serviço Social*. Toledo, n.3, p. 47-54, 2000.
- ARENDIT, Ednilson José. *Urbanização, geração de resíduos sólidos e perspectivas da reciclagem no Município de Campinas*. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). *Resíduos sólidos: classificação*. NBR-10.004. Rio de Janeiro, 1987.
- AZEREDO, Verônica Gonçalves. Caricaturas da inutilidade: um estudo sobre as representações dos catadores de lixo de Campos. *Falas*, Campos dos Goytacazes, v. 2, n. 2, p. 49-53, maio 1997.
- \_\_\_\_\_. *Os recicladores de miséria*. Rio de Janeiro, 1999. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.
- AZEVEDO, J. et al. *Panorama das usinas de beneficiamento de resíduos sólidos urbanos do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <[www.lixo.com.br/usina.htm](http://www.lixo.com.br/usina.htm)>. Acesso em: 21 mar.2003.

BANDEIRA, Marcos. *A luta dos catadores de lixo de Jangurussu*. Fortaleza: Sociedade Comunitária de Habitação Popular do Bairro Jangurussu, 2001.

BAPTISTA, Dulce Maria Tourinho. *Nas terras do “Deus-Dará”*: nordestinos e suas redes sociais em São Paulo. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.

BASTOS, Valéria Pereira; ARAÚJO, Maria Stela de. *Possibilidades e limites do trabalho de organização social dos catadores de lixo do Aterro Metropolitano do Jardim Gramacho*. Duque de Caxias: Construtora Queiroz Galvão, 1998. 123 p. mimeo..

\_\_\_\_ ; BORGES, Wânia. *Programa de Promoção Social*. Duque de Caxias: Construtora Queiroz Galvão, 1999. Não paginado. Mimeo.

BERGAMASCO, Cláudia. A riqueza da reciclagem. *Pequenas empresas & grandes negócios*. Rio de Janeiro, n. 169, p.20-22, fev.2003.

BETO, Frei. Catar lixo não é fácil. *Jornal do Brasil*, São Paulo, 3 jun. 2001. Opinião. Disponível em: <[www.resol.com.br/port/curios\\_port\\_2asp?id=991680709](http://www.resol.com.br/port/curios_port_2asp?id=991680709)>. Acesso em: 9 ago. 2001.

BEZERRA, Holien Gonçalves. E.P.Thompson e a teoria na história. *Projeto história*: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, n. 12, p. 119-127, 1981.

BORN, Rubens. *Falta de compromisso global*. Joannesburgo, 2002. Disponível em: <[www.ibase.br/paginas/rio10.html](http://www.ibase.br/paginas/rio10.html)>. Acesso em: 2 set. 2002.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. *Classificação Brasileira de Ocupações*: Portaria n.397. Brasília, 2002. Disponível em: <<http://novacbo.mtecbo2000.gov.br/informacao.asp>>. Acesso em: 15 out. 2002.

BRASIL, Secretaria de Desenvolvimento Urbano. *Avaliação técnico-econômica e social de sistemas de coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos existentes no Brasil*. Brasília: PROGEST, 1999. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/sedu/Programas/Progest/progest.html](http://www.planalto.gov.br/sedu/Programas/Progest/progest.html)>. Acesso em: 11 mar.2002.

BRISOLLA, Fábio. Uma tragédia anunciada. *Veja Rio*, Rio de Janeiro, 11 jul. 2001, p. 24.

BRITO, J. Saúde da mulher trabalhadora: uma linha de pesquisa indispensável. In: \_\_\_\_\_. *Saúde, trabalho e modos sexuais de viver*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999, Cap. 1, p. 11-31.

BRUM, Eliane. Depois da queda. *Época*, Rio de Janeiro, p. 92-93, fev.2002.

BUARQUE, Cristovam. *O que é apartação*: o apartheid social no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BURKE, Peter. Uma história social do lixo. *Folha de Paulo*, São Paulo, 9 dez. 2001. Mais, p. 15.

BURSTYN, Marcel, org. *No meio da rua: nômades, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

\_\_\_\_\_; ARAÚJO, Carlos Henrique. *Da utopia à exclusão: vivendo nas ruas em Brasília*. Rio de Janeiro: Garamond, 1997.

CALDERONI, Sabetai. *Os bilhões perdidos no lixo*. 2. ed. São Paulo: Hvmantas, 1998.

CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro. Desenvolvimento insustentável. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 24 ago. 2002. Especial, p. 6.

CARREGAL, Lúcia Thereza Lessa. Algumas reflexões sobre o lixo. In: RIO DE JANEIRO. ISER. *Falas em torno do lixo*. Rio de Janeiro, 1993, p. 28-32.

\_\_\_\_\_. O lixo, uma interpretação. In: RIO DE JANEIRO. ISER. *Falas em torno do lixo*. Rio de Janeiro, 1993, p. 12-27.

CARTA DE BRASÍLIA. Brasília, 2001. Disponível em <[www.lixo.com.br/marcha.html](http://www.lixo.com.br/marcha.html)>. Acesso em: 30 jul. 2001.

CARTA DE CAXIAS DO SUL. Caxias do Sul, 2003. Disponível em: <[www.entrecicle.com.br/gcon/navega.jsp?pIdconteudo=1727](http://www.entrecicle.com.br/gcon/navega.jsp?pIdconteudo=1727)> . Acesso em: 19 fev. 2003.

CARVALHAES, Paulo de Tarso. *O catador de papel: um profissional a serviço da comunidade*. São Paulo, s.n., 1999, 6 p. mimeo. (Workshop Coleta seletiva: recuperação de resíduos para reciclagem)

CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. In: BELFIORE-WANDERLEY, Mariângela; BÓGUS, Lúcia; YASBEK, Maria Carmelita, orgs. *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: Educ, 1997. p. 15-48.

\_\_\_\_\_. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. As transformações da questão social. In: BELFIORE-WANDERLEY, Mariângela; BÓGUS, Lúcia; YASBEK, Maria Carmelita, orgs. *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: Educ, 1997. p. 161-190.

\_\_\_\_\_. Da indigência à exclusão, à desfiliação: precariedade do trabalho e vulnerabilidade relacional. In: LANCETTI, Antonio et. al. *Saúde e loucura*. São Paulo: Hucitec. 1994, p. 21-48.

CATADORES DE lixo brigam pelo direito de trabalhar à noite. *O Globo*, Rio de Janeiro, 8 jul.1997. Disponível em: <[http://arquivoglobo.globo.com/entrega\\_material/ver\\_texto\\_compras.asp?codigo=61828](http://arquivoglobo.globo.com/entrega_material/ver_texto_compras.asp?codigo=61828)>. Acesso em: 11 ago. 2003.

CATAPRETA, Cícero Antônio Antunes; HELLER, Léo. Associação entre coleta de resíduos sólidos domiciliares e saúde, Belo Horizonte (MG). *Revista Panamericana de Salud Pública/ Pan American Journal of Public Health, Washington*, v. 5, n.2, p. 88-96, fev. 1999.

CERQUEIRA, Luciana. *Aterro do Gramacho: crime ecológico e remediação*. Disponível em: <<http://www.intranscol.com.br/noticias/aterrogramacho.htm>>. Acesso em: 6 jun. 2003.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

CHARKIEWICZ, Eva. *Comércio livre ou condições de vida sustentáveis?* Joannesburgo, 2002. Disponível em: <[www.ibase.br/paginas/mulher\\_rio\\_10.html](http://www.ibase.br/paginas/mulher_rio_10.html)>. Acesso em: 2 set. 2002.

COELHO, Paulino E.F.P. Lixo ou luxo. *Engenharia Sanitária*, Rio de Janeiro, v. 28, n.1, p. 42-48, jan./mar. 1989.

COMLURB/ ENGEVIX. *Projeto de Assimilação dos catadores do Aterro Metropolitano de Gramacho: relatório final*. Duque de Caxias: Comlurb/Engevix, 1993. 60 p. mimeo.

COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA RECICLAGEM . *Cempre informa*. São Paulo, v. 9, n.56, mar./abr. 2001.

\_\_\_\_\_. *Lixo municipal: manual de gerenciamento integrado*. 2.ed. São Paulo: Cempre/IPT, 2000.

COOPAMARE. *Código de ética profissional*. São Paulo, [199\_], 5 p. mimeo.

CORDOVIL, Cláudio. Catador de papel, o elo da reciclagem. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 set. 1994, p. 16.

COSTA, Idalina Farias Costa. *De lixo também se vive*. Recife: Massangana, 1986.

COZETTI, Nestor. Lixo: marca incômoda da modernidade. *Ecologia e desenvolvimento*, Rio de Janeiro, v.11, n.96, p.10-15, set. 2001.

CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza, org. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1993. Cap. 3, p. 51-66.

DANTAS, Pedro. Aterro no RJ é rejeitado por moradores e empresários. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 31 ago. 2000. Cotidiano, p. 8.

DELUIZ, Neise. *Formação do trabalhador: produtividade e cidadania*. Rio de Janeiro: Shape, 1995.

DEMAJOROVIC, Jacques. A evolução dos modelos de gestão de resíduos sólidos e seus instrumentos. *Cadernos Fundap*, São Paulo, n. 20, p. 47-58, maio/ago. 1996.

ECO, Humberto. *Como se faz uma tese*. 14 ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.

EIGENHEER, Emílio Maciel. Fantasmas do lixo. In: RIO DE JANEIRO. ISER. *Falas em torno do lixo*. Rio de Janeiro, 1993, p. 40-42.

\_\_\_\_\_. *Lixo e vanitas: considerações de um observador de resíduos*. Niterói, 1999. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1999.

\_\_\_\_\_. Lixo: morte e ressurreição. In: RIO DE JANEIRO. ISER. *Falas em torno do lixo*. Rio de Janeiro, 1993, p. 37-39.

\_\_\_\_\_. O povo do lixo. Niterói, s/d, 3 p. mimeo.

\_\_\_\_\_. Quem não gosta de lixo bom sujeito não é (?). In: RIO DE JANEIRO. ISER. *Falas em torno do lixo*. Rio de Janeiro, 1993, p. 43-46.

\_\_\_\_\_, org. *Raízes do desperdício*. Rio de Janeiro: Iser, 1993

\_\_\_\_\_; SERTÃO, Francisco de Assis Rodrigues. *Lixo: entender para educar*. Rio de Janeiro: MG Ed., s/d.

ESCOREL, Sarah et al. A construção do sócio-ambiente insustentável. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE SAÚDE E AMBIENTE NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO, 1., 2000, Rio de Janeiro. *Eventos científicos 2*. Rio de Janeiro, 2000. p. 111-126.

\_\_\_\_\_. *Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

ESCURRA, Maria Fernanda. Da pobreza de perspectiva a perspectiva de totalidade: população excedente, trabalho e pobreza. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 8., 1995, Salvador. *Caderno de Comunicações*. Salvador, 1995. Tese 196, p. 454-455.

\_\_\_\_\_. *População excedente, trabalho e pobreza: o caso dos “cirujas” da cidade de Rosário*. Rio de Janeiro, 1994. Projeto de Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.

\_\_\_\_\_. *Sobrevivendo do lixo: população excedente, trabalho e pobreza*. Rio de Janeiro, 1997. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

FELICIDADE no meio do lixo. *O Dia*, Rio de Janeiro, 31 maio 2000, p.7.

FERREIRA, João Alberto; ANJOS, Luiz Antonio dos. Aspectos de saúde coletiva e ocupacional associados à gestão dos resíduos sólidos municipais. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.17, n.3, maio/jun. 2001.

\_\_\_\_\_. Resíduos sólidos: perspectivas atuais. In: SISINNO, Cristina Lúcia; OLIVEIRA, Rosália Maria de, orgs. *Resíduos sólidos, ambiente e saúde: uma visão multidisciplinar*. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2000, p.19-40.

FIGUEIREDO, Paulo Jorge Moraes. *A sociedade do lixo: os resíduos, a questão energética e a crise ambiental*. 2. ed. Piracicaba: Unimep, 1995.

FIOROTTI, Egídio. *Caminho e sustentabilidade dos recicladores no RS*. Porto Alegre, 2001?, 9 p. mimeo.

FORUM NACIONAL LIXO & CIDADANIA. *Do lixo à cidadania: estratégias para a ação*. Brasília: Unicef/Caixa Econômica Federal, 2001.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa nacional sobre a catação infantil nos lixões*. 1999. Brasília: Unicef/Caixa Econômica Federal, 33 p. mimeo.

FRAGA, César. *É lixo só ... Extra-classe*. Rio Grande do Sul, out. 2000. Movimento. Disponível em: < <http://www.sinpro-rs.org.br/extra/out00/movimento1.asp> >. Acesso em: 27 out. 2002.

FRANCO, Maria Laura P. Franco. *O estudo de caso no falso conflito que se estabelece entre análise quantitativa e análise qualitativa*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, s/d., 10 p. mimeo.

FREITAS, Carlos Machado de. A contribuição dos estudos de percepção de riscos na avaliação e no gerenciamento de riscos relacionados aos resíduos perigosos. In: SISINNO, Cristina Lúcia; OLIVEIRA, Rosália Maria de, orgs. *Resíduos sólidos, ambiente e saúde: uma visão multidisciplinar*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000. p. 111-128.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

GOMEZ, Carlos Minayo; THEDIM-COSTA, S. M. F. Precarização do trabalho e desproteção social: desafios para a saúde coletiva. *Ciência & Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v.4, n.2, p. 411-421, 1999.

GONÇALVES, Raquel de Souza. *Catadores de materiais recicláveis: estudo de suas trajetórias de vida, trabalho e saúde*. Rio de Janeiro, 2003. Projeto de Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2003.

GOUVEIA, Nelson. Saúde e meio ambiente nas cidades: os desafios da saúde ambiental. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v.1, n. 8, p. 49-61, jan./fev. 1999.

GRIMBERG, Maria Elizabeth; BLAETH, Patrícia. *Coleta seletiva: reciclando materiais, reciclando valores*. São Paulo: Polis, 1998.

\_\_\_\_\_. Lixo: ação local e pensar global. In: RIO DE JANEIRO. ISER. *Falas em torno do lixo*. Rio de Janeiro, 1993, p. 33-39.

GRIPPI, Sidney. *Lixo, reciclagem e sua história: guia para as prefeituras brasileiras*. Rio de Janeiro: Interciência, 2001.

GROSSI, Gabriele. Os badameiros: a descoberta do lixo. *Cadernos do CEAS*, Salvador, n. 182, p. 67-84, jul./ago. 1999.

GUERRA, Rosângela. Vida de sobras. *Marie Claire*, Rio de Janeiro, p. 87-91, mar. 1999.

GUIBU, Fábio. Juliana, 12, ganha a vida em lixão de Olinda. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 28 mar. 2002. Cotidiano, p. 4.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

HUERGO, Mayara Hias Moreira; ALVES, Carlos Augusto de Azambuja. VELASQUES, Vilmar Gladimir Bica. *Coleta seletiva em Porto Alegre*. Porto Alegre: DMLU, 1996? Disponível em: <<http://www.lixo.com.br/poa.htm>> . Acesso em: 20 mar. 2003.

IBGE. *Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2002*. Rio de Janeiro, 2000.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa Nacional de Saneamento Básico: 2000*. Rio de Janeiro, 2002.

ILÁRIO, Enídio. Estudo de morbidade em coletores de lixo de um grande centro urbano. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, v.17, n. 66, p. 7-13, abr./jun. 1989.

JACOBI, Pedro, coord. “*Criação do capital social: o caso da ASMARE – Associação dos Catadores de papel, Papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte*”. São Paulo: CEDEC, 1997. Disponível em <[www.lixo.com.br/BH.htm](http://www.lixo.com.br/BH.htm)>. Acesso em: 28 jul. 2002.

\_\_\_\_\_. Lixo: o desafio de criar políticas sustentáveis. O Estado de São Paulo, São Paulo, 4 mar. 1997. p.4.

JÓIA, Sonia. Lixo esconde uma mina de dinheiro. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 set. 1995, p. 7.

JUNCÁ, Denise Chrysóstomo de Moura. Assistentes e assistidos: o feitiço da identidade atribuída. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, v. 18, n. 54, p. 26-49, jul. 1997.

\_\_\_\_\_. Ilhas de exclusão: o cotidiano dos catadores de lixo de Campos. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, v. 17, n. 52, p. 106-126, dez. 1996.

\_\_\_\_\_. *A representação comunitária no imaginário dos catadores de lixo de Campos*. Campos dos Goytacazes: Departamento de Serviço Social de Campos, 1995. 10 p. mimeo.

\_\_\_\_\_. Da cana para o lixo: um percurso de desfiliação? *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, v.21, n.63, p.131-150, jul. 2000.

\_\_\_\_\_. Vida de cata-dor: outras palavras sobre o lixo. *Cadernos do CEAS*, Salvador, n. 193, p. 61-68, maio/jun. 2001.

\_\_\_\_\_; AZEREDO, Verônica Gonçalves. Terra de margaridas: vidas no compasso do lixo. *Cadernos do CEA*, Salvador, n.157, p. 67-79, maio/jun. 1995.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. GONÇALVES, Marilene Parente. *A mão que obra no lixo*. Niterói: EDUFF, 2000.

KOTSCHO, Ricardo. Congresso em Brasília mobiliza catadores. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 5 jun. 2001. Cotidiano, p. 5.

KUHNEM, Ariane. *Reciclando o cotidiano: representações sociais do lixo*. Ilha de Santa Catarina: Letras Contemporâneas, 1995.

LEALI, Francisco. Congresso discute lei para tratamento de lixo. *O Globo*, Rio de Janeiro, 12 ago. 2001. O país, p. 12.

LEÃO, Alcides Lopes. Geração de resíduos sólidos urbanos e seu impacto ambiental. In: MARTOS, Henry Lesjak; MAIA, Nilson Borlina. *Indicadores ambientais*. s/l: Shell Brasil, 1997, p. 213-222.

LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

LEITE, Fernando Santos Silva et. al. Impacto na saúde dos catadores do Lixão da Terra Dura e estudo gravimétrico. *Bio: Revista Brasileira de Saneamento e Meio-Ambiente*, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p. 48-51, 1990.

LIMA, Maurício. Um bebê = 25 toneladas de lixo. *Veja*, Rio de Janeiro, 17 mar. 1999, p. 60-62.

LIMA, Roberto Kant de. Cultura do desperdício ou política da opulência? In: EIGENHEER, Emílio, org. *Raízes do desperdício*. Rio de Janeiro: Iser, 1993. p. 83-94.

LOPES, Rosana Miziara. *Nos rastros dos restos: as trajetórias do lixo na cidade de São Paulo*. São Paulo, 1998. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, Valéria Menezes Peixeiro et al. Lixo e o impacto na saúde: uma abordagem pedagógica interdisciplinar. *Revista Brasileira de Saúde Escolar*, São Paulo, v. 3, n.1-4, p. 216-221, 1994.

MAGALHÃES, Teia. A reação dos excluídos. *Bio*, Rio de Janeiro, v.11, n.15, p. 14-19, jul./set. 2000.

MAIA, Andréia. Termina protesto contra aterro em Duque de Caxias. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 4 jan. 1999. Disponível em <<http://www.estado.estadão.com.br/edição/pamo/99/01/03/cid.523.html>> . Acesso em 11 ago. 2003.

MARIA, Estanislau. “Reis do lixo” ganham R\$ 2,4 mi por ano. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 4 out. 1998. Cotidiano, p.3.

MARTINELLI, Maria Lúcia. O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em serviço social. In: SÃO PAULO. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO. *O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em serviço social: um instigante desafio*. São Paulo, 1994, p. 11-18.

MARTINS, José de Souza. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. *Massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARX, Karl. Processo de trabalho e processo de valorização. In: \_\_\_\_\_. *O capital: crítica a economia política*. Rio de Janeiro: Abril Cultural, 1983. v. 1, Cap. 5, p. 149-163.

MATTA, Daniela. Três gerações de catadores de lixo. *O Globo*, Rio de Janeiro, 27 maio 1999. Rio, p. 14.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Na trama do cotidiano. *Cadernos CERU*. São Paulo, n.5, p.13-22, 1994.

MATTOSO, Jorge. *O Brasil desempregado: como foram destruídos mais de 3 milhões de emprego nos anos 90*. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

MENEZES, Vitor. Gente: algo além do resto no lixão. *Folha da Manhã*, 5 nov. 1995, Geral, p. 16.

MESQUITA, José Maria. *Graves erros na Pesquisa Nacional de Saneamento Básico*. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <[www.geocities.com/roberto\\_ibarguen/](http://www.geocities.com/roberto_ibarguen/)>. Acesso em: 19 set. 2002.

MILLS, Charles Wright. *A imaginação sociológica*. 6 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MINAS GERAIS. Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte. *Estatuto social*. Belo Horizonte, 1995.

\_\_\_\_\_. Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte. *Há 10 anos reciclando vidas*. Belo Horizonte, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 5.ed. Rio de Janeiro: Abrasco/Hucitec, 1998.

MIRANDA, Luciana Leite de. *O que é lixo*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

MONTEIRO, José Henrique Penido. *Gerenciamento de resíduos urbanos: a política da COMLURB na cidade do Rio de Janeiro*. Disponível em: <[www.iula-int.org/iula/congress/docs/IB8-Penido.doc](http://www.iula-int.org/iula/congress/docs/IB8-Penido.doc)>. Acesso em: 6 jun. 2003

MORAES, Isabel. Ecologistas da sobrevivência. *Autonomia*, São Paulo, n.79, p. 10-17, set./out. 1999.

MOURA, Milton; GONÇALVES, Roberto. Os badameiros: o lixo das profissões ou a profissão do lixo. *Cadernos do CEAS*, Salvador, n. 124, p.12-21, nov./dez. 1989.

MUÑOZ, Jorge Vicente (org.) *O catador de papel e o mundo do trabalho*. Rio de Janeiro: Nova Pesquisa, 1999.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. A exclusão social no Brasil: algumas hipóteses de trabalho e quatro sugestões práticas. *Cadernos do CEAS*, Salvador, v.152, p. 57-65, jul./ago. 1994.

\_\_\_\_\_. Modernidade ética: um desafio para vencer a lógica perversa da exclusão. *Proposta*, Rio de Janeiro, n. 65, v. 23, p. 24-28, jun. 1995.

NEVES, Delma Pessanha. A miséria em espetáculo. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, v. 16, n. 47, p. 79-98, abr. 1995.

NOGUEIRA, Jozeni. *Viver sobre o lixo e sobreviver do lixo: um estudo com os catadores de lixo em Vitória*. Vitória, 1996. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Centro de Estudos Gerais, Universidade Federal no Espírito Santo, Vitória, 1996.

NÓS não somos abutres. *Bio*, Rio de Janeiro, v.10, n.11, p. 20-25, jul./set. 1999.

NOVAES, Washington; RIBAS, Pedro; NOVAES, Pedro da Costa. *Agenda 21 brasileira: bases para discussão*. Brasília: MMA/PNUD, 2000.

NUNESMAIA, Maria de Fátima da Silva. *Lixo: soluções alternativas, projeções a partir da experiência*. Feira de Santana: UFFS, 1997.

OLANDIM, Adriana. Um povo em movimento. *Lixo e cidadania*. São Paulo, v.1, n.2, p.4-5, jun. 2001.

OLIVEIRA, Andréa Tavares Félix de et al. *Relatório da pesquisa realizada no Aterro Metropolitano*. Rio de Janeiro: COMLURB, 1982.

OLIVEIRA, Luciano. Os excluídos “existem”? Notas sobre a elaboração de um novo conceito. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.12, n.33, p. 49-61, fev. 1997.

O PAÍS dos direitos de papel. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 24 mar. 2002. Especial 1, p. 1-8.

PEIXOTO, Paulo. Em MG, catador de lixo sai da marginalidade. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 9 dez. 2001. Caderno Cotidiano, p. 15.

PEQUENAS EMPRESAS GRANDES NEGÓCIOS. São Paulo, n.169, fev. 2003.

POCHMANN, Marcio. Mal-estar ainda predomina no trabalho. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 24 mar. 2002. Especial 1, p. 8.

\_\_\_\_\_. *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo, 2001.

\_\_\_\_\_. *O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século*. São Paulo: Contexto, 1999.

PORTILHO, Maria de Fátima Ferreira. *Profissionais do lixo: um estudo sobre as representações sociais de engenheiros, garis e catadores*. Rio de Janeiro, 1997. Dissertação

(Mestrado em Psicossociologia de Comunidade e Ecologia Social) – Instituto de Psicologia/Programa Eicos, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

\_\_\_\_\_. Representações sociais de saúde e doença em catadores de lixo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SAÚDE COLETIVA, 6., 2000, Salvador. *Anais do VI Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva*. Salvador, 2000, 783.

PORTO, Marcelo Firpo de Souza et. al. Uma abordagem interdisciplinar para o estudo dos resíduos sólidos na baixada fluminense. *Produto & Produção*, Porto Alegre, v.2, n.2. p. 95-103, jun. 1998.

\_\_\_\_\_; JUNCA, Denise Chrysóstomo de Moura. *Relatório resumido do questionário sobre condições de vida, trabalho e saúde dos trabalhadores do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.

\_\_\_\_\_, coord. *Resíduos, degradação ambiental e saúde: uma pesquisa na baixada fluminense*. Fiocruz: Rio de Janeiro, 1997.

QUINTANILHA, Moema Sanchez. Do caos à melodia. In: RIO DE JANEIRO. ISER. *Falas em torno do lixo*. Rio de Janeiro, 1993, p. 50-51.

REGO, Rita de Cássia Franco; KILLINGER, Cristina Larrea. Lixo e saúde: estudo etnográfico em Salvador-Ba. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SAÚDE COLETIVA, 6., Salvador. *Anais do VI Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva*. Salvador, 2000, 1955.

RENNHACK, Anna Maria de Oliveira. A questão do lixo: uma visão do educador. In: RIO DE JANEIRO. ISER. *Falas em torno do lixo*. Rio de Janeiro, 1993, p. 47-49.

RIO GRANDE DO SUL. Associação dos Recicladores de Resíduos Sólidos. *Regimento interno*. Porto Alegre, 1998.

\_\_\_\_\_. Federação das Associações de Recicladores de Resíduos Sólidos do Rio Grande do Sul. *Estatuto da Federação das Associações de Recicladores de Resíduos Sólidos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1998

ROBAZZI, Maria Lúcia do Carmo Cruz; BECHELLI, Maria Helena Machado. Coletores de lixo: estudo de afastamento do serviço por problemas de saúde. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, v. 13, n.50, p. 68-74, abr./jun. 1985.

\_\_\_\_\_ et al. Algumas considerações sobre o trabalho dos coletores de lixo. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, v. 20, n. 76, p. 34-41, jul./dez. 1992.

\_\_\_\_\_ et al. A situação dos coletores de lixo de uma cidade interiorana do Estado de São Paulo: o trabalho como gerador de alterações de saúde. *Revista Cipa*, Rio de Janeiro, v.13, n. 156, p. 20-36, 1992.

ROCHA, Aristides Almeida. A história do lixo. In: SÃO PAULO. Secretaria do Meio Ambiente. Coordenadoria de Educação Ambiental. *Resíduos sólidos e meio ambiente no Estado de São Paulo*, São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente, 1993. p. 15-22.

RODRIGUES, José Carlos. *Higiene e ilusão: o lixo como invento social*. Rio de Janeiro: NAU, 1995.

\_\_\_\_\_. A cultura do lixo e sua angústia. In: RIO DE JANEIRO. ISER. *Falas em torno do lixo*. Rio de Janeiro, 1993, p. 7-11.

\_\_\_\_\_. Proximidade e distância. In: \_\_\_\_\_. *O corpo na história*. Rio de Janeiro, Fiocruz, 1999, Cap. 5, p. 83-96..

SÁ, Fátima. A sociologia que veio do lixo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 jul. 1999. Caderno Cidade, p. 15.

SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANT'ANNA, Affonso Romano de. Arte e fuga da espera. *Diálogo Médico*, São Paulo, v.11, n.3, p.64, jun./jul. 1996.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A cúpula seqüestrada. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 4 set. 2002. Tendências/debates, p. 3.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 6.ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Tereza Luiza Ferreira dos. *Coletores de lixo: a ambigüidade do trabalho na rua*. São Paulo, 1996, Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1996.

\_\_\_\_\_. Coletores de lixo: a convivência diária com a sujeira da cidade: um breve relato. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, v.23, n.85/86, p. 43-54, 1997.

SCHMIDT, Selma. Lixo revela carioca empobrecido. *O Globo*, Rio de Janeiro, 23 abr. 2000, 1. Caderno, p. 15.

SILVA, Jorge Adalberto Aziz da. “O luxo do lixo”: repensando a escola e a educação a partir do “lixo”. *Cadernos CEDES*, São Paulo, n. 29, p. 69-79, 1993.

SILVA, Josué Pereira, da. A crise da sociedade do trabalho em debate. *Lua Nova*, São Paulo, n.35, p.167-181, 1995.

SILVEIRA, Wilson. Projetos tiram 13 mil crianças de lixões. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 14 mar. 2001. Cotidiano, p. 1.

SINGER, Paul. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2000.

SISINNO, Cristina Lucia Siveira; OLIVEIRA, Rosália Maria de, orgs. *Resíduos sólidos, ambiente e saúde: uma visão multidisciplinar*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

SOARES, Caio Caramico. Exclusão fora de foco. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 15 set. 2000, Mais, p. 3.

SOFFIATI, Arthur. A década perdida. *Folha da Manhã*. Campos dos Goytacazes, 5 set. 2002. Opinião, p. 2.

SOUZA, Fátima Valéria Ferreira. *Sobrevivendo das sobras: as novas formas de miséria urbana*. Rio de Janeiro, 1995. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1995.

SPOSATTI, Aldaíza. Cidadania e comunidade solidária. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 48, v. 16, p. 124-147, ago. 1995.

TELLES, Vera. Pobreza e cidadania: duas categorias antinômicas. In: SÃO PAULO. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO. *Mínimos de cidadania: ações afirmativas de enfrentamento à exclusão social*. São Paulo, 1996. p. 3-12.

THOMPSON, E.P. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TURRA, Dilce; ETCHEPARE, Hélio; KINDLEIN JÚNIOR, Wilson. *Caracterização e viabilidade de reciclagem dos materiais nos Centros de Triagem de Porto Alegre e Região Metropolitana*. Disponível em: <[www. Anppas.org.br/gestão\\_ambiental/Dilce%20Turra.pdf](http://www.Anppas.org.br/gestão_ambiental/Dilce%20Turra.pdf)>. Acesso em: 3 jul. 2003.

VEIGA, Sandra Mayrink; RECH, Daniel. *Associações: como construir sociedades civis sem fins lucrativos*. Rio de Janeiro: FASE/DP&A, 2001.

VELLOSO, Marta Pimenta. *Processo de trabalho da coleta de lixo domiciliar na cidade do Rio de Janeiro: percepção e vivência dos trabalhadores*. Rio de Janeiro, 1995. Dissertação (Mestrado em Ciências na área de Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 1995.

\_\_\_\_; SANTOS, Elizabeth Moreira dos; ANJOS, Luiz Antonio dos. Processo de trabalho e acidentes de trabalho em coletores de lixo domiciliar na cidade de Rio de Janeiro, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.4, n.13, p. 693-700, 1997.

\_\_\_\_; VALADARES, Jorge de Campos; SANTOS, Elizabeth Moreira dos. A coleta de lixo domiciliar na cidade do Rio de Janeiro: um estudo de caso baseado na percepção do trabalhador. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.3, n.2, p. 143-150, 1998.

VIEIRA, Fernanda Dias Bandeira et al. Fatores intervenientes às condições de saúde do trabalhador em seu ambiente de trabalho: um estudo de uma empresa de coleta de lixo na cidade de Manaus. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 8., 1995, Salvador. *Caderno de Comunicações*. Salvador, 1995, Tese 115, p. 265-269.

VIVEIROS, Mariana. Lixo é inclusão social para 20 mil em São Paulo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 20 maio 2001. Cotidiano, p.1.

\_\_\_\_\_. Voluntário ajuda a reintegrar catadores. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 14 maio 2001. Cotidiano, p. 1.

ZANON, Uriel. O desperdício na assistência à saúde. In: EIGENHEER, Emílio, org. *Raízes do desperdício*. Rio de Janeiro: Iser, 1993. p. 73-82

\_\_\_\_\_. Riscos infecciosos imputados ao lixo hospitalar: realidade epidemiológica ou ficção sanitária? *Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical*. Brasília/Uberaba, v.3, n.23, p. 163-170, jul./set. 1990.